



Nave Espacial de Varginha - Varginha/MG

| Reconhecimento de ativos contingentes: uma análise dos processos administrativos sancionadores (PAS) da comissão de valores mobiliários (CVM)

| Provisões e passivos contingentes: características e reconfiguração das demonstrações contábeis das empresas de capital aberto brasileiras

| Relação entre a relevância dos instrumentos financeiros derivativos nos bancos brasileiros e a menção a esses instrumentos no relatório dos auditores

| Aspectos técnicos adotados por peritos judiciais em contratos de crédito bancários

| Mapas conceituais: proposta de consolidação do conhecimento na disciplina de perícia contábil

| Desenvolvimento de competências pela iniciação científica (IC): capacidades de agir na vida estudantil e na vida profissional em contabilidade para o exercício da profissão contábil

| Potencialidades gerenciais do método UEP (Unidade de Esforço de Produção)

REVISTA MINEIRA DE CONTABILIDADE

Periodicidade quadrimestral

Volume 23, nº 1, Janeiro/Fevereiro/Março/Abril de 2022

ISSN 2446-9114

CRCMG

Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais

Rua Cláudio Manoel, 639, Savassi - Cep 30140-105

BH/MG - Tel: (31) 3269-8400 - E-mail: rcmg@crcmg.org.br

Edição: Fernanda Oliveira - MG 06296 JP

Redação: Deborah Arduini - MG 15468 JP

Assistente Editorial: Suélen Teixeira de Paula

Diagramação: Phábrica de Produções

Capa: Thales Amaral

E-mail: revista@crcmg.org.br

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. As matérias desta revista podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

CORPO DIRETIVO**Presidente do CRCMG**

Suely Maria Marques de Oliveira

Comitê de Política Editorial

Prof.ª. Dra. Virginia Granate Costa Sousa, ISCA/UA, Portugal;

Prof. Dr. Alexandre Bossi Queiroz, Brasil;

Prof. Dr. Ilirio José Rech, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil;

Prof. Dr. José Elias Feres de Almeida, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil;

Prof. Dr. José Edilton Alves Diniz, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil;

Prof. Dr. Manoel Raimundo Santana Farias, Universidade São Judas Tadeu (USJT), Brasil;

Prof.ª. Dra. Kelly Cristina Múcio Marques, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil;

Prof.ª. Dra. Sheizi Calheira Freitas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil;

Prof. Msc. Oscar Lopes da Silva, Saber e Saber - A Arte de Educar, Brasil

Editora

Prof.ª. Dra. Nálbia de Araújo Santos, Departamento de Administração e Contabilidade Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil

Editores Adjuntos

Prof. Dr. Ewerton Alex Avelar, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil;

Prof.ª. Dr.ª. Edvalda Araújo Leal, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil;

Prof.ª. Dr.ª. Lara Cristina Francisco de Almeida Fehr, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil;

Prof.ª. Dr.ª. Bruna Camargos Avelino, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil;

Prof. Dr. João Estevão Barbosa Neto, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Brasil

Corpo Editorial Científico

Prof.ª. Dra. Márcia Athayde, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil;

Prof.ª. Dra. Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil;

Prof.ª. Dra. Patricia De Souza Costa, Universidade de Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis, Brasil;

Prof. Msc. Renato Ferreira Leitão Azevedo, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), Brasil & University of Illinois at Urbana-Champaign - UIUC, EUA, Brasil;

Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil;

Prof. Dr. Valcemiro Nossa, FUCEPE Business School, Brasil;

Prof.ª. Dra. Vilma Geni Slomski, FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Brasil;

Prof.ª. Dra. Xiomara Esther Vásquez Carrazana, Universidade de Granada, UDG, Cuba, Cuba

CONSELHO DIRETOR 2020/2021**Presidente**

Suely Maria Marques de Oliveira

Vice-Presidente de**Administração e Planejamento**

Oscar Lopes da Silva

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética**e Disciplina**

Mário Lúcio Gonçalves de Moura

Vice-Presidente de Registro

Renildo Dias de Oliveira

Vice-Presidente de Controle Interno

Maria da Conceição Barros de Rezende

Ladeira

Vice-Presidente de**Desenvolvimento Profissional**

Andreza Célia Moreira

Conselheiros Efetivos

Adelaide Maria da Cruz

Alacir Ribeiro Antonio Filho

Alexandre Queiroz de Oliveira

Andreza Celia Moreira

Berenice Pereira Sucupira

Celso Guimaraes da Costa

Cristiano Francisco Fonseca Neves

Cristina Lisboa Vaz de Mello

Daniel Lucas Cardoso

Denise de Oliveira Santos

Diogenes de Sousa Ferreira

Edenilson Duraes de Oliveira

Helio Ricardo Teixeira de Moura

Janilton Marcel de Paiva

Lucas Carneiro Machado

Marcos de Sa Goulart

Maria da Conceicao Barros de Rezende

Ladeira

Mario Lucio Goncalves de Moura

Oscar Lopes da Silva

Otarcio Jose Dutra

Patricia Regina Teles

Renato Miguel da Cruz

Renildo Dias de Oliveira

Romeci Rodrigues dos Santos

Sandro Angelo de Andrade

Stella Maris Carvalho Cabral

Suely Maria Marques de Oliveira

Conselheiros Suplentes

Ana Carolina Braga de Moura

Ananeli Ramos da Silva

Aretuza De Pinho Tavares

Bruna Rauen Silva Pereira

Cleuton Assis dos Santos

Elias Wagner Silva

Emanuelly Melo Teixeira Dias Borges

Erick Junqueira de Almeida

Erico Souki Munayer

Evani Lucio de Melo

Fernanda Nogueira Gil

Gabriel Alfredo da Silva Torga

Gideao Jose Pinto Oliveira

Jens Erik Hansen

Josmaria Lima Ribeiro de Oliveira

Leonardo Firmino dos Santos

Maique Maia Gomes

Marina Ribeiro Xavier Cunha

Marlucio Candido

Onofre Junqueira Junior

Raquel Angelo Araujo

Renildes Dantas De Almeida

Rogeria Marques Valente Libero

Ronaldo Maciel Dutra

Rosely Jesuina do Nascimento E Santos

Sandro Lobo Araujo

Revista Mineira de Contabilidade. Ano 23, n. 1, 1º Quadrimestre, 2022.
Belo Horizonte: Conselho Regional de Contabilidade de MG.
Quadrimestral
ISSN 1806-5988

2- Contabilidade - Periódico

CDU657 (051)

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, pela internet, no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), disponibilizando gratuitamente o conhecimento científico ao público com vistas à sua democratização. A RMC está utilizando o SEER como meio de gerenciamento do periódico. O SEER foi traduzido e adaptado do Open Journal Systems (OJS) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse software livre, desenvolvido pela Universidade British Columbia do Canadá, tem como objetivo dar assistência à edição de periódicos científicos em cada uma das etapas do processo, desde a submissão e avaliação dos consultores até a publicação online e sua indexação. Disponível em: <http://revista.crcmg.org.br/>
© Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais - 2015

Palavra da Editora

Prezados Leitores,

Iniciamos este quadrimestre de 2022 com a primeira edição da Revista Mineira de Contabilidade (RMC), lembrando que o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG) faz 75 anos de existência. É um ano comemorativo para o CRCMG, mas, também, será um ano para refletir sobre os caminhos a serem seguidos para seu futuro promissor.

Além disso, é possível visualizar a desaceleração dos casos de Covid-19, especialmente no Brasil. Todavia outros desafios surgem no cenário mundial e no contexto brasileiro que impõem aos pesquisadores da área contábil a busca por soluções inovadoras. Por exemplo, temos algumas questões: “Será que os padrões contábeis estão preparados para o reconhecimento e a divulgação das demonstrações contábeis no contexto de alta volatilidade dos preços e alta de inflação?”; “Quais serão os desafios para empresas transnacionais diante do novo sistema de preços de transferência para o Brasil - sistema que é derivado de um acordo para o Brasil tornar-se membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)?”; “Quais serão os próximos desafios pós Covid para o ensino em contabilidade?”, entre outras. Portanto cabe aos periódicos, como a RMC, a divulgação dessa produção de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos da área contábil.

Assim, com o objetivo de cumprir a missão da RMC, iniciamos esta edição com o Editorial intitulado “Ativos intangíveis e geração de valor na Nova Economia”, que, a convite de nossos editores, foi desenvolvido pela professora Joyce Mariella Medeiros Cavalcanti. O editorial apresenta uma breve evolução da literatura, com o intuito de reunir elementos teóricos e práticos introdutórios, para relacioná-los a casos reais e atuais de forma crítica.

Posteriormente, na linha de Contabilidade Societária, o primeiro artigo busca avaliar os julgamentos dos Processos Administrativos Sancionadores (PAS) pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de ativos contingentes que não foram originados na esfera judicial. Os seus autores são Gilberto Santiago Silva Santos, Rayla dos Santos Oliveira Dias, Michel de Matos Tosta e Natan Szuster e é intitulado “Reconhecimento de Ativos Contingentes: uma análise dos Processos Administrativos Sancionadores (PAS) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)”. O estudo “Provisões e passivos contingentes: características e reconfiguração das demonstrações contábeis das empresas de capital aberto brasileiras”, cujo objetivo é analisar as características das provisões e dos passivos contingentes e o reflexo da reconfiguração das contingências nas companhias abertas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3), tem como autores Bárbara Carvalho Borges e Suliani Rover.

O próximo artigo é o “Análise da menção dos instrumentos financeiros derivativos nos relatórios dos auditores independentes”, da linha editorial de Mercados Financeiro, de Créditos e de Capitais, que tem o objetivo de verificar se há relação entre a relevância dos instrumentos financeiros derivativos para as principais instituições financeiras brasileiras e sua menção nos relatórios dos auditores independentes. Este artigo tem como autores Camila Rodrigues Makiuchi, Paulo César de Melo Mendes e José Alves Dantas.

Dentro do tema central de Perícia, o estudo intitulado “Aspectos técnicos adotadas por peritos judiciais em contratos de crédito bancários”, cuja autoria é de Matheus Gonçalves Marques Coutinho e Lucas Martins Dias Maragno, tem o objetivo de evidenciar os aspectos técnicos tratados por peritos judiciais legalmente habilitados nas diversas comarcas espalhadas pelo judiciário brasileiro, com o enfoque em processos de ações revisionais, sendo que o objeto da lide foram cédulas de créditos bancárias. Outro estudo, cujo objetivo é analisar qual é a percepção dos discentes quanto aos benefícios e dificuldades encontradas na aplicação dos Mapas Conceituais como uma forma de consolidar o conhecimento adquirido na disciplina de Perícia Contábil, é intitulado de “Mapas conceituais: proposta de consolidação do conhecimento na disciplina de perícia contábil” e seus autores são Caritsa Scartaty Moreira, Annandy Raquel Pereira da Silva, Jocykleber Meireles de Souza, Ítalo Carlos Soares do Nascimento e Geison Calyo Varela de Melo.

O artigo intitulado “Desenvolvimento de competências pela Iniciação Científica (IC): capacidades de agir na vida estudantil e para o exercício da profissão contábil”, da linha editorial de Ensino e Pesquisa em Contabilidade, cuja autoria é de Marcelo Marchine Ferreira, Andreza Paterno da Silva, Rafael Henrique de Oliveira Silva e Romildo de Oliveira Moraes, tem o objetivo de compreender as contribuições da realização de IC, para a construção de competências de estudantes de Ciências Contábeis.

Antônio Zanin, Cristian Baú Dal Macro, Yves Levant e Paulo Sérgio Lima Pereira Afonso são autores do artigo intitulado “Potencialidades gerenciais do método UEP (Unidade de Esforço de Produção)”, da linha editorial de Controladoria e Contabilidade Gerencial. Esse trabalho tem como objetivo investigar as principais características e elementos potenciadores do método UEP enquanto ferramenta de suporte à decisão, destacando as potencialidades gerenciais desse método.

Assim, parabenizamos os autores que tiveram os artigos aprovados e as suas pesquisas publicadas na RMC - estudos que trazem contribuições para o conhecimento da área de Ciências Contábeis. Agradecemos aos autores pelo voto de confiança por submeterem seus artigos à RMC e por acreditarem na qualidade do seu processo de avaliação e aos avaliadores pela dedicação na realização de um trabalho prestimoso.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Profa. Dra. Nálbia de Araújo Santos

Editorial

Ativos intangíveis e geração de valor na Nova Economia

Joyce Mariella Medeiros Cavalcanti

joyce.cavalcanti@unp.br

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais

Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Potiguar

INTRODUÇÃO

A *fintech* brasileira Nubank havia se tornado a maior instituição financeira da América Latina em valor de mercado – estimado em US\$ 41,5 bilhões ou aproximadamente R\$ 230 bilhões em dezembro de 2021 –, logo após ter realizado a oferta pública inicial de suas ações na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), nos Estados Unidos, o que a havia feito ultrapassar o Itaú, que detinha esse posto e é considerado uma instituição financeira tradicional (BBC News, 2021). No entanto, o Nubank reportou prejuízo no último trimestre (3T21) divulgado (Nubank RI, 2022a), assim como nos dois últimos anos 2019-2020 (Nubank, 2021). Existiria, então, um contrassenso nesse caso? Por que o mercado valorizaria tanto uma empresa que não é lucrativa?

Os ativos intangíveis podem ajudar a entender esse cenário. À luz das perspectivas da contabilidade e das finanças, os ativos intangíveis consistem em um importante tema para discussão e compreensão sobre como funciona a geração de valor das empresas atualmente. Sem isso, fatos que envolvem a geração de valor pelos ativos intangíveis se tornam um amontoado de anedotas empresariais – que até podem ser curiosas e interessantes – mas que não fazem sentido no todo.

Entender esse “todo” passa necessariamente pela compreensão da evolução da literatura sobre ativos intangíveis. A partir dela, conceitos e evidências são apresentados para, em seguida, discutir sobre suas críticas e identificar os desafios atuais envolvendo a gestão desses ativos (Garanina; Hussink & Dumay, 2021). É fundamental compreender esse processo, porque são eles, os ativos intangíveis – em conjunto com outros tipos de ativos –, a principal forma de geração de valor no século XXI.

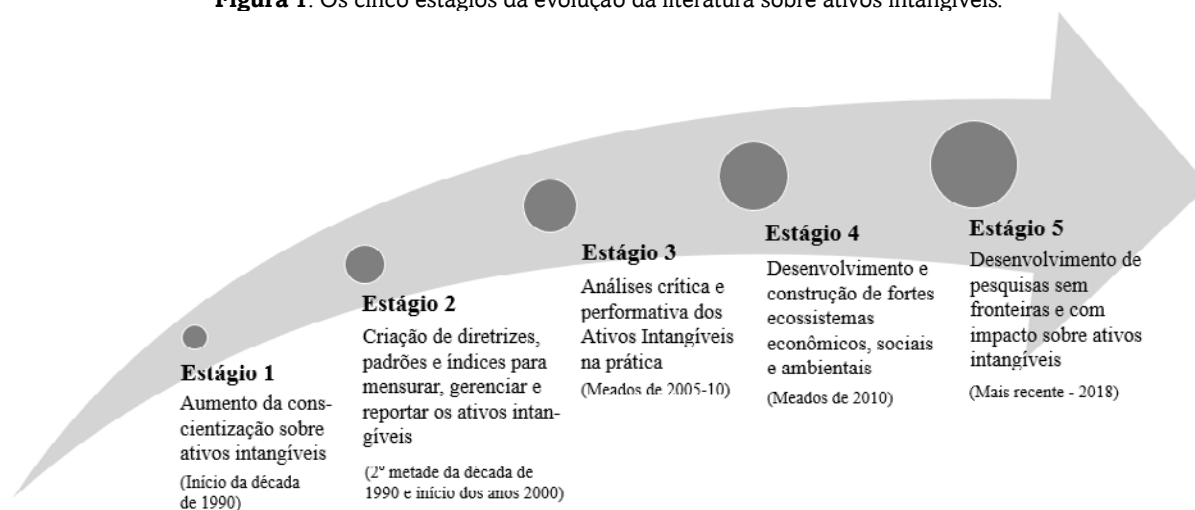
Portanto, o objetivo deste editorial é discutir sobre o papel dos ativos intangíveis na geração de valor na Nova Economia. Ao apresentar uma breve evolução da literatura, espera-se que seja possível aos(as) leitores(as) reunir elementos teóricos e práticos introdutórios com a finalidade de relacioná-los a casos reais e atuais de forma crítica. Com esse intento, o caso do Nubank é revisitado por se tratar de um exemplo de uma empresa nacional intensiva em ativos intangíveis.

2. EVOLUÇÃO DA LITERATURA SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS

Pode-se dizer que a Nova Economia emergiu em meados do século XXI (Lev, 2001) por meio da intensificação da expansão do setor de serviços, que substituiu setores intensivos em capital – com alto emprego de ativos tangíveis, como as indústrias – por setores intensivos em conhecimento – com alto emprego de ativos intangíveis – para competir em nível de excelência global (Alcaniz, Gomez-Bezares & Roslender, 2011). Essa transição de modelo de crescimento contribuiu para a evolução da literatura sobre ativos intangíveis, que pode ser agrupada em cinco estágios evolutivos (Garanina *et al.*, 2021). Caso esses estágios não sejam analisados em conjunto, torna-se muito difícil desenvolver uma abordagem crítica a respeito desse tema. Portanto, apresentam-se a seguir os cinco estágios da evolução da literatura sobre ativos intangíveis para, em seguida, contextualizá-los ao caso do Nubank.

Como suporte para o acompanhamento da evolução dos estágios, apresenta-se a Figura 1 a seguir.

Figura 1: Os cinco estágios da evolução da literatura sobre ativos intangíveis.



Fonte: Adaptado de Dumay, Guthrie e Rooney (2020, Fig. 1. The five stages of IC research, p.3, tradução nossa).

Nota: A delimitação temporal varia e o desenvolvimento dos estágios se sobrepõe. A estimativa dos períodos tem o objetivo de ilustrar a evolução temporal dos estágios de forma didática, sequencial e visual.

2.1 PRIMEIRO E SEGUNDO ESTÁGIOS

Na década de 1990, o termo “capital intelectual” foi inicialmente utilizado por Thomas Stewart para se referir ao *brainpower* de uma empresa como a sua principal forma de alcançar vantagem competitiva com vistas à criação de riqueza (Dumay, Guthrie & Rooney, 2020). Em outras palavras, as empresas deveriam empregar e gerenciar conhecimento, informação, experiência, propriedade intelectual, entre outras formas correlatas de geração de valor, para conseguir sobreviver e atingir desempenho superior ao de seus concorrentes em mercados cada vez mais competitivos.

Foi nesse contexto que o **primeiro estágio** foi identificado. Nele, buscou-se a massificação da conscientização sobre a importância e relevância do capital intelectual com o objetivo de conquistar uma ampla audiência junto à academia, aos profissionais de mercado, aos agentes e órgãos públicos (Petty & Guthrie, 2000). Como resultado, o primeiro estágio foi considerado descritivo ou normativo, o que comprometeu o aprofundamento das especificidades do tema no contexto organizacional.

Para superar essas limitações, durante a segunda metade da década de 1990 até o início dos anos 2000, teve início o **segundo estágio** da evolução da literatura, caracterizado pela busca por legitimação do capital intelectual como disciplina a partir da qual é possível criar diretrizes e padrões, índices para medi-lo, administrá-lo e reportá-lo no contexto organizacional por meio de uma perspectiva *top-down*, multidisciplinar e baseada em evidências (Guthrie, Ricceri & Dumay, 2012). A partir desses dois estágios, avanços teóricos e empíricos significativos ocorreram no que tange à conceituação, ao processo de mensuração, registro e evidenciação, bem como evidências empíricas que relacionassem o capital intelectual com a performance corporativa.

Inicialmente deve-se definir qual termo utilizar. Lev (2001) explica que há uma ampla variedade na literatura: “capital intelectual” nas áreas de gestão e direito, “ativos intangíveis” na contabilidade, e “ativos do conhecimento” na economia. Para esse autor, os três termos são utilizados de modo intercambiável porque compartilham o mesmo significado: são benefícios econômicos futuros não representados fisicamente. Neste editorial, padroniza-se o uso do termo “ativos intangíveis”. Em seguida, devem-se definir parâmetros para identificá-los. De modo geral, há uma convergência na literatura para três componentes: (i) capital humano, relacionado ao conhecimento incorporado às pessoas; (ii) capital estrutural, relacionado ao conhecimento integrado à organização e a seus sistemas; (iii) capital relacional, vinculado ao conhecimento atrelado ao relacionamento externo das organizações com seus *stakeholders* (Guthrie *et al.*, 2012).

A forma como os ativos intangíveis são abordados depende da perspectiva adotada. Por exemplo, enquanto a perspectiva contábil dedica-se à mensuração, ao reconhecimento e à evidenciação dos ativos intangíveis nos relatórios financeiros, a perspectiva financeira auxilia nesse processo ao desenvolver e aplicar metodologias de avaliação (Cavalcanti, Amaral, Correia & Louzada, 2018), o que culmina na gestão desses ativos (Dumay *et al.*, 2020). É importante evidenciar, todavia, que essas duas perspectivas não são as únicas existentes (ver Marr, 2005). Ainda assim, em conjunto, elas abrem importantes avenidas de compreensão sobre como os ativos intangíveis geram valor na Nova Economia, em especial no contexto do Mercado de Capitais.

A partir dessas perspectivas, emerge um tópico de intenso debate: a forma adotada para mensurar, registrar e evidenciar os ativos intangíveis nos relatórios financeiros (Cavalcanti *et al.*, 2018). Se, por um lado, argumenta-se a respeito do avanço regulatório contábil mundial nos últimos 20 anos; de outro, essas mesmas diretrizes contábeis orientam, de modo geral, que gastos com pesquisa & desenvolvimento (P&D) – uma importante fonte de criação de valor pelos ativos intangíveis – sejam classificados como despesa; mas, caso atendam a critérios específicos, poderiam ser capitalizados, assim como permite-se o reconhecimento do *goodwill* e *impairment* mesmo que possam produzir estimativas não confiáveis de valor justo, contribuindo para que ambos os casos sinalizem para orientações e padrões pouco objetivos acerca do tratamento contábil dado aos ativos intangíveis (Garanina *et al.*, 2021).

Nesse ínterim, foram mobilizadas várias estratégias a nível internacional que propuseram métodos e estruturas cujo objetivo era quantificar e evidenciar os ativos intangíveis em relatórios financeiros ou em outros documentos complementares emitidos pelas companhias. Entre elas, destacaram-se: o “Skandia Navigator”, elaborado por Leif Edvinsson; iniciativas governamentais, como o “Meritum” na Europa; e a identificação de criação de valor pelos ativos intangíveis a partir da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil de uma empresa, que entre acadêmicos e profissionais é mais difundida e conhecida por *market-to-book*, que é a razão do valor de mercado dividido pelo valor contábil (Dumay *et al.*, 2020).

O *market-to-book*, que também reflete oportunidades de crescimento, foi utilizado em conjunto com outras variáveis – a exemplo de gastos com P&D, *marketing* e pessoal, entre outras – como forma de medir os ativos intangíveis e relacioná-los ao desempenho corporativo (Lev & Gu, 2016), para testar teorias e, assim, produzir evidências empíricas de cunho positivista (Alcaniz *et al.*, 2011).

Diante do exposto, quais lições foram aprendidas a partir desses estágios?

2.2 ESTÁGIOS SUBSEQUENTES

É inegável que a literatura se desenvolveu bastante no primeiro e segundo estágios. Isso aconteceu porque se alcançou o objetivo de se chamar atenção da comunidade acadêmica, profissional, de agentes e órgãos públicos acerca da importância e relevância dos ativos intangíveis. Consolidaram-se conceitos, teorias e perspectivas, apresentaram-se evidências empíricas e propuseram-se índices, métodos e estruturas para avaliá-los e evidenciá-los. Por essas razões, a literatura sobre ativos intangíveis persiste como campo de pesquisa frutífero nos últimos 20 anos em vários países (Garanina *et al.*, 2021).

Em paralelo, em meados dos anos 2000, surgiram críticas ao discurso vigente (Dumay, 2013), que podem ser simbolizadas pelo ditado “nem tudo que reluz é ouro”. De um lado, a comunidade científica começou a despertar para o fato de que as pesquisas sobre ativos intangíveis aumentaram em quantidade, mas os resultados se tornaram repetitivos e com pouco conhecimento novo; e, de outro, era necessário iniciar uma reaproximação com a prática para que os limites das discussões das perspectivas contábil e financeira fossem ultrapassados, possibilitando a inclusão de mais uma nova perspectiva: a gerencial, a fim de analisar a influência dos ativos intangíveis na gestão de empresas (Dumay & Garanina, 2013). É possível trilhar esse caminho por meio de uma abordagem crítica que dá início ao **terceiro estágio**.

De forma resumida, com base no artigo de Dumay e Garanina (2013), pode-se dizer que o terceiro estágio consistiu em uma crítica à perspectiva contábil – e, por aproximação, à financeira –, porque apesar do seu grande esforço dedicado em produzir diferentes formas para medir e evidenciar os ativos intangíveis (ver Choong, 2008), acadêmicos e profissionais estavam céticos quanto a sua eficácia, questionando-se a utilização, a aplicação prática, a quantificação – seja em índice ou em valor monetário – e a evidenciação dos ativos intangíveis em relatórios financeiros ou em outros documentos emitidos pelas companhias. Consequentemente, perguntas surgiram, como: “qual método utilizar?”, “o que, de fato, esses números medem?”, “os ativos intangíveis geram valor para as companhias que os reportam?”, “como eles funcionam na prática?”.

Para demonstrar como essas críticas suscitaram as perguntas apresentadas, os dois parágrafos a seguir ilustram duas situações: uma sobre índices e valores contábeis e outra sobre evidenciação dos ativos intangíveis.

O Mercado de Capitais é um importante laboratório de pesquisas empíricas nas áreas de contabilidade e finanças. As companhias nele listadas são constantemente avaliadas pelo seu *market-to-book*, que, apesar de figurar entre um dos principais índices que identificam a criação de valor pelos ativos intangíveis de acordo com uma das correntes da literatura, é uma mensuração incompleta, porque o valor de mercado sofre oscilações causadas por inúmeros outros fatores; assim, tentar contornar esse problema por meio de valores contábeis é, também, uma mensuração incompleta, porque eles não compreendem todos os componentes dos ativos intangíveis (Dumay & Garanina, 2013). Por isso, para esses autores, evidências empíricas que relacionaram ativo intangível e desempenho corporativo produziram resultados contraditórios na literatura. Nesse cenário, incluem-se as análises desenvolvidas com base em indicadores tradicionais aplicados à avaliação de empresas intensivas em ativos intangíveis que, por vezes, podem gerar estimativas imprecisas se utilizados de forma isolada e independente (Lev & Gu, 2016) em decorrência dos motivos discutidos anteriormente.

De acordo com Dumay *et al.* (2020), aos poucos os relatórios específicos dedicados à evidenciação dos ativos intangíveis tornaram-se obsoletos para as companhias, tendo sido o INFOSYS em 2011 um exemplo mais recente citado pelos autores. Isso aconteceu porque a convicção de que existe uma relação positiva na qual quanto maior a evidenciação sobre ativos intangíveis, maior é a criação de valor pelas companhias que os reportam, não está suportada em evidências empíricas conclusivas (Dumay, 2016).

Nesse sentido, o terceiro estágio propõe uma agenda de pesquisa incremental aos dois primeiros. A partir dela, busca-se enfatizar a gestão dos ativos intangíveis, investigando-os dentro das organizações para que se compreenda como eles funcionam na prática, isto é, como eles foram implementados pelas empresas, a fim de que seja possível entender seus aspectos específicos por meio de estudos de caso – transversal ou longitudinal – baseados em uma abordagem crítica, multidisciplinar e *bottom-up* (Dumay & Garanina, 2013).

Em decorrência dos estágios anteriores, foi pavimentado o caminho para os estágios subsequentes. Assim, o **quarto estágio** caracteriza-se pela construção de fortes ecossistemas que envolvam a economia, a sociedade e o meio-ambiente para que organizações, cidades e países se desenvolvam por intermédio da gestão dos ativos intangíveis (Dumay, 2013; Dumay & Garanina, 2013). Por fim, no **quinto estágio** esse escopo é ampliado pela transposição das fronteiras das organizações para novas questões que envolvam melhorias para a sociedade e o futuro do mundo (Dumay & Guthrie, 2019).

É interessante perceber o apelo que emerge da literatura para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas de impacto social, ambiental, político, prático e, obviamente, acadêmico, principalmente no contexto atual. Esse chamado também foi sugerido na revisão de literatura sobre ativos intangíveis feita por Garanina *et al.* (2021) e para o futuro da administração e áreas afins feita por Wickert, Post, Doh, Prescott e Prencipe (2021).

3. REVISITANDO O CASO NUBANK

Após essa breve imersão acerca da evolução da literatura sobre ativos intangíveis, retomam-se as perguntas feitas na introdução deste editorial: existiria, então, um contrassenso no caso do Nubank? Por que o mercado valorizaria tanto uma empresa que não é lucrativa?

No contexto da Nova Economia, o Nubank poderia ser representado como uma empresa intensiva em ativos intangíveis. Trata-se de uma *fintech* prestadora de serviços financeiros que evoluiu para companhia listada em Bolsa de Valores, sendo considerada uma “unicórnio” (*startups* que valem mais de US\$ 1 bilhão) desde 2018 (Nubank RI, 2022b). Portanto, exemplifica-se de forma não-exaustiva que a sua geração de valor tem se desenvolvido pela gestão da inovação, tecnologia, marca, modelo de negócio, conhecimento dos colaboradores, cartela de clientes, relacionamento com *stakeholders*, dentre outros exemplos de intangíveis em conjunto com outros tipos de ativos.

Ao retomar os cinco estágios da evolução da literatura, recorda-se que tanto o valor de mercado, como os valores contábeis podem produzir resultados inconclusivos se aplicados de forma isolada e independente às empresas intensivas em ativos intangíveis. Por exemplo, de acordo com o valor de mercado, o Nubank foi a maior instituição financeira da América Latina em dezembro de 2021, mas no mês seguinte, em janeiro de 2022, a *fintech* perdeu o posto para o Itaú e ficou atrás do Bradesco, ocupando o terceiro lugar (Istoedinheiro, 2022) pelo mesmo indicador. Logo, o valor de mercado sofre alterações por diversos fatores e pode mudar ao longo do tempo, não produzindo uma estimativa consistente. Em relação aos valores contábeis, apesar de apresentar prejuízo na demonstração de resultado, isso não sinalizaria de modo definitivo que o Nubank não gera no presente ou não gerará valor no futuro. Em decorrência da atual fase de expansão, esse resultado econômico pode estar refletindo uma situação momentânea. Além disso, ativos intangíveis considerados direcionadores-chave de geração de valor podem não estar inteiramente registrados em seus relatórios financeiros, o que impactaria nas estimativas baseadas em dados contábeis e financeiros.

Pela própria definição, os benefícios econômicos gerados pelos ativos intangíveis são esperados para o futuro. No Mercado de Capitais, eles constituem expectativas cujo valor é incerto e com risco e, para serem realizadas, há forte dependência de fatores internos e externos às companhias. Ao visitar o caso do Nubank, por exemplo, um dos fatores externos que pode ter contribuído com a desvalorização de suas ações está atrelado ao cenário econômico atual dos Estados Unidos, onde é esperada alta dos juros (Istoedinheiro, 2022), enquanto um dos fatores internos pode ser atribuído ao modelo de negócio adotado (BBC News, 2021), que precisará atender às expectativas de transformar a promessa de geração de valor futuro em entrega de resultado financeiro. Esses fatores são citados como exemplos de possíveis determinantes, sendo necessário desenvolver estudos científicos que estabeleçam relações conclusivas de causalidade.

Nesse contexto, torna-se necessário analisar os ativos intangíveis de forma abrangente, incluindo formas de mensuração quantitativa e qualitativa evidenciadas em demonstrações financeiras e complementares com a finalidade de construir uma narrativa que faça sentido no “todo”. Experiências passadas demonstraram que iniciativas anteriores foram insuficientes. Portanto, reportar os ativos intangíveis em conjunto com outros tipos de ativos ou capitais é relevante para a compreensão holística da geração de valor das empresas como suporte para a tomada de decisão de usuários internos e externos, de modo que seja possível acompanhar os impactos e as contribuições geradas junto ao seu ecossistema, à sociedade e ao meio-ambiente. O Relato Integrado e o Relatório ESG (sigla do inglês para *Environmental, Social and Governance*) são formas de evidenciação que direcionam esforços nesse sentido.

4. COMENTÁRIOS FINAIS

É urgente que se adote uma abordagem crítica sobre ativos intangíveis. Dessa forma se torna possível analisar a abrangência e as limitações do tema para que novas contribuições sejam feitas não só na academia, mas para uma audiência ainda maior formada por profissionais de mercado, investidores, reguladores, políticos, pela sociedade, entre outros(as).

Há anos, a literatura internacional sobre ativos intangíveis promove um chamado para a elaboração e divulgação de pesquisas teóricas e, principalmente, empíricas direcionadas para os estágios além dos dois iniciais. Ela tem sido profícua em produzir reflexões críticas sobre a teoria e prática dos ativos intangíveis contextualizadas às áreas de contabilidade e finanças. Por isso, esse chamado se estende ao Brasil uma vez que a produção de conhecimento precisa avançar não só por meio dos dois primeiros estágios, mas através dos estágios subsequentes também.

Ao analisar o caso do Nubank, espera-se que tenha sido possível traçar um antes e depois: antes, na introdução, o caso foi introduzido superficialmente, ao passo que, depois, ao revisita-lo, análises críticas fundamentadas na evolução da literatura foram desenvolvidas para que os(as) leitores(as) reunissem elementos teóricos e práticos introdutórios de compreensão acerca da problematização da influência dos ativos intangíveis na geração de valor de empresas na Nova Economia. Por ter seguido essa linha de raciocínio, percebe-se que o caso em tela poderia ter sido substituído por qualquer outro que envolvesse companhias intensivas em ativos intangíveis.

Ressalta-se, diante do exposto, que as discussões desenvolvidas não pretendem esgotar as reflexões acerca desse tema. A motivação deste editorial foi demonstrar, de forma simples, rápida e intuitiva, uma possibilidade de análise incremental ao que já foi amplamente discutido na mídia a partir da literatura acadêmica aplicada a um caso prático e real. Espera-se, assim, que as pesquisas e discussões futuras avancem no sentido apontado pelo chamado da literatura internacional sobre ativos intangíveis.

REFERÊNCIAS

- Alcaniz, L., Gomez-Bezarez, F., & Roslender, R. (2011). Theoretical perspectives on intellectual capital: A backward look and a proposal for going forward. *Accounting Forum*, 35(2), 104-117. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2011.03.004>.
- BBC News. (2021). Como Nubank se tornou banco mais valioso da América Latina sem dar lucro. Recuperado em 31 de janeiro, 2022, de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59813456>.
- Cavalcanti, J. M. M., Amaral, H. F., Correia, L. F., & Louzada, L. C. (2018). Proposta de convergência teórica das perspectivas das finanças e da contabilidade na avaliação de ativos intangíveis. *Revista Universo Contábil*, 13(4), 177-193. <https://doi.org/10.4270/ruc.2017431>.
- Choong, K. K. (2008). Intellectual capital: definitions, categorization and reporting models. *Journal of Intellectual Capital*, 9(4), 609-638. <http://dx.doi.org/10.1108/14691930810913186>.
- Dumay, J. (2013). The third stage of IC: towards a new IC future and beyond. *Journal of Intellectual Capital*, 14(1), 5-9. <https://doi.org/10.1108/14691931311288986>.
- Dumay, J. (2016). A critical reflection on the future of intellectual capital: from reporting to disclosure. *Journal of Intellectual Capital*, 17(1), 168-184. <https://doi.org/10.1108/JIC-08-2015-0072>.
- Dumay, J., & Garanina, T. (2013). Intellectual capital research: a critical examination of the third stage. *Journal of Intellectual Capital*, 14(1), 10-25. <https://doi.org/10.1108/14691931311288995>.
- Dumay, J., & Guthrie, J. (2019). Reflections on interdisciplinary critical intellectual capital accounting research: Multidisciplinary propositions for a new future. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(8), 2282-2306. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2018-3636>.
- Dumay, J., Guthrie, J., & Rooney, J. (2020). Being critical about intellectual capital accounting in 2020: An overview. *Critical Perspectives on Accounting*, 70, 102185. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2020.102185>.
- Garanina, T., Hussinki, H., & Dumay, J. (2021). Accounting for intangibles and intellectual capital: a literature review from 2000 to 2020. *Accounting & Finance*, 61(4), 5111-5140. <https://doi.org/10.1111/acfi.12751>.
- Guthrie, J., Ricceri, F., & Dumay, J. (2012). Reflections and projections: A decade of Intellectual Capital Accounting Research. *The British Accounting Review*, 44(2), 68-82. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2012.03.004>.
- Istoedinheiro. (2022). Nubank cai 20% desde estreia na Bolsa e já vale menos do que Itaú e Bradesco. Recuperado em 04 de fevereiro, 2022, de <https://www.istoedinheiro.com.br/nubank-cai-20-desde-estrela-na-bolsa-e-ja-vale-menos-do-que-itaue-bradesco/>.
- Lev, B. & Gu, F. (2016). *The end of accounting and path forward of investors and managers*. New Jersey: John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781119270041>.
- Lev, B. (2001). *Intangibles: management, measurement, and reporting*. Washington: Brookings Institution Press. <https://www.brookings.edu/book/intangibles/>.
- Marr, B. (2005). *Perspectives on Intellectual Capital*. Oxford: Butterworth-Heinemann. <https://www.sciencedirect.com/book/9780750677998/perspectives-on-intellectual-capital#book-description>.
- Nubank RI – Relação com Investidores. (2022a). Central de Resultados. Recuperado em 31 de janeiro, 2022, de <https://www.investidores.nu/financas/central-de-resultados/>.
- Nubank RI – Relação com Investidores. (2022b). Acompanhe Nossa Jornada. Recuperado em 31 de janeiro, 2022, de <https://www.nuinternational.com/pt-br/companhia/acompanhe-nossa-jornada/>.
- Nubank. (2021). Demonstrações financeiras consolidadas 31 de dezembro de 2020 NU PAGAMENTOS S.A. Recuperado em 04 de fevereiro, 2022, de https://nubank.com.br/docs/financial_statements/Nubank_consolidado_dez_2020.pdf.
- Petty, R., & Guthrie, J. (2000). Intellectual capital literature review: Measurement, reporting and management. *Journal of Intellectual Capital*, 1(2), 155-176. <https://doi.org/10.1108/14691930010348731>.
- Wickert, C., Post, C., Doh, J.P., Prescott, J.E. & Prencipe, A. (2021). Management Research that Makes a Difference: Broadening the Meaning of Impact. *Journal of Management Studies*, 58(2), 297-320. <https://doi.org/10.1111/joms.12666>.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos professores Ewerton Alex Avelar, do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPCON/UFMG), Kenyth Alves de Freitas, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), Patrícia Fonseca de Souza, do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (PPGA/CEFET-MG), e do Corpo Editorial da Revista Mineira de Contabilidade (RMC), pelas valiosas revisões e contribuições feitas neste editorial. Agradeço, também, ao Instituto Ânima pelo apoio financeiro.

Sumário

Reconhecimento de ativos contingentes: uma análise dos processos administrativos sancionadores (PAS) da comissão de valores mobiliários (CVM).....	10
Provisões e passivos contingentes: características e reconfiguração das demonstrações contábeis das empresas de capital aberto brasileiras.....	21
Relação entre a relevância dos instrumentos financeiros derivativos nos bancos brasileiros e a menção a esses instrumentos no relatório dos auditores.....	33
Aspectos técnicos adotados por peritos judiciais em contratos de crédito bancários.....	44
Mapas conceituais: proposta de consolidação do conhecimento na disciplina de perícia contábil.....	57
Desenvolvimento de competências pela iniciação científica (IC): capacidades de agir na vida estudantil e na vida profissional em contabilidade para o exercício da profissão contábil.....	70
Potencialidades gerenciais do método UEP (Unidade de Esforço de Produção).....	83



Nave Espacial de Varginha - Varginha - MG

Cidade do interior mineiro, Varginha está localizada na região Sul do estado. Os primeiros documentos que trazem a história da cidade datam de 1780. Os tropeiros, que estavam passando regularmente por Varginha, fizeram, em 1785, uma pequena capela. Em 1806, foi construída a capela do Divino Espírito Santo das Catandubas e, no mesmo ano, foi doado o terreno exigido para o patrimônio distrital. Então se deu ao povoado o nome de Catandubas ou Catandubas. Em virtude do padroeiro da capela, o distrito passou a chamar-se Espírito Santo das Catandubas.

Com a expansão da cultura cafeeira por volta de 1870 e o fim da escravatura, a mão de obra ficou escassa. Em 1888, a recém-criada cidade de Varginha recebeu a maior leva de imigrantes italianos no Brasil. A vinda dos imigrantes gerou grande desenvolvimento econômico para Varginha e para o Sul de Minas no final do século XIX e início do século XX.

Hoje, a cidade é um dos principais centros de comércio e produção de café do Brasil e do mundo e é referência na produção de cafés de alta qualidade, além de ser um polo de exportação do produto, escoando a maior parte da produção do Sul de Minas.

Varginha foi apontada pela revista *Veja*, em 2011, como a sétima melhor cidade do Brasil para se viver e investir e tornou-se conhecida internacionalmente, em 1996, pelo suposto aparecimento de criaturas alienígenas, no episódio que ficou conhecido como o "Incidente de Varginha". Com isso, o município passou a explorar turisticamente o fato com naves espaciais e ETs por toda parte. Um dos pontos turísticos da cidade é a famosa Nave Espacial de Varginha (foto), um reservatório de água da Copasa com 20 metros de altura, construído em 2001, em formato de nave espacial.

Crédito da foto: Wagner Leonardo Rodrigues

RECONHECIMENTO DE ATIVOS CONTINGENTES: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES (PAS) DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

RECOGNITION OF CONTINGENT ASSETS: AN ANALYSIS OF ADMINISTRATIVE SANCTION PROCESSES UNDER BRAZILIAN SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION

"O artigo foi aprovado e apresentado no XII Congresso AnpCont, realizado de 09/06 a 12/06 de 2018, em João Pessoa (PB)"

RESUMO

A adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil alterou não apenas a forma dos lançamentos e classificações contábeis, mas, principalmente, o poder de julgamento dos profissionais nas decisões de reconhecimento, mensuração e evidenciação. Dentre as normas adotadas, está o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes –, correspondente ao IAS 37 – Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets –, cujo objetivo é estabelecer os critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes. O presente estudo tem como objetivo verificar os julgamentos dos Processos Administrativos Sancionadores (PAS) pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de ativos contingentes que não foram originados na esfera judicial. Para tal se adotou um estudo exploratório de abordagem qualitativa e análise documental. Os resultados sugerem que para a CVM não há qualquer distinção no reconhecimento quanto à origem dos ativos contingentes, se são ou não originados em processos judiciais. Também não foram encontrados indicativos de que os ativos contingentes tenham sido julgados em razão de sua origem, mas pela forma como a administração da entidade justificou tal reconhecimento. O estudo conclui que não há qualquer diferenciação pela CVM na análise dos ativos contingentes oriundos ou não de processos judiciais.

Palavras-chave: Ativo Contingente; CPC 25; IAS 37; PAS; CVM.

ABSTRACT

The adoption of international accounting standards in Brazil changed not only the form of accounting entries and classifications, but, mainly, the power of judgment of accountants in recognition, measurement and disclosure decisions. Among the standards adopted, there is CPC 25 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets -, corresponding to IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets -, whose objective is to establish the appropriate recognition criteria and measurement bases for provisions and the contingent liabilities and assets. The present study aims to verify the judgments of Sanctioning Administrative Proceedings (PAS) by the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM) of contingent assets that did not originate in the judicial sphere. To this end, an exploratory study with a qualitative approach and document analysis was adopted. The results suggest that for the CVM there is no distinction in the recognition of the origin of contingent assets, whether or not they originate in legal proceedings. There were also no indications that the contingent assets were judged based on their origin, but on the way in which the entity's management justified such recognition. The study concludes that there is no differentiation by the CVM in the analysis of contingent assets arising or not from legal proceedings

Key words: Contingent Assets; CPC 25; IAS 37; PAS; CVM.

Gilberto Santiago Silva Santos

Doutorando e Mestre em Ciências Contábeis Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contador. Profissional Petrobras de Nível Superior Sênior - Ciências Contábeis. E-mail: sssgilberto@ufrj.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7753-5316>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0453391611954454>

Michel de Matos Tosta

Mestre em Ciências Contábeis Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Contabilidade e Auditoria pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Coordenador de Planejamento e Monitoramento da Exploração - Profissional Petrobras de Nível Médio Sênior - Contabilidade. E-mail: micheltosta@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9609-8425>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4601042925099081>

Rayla dos Santos Oliveira Dias

Doutoranda e Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Controladoria e Finanças pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora de Contabilidade e Finanças nas Faculdades Dom Bosco. Professora de Contabilidade na Escola Técnica Estadual República - ETER/FAETEC. E-mail: raylaoliveira@ufrj.br. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6191-9323>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1318332214063209>

Natan Szuster

Pós-doutorado em Contabilidade pela University of Illinois at Urbana-Champaign. Mestre e Doutor em Contabilidade pela FEA/USP. Contador. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Conselho Fiscal do WWF. Membro do Advisory Board do Applied Research Center in Accounting and Analytics da FGV. Sócio da Szuster Cardoso Serviços Contábeis. E-mail: szuster770@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9647-1266>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6007488224459562>

1. INTRODUÇÃO

A Contabilidade é a ciência que, dentre outros objetivos, visa a evidenciação fidedigna das demonstrações contábeis. Com base na prudência, que rege a elaboração das demonstrações contábeis, entende-se que as entidades devem reconhecer o menor valor para os ativos em suas demonstrações contábeis. Diante dessa obrigatoriedade, de que os ativos devem sempre ser reconhecidos pelo menor valor, existem muitas restrições em relação ao reconhecimento, nas demonstrações contábeis, dos chamados ativos contingentes. (CPC, 2009; CPC, 2019).

Em relação à prudência, Martins, Gelbcke, Santos e Iudícibus (2013) afirmam que essa estabelece certo grau de precaução no exercício de julgamentos para as estimativas em um cenário de incerteza, para que assim os passivos e as despesas não sejam subestimados e os ativos e as receitas não sejam superestimados.

No pronunciamento conceitual básico CPC 00 (R2), um ativo é definido como um bem ou direito que irá trazer benefício econômico futuro e tem potencial para contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa e equivalentes de caixa da entidade; complementa a definição de ativo definindo que a entidade aplica seus recursos (ou ativos) na produção de bens ou na prestação de serviços para assim suprir as necessidades dos consumidores (CPC, 2019).

Ativo contingente é definido pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes –, equivalente ao IAS 37 – *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* –, como “um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade” (CPC, 2009, p.5).

Em relação aos eventos incertos, esses devem ser apresentados em notas explicativas ou reconhecidos nas demonstrações contábeis, se a sua ocorrência for estimada, respectivamente, como possível ou provável. No entanto, caso a ocorrência desses eventos seja julgada como remota, a informação não precisa ser evidenciada (IASB, 2010).

Quanto ao reconhecimento desses ativos, o CPC 25 destaca que “a entidade não deve reconhecer um ativo contingente” (CPC, 2009, p.8), mas em seu parágrafo 33 o pronunciamento define o que é um ativo contingente e de qual forma um ativo pode ser reconhecido pelas companhias: “quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado”, entretanto a norma não apresenta qualquer definição do que seria “praticamente certo” (CPC, 2009).

O CPC 25 cita apenas um exemplo para ilustrar como um ativo contingente poderia ser originado; no exemplo do CPC, uma empresa é parte de um processo judicial em que poderá receber entradas de recursos, mas o resultado do pleito é incerto (CPC, 2009).

A expressão jurídica “transitado em julgado” significa algo que não pode mais ser contestado no judiciário, em outras palavras é uma decisão que não pode ser reformada. Soares (2010) afirma que, segundo a doutrina processual brasileira tradicional, a sentença transitada em julgado é justamente aquela contra a qual não cabe mais nenhum recurso, seja ordinário ou extraordinário. O autor destaca ainda que o Código de Processo Civil brasileiro não possui uma definição exata para a expressão “trânsito em julgado”, deixando a interpretação do termo para os doutrinadores, que acabam recorrendo a outros ordenamentos jurídicos para o entendimento do termo. Embora o CPC 25 apresente um exemplo relacionado a processo judicial, existem ativos contingentes que não são originados de processos judiciais, mas podem ser originados de processos arbitrais ou administrativos.

Todos os governos estabelecem entes que devem regular os mercados bancários e de capitais. A *Global Reporting Initiative* (2019) define que os entes reguladores do mercado têm como missão encorajar uma boa governança e transparência nas atividades empresariais e que para isso determinam que as empresas que atuam no mercado tenham que seguir certas normas e padrões. O mercado financeiro conta, normalmente, com um ente para regular a atividade bancária e outro para regular o mercado de capitais (FIMARKETS, 2019). No Brasil há o Banco Central do Brasil e a CVM para regular o mercado bancário e o mercado de capitais, respectivamente (SILVA; CARVALHO; MEDEIROS, 2009).

A CVM, como a responsável por regular o mercado de capitais brasileiro, tem como atribuições fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil. A autarquia se utiliza dos Processos Administrativos Sancionadores (PAS) como uma forma de combater as irregularidades no mercado de ações, é por meio dos PAS que a CVM aplica sanções administrativas aos infratores (BRASIL, 1976; CVM, 2008).

Portanto, diante do exposto, este trabalho tem por objetivo responder à seguinte questão: **Como a CVM avalia os ativos contingentes não originados em processos judiciais?**

O presente estudo tem como objetivo avaliar os julgamentos dos PAS pela CVM de ativos contingentes que não foram originados na esfera judicial; tal análise é importante para demonstrar que mesmo ativos que não estão sob disputa podem ser alvos de análise da CVM e também para expandir o entendimento em relação ao CPC 25, que apresenta como exemplo apenas um ativo contingente oriundo de uma esfera judicial.

Essa pesquisa se justifica devido (1) à importância de apresentar para as empresas a forma como a CVM julga ativos contingentes fora da esfera judicial, (2) da correta evidenciação (e possível reconhecimento) dos ativos contingentes à luz do entendimento da CVM, (3) de instruir o tomador de decisão sobre a possibilidade ou não de reconhecer esses ativos, e (4) de apresentar uma análise sobre ativos de que a norma não trata diretamente, pois não há previsão no CPC 25 de um ativo contingente que não seja oriundo de uma disputa judicial. Com os resultados, espera-se contribuir não apenas para a comunidade acadêmica, mas também para o mercado financeiro, devido à importância do posicionamento da CVM na

aplicabilidade do termo “praticamente certo”, assim como se permitirá verificar, com o resultado das análises dos PAS, como a CVM interpreta os ativos contingentes registrados pelas empresas que não têm origem judicial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Apresentação Fidedigna das Demonstrações Contábeis

O objetivo das demonstrações contábeis é prestar informações sobre a posição patrimonial e financeira da entidade; para que essas informações sejam úteis, precisam ser confiáveis, ou seja, devem estar livres de erros ou vieses e evidenciar fidedignamente aquilo a que se propõem a representar (Martins et al., 2013).

De acordo com Bordin e Saraiva (2005), a geração de informações adequadas e oportunas é fundamental para a compreensão dos fatos realizados na organização. Os autores destacam, ainda, que a organização deve possuir relatórios e sistemas que sejam confiáveis e eficientes e que, assim, apresentem as demonstrações financeiras de forma que reflitam adequadamente a situação econômico-financeira da entidade.

Segundo Martins, Machado e Callado (2014), para que a contabilidade tenha conteúdo informacional é necessário que ela seja portadora de características que lhe garantam credibilidade entre os *stakeholders*. De acordo com o *International Accounting Standards Board* (IASB), *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as características almejadas pela informação contábil, do ponto de vista do usuário, são tidas como fundamentais, como a relevância e a representação fidedigna, que são características essenciais para que a informação contábil seja considerada útil.

A informação relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões dos usuários e ser capaz de fazer diferença em uma decisão, mesmo no caso de o usuário não a considerar ou reconhecer sua existência por outras fontes. Ademais, o pronunciamento conceitual apresenta que a informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos (Martins et al., 2014). Esse valor preditivo está muito presente na avaliação dos ativos contingentes, pois a administração da entidade deverá avaliar o possível ativo contingente e definir como esse deverá ser evidenciado em seus relatórios financeiros.

O CPC 25 define que os ativos contingentes devem, no máximo, ser apresentados em notas explicativas; autores como Michels (2017) a evidenciação das informações em notas explicativas e o reconhecimento são etapas diferentes e os *stakeholders* avaliam que itens registrados nas demonstrações contábeis são mais relevantes que os valores apenas divulgados em notas explicativas e o autor defende que os padrões de contabilidade já refletem isso, pois são mais específicos e cuidadosos quando tratam do registro de valores na contabilidade das entidades em relação aos padrões que regulam apenas as diretrizes para evidenciação em notas explicativas.

Novak (2016) recognition on the face of the primary financial statements versus disclosure in the notes to the financial statements menciona um ponto importante relativo ao *Conceptual Framework* do IASB e que é um tema que permeia esse trabalho: o autor destaca que os itens não reconhecidos e apenas divulgados em notas explicativas podem ou não aparecer na forma numérica, ou seja, uma entidade pode divulgar uma informação que tem potencial de impactar as suas demonstrações contábeis apenas com palavras e sem a necessidade de mencionar valores e, sendo assim, as empresas poderiam apresentar seus ativos contingentes em notas explicativas sem necessariamente valorá-los.

Os achados do trabalho de Clor-Proell e Maines (2014) sugerem que os responsáveis por preparar as informações contábeis das empresas têm mais atenção aos itens que serão registrados nas demonstrações contábeis da entidade do que àqueles que serão divulgados apenas nas notas explicativas.

Observando a discussão acadêmica sobre o reconhecimento ou a evidenciação em notas explicativas, percebemos o risco de que, se os ativos contingentes forem apresentados sempre em notas explicativas, eles podem ser, de certo modo, avaliados de forma superficial pelas entidades.

2.2 Ativos Contingentes

Os ativos contingentes podem ser considerados como uma espécie de provisão, pois a entidade reconhece no momento atual algo que irá ter efeito positivo futuro no seu fluxo de caixa. Segundo Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013b) as provisões são fundamentais dentro de um sistema contábil e atendem ao regime de competência dos fatos ocorridos, diferenciando-se do regime de caixa que depende da movimentação de recursos financeiros. O reconhecimento de um ativo contingente deveria ocorrer pela competência dos fatos ocorridos, e não pelo transitado em julgado do Poder Judiciário. Definir que apenas o que foi transitado em julgado seja evidenciado nos relatórios financeiros retira do profissional contábil o poder de julgamento sobre os elementos patrimoniais e passa tal responsabilidade para um ente externo ao controle da entidade.

Historicamente o ativo contingente aparece como um apêndice dos documentos que tratam os passivos contingentes; isso pode ser observado nas duas principais normas que regem a divulgação de ativos contingentes, tanto em nível internacional quanto em nível nacional: o FAS 5 – *Accounting for Contingencies* – e o IAS 37 – *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*. O FAS 5, emitido em 1975, dedica o tópico 17 do seu texto à possibilidade de ganho contingente e ainda se refere a outra norma, como segue:

O Conselho do FASB não reavaliou o ARB N° 50 com relação aos ganhos contingentes. Por conseguinte, as seguintes disposições dos parágrafos 3 e 5 desse Boletim continuam em vigor:

- a. Contingências que podem resultar em ganhos geralmente não são refletidas nas demonstrações contábeis, pois isso pode ser reconhecido como receita antes de sua realização.
- b. Deve ser feita divulgação adequada das contingências que possam resultar em ganhos, mas se deve tomar cuidado para evitar implicações enganosas quanto à probabilidade de realização. (FASB, 1975, p. 7, tradução nossa)

Como pode ser observado, o FAS 5 não mudou a interpretação de 1958 do ARB (*Accounting Research BULLETINS*) emitido pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA). O FAS 5 já foi alterado por diversos documentos, como pode ser observado na lista de alterações da norma divulgada pelo FASB (FASB, 2010). Entretanto, nenhuma dessas alterações mudou a interpretação do parágrafo 17 do FAS 5. Ou seja, a norma que rege a evidenciação de ativos contingentes no mercado americano é a mesma desde 1958, como segue:

as contingências que podem resultar em ganhos geralmente não são refletidas nas contas, pois isso pode ser o reconhecimento da receita antes de sua realização; mas deve haver divulgação adequada. (AICPA, 1958, p. 38, tradução nossa)

Ainda no contexto das normas internacionais de contabilidade também se pode observar que o termo “ativo contingente” é pouco explorado: apenas 5 parágrafos do total de 95 parágrafos do IAS 37 tratam do ativo contingente (Carvalho Guello & Biscalchin, 2009). Em relação à regulamentação trazida pelo IAS 37, Mirza, Orrell e Holt (2008) fazem a seguinte observação:

Antes da promulgação da IAS 37, na ausência de regras claras de reconhecimento e mensuração, as entidades podiam reconhecer enormes provisões na demonstração do resultado (*often referred to as big bath provisions*) e, assim, manipular os lucros das demonstrações financeiras (Mizra et al., 2008, p. 317, tradução nossa).

Sendo assim, não existia norma específica no âmbito das normas internacionais para o tratamento dos ativos contingentes antes do IAS 37 (Mizra et al., 2008).

O pronunciamento técnico CPC 25, correlato ao IAS 37 – *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* –, que trata da contabilização das provisões e divulgação dos ativos e passivos contingentes, solicita uma base sólida para o reconhecimento dos ativos contingentes. Para que esses ativos sejam divulgados, são necessários laudos demonstrando que seu recebimento futuro é provável, para que assim não exista o risco de gerenciamento de resultados (Ribeiro et al., 2013b).

Cabe destacar que uma obra relevante na literatura contábil, elaborada por Martins et al. (2013), a qual é referenciada em diversos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, bem como nos demais trabalhos acadêmicos, somente abordou a temática de ativos contingentes em sua edição de 2013. Os autores mencionam a existência de passivos que devem ser registrados, apesar de não terem exatamente uma data definida para pagamento ou, até mesmo, o valor exato da referida obrigação, isso porque no passivo devem estar contabilizadas as obrigações em sua totalidade e todos os encargos e riscos conhecidos e calculáveis.

O texto apresentado pelos autores demonstra grande preocupação em definir como registrar os passivos contingentes e trata sem profundidade dos ativos contingentes, como se o entendimento sobre o tema estivesse pacificado pelos termos “transitado em julgado” e “praticamente certo”.

Os ativos contingentes surgem da possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, vindos de eventos não planejados ou não esperados. Esses ativos não devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização desse ganho seja praticamente certa, o que, de certa forma, deixa de caracterizá-lo como contingente; entretanto, não há uma definição do que seria o termo “praticamente certo” (Martins et al., 2013).

Como exemplo da importância dos ativos contingentes, pode-se apresentar o caso da Viação Aérea Rio Grandense S. A. – VARIG. A empresa, fundada em 1927, terminou as suas operações em 2006. (N. Souza, 2017).

Embora a VARIG tenha terminado suas operações em 2006, somente em agosto de 2017, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a massa falida da VARIG foi declarada vencedora de uma ação contra a União no valor de R\$ 6 bilhões (valor corrigido). Esses valores são ressarcimentos por perdas geradas pelo congelamento dos preços das passagens impostas pelo Plano Cruzado, de 1986. Com base na norma, o ativo contingente da VARIG tornou-se “praticamente certo”, para citar a expressão contida no CPC 25, em 3 de agosto de 2017 que foi a data que o STF decidiu, em última instância, o mérito a favor da empresa por conta das perdas ocorridas durante o Plano Cruzado (STF, 2017). Importante notar que tais valores não puderam em nenhum momento ser registrados pela empresa por conta das restrições aos reconhecimentos dos ativos contingentes.

2.3 Estudos Anteriores

Em relação à provisão e às contingências, foram encontrados os estudos de Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) e Fonteles, Nascimento, Ponte e Rebouças (2013). O estudo de Ribeiro et al. (2013) abordou especificamente o contencioso

legal tributário e analisou a percepção de advogados de grandes escritórios que forneciam suporte a empresas, auditores e juristas sobre a introdução do pronunciamento CPC 25 no Brasil e a possibilidade da prática de Gerenciamento de Resultados com uso de provisões sobre contencioso legal no Brasil. A pesquisa foi realizada no período de 2009 a 2011 e os autores concluíram que a aplicação do CPC 25 é uma questão interdisciplinar, uma vez que envolve no processo o parecer de consultores jurídicos, auditores e contadores. Foi também evidenciado que a prática de gerenciamento de resultado contábil pode ser reduzida quando existem boas práticas de governança corporativa.

Fonteles et al. (2013) abordou a evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA, considerando como prováveis determinantes as variáveis: tamanho, setor de atividade, segmento de listagem, rentabilidade, endividamento, liquidez e alavancagem financeira. Os resultados da pesquisa evidenciaram a presença de práticas contábeis antigas e, conseqüentemente, a inadequação das empresas ao CPC 25.

O tema passivo contingente foi encontrado em maior evidência em estudos; dentre eles, destacam-se os estudos desenvolvidos por Suave, Codesso, Pinto, Vicente e Lunkes (2013), Pinto, Avelar, Fonseca, Silva e Costa (2014) e Jesus e Souza (2016). A pesquisa de Suave et al. (2013) teve por objetivo identificar se as empresas mais negociadas da BM&FBOVESPA atendiam às disposições do CPC 25, quanto à divulgação de passivos contingentes. Os autores concluíram que as empresas divulgavam principalmente processos judiciais relacionados a causas fiscais, cíveis e trabalhistas, com menor divulgação de contingências ambientais.

O estudo de Pinto et al. (2014) procurou identificar se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingentes estava relacionada com o valor de mercado das companhias brasileiras e quais fatores estavam relacionados com o nível de evidenciação. O período de estudo foi de 2010 a 2013, e concluíram que as empresas que mais evidenciaram foram as empresas do setor de Softwares e Dados e, quanto maior o valor de mercado das empresas, menor é o nível de evidenciação de informações acerca de provisão e passivo contingente.

Jesus e Souza (2016) realizaram uma pesquisa relacionando o tema passivo contingente com a auditoria. O estudo teve por objetivo analisar os impactos do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica de empresas brasileiras auditadas pelas quatro maiores empresas de auditoria. Analisaram 50 empresas e concluíram que as empresas auditadas pela *Pricewaterhouse Coopers e Deloitte Touche Tohmatsu*, em 2014, foram as que melhor atenderam às exigências estabelecidas pelo CPC 25, quanto à divulgação de passivos contingentes.

Quanto aos estudos que abordaram o tema ativo contingente no Brasil, foram encontrados os estudos de Castro, Vieira e Pinheiro (2015); Steppan (2016); Lima e Arcúrio Júnior (2017); Freire, Cavalcante e Leite Filho (2017); Sousa e Coelho (2017); Sousa, Alves e Santos (2018); Souza, Martinez, Murcia e Bastos (2019); e Sousa (2019).

Castro et al. (2015) analisaram a ocorrência de divergência na divulgação de contingências ativas e passivas pelas empresas brasileiras que negociaram suas ações tanto na BM&FBOVESPA quanto na NYSE. Concluíram, com a pesquisa, que as principais divergências de divulgação se referiam à quantidade de contingência divulgada, ao nível de detalhamento das informações e à declaração de informações mais completas no Relatório 20F; os resultados sugeriram um tratamento diferenciado das informações divulgadas de acordo com o mercado, o que gerou uma assimetria entre as informações divulgadas no Brasil e nos EUA.

Steppan (2016) analisou os efeitos do viés emocional do otimismo exagerado, no julgamento do profissional contábil, nas avaliações das probabilidades de ocorrência de ativos e passivos contingentes. A autora concluiu que o viés otimista ajudou a explicar as avaliações das estimativas de probabilidades dos eventos; entretanto, observa-se que nem sempre os impactos aconteceram da forma prevista pelas teorias que embasam o viés otimista.

Lima e Arcúrio Júnior (2017) através da hermenêutica contábil estudaram as expressões probabilísticas do CPC 25 ao avaliar, principalmente, os conceitos provisão, ativo contingente e passivo contingente. Os achados evidenciaram que para os ativos contingentes uma probabilidade de até 10% é considerada uma possibilidade remota; possível seria de 10% a 50%; de 50% a 95% seria provável; e somente o que passar de 95% de certeza poderia ser considerado praticamente certo e ser reconhecido nas demonstrações contábeis das empresas.

Freire et al. (2017) abordaram o tema ativo contingente com o intuito de apresentar as possibilidades de mensurar os ativos contingentes (e outros ativos), visto que essa é uma das limitações do reconhecimento dos ativos contingentes. Os métodos de valoração de ativos desenvolvidos pelo trabalho foram: o Método da Valoração Contingente, o Método dos Preços Hedônicos e o Método do Custo de Viagem. Conforme mencionado pelos autores, a natureza teórica do ensaio é uma limitação, ou seja, os métodos não foram testados na prática.

Sousa e Coelho (2017) avaliaram as opiniões dos contadores e dos auditores em relação ao reconhecimento dos ativos contingentes. Através de uma pesquisa de campo, documental e bibliográfica, além de um questionário, os autores mostraram que não houve alinhamento de opiniões entre os contadores e os auditores em relação à evidenciação dos ativos contingentes, evidenciando o quanto esse assunto ainda demandará esforços dos reguladores e da academia para que as empresas publiquem relatórios alinhados com o que é esperado pelo CPC 25.

Sousa et al. (2018) levantaram os PAS da CVM que tratavam dos ativos contingentes para avaliar a interpretação da autarquia em relação ao CPC 25. Em seus achados os ativos das empresas, sob os PAS analisados, apresentaram em suas demonstrações contábeis ativos superavaliados em R\$ 8 bilhões, pois a CVM considerou todos os valores como incorretos ao tratarem de ativos contingentes que não poderiam ser reconhecidos no balanço patrimonial.

Sousa (2019) analisou a evidenciação dos ganhos contingentes em empresas do setor de consumo cíclico e não cíclico listadas na BM&FBOVESPA. No trabalho o autor propõe fluxogramas para auxiliar as empresas e os profissionais

de contabilidade no tratamento dos ativos contingentes. Os achados do trabalho mostraram que apenas 21% das empresas analisadas cumprem estritamente o CPC 25 e alerta que a baixa aderência à norma por conta das empresas é um indicativo de que há necessidade de maior aprofundamento do CPC 25 em relação aos ativos contingentes.

Souza et al. (2019) avaliaram 300 empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo quanto às exigências do CPC 25. Os resultados corroboram os achados de Sousa (2019) de que a maior parte das empresas estão distantes do alinhamento com o CPC 25, mas os autores destacaram que as empresas auditadas pelas 4 maiores empresas de auditoria em nível mundial (PWC, Deloitte, KPMG e E&Y) mostraram um nível maior de cumprimento com o que está estabelecido no CPC 25.

Em relação aos Processos Administrativos Sancionadores (PAS), o estudo realizado por Mello, Alvarenga, Marques e Sauerbronn (2017) as informações de maneira geral, entre elas a contábil, tornaram-se produtos preciosos, uma vez que influenciam na tomada de decisões de investidores, credores e de outros usuários do mercado (Yamamoto; Salotti, 2006 teve como objetivo compreender o papel da CVM na qualidade da informação contábil. Os autores concluíram que a má qualidade das informações prestadas ou negligenciadas é considerada pela CVM uma infração grave e que essas ocorrências podem colocar em risco a confiabilidade do mercado de capitais e conseqüentemente o seu regular funcionamento.

Na literatura internacional, os estudos de Schiff, Schiff e Rozen (2012); Du, Stevens, Ahern & Shigaev (2016); e Acar e Ozkan (2017) abordam o tema. No estudo realizado por Schiff et al. (2012), os autores destacaram que as empresas tendem a realizar uma evidência diferenciada em relação a possíveis ganhos ou perdas, observando que existe um nível maior de divulgação em notas explicativas para possíveis perdas judiciais e apresentam evidências de que tanto os reguladores americanos quanto os internacionais estão revendo seus padrões para divulgação de itens contingentes.

Du et al. (2016) buscaram compreender como profissionais contábeis de diversas culturas irão interpretar o IAS 37 de acordo com suas próprias realidades. Os autores listaram expressões complexas do IAS, como “*probable; more likely than not; and remote*”, que podem ter significado para algumas culturas diferente daquele que era esperado pelo regulador. O estudo questionou estudantes de contabilidade dos Estados Unidos e da Rússia e seus achados revelaram que os alunos diferem bastante na tradução e entendimento do IAS 37; ainda assim, tomam decisões parecidas quando avaliam os critérios de divulgação dos itens relacionados ao IAS 37 (Du et al., 2016).

Acar e Ozkan (2017) analisaram 1078 relatórios contábeis das empresas da Bolsa de Istambul, entre os anos 2005 e 2010, em relação à divulgação de informações referente ao IAS 37 e, de acordo com o artigo, apenas 32% das empresas cumpriam estritamente todos os requerimentos listados nos IAS 37. O estudo também mostra que empresas com maior governança têm maior *disclosure* das informações relativas ao IAS 37. Os achados do trabalho estão em linha com os achados de Sousa (2019) em relação ao cumprimento por parte das empresas, das exigências estabelecidas no IAS 37/CPC35.

3. METODOLOGIA

Para Vergara (2005, p. 46), “o leitor deve ser informado sobre o tipo de pesquisa que será realizada, sua conceitualização e justificativa à luz da investigação específica”. Neste contexto, a referente pesquisa é classificada quanto aos fins como uma pesquisa exploratória e quanto aos meios de investigação como uma pesquisa qualitativa, documental, análise de conteúdo e bibliográfica.

Para os que atuam na área de contabilidade, o assunto tratado neste estudo ainda carece de maior pesquisa e de definições claras, da academia e do CPC, em relação aos ativos contingentes. Esse argumento justifica a escolha do método de investigação exploratória, que, quanto aos fins, busca a difusão de um tema complexo e com pouca bibliografia específica, pois a bibliografia, na maioria dos trabalhos divulgados, destina-se a tratar dos passivos contingentes quando aborda o CPC 25. Segundo Bardin (2015) o uso do método de análise de conteúdo é, para o sentido da comunicação, qual um receptor normal, mas também procura outros significados que podem ser apurados de forma lateral ou nas entranhas da mensagem principal.

O universo da pesquisa foram todos os Processos Administrativos Sancionadores (PAS) relacionados com o tema ativos contingentes. Para encontrar os PAS que fazem referência ao ativo contingente, realizou-se uma pesquisa no site da CVM, com as seguintes premissas: uma busca avançada, selecionaram-se as decisões, descartaram-se as atas e buscou-se a expressão exata “ativo contingente”.

O período analisado foi no exercício de 2000 a 2019, conforme tabela 1 a seguir, e justifica-se por ser o período em que houve a publicação da do IAS 37 e sua posterior confirmação no Brasil pela NBC T 19.7 – Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas –, em 2005; a consulta ocorreu em agosto de 2020 e resultou em 19 Processos Administrativos Sancionadores (PAS) e 14 julgamentos; alguns PAS foram julgados conjuntamente, por tratar da mesma empresa ou mesmo grupo econômico.

Tabela 1 - Processos Administrativos Sancionadores do Período de 2000 a 2019

Número do PAS	Item do parecer	Data da emissão da decisão da CVM	Assunto	Empresa	Está sendo tratado na esfera judicial?
SEI 19957.003981/2015-61	29	26-jun-17	Recebíveis incertos	BRAZAL — BRASIL ALIMENTOS S.A	Não
PAS RJ 2015/13364	7 (h)	11-out-16	Investimentos incertos em empresas preexistentes	ALL - América Latina Logística	Não
PAS RJ 2009/4053	19	27-set-16	Recebíveis incertos	Mendes Júnior Engenharia S.A.	Sim
PAS RJ 2014/13581	10	24-nov-15	Recebíveis incertos	JPPS Auditores Independentes S/S	Não
PAS RJ 2013/6224	5, 6 e 13 (b)	18-nov-14	Créditos tributários incertos	Mundial S. A. - Produtos de Consumo	Sim
PAS RJ 2013/5066	27 e 28	10-dez-13	Créditos tributários incertos	Marfrig Alimentos S. A.	Sim
PAS 18/10	15	16-jul-13	Recebíveis incertos	Gazola S. A. Indústria Metalúrgica	Sim
PAS RJ2011/14167	3	17-jul-12	Créditos tributários incertos	Minerva S.A.	Sim
PAS RJ2009/10850	5 (i)	16-nov-11	Recebíveis incertos	Inepar S.A. Indústria e Construções	Não
PAS RJ2006/6382	2	19-dez-06	Créditos tributários	Excelsior Alimentos S.A.	Sim
PAS RJ2005/3356 e PAS RJ2005/2331	2	6-dez-05	Créditos tributários incertos e recebíveis incertos	Tecelagem Kuehnrich S.A.	Sim
PAS 2003/3710 e PAS 2003/6068	4	9-mar-04	Créditos tributários incertos	Caraiba Metais S/A	Sim
PAS 2003/3709 e PAS 2003/6082	4	9-mar-04	Créditos tributários incertos	Parapanema S/A	Sim
PAS 2002/05581, PAS 2002/05582 e PAS 2002/0686	1	14-fev-03	Créditos tributários incertos	Varig S. A.	Sim

Fonte: Elaborada pelos autores.

Sendo assim, dos 14 julgamentos apresentados, 4 julgamentos serão analisados neste trabalho, pois são aqueles não originados por disputas judiciais, visto que tal possibilidade não é vislumbrada no texto e no exemplo citado sobre ativo contingente no CPC 25. Os casos são analisados individualmente na sessão de resultados.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção tem por objetivo apresentar análises individuais dos julgamentos do PAS não oriundos de disputa judicial, conforme quadro 1, e discussão dos achados deste trabalho com os estudos apresentados na sessão “Estudos Anteriores”.

4.1 SEI 19957.003981/2015-61 - BRAZAL — BRASIL ALIMENTOS S.A

O PAS SEI 19957.003981/2015-61 foi aberto na CVM pela superintendência de relações com empresas (SEP) contra a empresa Brazal – Brasil Alimentos S. A. – em relação às demonstrações contábeis publicadas referentes aos três primei-

ros trimestres do ano de 2013. A área técnica da CVM encontrou diversas inconsistências nos relatórios divulgados pela empresa; dentre as inconsistências encontradas, a autarquia alegou que a empresa reconheceu em seu ativo o valor de R\$ 424 milhões de direitos creditórios envolvendo a massa falida de uma controlada divididos em duas rubricas: “Direito sobre Ações de Controladas”, R\$ 105 milhões, e “Direito de Propriedade Plantas”, R\$ 319 milhões. A comissão entendeu que a companhia não tinha elementos que pudessem garantir a realização do ativo e, portanto, o valor deveria ser apresentado em notas explicativas e estornado do balanço da empresa. A empresa concordou com os argumentos da CVM e procedeu com os ajustes. A decisão da CVM conversa com o estabelecido no CPC 25/IAS 37 no sentido de que ativos que tenham a sua realização incerta devem ser, no máximo, apresentados em notas explicativas. Tal prática corrobora os achados de Sousa et al. (2018), que afirmam que os ativos das empresas em análise sob o estudo perpetrado por eles apresentaram um ativo superavaliado em R\$ 8 bilhões por conta do reconhecimento incorreto de ativos contingentes.

4.2 PAS RJ2015/13364 - Empresa: ALL - América Latina Logística

O caso apresentado pelo PAS RJ2015/13364 trata do fato de a empresa ALL ter reconhecido em seu ativo, sob a rubrica de investimentos em empresa preexistente, com contrapartida na rubrica receita diferida no passivo.

Examinando o conteúdo do PAS, constatou-se que o erro desse reconhecimento ocorreu em razão de o projeto da investida não ter sido concluído, ou seja, a empresa investida nunca se tornou operacional; dessa forma, a ALL não deveria ter registrado no seu ativo esses valores. A ALL contabilizou um ativo contingente como um investimento, impactando nos indicadores de análise de balanço e financeira, que utilizam essas informações; portanto, a CVM determinou que tais valores não deveriam compor o ativo da companhia. A empresa concordou com os argumentos da CVM e procedeu com os ajustes.

O colegiado da CVM apresenta um parecer correto, embora seja incomum se associar ao CPC 25/IAS 37 questões relacionadas a investimentos societários. No entendimento dos autores a CVM deveria ter se baseado no CPC 45/IFRS 12 e, no fim, tomar a mesma decisão, visto que a ALL não poderia registrar tal investimento em controlada em seu balanço.

4.3 PAS RJ 2014/13581 - Empresa: JPPS Auditores Independentes S/S

A CVM foi instada por um investidor a avaliar as demonstrações contábeis da empresa J. B. Duarte S.A. dos anos de 2008 e 2009 por conta da reclamação de investidor, pois a empresa divulgou fato relevante com o reconhecimento de uma dívida que não tinha sido evidenciada em seu balanço patrimonial e o investidor questionou em relação à tempestividade da publicação da informação. Diante da informação apurada, a CVM abriu PAS RJ 2014/13581 contra a empresa JPPS Auditores Independentes S/S, que auditou a J. B. Duarte S.A. para avaliar a qualidade do trabalho realizado por essa empresa de auditoria. A Comissão constatou que existiam inconsistências nos ativos da empresa auditada e que a JPPS não conduziu seu trabalho com diligência e também não foi capaz de mostrar os papéis de trabalho para referendar seu parecer em relação aos ativos reconhecidos no Balanço da J.B. Duarte S.A. A empresa concordou com os argumentos da CVM e alegou que reforçaria os seus procedimentos de auditoria. Essa sentença do colegiado da CVM corrobora os entendimentos de Steppan (2016), a autora defendeu em seu trabalho que as empresas têm, de modo geral, uma visão otimista em relação à realização de seus ativos contingentes e cabe ao auditor fazer seu trabalho de forma diligente para que não seja convencido da realização do ativo apenas por conta da visão da empresa.

4.4 PAS RJ2009/10850 – Inepar S.A, Indústria e Construções

O PAS RJ 2009/10850 foi aberto na CVM contra a empresa Inepar S.A. Indústria e Construções em relação às demonstrações contábeis publicadas durante o ano de 2001 e anos posteriores. A autarquia observou que a empresa reconheceu em seu balanço valores referentes a contas a receber de clientes com o objetivo de estabelecer um equilíbrio econômico financeiro das atividades da empresa e também evidenciou como ativo valores relacionados a títulos de dívida pública. Os valores relacionados à dívida pública não são escopo desse trabalho, pois estavam sob disputa judicial.

Em relação ao contas a receber de clientes, a área técnica da Comissão inferiu que a Inepar contabilizou em seu balanço valores a receber apenas para manter um equilíbrio econômico e financeiro das obras em andamento pela empresa, mas que tais contas a receber não tinham base nem na prestação do serviço, nem na evolução da obra, nem nos valores efetivamente faturados aos clientes e que, sendo assim, deveriam, no máximo, ser considerados como ganhos contingentes e por isso não poderiam ter sido reconhecidos no balanço da companhia.

Diferentemente dos outros três casos apresentados nesse trabalho, a Inepar decidiu por contestar a CVM e apresentou defesa, alegando que essa prática de contabilização dos recebíveis era prática comum da empresa por mais de 20 anos, sempre com o objetivo de apresentar o equilíbrio econômico financeiro da empresa, que essas cobranças foram alvo apenas de um parágrafo de ênfase pelos auditores e não uma ressalva no parecer, que os valores registrados como contas a receber/clientes foram inferiores aos valores efetivamente recebidos, mostrando que a empresa foi conservadora em suas previsões e que tal procedimento já havia sido objeto de decisão favorável em 2001.

A CVM no julgamento dos argumentos da empresa e primeiramente a autarquia reconheceu que no passado havia autorizado a empresa a registrar os valores do seu contas a receber daquela forma para manter seu equilíbrio econô-

mico-financeiro, mas que, por conta do princípio da prudência e do novo arcabouço normativo que rege as atividades da empresa, tais reconhecimentos estavam incorretos e determinou que a empresa reapresentasse suas demonstrações contábeis.

A decisão da CVM foi baseada claramente sob o espectro do CPC 25/ IAS 37, que tem regras próprias para o reconhecimento dos recebíveis relacionados ao tema que fora julgado.

4.5 Análise Geral sobre os Casos Apresentados

Ao analisar a posição da CVM em relação aos 4 casos apresentados, conclui-se que não há qualquer indicativo nos documentos analisados de que a CVM faça qualquer distinção, seja na apuração, seja no julgamento, dos ativos que são oriundos de processos judiciais daqueles que são originados de outras formas; sendo assim, a CVM julga apenas o mérito dos casos, à luz da norma contábil aplicável.

Ao avaliar os achados deste trabalho com as pesquisas apresentadas na sessão “Estudos Anteriores”, percebe-se que esse trabalho corrobora os achados de Ribeiro et al. (2013), pois os autores apontam que as empresas podem ter a intenção de inflar seus ativos para apresentar melhores resultados ao mercado e isso pode ser visto claramente no PAS que analisou a empresa Inepar.

Em relação ao trabalho de Steppan (2016), é possível evidenciar que as empresas que apresentaram seus ativos contingentes como ativos, e não em notas explicativas, de fato estavam na verdade otimistas em relação à realização dos mesmos.

Comparando com o trabalho de Lima e Arcúrio Júnior (2017), embora os autores indiquem que um ativo com mais de 95% de probabilidade de realização seja praticamente certo, isso não fica evidente na avaliação da CVM em relação aos PAS elencados nesse trabalho. A Comissão, aparentemente, só aceita reconhecimento de ativos com 100% de garantia de realização.

Sousa et al. (2018) alertaram sobre a superavaliação de ativos; neste estudo, a superavaliação dos ativos também aparece, visto que os 4 PAS analisados geraram uma superavaliação de ativos em quase R\$ 3 bilhões. Sousa (2019) sugere fluxogramas para o registro dos ativos contingentes; uma forma consolidada de avaliar os ativos contingentes poderia fazer com o que os casos aqui apresentados não tivessem sido reconhecidos pelas empresas, principalmente no caso da Inepar e da Brazal.

Em relação ao trabalho de Mello et al. (2017) as informações de maneira geral, entre elas a contábil, tornaram-se produtos preciosos, uma vez que influenciam na tomada de decisões de investidores, credores e de outros usuários do mercado (Yamamoto; Salotti, 2006, os resultados encontrados neste trabalho demonstram que os casos julgados pela CVM que indicam que as empresas apresentaram as demonstrações de forma incorreta acarretam prejuízos, pois elas tiveram que incorrer em custos para refazer e reapresentar suas demonstrações contábeis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema ativo contingente ainda carece de estudos, principalmente por conta das restrições em relação ao seu reconhecimento. Há uma importante discussão sobre o exercício do julgamento do profissional para evidenciação dos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, além da falta de consenso entre os profissionais de contabilidade, órgãos normatizadores e reguladores (Sousa & Coelho, 2017).

Em relação ao objetivo deste estudo, que foi verificar se a CVM avalia os ativos contingentes não originados em processos judiciais de forma diferente, a resposta é que a CVM julga os ativos contingentes da mesma forma e não dá qualquer destaque nos seus julgamentos à origem de tal ativos. Ou seja, a CVM não se opôs ao reconhecimento em si, mas questionou a forma que a administração da entidade utilizou para considerar tal ativo passível de realização.

Em relação ao pronunciamento técnico CPC 25 e o IAS 37 e o FAS 5, verificou-se que, por parte do CPC, IASB e FASB, a regulação da evidenciação de itens contingentes está mais voltada para os passivos contingentes, abordando pouco sobre ativos contingentes, o que pode ser concluído até mesmo pelo número de parágrafos dedicados nos pronunciamentos a cada um dos temas, com predominância do tema passivo contingente nas normas apresentadas.

Os resultados evidenciaram, ainda, que os ativos contingentes, diferente dos testes de *impairment* e provisões de modo geral, não foram decisões dos gestores das entidades, com a devida avaliação de riscos e possibilidades de ganhos; sendo assim, muitos dos valores que poderiam estar registrados nos balanços patrimoniais das companhias – tais como créditos fiscais, recebimento de multas por penalidades aplicadas a clientes ou fornecedores, dentre outros – não estão sendo evidenciados nas demonstrações contábeis, pois o CPC 25 não apresentou uma definição clara do termo “praticamente certo” e a CVM se mostrou bastante restritiva em relação ao reconhecimento de tais ativos.

Como limitação deste estudo, pode-se destacar o fato de não ter sido encontrada uma amostra significativa de PAS sobre o tema ativos contingentes. Como estudos futuros, sugere-se o aprofundamento sobre a mensuração, reconhecimento e apresentação dos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, bem como sobre a melhor definição do “praticamente certo”, contido no CPC 25. Os estudos também podem investigar ativos não registrados nos balanços patrimoniais das empresas, mas que tenham possibilidade de realização fora da esfera judicial, como por exemplo arbitragens e acordos extrajudiciais.

6. REFERÊNCIAS

- Acar, E., & Ozkan, S. (2017). Corporate governance and provisions under IAS 37. *EuroMed Journal of Business*, 12(1), 55–72. <https://doi.org/10.1108/EMJB-03-2016-0007>
- AICPA. (1958). Contingencies. *Accounting Research BULLETINS*, (50), 37–40.
- Araújo, F. J. (2011). Auditando o balanço social. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (140), 82–89. Recuperado em Agosto 10, 2019, de <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/463>
- Bardin, L. (2015). *Análise de conteúdo* (Ed revista). Lisboa: Edições 70.
- Bordin, P., & Saraiva, C. J. (2005). O controle interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das informações contábeis. *Revista Eletrônica de Contabilidade Universidade Federal de Santa Maria, Edição esp*, 1–19. <http://dx.doi.org/10.5902/198109466224>
- BRASIL. (1976). Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976. Recuperado em Julho 1, 2017, from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6385.htm
- Carvalho, L. R. R. de, Guello, A., & Biscalchin, P. (2009). *Normas Internacionais De Relatório Financeiro (IFRSs) 2008: incluindo as normas internacionais de contabilidade (IASs) e as interpretações tal como aprovadas em 1.º de janeiro de 2008 - Volume 2* (1 ed). São Paulo: IBRACON.
- Castro, M. C. C. S., Vieira, L. K., & Pinheiro, L. E. T. (2015). Comparação Do Disclosure De Contingências Ativas E Passivas Nas Empresas Brasileiras Com Ações Negociadas Na Bm&Fbovespa E Na Nyse. *Revista de Contabilidade Do Mestrado Em Ciências Contábeis Da UERJ*, 20(2), 49–65. <https://doi.org/10.12979/14459>
- Clor-Proell, S. M.; Maines, L. A. The impact of recognition versus disclosure on financial information: A preparer's perspective. *Journal of Accounting Research*, v. 52, n. 3, p. 671–701, 2014
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (2008). Deliberação CVM nº 538, de 05 de Março de 2008. Recuperado em agosto 10, 2019, de <http://www.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0500/deli538.html>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2009). PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Correlação. Recuperado Julho 8, 2017, de http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev 06.pdf
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2011). PRONUNCIAMENTO CONCEITUAL BÁSICO (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Recuperado em Agosto 10, 2020, de http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf
- Du, N., STEVENS, K., AHERN, J., & SHIGAEV, A. (2016). Cross-cultural Differences in Interpreting IAS 37 Probability Phrases. *International Journal of Financial Research*, 7(1), 1–8. <https://doi.org/10.5430/ijfr.v7n1p1>
- FASB. (1975). Statement of Financial Accounting Standards No. 5. Recuperado em 15 maio, 2019, de https://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220126761&acceptedDisclaimer=true
- FASB. (2010). Statement of Financial Accounting Standards No. 5 - As Amended. Recuperado em 15 maio, 2019, de https://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220130661&acceptedDisclaimer=true
- FIMARKETS. What are Financial Regulatory Authorities? 2019. Recuperado em 31 ago., 2019, de: <https://www.fimarkets.com/pagesen/financial-regulatory-authority.php>
- Foteles, I. V., Nascimento, C. P. S., Ponte, V. M. R., & Rebouças, S. M. D. P. (2013). Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&Fbovespa. *Revista Gestão Organizacional*, 6(4), 85–98.
- Freire, A. P. F., Cavalcante, P. R. da N., & Leite Filho, P. A. M. (2017). Heritage Asset : uma Proposta de Mensuração com Base em Critérios Encontrados na Teoria Econômica. *Pensar Contábil*, 19(68), 17–27.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE. GRI'S ENGAGEMENT WITH MARKET REGULATORS Market. 2019. Recuperado em 31 ago, 2019, em: <https://www.globalreporting.org/information/policy/Pages/Market-Regulators-and-Operators.aspx>
- Jesus, S. S. de, & Souza, M. M. de. (2016). Impacto do Reconhecimento dos Passivos Contingentes na Situação Econômica das Empresas Brasileiras Auditadas pelas Big Four. *R. Cont. Ufba, Salvador-Ba*, 10(2), 43–63.
- Lima, B. R. T. de, & Arcúrio Júnior, T. (2017). Hermenêutica contábil: interpretando as expressões probabilísticas do pronunciamento n. 25 do comitê de pronunciamentos contábeis. *2.º Congresso UFU de Contabilidade*.
- Martins, E., Gelbeck, E. R., Santos, A. dos, & Iudicibus, S. de. (2013). *Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e CPC (2ª)*. São Paulo: Atlas.
- Martins, V. G., Machado, M. A. V., & Callado, A. L. C. (2014). Relevância e representação fidedigna na mensuração de ativos biológicos a valor justo por empresas listadas na BM & Fbovespa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(22), 163–188. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2014v11n22p163>
- Mello, L. B., Alvarenga, F. O. de;, Marques, J. A. V. da C., & Sauerbronn, F. F. (2017). Qualidade da Informação Contábil e os Processos Administrativos Julgados pela CVM: uma Análise entre 2014 a 2016. *Pensar Contábil*, 19(70), 24–33.
- Michels, J. Disclosure Versus Recognition: Inferences from Subsequent Events. *Journal of Accounting Research*, v. 55, n. 1, p. 3–34, 2017.
- Mirza, A. A., Orrell, M., & Holt, G. J. (2008). *IFRS: Practical Implementation Guide and Workbook* (2nd, ed ed.; Wiley, Ed.). New Jersey.

- Novak, A. Issues in the Recognition versus Disclosure of Financial Information Debate. *Naše gospodarstvo/Our economy*, v. 62, n. 4, p. 52–61, 2016.
- Pinto, A. F., Avelar, B., Fonseca, K. B. C., Silva, M. B. A., & Costa, P. de S. (2014). Value Relevance da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. *Pensar Contábil*, 16(61), 54–65.
- Ribeiro, A. de C., Ribeiro, M. de S., & Weffort, E. F. J. (2013a). Provisões, Contingências e o Pronunciamento CPC 25: As Percepções dos Protagonistas Envolvidos. *Revista Universo Contábil*, 9(3), 38–54. <https://doi.org/10.4270/ruc.2013321>
- Ribeiro, A. de C., Ribeiro, M. de S., & Weffort, E. F. J. (2013b). PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E O PRONUNCIAMENTO CPC 25: AS PERCEPÇÕES DOS PROTAGONISTAS ENVOLVIDOS. *Revista Universo Contábil*, 9(1), 38–54. <https://doi.org/10.4270/ruc.2013321>
- Schiff, J., Schiff, A., & Rozen, H. (2012). Accounting for Contingencies: Disclosure of Future Business Risks. *Management Accounting Quarterly*, 13(3), 1–9.
- Silva, A. C.; Carvalho, L. O. de; MEDEIROS, O. L. de. DÍVIDA PÚBLICA: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Mundial, 2009
- Soares, C. H. (2010). Novo conceito de trânsito em julgado. *Revista CEJ*, 14(51), 85–88. Recuperado em Agosto 10, 2020, de <https://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1324/1387>
- Sousa, F. (2019). CPC 25 / IAS 37: evidenciação dos ganhos contingentes das empresas do setor de consumo cíclico e não cíclico e proposta de fluxograma para o tratamento contábil dessas contingências. *Pensar Contábil*, 21(74), 14–23.
- Sousa, F. C., Alves, R. A., & Santos, O. M. Dos. (2018). O Tratamento Contábil dos Ativos Contingentes sob a Ótica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). *XVIII USP International Conference in Accounting*, 1–17. <https://doi.org/10.1192/bjp.112.483.211-a>
- Sousa, F. C., & Coelho, C. U. F. (2017). Ativo Contingente: a Percepção dos Contadores e Auditores Externos. *Pensar Contábil*, 19(70), 14–23. Recuperado em Agosto 10, 2020, de <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/3272/2539>
- Souza, M. M. de, Martinez, A. L., Murcia, F. D.-R., & Bastos, S. A. P. (2019). OS DETERMINANTES DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE DISCLOSURE DAS PROVISÕES E DAS CONTINGÊNCIAS ATIVAS E PASSIVAS NA B3. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 14(2), 17–39.
- Steppan, A. I. B. (2016). *Uma análise da influência doviés de otimismo no julgamento de Probabilidade de Ativos e Passivos Contingentes*.
- Suave, R., Codesso, M. M., Pinto, H. M., Vicente, E. F. R., & Lunkes, R. J. (2013). Divulgação de Passivos Contingentes nas Empresas mais Líquidas Da Bm&Fbovespa. *Revista Da UNIFEFE*, 1(11), 1–17.
- Supremo Tribunal Federal (STF). (2017). RE 571969 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Recuperado em Agosto 10, 2020, de <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2578486>
- Vergara, S. C. (2005). *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.

PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES: CARACTERÍSTICAS E RECONFIGURAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS

PROVISIONS AND CONTINGENT LIABILITIES: CHARACTERISTICS AND RECONFIGURATION OF THE FINANCIAL STATEMENTS OF PUBLICLY TRADED BRAZILIAN COMPANIES

O artigo foi aprovado e apresentado, virtualmente, no 10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, realizado de 07/09 a 09/09 de 2020, Florianópolis (SC).

RESUMO

A normatização das provisões e dos passivos contingentes é essencial para inibir a assimetria das informações e buscar sua fidedignidade. As provisões e passivos contingentes têm sido foco de notícias no mercado e têm a atenção de pesquisadores que buscam compreender como os gestores tomam decisões sobre esses processos que justificam suas classificações. O presente artigo tem como objetivo analisar as características das provisões e dos passivos contingentes e o reflexo da reconfiguração das contingências nas companhias abertas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Para a consecução do objetivo, realizou-se uma análise abrangente que contemplou as características, as mudanças da chance de perda dos processos e a reconfiguração das classificações. Por meio da análise dos formulários de referências de 2010 a 2019, foram encontrados 7.233 processos. Os processos cíveis e tributários possuem quantidade superior às demais classificações. Foram verificadas 1.118 mudanças na chance de perda, a maior quantidade de alteração da chance de perda foi para a classificação possível, totalizando 402 alterações, e a maior quantidade de alterações nas chances de perda de uma classificação para outra é realizada de possível para remota, totalizando 234 alterações. Com a reclassificação dos passivos contingentes para provisões, muitas das empresas analisadas passariam a ter prejuízo. Concluiu-se, a partir de testes de diferença de média que, a reclassificação das contingências causaria grande impacto no resultado das empresas, o que indica que as empresas devem evidenciar com cautela os riscos a que estão sujeitas.

Palavras-chave: provisões e passivos contingentes; reconfiguração; companhias abertas brasileiras.

ABSTRACT

The standardization of provisions and contingent liabilities is essential to inhibit information asymmetry and seek its reliability. Provisions and contingent liabilities have been the focus of news in the market and have the attention of researchers who seek to understand how managers make decisions about these processes that justify their classifications. This article aims to analyze the characteristics of provisions and contingent liabilities and the reflex of the reconfiguration of contingencies in Brazilian public companies listed in Brazil, Over-The-Counter (B3). In order to achieve the objective, a comprehensive analysis was carried out that contemplated the characteristics, the changes in the chance of losing the processes and the reconfiguration of the classifications. Through the analysis of the reference forms from 2010 to 2019, 8,302 processes were found. Civil and tax lawsuits have a higher number than the other classifications. There were 1,145 changes in the chance of loss, the largest amount of change in the chance of loss was for the possible classification, totaling 402 changes, and the largest amount of change in the chance of loss from one classification to another is carried out from possible to remote, totaling 233 changes. With the reclassification of contingent liabilities to provisions, many of the companies analyzed would suffer losses. It was concluded, based on the difference in means test, that the reclassification of contingencies would have a major impact on the results of companies, which indicates that companies must carefully demonstrate the risks to which they are subject.

Keywords: provisions and contingent liabilities; reconfiguration; Brazilian publicly companies.

Barbara Carvalho Borges

Mestranda em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: barbaraborges9@hotmail.com ORCID ID: 0000-0001-7285-6519. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3404343718343322>

Suliani Rover

Professora do Departamento de Ciências Contábeis e do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: sulianirover@gmail.com ORCID ID: 0000-0001-8612-2938. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6285577163747055>

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo principal de aumentar a transparência, e a comparabilidade das informações geradas aos usuários nos relatórios financeiros das companhias, a contabilidade brasileira passou por um processo de convergência às normas internacionais (Poeta, 2012). Esse processo teve início com a sanção da Lei n. 11.638 (2007), por meio da qual a contabilidade brasileira aderiu às normas internacionais de contabilidade (Freire *et al.*, 2012). Por meio da nova regulamentação, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) passou a ser o principal produtor de normas contábeis no Brasil, cuja função é promover a convergência das normas internas às normas internacionais referentes ao *International Financial Reporting Standard* (IFRS) (Freire *et al.*, 2012).

Nesse contexto, o CPC emitiu o Pronunciamento Técnico n. 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual se correlaciona com a norma internacional *International Accounting Standards* (IAS) 37. De acordo com o CPC 25 (2009), provisões e passivos contingentes são passivos de prazo de exigibilidade ou montante incertos. Os passivos contingentes se diferem das provisões por não serem prováveis ou não possuírem confiabilidade na sua mensuração. No Brasil essas informações podem ser encontradas de forma sucinta nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), e de forma mais abrangente nos Formulários de Referências (FR).

A normatização das provisões e dos passivos contingentes é essencial para inibir a assimetria das informações e buscar representação fidedigna do patrimônio da entidade. Com a adoção das novas normas, houve um crescimento significativo na subjetividade, e conseqüentemente, na necessidade de julgamento atribuído aos profissionais da contabilidade (Poeta, 2012). Os contadores e auditores lidam com uma série de incertezas no uso do julgamento, isso aumenta a dificuldade de interpretar e aplicar a norma, o que pode levar a erros na classificação das chances de perda (Du *et al.* 2020; Suer, 2014). Ainda, a discricionariedade das normas torna as provisões e contingências vulneráveis à manipulação; com isso, existe a possibilidade de ocorrer o gerenciamento de resultados (Ferreira & Rover, 2019; Suer, 2014).

Os riscos a que as companhias estão submetidas devem ser divulgados de forma transparente, tempestiva e relevante, motivados pelo uso de julgamento correto e justo, sem intenções de manipular resultados ou de apenas cumprir meros requisitos da lei, sem que dispensem atenção ao conteúdo disponibilizado. Além disso, o comprometimento das empresas com seus *stakeholders* deve evidenciar seu compromisso com o meio econômico e social.

De modo geral, as pesquisas mostram um maior *disclosure* sobre os itens de provisões e passivos contingentes, desde 2009, com a obrigatoriedade da aplicação do CPC 25. Notou-se que as empresas estão se adequando gradualmente às prescrições da norma contábil referente às provisões e passivos contingentes (Rosa, 2014; Suave *et al.*, 2013; Tsakumis, 2007).

A título de exemplo, Bouças (2020), em notícia publicada no Valor Econômico, disse que os auditores indicaram que o balanço da Grendene estava R\$ 444,4 milhões menor do que deveria e o passivo, R\$ 17,8 milhões abaixo. Com isso, o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão com R\$ 325 milhões a menos. Por conta disso, os auditores citaram o CPC 25, que estabelece que, se for consideravelmente certo que a empresa irá ganhar ou perder benefícios, esse ganho ou perda deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis.

Nukka e Noorväli (2020) apontam que a Mainville Corporation, uma mineradora globalmente conhecida, obteve falha em reconhecer as provisões, o que resultou em falência. No ano de 1982 os funcionários iniciaram 50 mil processos judiciais devido à deterioração da saúde e falta de roupas e equipamentos de proteção. Um ano antes, em 1981, as demonstrações financeiras apresentaram a companhia como lucrativa e solvente. Logo, informações relevantes que afetaram o lucro não foram consideradas.

Em estudo sobre o tema, Torres e Carranço (2017) apontam fragilidade nas decisões de mudança na chance de perda dos processos que ocasiona a reversão de provisões. Rostás (2017) mencionou o mesmo sobre a Gerdau, reforçando que tal atitude fez com que o prejuízo da companhia se tornasse lucro. Ademais, apontam-se acidentes ambientais como foco de preocupação no que tange às provisões e passivos contingentes, como por exemplo, os ocorridos com a Vale em Mariana (MG) em 2015 e Brumadinho (MG) em 2019.

Ferreira *et al.* (2017) pretenderam identificar, por meio de análise de conteúdo, se as companhias explicariam de forma descritiva o motivo da mudança nas probabilidades de perdas de processos judiciais. Os resultados indicaram que 55% das empresas não justificam os motivos da mudança de probabilidade e, entre as que relatam, referem-se a processos tributários e cíveis.

Para entender como as provisões e passivos contingentes são configurados nas companhias de capital aberto do Brasil, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as características das provisões e dos passivos contingentes, bem como o reflexo da reconfiguração das contingências nas referidas entidades. Para atingir o objetivo geral da pesquisa, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: verificar as características das provisões e dos passivos contingentes divulgados pelas companhias brasileiras listadas na B3; verificar as mudanças na chance de perda dos processos das companhias ao longo do tempo; e verificar o impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no resultado e no patrimônio das companhias.

Essa pesquisa justifica-se pela importância da divulgação de provisões e passivos contingentes, qualquer atitude errônea pode alterar os resultados e patrimônio da empresa e, conseqüentemente, levar a resultados que não expressam sua realidade econômica. Essas ações alteram informações fornecidas aos investidores para avaliação da empresa e afetam a transparência e credibilidade da entidade. Os riscos a que as entidades estão submetidas devem ser expostos através do uso do julgamento imparcial e de acordo com os critérios contábeis.

A pesquisa traz uma análise abrangente que contempla as características, alterações nas chances de perda e impactos com o reconhecimento de processos judiciais de empresas brasileiras. Essa análise é realizada no período de dez anos, o que traz consideráveis informações sobre a natureza dessas perdas incertas, que podem alterar o resultado e patrimônio das entidades, e, conseqüentemente, a valoração das companhias e a percepção dos usuários externos.

Diante destes aspectos, entendem-se como necessárias pesquisas que analisem as características dos passivos contingentes, as mudanças ocorridas nas classificações de chance de perda e sua influência no resultado e no patrimônio das companhias, com vistas a avaliar o amadurecimento da interpretação e utilização das normas pelas organizações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O principal objetivo da contabilidade e de seus relatórios é fornecer informações relevantes e tempestivas, que mostrem a situação financeira e o desempenho econômico da companhia. A transparência das informações contábeis para investidores e demais usuários é tão importante quanto as representações quantitativas que são divulgadas (Losekann *et al.*, 2016).

A fim de explicar as decisões de divulgação, o estudo fundamentasse na teoria da sinalização e na teoria do *disclosure*. A teoria da sinalização afirma que por meio da evidenciação, o mercado identifica a qualidade da companhia, ou seja, a evidenciação aumenta sua credibilidade (Abdo *et al.*, 2018). A teoria da *disclosure* de Verrecchia (2011) indica que quanto maior a divulgação, menor a assimetria de informação, e, as informações não divulgadas se tornam informações desfavoráveis para a companhia.

Nesse contexto, nas atividades das entidades existem situações nas quais há incertezas a respeito de ocorrerem possíveis perdas ou ganhos, que poderão resultar na saída ou entrada de caixa. Essas incertezas estão relacionadas às provisões e contingências (Poeta, 2012). Suas dificuldades são a atribuição de valor e dúvidas existentes sobre o fato gerador, de modo que eventual erro na classificação das contingências pode alterar o patrimônio da entidade e distorcer a percepção de investidores e outros usuários sobre a situação econômica da empresa (Rosa, 2014).

Com isso, percebe-se a importância da evidenciação adequada de passivos contingentes, levando em consideração os possíveis riscos e o impacto negativo que pode ocorrer na situação financeira da companhia. O estudo de Poeta (2012) buscou verificar como ocorrem as interpretações dos termos de probabilidade do CPC 25; a partir dos resultados, foi evidenciado que o uso de julgamento profissional pode não levar a uma solução absolutamente correta, tendo variações sempre que julgado por diferentes indivíduos. Diante disso, é notável que os órgãos normatizadores, profissionais e investidores devem levar em conta, ao analisar contingências, que essas desconformidades podem gerar impactos nas demonstrações contábeis, com aumento ou diminuição do resultado, bem como da sua situação patrimonial.

As provisões são encontradas no balanço e se referem a obrigações presentes, que surgem quando há provável certeza da ocorrência do fato, e seu valor deve ser obtido com razoável grau de confiabilidade (CPC-25, 2009). Já os passivos contingentes não devem ser reconhecidos pela entidade (CPC-25, 2009), são chamados de operação fora do balanço ou *off-balance sheet*, tratam-se de obrigações presentes que devem ser divulgados nas notas explicativas e monitorados, pois poderão ser reconhecidos futuramente como uma provisão (Ferreira & Rover, 2019; Jesus & Souza, 2016).

O CPC 25 (2009) baseia-se em três probabilidades de ocorrência das contingências: provável, possível e remota. A contingência é considerada provável quando a chance de ocorrer é maior do que a de não ocorrer, classificada como possível quando o evento tiver baixa probabilidade de ocorrer e classificada remota quando há mínimas chances de que o passivo seja confirmado. A respeito da evidenciação das provisões e passivos contingentes, quando a possibilidade for provável, a operação deve gerar uma provisão, ser reconhecida no balanço patrimonial e divulgada nas notas explicativas. Se a probabilidade for possível, a entidade divulga a natureza e os valores envolvidos na operação apenas nas notas explicativas. Para a probabilidade remota não é necessário reconhecimento ou divulgação por parte da empresa.

Ferreira e Rover (2019) buscaram identificar os motivos que influenciam a mudança da probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes de empresas brasileiras. As autoras argumentam que a mudança na classificação de perda pode influenciar em tomada de decisões.

O objetivo proposto nesta pesquisa, de reconfigurar os passivos contingentes para analisar o impacto que seria causado com a reclassificação, foi abordado em estudos anteriores por Carmo *et al.* (2018), Jesus e Souza (2016), Losekann *et al.* (2016) e Rosa (2014). Rosa (2014) buscou identificar o panorama das contingências passivas e mensurar os efeitos da reconfiguração das contingências na situação econômica das empresas, tendo sido originadas evidências de que os efeitos dos passivos contingentes no resultado e no patrimônio líquidos das empresas são significativos. Os resultados de Jesus e Souza (2016) mostraram que, com o reconhecimento das contingências passivas, 60% das empresas diminuíram seu lucro em mais de 100% e 6% apresentaram a situação de passivo a descoberto.

Losekann *et al.* (2018) ao reclassificar os valores de passivos contingentes, concluíram que houve representatividade das reclassificações e evidenciou-se que as empresas apresentam prejuízos observados na comparação em percentual com o patrimônio líquido e com o lucro pelo incremento de passivos contingentes em cada cenário. Os testes de Carmo *et al.*, (2018) apontaram um efeito de tamanho grande e significativo, principalmente, nos piores cenários de reclassificação.

Por meio do levantamento de pesquisas, pode-se perceber que provisões e passivos contingentes são alvos de discussões e pesquisas acadêmicas, devido à importância da divulgação adequada de informações e por evidenciar os riscos e a subjetividade no tratamento de tais obrigações que as empresas podem estar expostas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa classifica-se como descritiva, uma vez que descreve as características das provisões e passivos contingentes das companhias listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Segundo Gil (1991) as “pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (p. 25). Para Richardson (2008) os “estudos de natureza descritiva propõem-se investigar o “que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal” (p. 71).

A respeito da abordagem do problema, é classificada como quantitativa, no qual a pesquisa realiza o tratamento de dados com técnicas estatísticas, a fim de obter resultados precisos (Richardson, 2008). Quanto à coleta de dados, a pesquisa é documental, porque suas fontes são formulários de referências. Gil (1991) conceitua a pesquisa documental: “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (p. 51).

A coleta foi realizada pela internet, no sítio eletrônico da B3. Foram selecionadas como população do estudo as empresas não financeiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3), com o intuito de verificar os seus processos relevantes divulgados no Formulário de Referência, oriundos no período de 2010 a 2019. Esse período foi escolhido pois 2010 foi o ano em que as empresas começaram a divulgar o Formulário de Referência na B3 e 2019 foi o último ano que existiam informações disponíveis para serem coletadas.

Tabela 1 - Empresas analisadas por setor

Setores analisados	Número de empresas
Petróleo, gás e biocombustíveis	10
Consumo não cíclico	25
Utilidade pública	65
Amostra final	100

Fonte: dados da pesquisa

Para identificar os processos considerados relevantes pelas empresas, assim como as suas características, foi consultado o item do Formulário de Referência: 4.3 – Processos judiciais administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes. Nesse item do Formulário de Referência, as empresas divulgam os processos judiciais que consideram relevantes, além de informações sobre esses processos.

Para o cumprimento do primeiro objetivo específico, foram coletadas as seguintes informações sobre os processos: tipo do processo; número do processo; chance de perda; e ano de início. Vale ressaltar que em alguns casos, as empresas divulgam no Formulário de Referência as informações desse processo de forma geral. Destarte, os processos que não possuem informação sobre sua chance de perda, não foram considerados como uma informação válida para essa pesquisa.

Para alcançar o segundo objetivo específico da pesquisa, foram identificados os processos que mudaram de chance de perda, além de identificar as características desses processos.

O último objetivo específico utilizou o mesmo procedimento realizado por Rosa (2014). Esta abordagem parte da elaboração de 5 cenários criados para reclassificar as contingências (provisões possíveis e remotas) a partir da mudança das probabilidades de ocorrência. Conforme esse procedimento, foram simulados os 5 cenários aplicando-se o percentual de cada um (Tabela 2) sobre o valor total das contingências, sendo o montante resultante convertido no reconhecimento de provisões prováveis, como se fossem reconhecidas nas Demonstrações Contábeis.

Diante disso, todos os passivos contingentes (possíveis e remotos) das empresas classificados para provisões para identificar o impacto da reconfiguração das contingências nos resultados e nos patrimônios líquidos das empresas.

Para reclassificar as contingências remotas e possíveis foram utilizados 5 cenários: otimista, parcialmente otimista, moderado, parcialmente pessimista e pessimista, com base em Rosa (2014).

Tabela 2 - Reclassificação a partir de cada cenário

Cenários	Percentuais
Cenário otimista	20%
Cenário parcialmente otimista	40%
Cenário moderado	60%
Cenário parcialmente pessimista	80%
Cenário pessimista	100%

Fonte: dados da pesquisa

Em cada cenário aplicou-se um percentual sobre o valor das contingências e com base nesse percentual foram reclassificadas para prováveis, por exemplo, em um cenário otimista 20% das contingências remotas e possíveis foram reclassificadas para prováveis.

Para atingir o terceiro objetivo específico, foi coletado os valores do patrimônio líquido e lucro líquido das empresas no período por meio do *software* Economática. Os valores das contingências remotas e possíveis das empresas, obtidos com base nos cinco cenários (Tabela 2), foram diminuídos dos resultados do patrimônio líquido e lucro líquido de cada ano de acordo com cada cenário.

Para verificar se o impacto causado com a reclassificação foi significativo, foi realizado um teste de hipótese de diferença de médias, no qual são avaliadas as diferenças das médias antes da reclassificação e após a reclassificação. O teste *T de Student* parte da elaboração de hipóteses, que devem ser aceitas ou rejeitadas. Foi considerado um nível de significância de 5%.

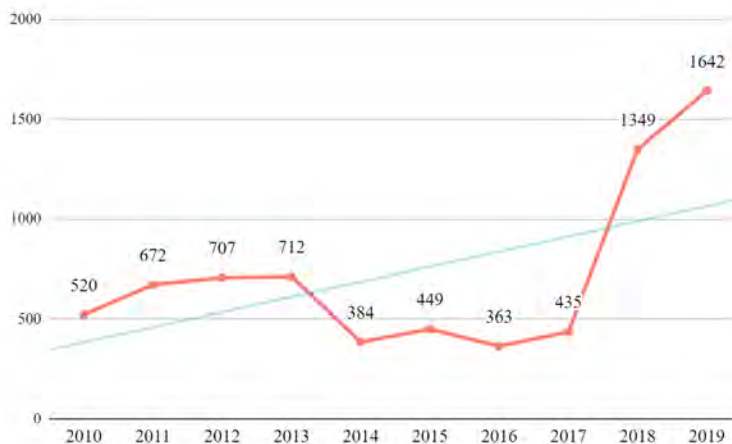
Ao testar as hipóteses, se a média antes da reclassificação se apresentar estatisticamente igual à média depois da reclassificação, não se rejeita a Hipótese 0, o que indica que o reconhecimento das contingências não produz alterações significativas para as companhias. Se a média antes da reclassificação se apresentar estatisticamente maior que a média depois da reclassificação, se rejeita a Hipótese 0 e não se rejeita a Hipótese 1, o que indica que o reconhecimento das contingências produz alterações representativas para as companhias.

Assim contingências foram reclassificadas para provisões, e o resultado foi testado estatisticamente, a fim de analisar os impactos causados no resultado e no patrimônio líquido das empresas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em entendimento ao primeiro objetivo específico, foram identificadas as características das provisões e passivos contingentes das empresas. Por meio da coleta de dados nos formulários de referência, foram analisados 7.233 processos únicos. Os processos analisados foram encontrados nos formulários de referência de forma repetida ano a ano. Para registro, foi utilizado o último ano que o processo esteve nos formulários, ou seja, um processo que existiu de 2010 a 2019, o ano de 2019 apresenta as informações atualizadas do processo, então esse foi o ano considerado.

Figura 1 - Quantidade de processos por ano



Fonte: dados da pesquisa

É possível verificar que 2019 foi o ano com maior número de processos, isso porque muitos processos que foram inicialmente apresentados nos formulários de referência nos anos anteriores, se apresentaram atualizados no ano de 2019. A quantidade de processos no ano de 2018 é alta, isso porque alguns processos não foram atualizados em 2019.

Tabela 3 - Quantidade de processos por setor e seu valor envolvido

Setor	Empresas	Valor envolvido	Processos
Consumo não cíclico	25	R\$ 91.820.328.944	1.124
Petróleo, gás e biocombustíveis	10	R\$ 380.437.323.501	1.381
Utilidade pública	65	R\$ 310.305.098.015	4.728

Fonte: dados da pesquisa

O setor com mais processos é o setor de utilidade pública que possui 65 das 100 empresas analisadas, totalizando 4.728 processos. O setor de consumo não cíclico possui mais da metade de empresas analisadas do que o setor de petróleo, gás e biocombustíveis, sendo que ambos possuem número de processos semelhantes. O setor com maior valor envolvido é o de petróleo, gás e biocombustíveis que possui uma soma de R\$408,7 bilhões, mesmo apresentando apenas 10% das empresas analisadas.

Na Tabela 4 é indicada a quantidade de processos e a soma do valor envolvido por tipo, sendo a média calculada a partir dos processos com valores informados.

Tabela 4 - Quantidade de processos e valor envolvido por tipo

Tipo	Valor envolvido	Média	Quantidade	Não informado	Total
Ambiental	R\$ 57.958.583.100	R\$ 292.720.117	198	119	317
Cível	R\$ 192.389.359.591	R\$ 108.633.179	1.771	561	2.332
Outros	R\$ 76.256.687.916	R\$ 121.621.512	627	73	700
Trabalhista	R\$ 45.694.535.339	R\$ 32.384.504	1.411	203	1.614
Tributário	R\$ 410.263.584.513	R\$ 200.128.578	2.050	220	2.270
Total	R\$ 782.562.750.460	R\$ 129.199.728	6.057	1.176	7.233

Fonte: dados da pesquisa

Nota-se, a partir da Tabela 4, que a quantidade dos processos cíveis e tributários são superiores às demais classificações, representando 32% e 31,5% respectivamente. O estudo de Carmo *et al.* (2016) também apontou um empate na quantidade de processos cíveis e tributários. Por outro lado, Ferreira *et al.* (2017) e Rosa (2014) encontraram destaque (44,63% e 57%) para os processos tributários.

Os processos tributários e cíveis possuem quantidade semelhante, porém, o total do valor envolvido e a média do valor envolvido dos processos tributários é cerca de duas vezes maior do que dos processos cíveis. Todavia, os processos cíveis apresentaram o dobro de quantidade com valor envolvido não informado. Segundo Baldoino e Borba (2016), a grande quantidade de processos tributários pode ser consequência de um sistema fiscal complexo, onde não existe facilidade na solução de conflitos e que não incentiva uma boa conduta social referente às leis e regulamentos.

Os processos de natureza ambiental possuem menor quantidade, com 317 processos, representando apenas 4% do total. Ferreira *et al.* (2017) também constataram menor incidência (1,65%) em processos ambientais. Das contingências ambientais possíveis e prováveis, 39% não possuem seu valor envolvido informado, enquanto que 16% do restante (cível, trabalhista, tributário e outros) não possui. Menor evidência de processos ambientais foi apontada nos estudos de Farias (2004), Suave *et al.* (2013), Rosa (2014) e Jesus e Souza (2016). Suave *et al.* (2013) ressaltam que, como existe a falta de divulgação de contingências ambientais mesmo sendo obrigatórias, as companhias podem também deixar de divulgar outros aspectos de contingências.

Apenas 34 companhias divulgaram provisões e contingências ambientais. Do valor envolvido em processos ambientais, 84,6% é do setor de petróleo, gás e biocombustíveis, e 15,2% é do setor de utilidade pública. Esse resultado pode ser justificado por esses setores apresentarem alto risco em suas atividades, consequentemente, causando maiores impactos ao meio ambiente. Com isso, espera-se que haja um alto nível de divulgação de provisões e contingências ambientais, visto que os custos dos danos causados devem ser evidenciados de forma transparente e detalhada. A teoria do *disclosure* prevê que companhias que possuem um bom desempenho ambiental evidenciam os impactos causados e estão dispostas a divulgar suas atividades ambientais (Burgwal & Vieira, 2014).

Borba *et al.* (2013) e Rosa (2014) encontraram maior representatividade na classificação remota nos processos ambientais (91% e 90%, respectivamente); esses resultados não corroboram com esse estudo, pois foi evidenciado que 60% dos processos ambientais estão com a chance de perda classificada como possível e 27% como remota. O fato de as empresas divulgarem contingências ambientais remotas é positivo, pois se tratam de divulgações voluntárias, visto que não existe obrigatoriedade da divulgação.

As empresas estão envolvidas em processos judiciais que somam R\$782,6 bilhões e as provisões que já foram reconhecidas nos demonstrativos das empresas representam apenas 4% desse valor (R\$31,7 bilhões). Rosa (2014) apontou que as provisões representavam 12% do valor total, deste modo podemos notar que na presente pesquisa se apresentou apenas um terço desta proporção. Da amostra, 81% das empresas possuem provisões e as que se destacam são as trabalhistas (43%). Farias (2004) afirma que é difícil não haver provisões em um ano, e muito menos em um período maior, pois uma grande empresa possui muitos funcionários com diversas transações que requerem essas apropriações. Isso indica a forma como os termos de expressões são interpretados pelos auditores e contadores, sendo notada a preferência no reconhecimento de passivos contingentes. O reconhecimento de provisões reduz o lucro, aumenta o passivo e muda a estrutura de capital da companhia. Por mais que possa parecer mais vantajoso para a mesma não reconhecer essas perdas, da perspectiva das teorias da sinalização e do *disclosure*, o não reconhecimento dessas obrigações tende a reverter a situação de forma negativa para a companhia.

Das empresas, 94% possuem contingências possíveis, e elas representam 58% (R\$454,8 bilhões) do valor total. A respeito das contingências remotas, representam 30% (R\$232,8 bilhões) do valor total. Tal resultado corrobora com Rosa (2014), onde foi evidenciado que as contingências possíveis e remotas representavam 60% e 28% respectivamente do valor total. O restante (8%) é classificado com mais de uma chance de perda, por exemplo, possível/provável. Carmo *et al.*, (2018) identificaram que o valor dos passivos contingentes é, em média, até 5,56 vezes maior do que o valor médio das provisões. Nesta pesquisa, o valor dos passivos contingentes é em média 19,9 vezes maior que o valor médio das provisões.

A Tabela 5 mostra o valor envolvido dos processos que possuem informação por ano. As médias e desvio padrão foram calculadas a partir dos processos que possuem informação do valor envolvido.

Tabela 5 - Valor envolvido por ano

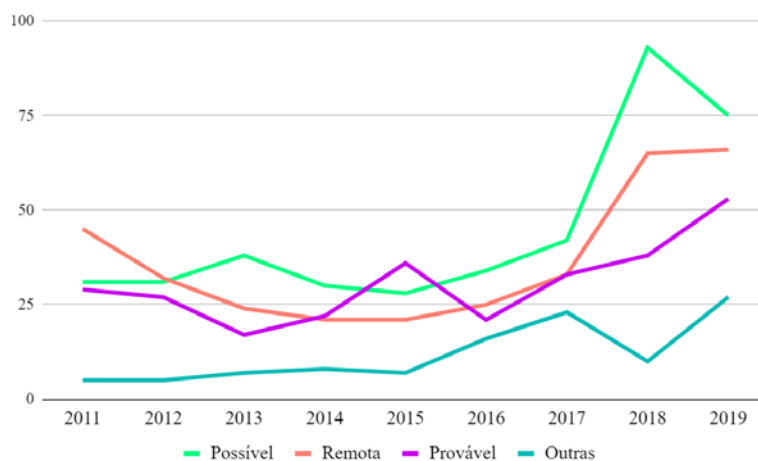
Ano	Soma	Média	Desvio padrão	Quant	Não informado	Total
2010	R\$ 16.005.305.710	R\$ 38.107.871	R\$ 149.960.750	420	100	520
2011	R\$ 39.498.178.368	R\$ 62.104.054	R\$ 298.946.333	636	36	672
2012	R\$ 32.199.557.745	R\$ 53.665.930	R\$ 421.613.055	600	107	707
2013	R\$ 9.632.362.439	R\$ 15.894.988	R\$ 77.436.922	606	106	712
2014	R\$ 24.098.833.480	R\$ 83.676.505	R\$ 311.837.661	288	96	384
2015	R\$ 42.791.024.039	R\$ 107.245.674	R\$ 419.950.279	399	50	449
2016	R\$ 61.178.766.068	R\$ 192.992.953	R\$ 1.314.438.003	317	46	363
2017	R\$ 93.593.985.384	R\$ 268.177.609	R\$ 970.999.638	349	86	435
2018	R\$ 100.209.578.483	R\$ 91.432.097	R\$ 575.647.648	1.096	253	1.349
2019	R\$ 363.355.158.744	R\$ 269.951.827	R\$ 1.289.754.031	1.346	296	1.642
Total	R\$ 782.562.750.460	R\$ 129.199.728	R\$ 792.402.534	6.057	1.176	7.233

Fonte: dados da pesquisa

É possível observar que o valor envolvido aumenta no decorrer dos anos, isso quer dizer que os processos estão sendo atualizados pelas empresas. O ano de 2019 possui o maior valor envolvido e a maior média, e o ano com menor valor envolvido e menor média foi 2013, que possui quantidade significativa de processos com valor envolvido informado (606) em comparação com os demais anos, principalmente de 2010 a 2017. A média de valor envolvido dos processos é de R\$129 milhões. Dos processos, 18% não possuem seu valor envolvido informado.

Para atendimento ao segundo objetivo específico da pesquisa, as chances de perdas dos processos foram monitoradas ano a ano, para obter maiores informações sobre suas mudanças. A Figura 2 evidencia quantas mudanças nas chances de perda ocorreram de 2011 a 2019 e para qual classificação as mudanças foram realizadas. Em 2010 não foi registrada nenhuma mudança, uma vez que é o ano base de análise. A classificação “Outras” indica quando a chance de perda do processo é alterada para duas ou mais classificações (remota/possível, remota/provável, remota/possível/provável e possível/provável).

Figura 2 - Mudanças nas chances de perda por ano



Fonte: dados da pesquisa

Houve um aumento significativo nas alterações das chances de perda a partir de 2018, sendo que o ano que mais houve mudanças nas chances de perda foi 2019, com 221 alterações, e, em seguida, 2018, com 206. A maior quantidade de alteração na chance de perda é realizada para possível totalizando 402 alterações, em seguida remota com 332 alterações e em terceiro lugar provável com 276 alterações. Esse resultado está alinhado com o primeiro objetivo da pesquisa, em que foi constatado que, através da avaliação e aplicação das probabilidades, com uso do julgamento, os auditores e contadores reconhecem maior quantidade de passivos contingentes.

A Tabela 6 mostra quantas alterações nas chances de perda ocorreram por tipo e para qual classificação as mudanças foram realizadas. A classificação “Outras” indica quando a chance de perda do processo é alterada para duas ou mais classificações (remota/possível, remota/provável, remota/possível/provável e possível/provável).

Tabela 6 - Mudanças nas chances de perda por tipo

Tipo	Possível	Remota	Provável	Outras	Total
Ambiental	41	23	10	8	82
Cível	136	138	110	25	409
Outros	63	47	33	6	149
Trabalhista	61	55	81	21	218
Tributário	101	69	42	48	260
Total	402	332	276	108	1.118

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se com a Tabela 6 que os processos cíveis possuem maior quantidade de mudanças na chance de perda, representando 37% das alterações. A quantidade de alterações nas chances de perda de processos ambientais se apresenta significativa, considerando a quantidade de processos dessa natureza. Os processos tributários apresentaram menor quantidade de mudanças nas chances de perda, considerando a quantidade de processos. Os processos ambientais apresentaram menor incidência de alterações para o reconhecimento de provisões, apresentando-se 2,4 vezes abaixo da média. Enquanto os processos trabalhistas apresentaram incidência 2 vezes maior que a média no reconhecimento de provisões, ressaltando-se que a maioria das provisões são trabalhistas.

Tabela 7 - Alterações nas chances de perda de uma classificação para outra

Alteração	Quantidade
De possível para remota	234
De possível para provável	191
De remota para possível	190
De provável para possível	172
De provável para remota	83
De remota para provável	67
Demais alterações	181

Fonte: dados da pesquisa

Com a Tabela 7 é possível verificar maior incidência em processos que possuíam a classificação possível e foram alterados para remota. Em seguida, observamos quantidades de mudanças semelhantes nas alterações de possível para provável, remota para possível e provável para possível. De provável para remota e de remota para provável há menos incidência equiparado com as outras mudanças nas classificações, visto que um processo onde a chance de ocorrer é mínima, tem menos chances de se tornar provável, e vice-versa.

Considerando o último objetivo específico da pesquisa, para mensurar os efeitos no resultado e no patrimônio das companhias com a reclassificação das contingências possíveis e remotas para prováveis, estas foram reclassificadas a partir de 5 cenários, sendo que cada cenário representa o reconhecimento de uma proporção das contingências possíveis e remotas no resultado das companhias, tal como se houvesse uma reavaliação para a classificação provável. Na Tabela 8 foram diminuídas as contingências possíveis e remotas do lucro líquido das empresas e depois foi feita a média do lucro líquido, após o ajuste, a partir de cada cenário. A coluna “LL” indica a média do lucro líquido das empresas antes da reclassificação.

Tabela 8 - Média do lucro líquido após a reconfiguração (em milhares de reais)

Ano	LL	Otimista (20%)	Parc. otimista (40%)	Moderado (60%)	Parc. pessimista (80%)	Pessimista (100%)
2010	R\$ 795.049	R\$ 560.089	R\$ 325.128	R\$ 90.167	-R\$ 144.794	-R\$ 379.754
2011	R\$ 807.938	R\$ 456.051	R\$ 104.164	-R\$ 247.723	-R\$ 599.610	-R\$ 951.497
2012	R\$ 526.588	R\$ 256.775	-R\$ 13.038	-R\$ 282.851	-R\$ 552.664	-R\$ 822.476
2013	R\$ 288.176	R\$ 35.909	-R\$ 216.358	-R\$ 468.625	-R\$ 720.892	-R\$ 973.159
2014	R\$ 181.861	-R\$ 133.954	-R\$ 449.770	-R\$ 765.585	-R\$ 1.081.400	-R\$ 1.397.215
2015	-R\$ 99.578	-R\$ 760.747	-R\$ 1.421.916	-R\$ 2.083.085	-R\$ 2.744.254	-R\$ 3.405.423
2016	R\$ 253.259	-R\$ 315.498	-R\$ 884.255	-R\$ 1.453.012	-R\$ 2.021.768	-R\$ 2.590.525
2017	R\$ 291.326	-R\$ 309.557	-R\$ 910.440	-R\$ 1.511.323	-R\$ 2.112.206	-R\$ 2.713.089
2018	R\$ 843.668	R\$ 179.309	-R\$ 485.049	-R\$ 1.149.408	-R\$ 1.813.766	-R\$ 239.870
2019	R\$ 1.197.900	R\$ 360.422	-R\$ 477.056	-R\$ 1.314.534	-R\$ 2.152.012	-R\$ 2.989.490

Fonte: dados da pesquisa

Diante os dados da Tabela 8, constata-se como as reclassificações afetam substancialmente o resultado líquido das empresas de acordo com cada cenário. Podemos ver que, em todos cenários, houve impacto significativo no resultado das companhias, o que mostra como o lucro das companhias seriam afetados caso os passivos contingentes fossem reconhecidos como provisões.

Em 2019, considerando que 20 companhias não apresentaram contingências, no cenário otimista, 70% das empresas reduziram seu resultado em no máximo um quarto, porém, 23 empresas teriam seus resultados afetados mais de 100%. No cenário moderado, passa para 37 a quantidade de empresas que teriam seus resultados afetados em mais de 100%. O montante das contingências passivas em 2019 representa 360% do total do resultado líquido (lucro/prejuízo) das companhias. Com a reclassificação no cenário pessimista, 42 empresas que apresentaram lucro passaram a ter prejuízo, destas, 13 empresas que tiveram lucro maior que R\$ 1 bilhão apresentaram prejuízo com a reclassificação. A Petrobras apresentou um lucro de R\$ 40 bilhões em 2019, com a reclassificação, surgiria um prejuízo de R\$ 140,7 bilhões. Na Tabela 9 foram diminuídas as contingências possíveis e remotas do patrimônio líquido das empresas e depois foi feito a média a partir de cada cenário. A coluna "PL" indica a média do patrimônio líquido das companhias antes da reclassificação.

Tabela 9 - Média do patrimônio líquido após a reconfiguração (em milhares de reais)

Ano	PL	Otimista (20%)	Parc. otimista (40%)	Moderado (60%)	Parc. pessimista (80%)	Pessimista (100%)
2010	R\$ 6.988.188	R\$ 6.756.471	R\$ 6.521.511	R\$ 6.286.550	R\$ 6.051.589	R\$ 5.816.628
2011	R\$ 7.363.682	R\$ 7.011.795	R\$ 6.659.908	R\$ 6.308.021	R\$ 5.956.134	R\$ 5.604.246
2012	R\$ 7.342.593	R\$ 7.075.713	R\$ 6.808.833	R\$ 6.541.953	R\$ 6.275.073	R\$ 6.008.193
2013	R\$ 7.189.446	R\$ 6.939.807	R\$ 6.690.168	R\$ 6.440.528	R\$ 6.190.889	R\$ 5.941.250
2014	R\$ 6.886.530	R\$ 6.570.715	R\$ 6.254.899	R\$ 5.939.084	R\$ 5.623.269	R\$ 5.307.454
2015	R\$ 6.354.198	R\$ 5.693.029	R\$ 5.031.860	R\$ 4.370.691	R\$ 3.709.522	R\$ 3.048.353
2016	R\$ 5.496.987	R\$ 4.945.293	R\$ 4.393.599	R\$ 3.841.905	R\$ 3.290.211	R\$ 2.738.517
2017	R\$ 6.740.802	R\$ 6.145.928	R\$ 5.551.054	R\$ 4.956.180	R\$ 4.361.305	R\$ 3.766.431
2018	R\$ 7.288.627	R\$ 6.621.135	R\$ 5.957.124	R\$ 5.293.113	R\$ 4.629.101	R\$ 4.077.658
2019	R\$ 7.267.008	R\$ 6.428.727	R\$ 5.591.249	R\$ 4.753.771	R\$ 3.916.293	R\$ 3.078.815

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 9 mostra os efeitos sobre o patrimônio líquido das empresas. Pode-se considerar que o patrimônio líquido das companhias se apresenta, em média, estável. Em nenhum cenário e em nenhum ano o valor da média do patrimônio

líquido foi negativo Mesmo sem apresentar resultados, em média negativos, em 2019, com a reclassificação das contingências, no cenário pessimista, foi reduzido em média 53% do patrimônio líquido das companhias. Neste ano, 18 empresas possuem um patrimônio líquido acima da média, enquanto 12 empresas apresentam um passivo a descoberto. Com a reclassificação, 15 companhias que possuem um patrimônio líquido positivo, passariam a ter um passivo a descoberto.

Para verificar se os efeitos causados na situação financeira das companhias são representativos, foi realizado o teste de hipótese de diferenças de médias, no qual foram elaboradas hipóteses para serem testadas. A Hipótese 0 indica que a reclassificação das contingências não produz alterações significativas para as empresas, a Hipótese 1 indica que a reclassificação produz alterações significativas para as companhias. Foi considerado 5% de significância, então, para não rejeitar a Hipótese 1, o “p-valor” deve ser inferior a “0,05”.

Apesar da diferença das médias ser diferente em cada um dos cenários, o desvio padrão aumenta proporcionalmente à diferença das médias, por essa razão, é apresentado um resultado para cada ano, levando em consideração que o resultado dos testes é o mesmo nos 5 cenários.

Tabela 10 - Teste de hipótese de diferença de médias

Ano	LL p-valor	PL p-valor
2010	0,0224	0,0240
2011	0,0094	0,0094
2012	0,0013	0,0013
2013	0,0011	0,0011
2014	0,0003	0,0003
2015	0,0100	0,0100
2016	0,0040	0,0248
2017	0,0103	0,0129
2018	0,0253	0,0248
2019	0,0130	0,0129

Fonte: dados da pesquisa

Os testes apontaram um “p-valor” inferior a 0,05 em todos os anos, tanto sobre o lucro líquido quanto sobre o patrimônio líquido. Com isso, se rejeita a Hipótese 0 e não se rejeita a Hipótese 1, o que indica que o reconhecimento de passivos contingentes como provisões prováveis é significativo para as companhias. A Tabela 11 indica as 10 empresas que mais seriam impactadas com o reconhecimento de passivos contingentes para provisões.

Tabela 11 - Empresas mais impactadas com a reclassificação das contingências possíveis e remotas

Empresas	Valor envolvido
PETROBRAS	R\$ 346.883.232.386
SABESP	R\$ 76.761.437.100
AMBEV	R\$ 40.465.300.000
ELETROBRAS	R\$ 37.664.830.227
CESP	R\$ 23.669.516.055
CPFL PIRATIN	R\$ 23.278.826.000
CEMIG	R\$ 14.029.300.262
AMPLA ENERG	R\$ 13.368.422.052
COPEL	R\$ 10.868.607.518
STATKRAFT	R\$ 10.863.432.346

Fonte: dados da pesquisa

Os dados da Tabela 11 sugerem o montante das contingências remotas e possíveis das dez empresas que mais seriam impactadas com a reclassificação das contingências. A companhia que apresenta maior valor envolvido em passivos

contingentes é a Petrobras, com um total de R\$346,9 bilhões, e com a reclassificação, o impacto causado no seu resultado é bastante significativo. O setor que se destaca referente às empresas mais impactadas com a reclassificação é o setor de utilidade pública, que possui 8 das 10 empresas com maior valor envolvido de contingências possíveis e remotas.

5. CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi descrever e analisar as características das provisões e dos passivos contingentes e o reflexo da reconfiguração das contingências nas empresas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3). A análise é feita nos anos de 2010 e 2019. O primeiro objetivo específico foi analisar as características das provisões e passivos contingentes. Por meio da análise foi encontrado maior incidência em processos cíveis e tributários (32% e 31%), sendo que os tributários possuem mais do que o dobro de valor envolvido do que os processos cíveis.

Os processos com menor incidência são os de natureza ambiental, representando apenas 4% do total. Foi constatado que, das contingências ambientais possíveis e prováveis, 39% não possuem seu valor envolvido informado. A teoria do *disclosure*, prevê que companhias que possuem um bom desempenho ambiental evidenciam os impactos causados e estão dispostas a divulgar suas atividades ambientais. Entende-se que quando se trata de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais, as empresas aparentemente não divulgam essas informações, o que indica falta de transparência sobre os impactos causados ao meio ambiente.

As empresas estão envolvidas em processos judiciais que somam R\$782,6 bilhões e as provisões que já foram reconhecidas nos demonstrativos das empresas representam apenas 4% desse valor. O valor dos passivos contingentes é em média 19,9 vezes maior do que o valor médio das provisões. Da amostra, 19% das companhias não possuem provisões. Essa constatação acaba acarretando dúvidas nas divulgações realizadas pelas empresas, uma vez que se tratam de grandes companhias com muitos processos que geram saídas significativas de recursos. Além disso, pode indicar que as companhias dão preferência para reconhecimento de passivos contingentes, conhecidos como *off balance-sheet*, visto que as provisões prováveis afetam diretamente os resultados e os patrimônios.

Das contingências possíveis e provisões, 16% não possuem seu valor envolvido informado, e 10% não possuem o ano que foi firmado informado. As normas preveem que sejam divulgadas informações suficientes para permitir que os usuários entendam sua natureza, oportunidade e valor. Assim, questiona-se que algumas empresas não evidenciam suas provisões e contingências de forma transparente e fidedigna, o que pode prejudicar a tomada de decisão dos usuários externos.

Em relação ao segundo objetivo específico, analisar as mudanças nas chances de perda dos processos das empresas realizadas ao longo do tempo, foram registradas na análise 1.118 alterações. Foi evidenciado que a maioria das mudanças nas chances de perda são realizadas para possível, em seguida remota e em terceiro provável. Ou seja, a maioria das alterações são realizadas para o reconhecimento de passivos contingentes. Esse resultado está alinhado com o que foi constatado no primeiro objetivo da pesquisa, por meio da interpretação das probabilidades de ocorrência, havendo destaque no reconhecimento de contingências possíveis e remotas.

Sobre o terceiro objetivo específico, para identificar o impacto dessas contingências nos resultados das companhias, todos os passivos contingentes das empresas foram classificados para provisões prováveis. Para verificar se os efeitos causados na situação financeira das companhias são representativos, foi realizado o teste de hipótese de diferenças de médias. Os resultados apontaram que em todos os anos e em todos os cenários, a reclassificação das contingências passivas para provisões gera impacto significativo no resultado e patrimônio líquido das companhias. O resultado dessa pesquisa corrobora com os estudos de Carmo *et al.* (2018), Jesus e Souza (2016), Losekann *et al.* (2016) e Rosa (2014) que reconfiguraram os passivos contingentes para analisar o impacto que seria causado com a reclassificação. Foi evidenciado que a redução no resultado das empresas, mesmo no cenário otimista, é bastante representativa.

Com essa pesquisa, pode-se observar que a reclassificação das contingências causaria impacto significativo no resultado das empresas. Isso justifica os resultados apontarem pouca evidência de provisões, visto que seu reconhecimento altera os resultados da entidade, e, conseqüentemente, a valoração da companhia e percepção dos usuários externos. Logo, os usuários devem considerar na realização da análise das demonstrações que, através da interpretação das probabilidades de ocorrência, as despesas e os passivos das companhias podem estar subavaliados. Com isso, percebe-se que provisões e contingências devem ser evidenciadas corretamente, para mostrar a real situação financeira e desempenho econômico da companhia.

A partir deste trabalho, as próximas pesquisas poderão analisar o impacto das reclassificações das provisões e passivos contingentes nos indicadores econômico-financeiros de empresas brasileiras. Além disso, futuras pesquisas podem investigar o possível gerenciamento de resultados referentes às provisões e examinar se a reclassificação de provisões pode causar quebra de covenants contratuais.

6. REFERÊNCIAS

Abdo, H., Mangena, M., Needham, G., & Hunt, D. (2018). Disclosure of provisions for decommissioning costs in annual reports of oil and gas companies: A content analysis and stakeholder views. In *Accounting forum* (Vol. 42, No. 4, pp. 341-358).

Baldoino, E., & Borba, J. A. (2015). Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(23), 58-81. <https://doi.org/10.11606/rco.v9i23.68395>

- Borba, J. A.; Rosa, C. A.; Ferreira, D. D. M.. (2013). *The visibility (or invisibility) of environmental contingencies in foreign companies: first notes*. In American Accounting Association International Meeting 2013.
- Bouças, C. (2020, 14 fevereiro). Ao comentar queda nas vendas, Grendene admite “erro em alguns projetos”. *Valor Econômico*, Empresas. Recuperado de <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/02/14/ao-comentar-queda-nas-vendas-grendene-admite-erro-em-alguns-projetos.ghtml>
- Burgwal, D. V., & Vieira, R. J. O. (2014). Environmental disclosure determinants in Dutch listed companies. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(64), 60-78.
- Carmo, C. H. S., Ribeiro, A. M., & Mesquita, K. M. P. (2018). Impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho financeiro: Uma análise nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(1), 91-109. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i1.34183>
- Du, N., Mindak, M. P., Whittington, R., & McEnroe, J. E. (2020). The Effects of Ambiguity on Loss Contingency Evaluation by Auditors and Investors. *Behavioral Research in Accounting*, 32(1), 135-147.
- Farias, M. R. S. (2004). *Divulgação do passivo: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro* (Doctoral dissertation).. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09012006-121101/en.php>
- Ferreira, J. da S., & Rover, S. (2019). An analysis of the relevant lawsuits in Brazilian companies: characteristics that influence the change in the probability of loss provision and contingent liabilities. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, e155596-e155596. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.155596>
- Ferreira, J. D. S., Carvalho, A. D., Grings, A. L., & Rover, S. (2017). Provisões e Contingências Passivas: Mudança de Status da Chance de Perda dos Processos de Empresas Brasileiras. In *USP International Conference in Accounting, São Paulo, SP, Brasil* (Vol. 17).
- Freire, M. D.; Machado, M. R. R., Machado, L. S., Souza, E. S., & de Oliveira, J. J. (2012). Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(15), 3-22.
- Gil, A. C (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa: Antônio Carlos Gil*. São Paulo: Atlas.
- International Accounting Standards 37 (2001). Provisions Contingent Liabilities and Contingent Assets. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-37-provisions-contingent-liabilities-and-contingent-assets/>
- Jesus, S. S., & Souza, M. M. de (2016). Impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas big four. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 10(2), 43-63. <http://dx.doi.org/10.9771/rc-ufba.v10i2.15287>
- Losekann, V. L., Pereira, R. C., Lenhart, E. D. R., & Lobler, M. L. (2016). Uma análise de operações financeiras off-balance: com ênfase nas contingências passivas de empresas listadas nos níveis de governança corporativa da BM&FBovespa. In *Congresso Brasileiro de Contabilidade* (Vol. 20).
- Machado, J. (2017 maio 15). Cedaee reverte lucro e tem prejuízo de R\$ 17 milhões no 1º trimestre. *Valor Econômico*, Empresas. Recuperado de <http://www.valor.com.br/empresas/4968846/cedaee-reverte-lucro-e-tem-prejuizo-de-r-17-milhoes-no-1-trimestre>
- Nukka, A., & Noorväli, H. (2020). Recognition Of Provisions And Their Impact On Capital Structure And Profitability. *Economy & Business Journal*, 14(1), 282-290.
- Pronunciamento Técnico Comitê de Pronunciamentos Contábeis 25, de junho de 2009. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?id=56>
- Poeta, F. Z. (2012). Julgamento relacionado às contingências: mensuração e análise das expressões verbais de probabilidades relativas ao passivo contingente. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100651>
- Resolução Conselho Federal de Contabilidade n. 1.055, de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e dá outras providências. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Regimento-Interno>
- Richardson, R. J. (1991). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rosa, C. A. D. (2014). Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129202>
- Rostás, R. (2017, maio 10). Gerdau reverte passivo e lucro salta no primeiro trimestre. *Valor Econômico*, Empresas. Recuperado de <http://www.valor.com.br/empresas/4957138/gerdau-reverte-passivo-e-lucro-salta-no-primeiro-trimestre>
- Suave, R., Codesso, M. M., de Moraes Pinto, H., Vicente, E. F. R., & Lunke, R. J. (2013). Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. *Revista da UNIFEPE*, 1(11).
- Suer, A. Z. (2014). The Recognition of Provisions: Evidence from BIST100 Non-financial Companies. *Procedia Economics and Finance*, 9, 391-401.
- Torres, F.; Carrança, T. (2017, maio 10). Companhias reverterem R\$ 2 bi com base menor do PIS/Cofins. *Valor Econômico*, Empresas. Recuperado de <http://www.valor.com.br/empresas/4963260/companhias-revertem-r-2-bi-com-base-menor-do-piscofins>
- Tsakumis, G. T. (2007). The influence of culture on accountants' application of financial reporting rules. *Abacus*, 43(1), 27-48.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), 97-180.

RELAÇÃO ENTRE A RELEVÂNCIA DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS NOS BANCOS BRASILEIROS E A MENÇÃO A ESSES INSTRUMENTOS NO RELATÓRIO DOS AUDITORES

RELATIONSHIP BETWEEN THE RELEVANCE OF DERIVATIVE FINANCIAL INSTRUMENTS IN BRAZILIAN BANKS AND THE MENTION OF THESE INSTRUMENTS IN THE AUDITORS' REPORT

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo verificar se há relação entre a relevância dos instrumentos financeiros derivativos para as principais instituições financeiras brasileiras e sua menção nos relatórios dos auditores independentes. A relevância desse estudo se dá na importância da análise e verificação da flutuação dos instrumentos financeiros derivativos, não simplesmente pelo registro, mas em relação às variações existentes no período. Além disso, a complexidade dos instrumentos financeiros, especialmente os derivativos, bem como a subjetividade implícita no processo de mensuração do valor justo para os casos em que não há mercado secundário ativo, aumentam os riscos de distorções relevantes para a auditoria. Para realizar essa pesquisa, foram coletadas as demonstrações financeiras em IFRS e os respectivos relatórios dos auditores independentes, no período de 2014 a 2017, das 20 maiores instituições financeiras do Brasil, por valor de ativo total. Foi aplicada regressão Logit para avaliar a associação a menção a instrumentos financeiros derivativos nos relatórios de auditoria e a relevância desses instrumentos na estrutura patrimonial dos bancos. Os resultados mostram que poucos relatórios de auditoria fazem menção aos derivativos ou ativos financeiros a valor justo. A estimação da regressão mostrou não haver relação estatisticamente relevante entre as variáveis. Adicionalmente, foi constatado que o aumento da menção aos instrumentos financeiros derivativos no relatório de auditoria coincidiu com a implementação do denominado Novo Relatório de Auditoria (NRA), a partir de 2016, em particular com a implementação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA).

Palavras-chave: Auditoria em Instituições Financeiras. Instrumentos Financeiros. Valor Justo.

ABSTRACT

This work aimed to verify if there is a relationship between the relevance of derivative financial instruments for the main Brazilian financial institutions and their mention in the reports of independent auditors. The relevance of this study is given by the importance of analyzing and verifying the fluctuation of derivative financial instruments, not simply by recording, but in relation to the variations existing in the period. In addition, the complexity of financial instruments, especially derivatives, as well as the subjectivity implicit in the process of measuring fair value in cases where there is no active secondary market, increase the risks of material distortions for the audit. In order to carry out this research, the IFRS financial statements and the respective reports of the external auditors, from 2014 to 2017, were collected from the 20 largest financial institutions in Brazil, by total asset value. Logit regression was applied to assess the association with the mention of derivative financial instruments in the audit reports and the relevance of these instruments in the banks' equity structure. The results show that few audit reports mention derivatives or financial assets at fair value. The regression estimation showed that there was no statistically relevant relationship between the variables. Additionally, it was found that the increase in the mention of derivative financial instruments in the audit report coincided with the implementation of the so-called New Audit Report (NRA), starting in 2016, in particular with the implementation of the Main Audit Matters (PAA).

Keywords: Audit in Financial Institutions. Financial instruments. Fair value.

Camila Rodrigues Makiuchi

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB). Email: camilamakiuchi@gmail.com. ORCID ID: 0000-0001-9229-2466
<http://lattes.cnpq.br/0803945067544656>

Paulo César de Melo Mendes

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) da Universidade de Brasília (UnB). Email: mendes@unb.br. ORCID ID: 0000-0002-0142-4679. <http://lattes.cnpq.br/0880896382546384>

José Alves Dantas

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) e do Programa de Pós-Graduação (PPGCont) da Universidade de Brasília (UnB). Email: josealvesdantas@unb.br. ORCID ID: 0000-0002-0577-7340. <http://lattes.cnpq.br/4292408391743938>

1 INTRODUÇÃO

Hayes, Dasse, Schilder e Wallace (2005) afirmam que a auditoria tem como papel transmitir credibilidade às demonstrações financeiras. Ojo (2008) diz que a análise da auditoria é feita com o intuito de detectar e prevenir fraudes e erros na divulgação financeira, para que, dessa forma, os auditores possam gerar uma opinião adequada. Em alguns segmentos econômicos, como no caso das instituições financeiras, dada a complexidade do sistema financeiro, por possuírem características próprias e específicas (Kanagaretnam, Lim & Lobo, 2010), o trabalho de auditoria é mais complexo, o que justifica, muitas vezes, a exclusão desse setor nos estudos sobre auditoria.

Castro, Vasconcelos e Dantas (2017) apontam que na literatura existem poucos estudos realizados sobre auditoria em instituições financeiras, embora o valor da auditoria nesse ambiente seja ainda mais relevante, dado que a incerteza das informações financeiras nessa área é maior, de acordo com Autore, Billingsley e Schneller (2009). Embora seja um setor altamente regulado, suas operações envolvem um alto grau de subjetividade para o reconhecimento e mensuração contábil, como é o caso da provisão para perdas em operações de crédito, da classificação dos instrumentos financeiros, da mensuração a valor justo de instrumentos para os quais não há mercado líquido, da provisão para garantias financeiras prestadas, entre tantas outras. Uma vez que a incerteza é maior, os riscos para a auditoria também se tornam maiores.

Jund (2002) caracteriza como risco de auditoria a possibilidade de os auditores expressarem uma opinião inadequada em relação às demonstrações financeiras quando elas apresentarem distorções relevantes – conceito equivalente ao apresentado na Normas Brasileira de Contabilidade Interpretações Técnicas de Auditoria -NBC TA 200. Assim, a confiabilidade da auditoria fica prejudicada se for emitida uma opinião em que os erros relevantes não foram identificados no processo de auditar a empresa.

Existem situações na contabilidade que aumentam o risco da auditoria, uma delas é a estimativa contábil, incluindo o valor justo, que, conforme o CPC 46, é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou compra de um passivo em uma transação não forçada por integrantes do mercado na data de mensuração. O CPC 46 afirma que a mensuração do valor justo deve ser baseada no mercado, mas tais informações podem não estar disponíveis para o ativo ou passivo que se quer mensurar.

O valor justo nível 2, já é subjetivo por se tratar de estimativa. Contudo, se as informações observáveis não estão disponíveis, a mensuração do valor justo se torna ainda mais subjetiva e julgamental, pois há necessidade de utilização de métodos estatísticos para comprovação, como ocorre com o nível 3, o que aumenta os riscos de distorção relevante para a auditoria. De acordo com o CPC 46, existem níveis de hierarquia para o valor justo, sendo o nível 1 o mais confiável, por se tratar de preços cotados em mercados secundários. Os níveis 2 e 3 são mais subjetivos, sendo que o terceiro nível se trata de informações não observáveis. Dessa maneira, percebe-se a complexidade de se mensurar o valor justo e os riscos que esse tipo de mensuração gera para a auditoria.

Então, o auditor, ao tratar de valor justo de instrumentos financeiros, deve ter conhecimento dos procedimentos de mensuração usados pela administração, uma vez que, por esse valor ser subjetivo, também se torna suscetível ao viés da administração. Além disso, o auditor precisa obter evidências apropriadas e suficientes sobre a razoabilidade das estimativas contábeis divulgadas, bem como analisar se essa divulgação foi feita de maneira adequada, podendo fazer uso de especialistas para auxiliar a auditoria (NBC TA 540).

Entre os instrumentos financeiros, os derivativos são uma classe diferente de instrumentos financeiros, com características particulares que incluem investimento inicial nulo ou muito pequeno, valor com base em outros itens subjacentes e liquidação por diferença (Gelbcke, Santos, Iudicibus, & Martins, 2018). Por essa razão, alguns estudos têm destacado a dificuldade em compreender as informações associadas com o uso de derivativos (Kawaller, 2004; Chang, Donohoe, & Sougiannis, 2016; Antônio, Lima, Santos & Rathke, 2019). Por tudo isso, os instrumentos financeiros derivativos merecem uma atenção especial da auditoria.

De acordo com o *International Auditing Practice Note* (IAPN) 1000, existem muitos fatores que dificultam o trabalho da auditoria em relação aos instrumentos financeiros: a classificação da natureza e da finalidade dos instrumentos; a identificação dos riscos aos quais a entidade está exposta; a instabilidade do mercado; a obtenção de evidências de auditoria; entre outros. Observa-se que o trabalho dos auditores quanto aos instrumentos financeiros e valor justo necessita muita cautela e análise para que não aumente os riscos de distorção relevante.

Dessa forma, o estudo busca responder à seguinte questão: **há relação entre a relevância dos instrumentos financeiros derivativos na estrutura patrimonial dos bancos e a menção a esses instrumentos nos relatórios dos auditores independentes sobre demonstrações de instituições financeiras dos principais bancos brasileiros?** Portanto, esse artigo tem como objetivo se há relação entre a relevância dos instrumentos financeiros derivativos nas instituições financeiras brasileiras e a menção a esses instrumentos nos relatórios dos auditores independentes.

Para a investigação proposta, foram coletadas demonstrações financeiras em IFRS, de 2014 a 2017, e os respectivos relatórios da auditoria das 20 maiores instituições financeiras do Brasil, por valor total de ativos, de acordo com o relatório IF.Data do Banco Central do Brasil (BCB), na data-base setembro de 2018. Essas entidades respondem por 93,79% dos ativos do sistema bancário brasileiro naquela data-base, o que justifica a relevância da amostra selecionada.

O estudo contribui para a evolução da literatura a respeito da atuação dos auditores em relação aos instrumentos financeiros, tema ainda pouco explorado na literatura nacional, conforme destacado por Carpenter, Durtschi e Gaynor (2002), Hurtt (2007), Mendes (2014) e Cunha, Silva, Peyerl e Haveroth (2019), além da relevância desse tema para as ins-

tuições financeiras, objeto do presente estudo. Soma-se a isso o fato de que o período abrangido no estudo contempla uma mudança relevante nos padrões de auditoria, com a adoção do denominado Novo Relatório de Auditoria, a partir de 2016, que teve como uma das principais características a instituição dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA), com forte impacto na prática profissional. A compreensão sobre a forma como os auditores em relação aos instrumentos financeiros derivativos também é útil para se prever a perspectiva de atuação dos auditores com a adoção da IFRS 9, tendo em vista o maior espaço de julgamento profissional requerido em relação à contabilização dos instrumentos financeiros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Auditoria Independente em Instituições Financeiras

Hayes et al. (2005) apontam que a auditoria transmite confiança nas demonstrações contábeis, para isso, o auditor emite uma opinião independente e especializada sobre a equidade dos relatórios, denominada de relatório da auditoria, dessa forma, pode-se dizer que a função da auditoria é dar credibilidade às demonstrações financeiras. O auditor, por meio do processo de auditoria, aumenta não só a utilidade e o valor das demonstrações financeiras, mas também a confiabilidade de outras informações divulgadas pela administração, mesmo se estas não foram auditadas (Hayes et al., 2005).

De acordo com Ojo (2008), a auditoria é uma parte relevante do mercado de capitais, uma vez que reduz o custo da troca de informações entre os gestores acionistas e fornece um mecanismo de sinalização aos mercados de que as informações que a administração fornece por meio dos relatórios financeiros são confiáveis. Segundo a autora, a literatura contábil mostra que o papel tradicional da auditoria foi principalmente a detecção e prevenção de fraudes. Ojo (2008) ainda cita que falhas nos bancos, como as do BCCI e da Johnson Matthey, resultaram no repensar do objetivo de uma auditoria para incluir a detecção e prevenção de fraudes.

Quando se trata de auditoria em instituições financeiras, os estudos são poucos. De acordo com Castro, Vasconcelos e Dantas (2017), as pesquisas feitas nessa área específica em âmbito internacional não são numerosas. Os autores também citam que, no Brasil, é ainda mais relevante a escassez de estudos sobre o tema.

Entre os poucos autores que tratam especificamente da auditoria nas instituições financeiras temos Kanagaretnam, Lim e Lobo (2010), que destacam ser mais difícil auditar bancos do que empresas industriais, por tais entidades apresentarem características particulares. Apesar de ser um segmento altamente regulado e monitorado pelos Bancos Centrais e outras agências reguladoras, o reconhecimento, classificação e mensuração contábil de suas principais operações envolve alto grau de subjetividade, como a mensuração da provisão para perdas por risco de crédito, a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, para os quais não haja mercado ativo líquido, os instrumentos de securitização, etc. Por essa razão, é comum, que estudos sobre auditoria excluam as empresas de serviços bancários e financeiros de suas amostras, justamente por se tratar um grupo com aspectos específicos.

O estudo sobre a qualidade de auditoria no sistema financeiro se faz necessária, especialmente no Brasil, pelo fato de que as fraudes praticadas por bancos se destacam entre os casos mais emblemáticos de falhas de auditoria, que foram muito repercutidos na mídia nacional (Dantas & Medeiros, 2015). Os autores ressaltam como exemplos os casos dos bancos Nacional, Noroeste e Panamericano, que resultaram em uma série de questionamentos em relação às firmas de auditoria KPMG, PWC e Deloitte, respectivamente.

Dantas e Medeiros (2015) relatam que há o questionamento presente no relatório da Financial Crisis Inquiry Commission sobre a atuação da auditoria em pelo menos duas situações. Primeiramente, o caso da auditoria feita pela Ernst & Young na Lehman Brothers, em que os auditores comunicaram à administração sobre o fato das práticas de disclosure não serem adequadas, porém não se posicionaram publicamente em seu relatório, o que impossibilitou o conhecimento real da situação financeira da entidade, que no fim era descontinuada. A outra situação é da PriceWaterhouseCoopers (PWC) na auditoria da empresa American International Group (AIG), porque, pouco tempo antes da quebra desta empresa, a PWC fez a auditoria e afirmou que não existia risco de default quanto às posições em garantias de instrumentos financeiros derivativos da AIG e nem riscos econômicos substanciais.

Ainda de acordo com Dantas e Medeiros (2015), existe a preocupação quanto as falhas da auditoria no sistema financeiro. Essa preocupação é destacada pelo Basel Committee on Banking Supervision ao dizer que, por conta da complexidade crescente das normas contábeis e dos instrumentos financeiros, além das mudanças relacionadas a estimação do valor justo, é necessária uma maior confiança nas informações auditadas.

O valor da auditoria em um ambiente de incerteza de informação é maior, ou seja, os investidores nas empresas que são caracterizadas por maior incerteza de informação valorizam mais o trabalho feito pelos auditores. A auditoria é importante em todos os ambientes por transmitir confiabilidade às informações geradas pela administração, entretanto, nos segmentos econômicos, a auditoria é ainda mais relevante por se tratar de um ambiente em que a incerteza da informação é crítica (Autore, Billingsley & Schneller, 2009).

2.2 Risco de Auditoria

O risco de auditoria pode ser definido, de acordo com Jund (2002), como sendo a possibilidade de o auditor não modificar a sua opinião apropriadamente sobre as demonstrações financeiras que estão materialmente incorretas por

conta de erros ou irregularidades, pois esses erros não foram detectados pelo exame da auditoria. Já a NBC TA 200 (R1) (2016) afirma que se caracteriza como risco de auditoria a possibilidade de expressar uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações financeiras contiverem distorção relevante. A norma diz que o risco de auditoria é uma função entre os riscos de distorção relevante e de detecção.

Definido pela NBC TA 200 (R1) (2016), o risco de distorção relevante corresponde ao risco de que as demonstrações financeiras contenham distorção relevante antes da auditoria, sendo composto por dois componentes: risco inerente, que representa a vulnerabilidade a uma distorção relevante antes da consideração de quaisquer controles relacionados; e risco de controle, que traduz o risco de uma distorção relevante não ser prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade. Por fim, a norma define o risco de detecção como a possibilidade de os procedimentos executados pelo auditor, que têm por intuito reduzir os riscos de auditoria a um nível mais baixo, não detectarem uma distorção relevante.

Existem algumas áreas na contabilidade que merecem uma atenção especial dos auditores, pois elas são naturalmente mais complexas, podendo aumentar o risco da auditoria, como é o caso das estimativas contábeis, incluindo o valor justo. De acordo com Mendes (2014), as estimativas contábeis são influenciadas por eventos posteriores à data em que a mensuração foi realizada, razão pela qual o auditor deve obter evidências suficientes que comprovem a adequação das estimativas feitas, considerando que problemas nessas estimativas podem comprometer a qualidade das demonstrações financeiras e o uso das informações nas decisões dos usuários.

Mendes (2014) também afirma que os auditores precisam ter conhecimento das técnicas que foram usadas no cálculo do valor justo. Além disso, eles devem ser capazes de avaliar a validade das suposições básicas e coletar dados de outras fontes além da administração para que se possa mitigar os riscos de erro e fraude.

2.3 Auditoria de Estimativas do Valor Justo

De acordo com o CPC 46, o valor justo é estimado pelo que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação realizada de forma ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Não distante dessa definição, o IFRS 13 afirma que o valor justo é o preço de saída conforme o mercado em uma transação não forçada e sem favorecimentos. O valor justo retrata a posição financeira de uma determinada empresa, dessa forma, proporciona aos usuários das informações financeiras e patrimoniais uma relevância maior (Zyla, 2009).

O CPC 46 discorre em seu texto que a mensuração do valor justo deve ser feita baseada no mercado, essa mensuração não é específica da entidade. Ainda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 46, informações de mercado ou transações de mercado observáveis podem estar disponíveis ou não a depender do ativo ou passivo específico que está sendo mensurado. Uma das questões principais do valor justo é que, como ele é um valor estimado, existe muita subjetividade em sua mensuração. Bolívar e Galera (2012) dizem que os dados se tornam menos confiáveis quando não há um mercado ativo.

O valor justo é classificado em um dos três níveis de hierarquia a depender da informação constante para a mensuração. Conforme o CPC 46 (2012), informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração, enquanto as informações do nível 2 são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, com exceção dos preços cotados incluídos no nível 1. Por fim, o nível 3 consiste em informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Com base nessas condições, Mendes e Freire (2014) destacam que os níveis 2 e 3 são mais propensos a ajustes nos preços, os tornando mais discricionários do que as informações do nível 1. Os autores também dizem que as chances de manipulação de resultados são menores quanto maior for a proporção de ativos e passivos classificados no Nível 1.

Conforme Mendes (2014), quando os ativos não possuem parâmetros de mercado, a mensuração do valor justo é subjetiva e pode ser imprecisa. O autor aponta que a mensuração do valor justo, em situações do gênero, é baseada em estimativas sobre situações futuras, ou seja, os resultados são incertos e sujeitos a mudanças com o decorrer do tempo. Nesse sentido, o valor justo está vulnerável a manipulação de preços, podendo resultar na divulgação de informações erradas e enganosas aos usuários (Skoda & Bilka, 2012).

Portanto, pelo fato de a mensuração do valor justo ser subjetiva, os auditores, ao tratarem de estimativas, devem tomar uma série de cuidados para gerar a opinião para que a confiabilidade da auditoria não seja afetada negativamente. A NBC TA 540 afirma que o grau de incerteza das estimativas contábeis é afetado pelo fato de que a natureza e a confiabilidade das informações disponíveis para a administração elaborar as estimativas variam significativamente. Além disso, a norma também aponta que esse grau de incerteza influencia o risco de distorção relevante de estimativas contábeis. Mendes (2014), diz que, conforme a contabilização e a mensuração do valor justo se tornam mais complexas, o risco de distorção relevante na auditoria pode aumentar.

De acordo com Martin, Rich e Wilks (2006), o auditor deve ter conhecimento sobre como a administração prepara a mensuração do valor justo, assim como adotar os procedimentos necessários para verificar se a mensuração elaborada pelas entidades auditadas é apropriada. No que diz respeito aos objetivos do auditor quanto às estimativas contábeis, a auditoria deve obter evidência apropriada e suficiente sobre a razoabilidade das estimativas contábeis, incluindo o valor justo, registradas ou divulgadas nas demonstrações contábeis e, também, sobre a adequação dessas divulgações quanto à estrutura do relatório financeiro aplicável (NBC TA 540).

Akgun, Pehlivanli e Gurunlu (2011) apontam que o processo de estimativa do valor justo implica conhecimento e perícia específica por conta da identificação da abordagem usada (custo, mercado ou renda) e dos riscos da possibilidade de uso de informações irrelevantes e uso de subjetividade do julgamento profissional que, conseqüentemente, aumenta os riscos devido às manipulações. Além disso, a estimativa pode ser feita da forma mais elaborada possível, mas quando o mercado flutua é provável que o valor justo não reflita a realidade.

2.4 Auditoria em Instrumentos Financeiros Derivativos

Entre os instrumentos financeiros previstos no CPC 48, Gelbcke et al. (2018) destacam os derivativos, que têm por características o investimento inicial nulo ou quase nulo, o valor com base em outros itens subjacentes e a liquidação por diferença, ou seja, pelo valor líquido, em uma data futura. São geralmente usados para mitigar os riscos e variações dos ativos e passivos de uma organização, sendo utilizados como forma de proteção do patrimônio (Barros & Lopes, 2006) e têm comportamento de certa forma imprevisível por conta do seu objeto e das formas de negociação (Santos, Censi, Haussman & Filho, 2009).

Segundo Murcia e Santos (2009), o risco de se investir no mercado de derivativos é grande por conta do montante de recursos nesse tipo de operação e da vulnerabilidade das variáveis econômicas, que tem influência direta no valor dos derivativos. Magnani (2017), por sua vez, destaca os benefícios que os derivativos podem trazer para as empresas, entre eles, menor assimetria de informações e evitar as fricções de mercado que podem gerar perdas residuais para as companhias, reduzindo a riqueza dos acionistas.

Especialistas afirmam que muitas empresas que usam derivativos não aplicam as regras contábeis relacionadas de maneira correta ou consistente, tornando “quase impossível” para partes interessadas em avaliar a atividade corretamente. (Kawaller, 2004; Chang, Donohoe, & Sougiannis, 2016). A complexidade envolvida se refere à dificuldade que um usuário pode ter na compreensão do mapeamento de transações econômicas e na compreensão dos padrões contábeis aplicados (Peterson 2012). Embora os derivativos permitam às empresas gerenciar riscos na presença de incerteza, tais contratos são bem conhecidos por sua complexidade devido ao valor que pode ser vinculado a praticamente qualquer ativo subjacente, incluindo outros derivativos, para cumprir vários objetivos financeiros (Stulz, 2004; Koonce, Lipe & McAnally, 2005).

Nessa linha de entendimento, Antônio et al. (2019) reportaram que os derivativos podem ser usados para proteger os negócios e proporcionar maior estabilidade aos resultados das empresas que os utilizam, sendo o estudo complementado por Trindade, Ambrozini, Magnani e Antônio (2020), que contribuíram com a importância da utilização de derivativos para fins de proteção no risco das companhias de capital aberto negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo B3, e demonstraram os reflexos do uso de derivativos antes das alterações implementadas pela norma que regulamenta a contabilização e a divulgação dos instrumentos financeiros derivativos.

Com base nesses estudos, percebe-se a importância da auditoria no levantamento desses instrumentos com o cuidado que as características e a importância do tema exigem. Embora constatado, pelos estudos, que o impacto causado pela utilização de derivativos seja positivo para as companhias, há outras metodologias a serem utilizadas que podem alterar o resultado das empresas. Dessa forma, este estudo contribui para a investigação sobre o tratamento que os auditores dão a esses instrumentos nas auditorias realizadas nas demonstrações de instituições financeiras.

Em termos práticos, contadores e auditores se mostram mais interessados nos derivativos, pois esses instrumentos são complexos e podem ser estruturados sobre sofisticados sistemas de cálculos, fazendo com que os profissionais busquem entender os efeitos dos derivativos sobre a posição patrimonial das entidades e, também, identificar como evidenciá-los adequadamente nas demonstrações contábeis (Darós, Borba & Macedo Júnior, 2007).

Mendes (2014), por sua vez, explica que o estudo das variações dos instrumentos financeiros, além de sua relevância nas demonstrações financeiras, tem como característica o potencial de volatilidade. Ainda conforme o autor, uma avaliação mais cuidadosa torna-se necessária, visto que a avaliação dos instrumentos financeiros é subjetiva. Os instrumentos financeiros podem ser avaliados a valor justo, estando suscetíveis a incerteza das estimativas, conforme a NBC TA 540.

Do ponto de vista da prática profissional da auditoria, a IFAC - IAPN 1000 (2011), que é um guia prático da auditoria de instrumentos financeiros, dispõe que a incerteza na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e a volatilidade dos fluxos de caixa no tocante às mudanças nas condições de mercado são diretamente proporcionais, bem como que o uso dos instrumentos financeiros derivativos pode tanto aumentar quanto diminuir certos riscos de negócio.

Na IAPN 1000 é destacado que, em geral, as estruturas de relatório financeiro solicitam divulgação de informações quantitativas e qualitativas em relação aos instrumentos financeiros, para que os usuários possam fazer suas avaliações sobre os efeitos desses instrumentos na entidade, além de avaliar seus riscos e incertezas. Outro ponto que esse guia traz é o fato de que se a administração não entender completamente os riscos inerentes presentes nos instrumentos financeiros, ela não tem como geri-los da melhor maneira possível, o que pode prejudicar a própria viabilidade da empresa.

Algumas circunstâncias aumentam a dificuldade de se avaliar instrumentos financeiros, em especial aqueles para os quais o mercado se tornou inativo ou que possuem termos contratuais extensos, bem como os derivativos decorrentes de combinação de instrumentos financeiros individuais. Percebe-se, assim, que os instrumentos financeiros, principalmente os avaliados a valor justo, apresentam diversas variáveis que dificultam sua avaliação, razão pela qual a auditoria desse grupo também se torna mais complexa.

Alguns fatores tornam o trabalho dos auditores em relação aos instrumentos financeiros mais desafiador, como: a compreensão da natureza do instrumento financeiro, com qual finalidade eles são usados e os riscos que a entidade está exposta; a volatilidade do mercado; a dificuldade na obtenção de evidências de auditoria; o risco de apropriação indébita de ativos; a análise da relevância dos valores registrados nas demonstrações contábeis; e a influência significativa que alguns empregados podem exercer em relação às transações dos instrumentos financeiros (IFAC – IAPN 1000, 2011).

Conclui-se, assim, que a auditoria nos instrumentos financeiros derivativos deve ser cautelosa, por se tratar de item com características que tornam mais complexa sua contabilização, em especial sua mensuração. Vários aspectos afetam o trabalho dos auditores, como a subjetividade dos valores dos instrumentos financeiros, a volatilidade do mercado e a análise dos riscos presentes nos instrumentos. Os fatos relevantes dos instrumentos financeiros podem ser manipulados para se tornarem difíceis de se compreender e isso pode afetar a avaliação do auditor quanto aos riscos de distorção relevante.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo de analisar os relatórios de auditoria sobre as demonstrações das principais instituições financeiras brasileiras e avaliar se a menção aos instrumentos financeiros derivativos, por parte dos auditores, está associada à relevância desses instrumentos na estrutura patrimonial das principais instituições financeiras brasileiras, foram coletadas demonstrações financeiras anuais em IFRS e os respectivos relatórios da auditoria, no período de 2014 a 2017, das 20 maiores instituições financeiras no Brasil por valor total de ativo, de acordo com o relatório IFData do BCB, em setembro de 2018. A justificativa para a relevância da amostra selecionada é o fato de esse grupo de entidades responder por 93,79% dos ativos do sistema bancário brasileiro naquela data-base.

A decisão por utilizar os documentos referentes ao período de 2014 a 2017, se justifica pelo fato de que ocorreram, nesse período, mudanças relevantes na estrutura do Relatório do Auditor Independente, a partir de 2016, principalmente com a introdução da seção de Principais Assuntos de Auditoria, que contém informações que o auditor considera relevantes para a sua avaliação, podendo fazer menção aos ativos financeiros derivativos. A opção em utilizar os relatórios em bases anuais, por sua vez, se justifica em função de: (i) a exigência de elaboração e publicação de demonstrações financeiras em IFRS se restringirem à periodicidade anual, conforme dispõe a Resolução nº 3.786, de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN); e (ii) mesmo quando voluntariamente divulgadas demonstrações intermediárias, essas não são objeto de um trabalho de assecuração razoável e sim de revisão limitada, que é um trabalho de auditoria de menor abrangência.

A coleta das Demonstrações Contábeis em IFRS e dos Relatórios dos Auditores Independentes foi feita diretamente no sítio de cada um dos vinte bancos selecionados para a pesquisa. Nessa coleta, foram excluídos quatro bancos da pesquisa, Cielo S.A., Redecard S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Credit Agricole, por não publicarem demonstrações financeiras em IFRS em seus sítios. Dessa forma, no líquido, a pesquisa analisou quatro anos de 16 instituições financeiras, totalizando 64 demonstrações financeiras e respectivos relatórios dos auditores independentes.

Para a verificação do julgamento dos auditores independentes nos relatórios de auditoria sobre os ativos financeiros derivativos a valor justo das maiores instituições financeiras, será utilizado o seguinte modelo de regressão logit:

$$RA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 AT_{i,t} + \beta_2 DER_{i,t} + \beta_3 NRA_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (3.1)$$

Em que:

RA: variável *dummy*, assumindo 1 para os casos em que há menção aos instrumentos financeiros derivativos no teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da instituição *i*, no período *t*, e 0 para os demais.

AT: representa o tamanho da instituição financeira, mensurada como o logaritmo natural dos ativos totais da instituição *i*, no período *t*.

DER: corresponde à relevância do saldo de derivativos, mensurada pelo logaritmo natural do saldo contábil do estoque de derivativos da instituição *i*, no período *t*.

NRA: variável *dummy* que representa a vigência do Novo Relatório de Auditoria, assumindo 1 para os anos a partir de 2016.

A variável de interesse do estudo é a DER, para a qual se espera, em princípio, uma associação positiva com a variável dependente RA, representativa da menção aos instrumentos financeiros derivativos no relatório dos auditores independentes. As variáveis AT e NRA são variáveis de controle, que procuram capturar os efeitos do tamanho das instituições e da vigência do novo relatório de auditoria na variável dependente RA.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Apuração das Variáveis e Estatísticas Descritivas

A apuração das variáveis do modelo (3.1) revela, inicialmente, que: (i) nos anos de 2014 e 2015 não houve menção aos instrumentos financeiros derivativos nos Relatórios da Auditoria examinados; (ii) a menção a esses instrumentos aparece nos relatórios de 2016 e 2017 do Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander, BTG Pactual, Safra e Votorantim; e (iii) a menção aos derivativos aparece no relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras de 2017 da Caixa Econômica Federal.

Logo, percebe-se que dos 64 relatórios analisados, apenas 15 apresentaram menção aos instrumentos financeiros derivativos, cabendo salientar que nenhum dos relatórios analisados apresentou modificação de opinião em decorrência de problemas associados aos instrumentos financeiros derivativos ou mesmo aos títulos e valores mobiliários.

A análise preliminar do conteúdo dos relatórios em que há menção aos derivativos revelou que os auditores geralmente enfatizam a subjetividade da mensuração ao valor justo. Outro ponto abordado é o destaque de que ao conduzir as auditorias nesse tipo de instrumento, foi avaliada a razoabilidade dos dados usados para a determinação dos valores justos, bem como a adequação das divulgações nas demonstrações financeiras. Por fim, os auditores também ressaltam que recalcularam os valores das operações e que em alguns dos trabalhos realizados contaram com o auxílio de especialistas em instrumentos financeiros para reduzir os riscos de auditoria relacionados a esse assunto.

Entre os relatórios examinados, cabe ressaltar o fato de que até 2015, os Relatórios dos Auditores Independentes possuíam estrutura diferente da vigente a partir de 2016, cuja principal inovação foi a instituição da seção de Principais Assuntos de Auditoria (PAA). Importante destacar que essa seção só é obrigatória para as companhias listadas, conforme prevê a NBC TA 701. Assim, os relatórios de auditoria referentes às demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Citibank, BNP Paribas, JP Morgan Chase, Banco Cooperativo Scredi S.A. e Credit Suisse não constam a seção dos PAA.

De salientar que a partir de 2020 as instituições constituídas sob forma de companhia aberta ou enquadradas nos segmentos S1, S2 ou S3, e não apenas as empresas listadas, devem conter a seção de Principais Assuntos de Auditoria nos relatórios dos auditores, conforme dispõe a Resolução CMN nº 4.720, de 2019. Dessa forma, a análise da menção dos derivativos poderá ser mais bem estudada e abordada.

Especificamente quanto às variáveis do modelo (3.1), na Tabela 1 são apresentadas as estatísticas descritivas.

Tabela 1: Estatísticas descritivas das variáveis do modelo (3.1)

	RA	AT	DER	NRA
Média	0.2343	8.1055	5.7973	0.5000
Mediana	0.0000	8.0456	6.2458	0.5000
Máximo	1.0000	9.1568	7.6159	1.0000
Mínimo	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
Desvio padrão	0.4269	1.2209	1.8813	0.5039
Nº observações	64	64	64	64
Nº bancos	16	16	16	16

Em que: RA é uma variável dummy, assumindo 1 para os casos em que há menção aos instrumentos financeiros derivativos no teor do relatório dos auditores independentes; AT representa tamanho da instituição financeira, mensurada como o logaritmo natural dos ativos totais; DER corresponde à relevância do saldo de derivativos, mensurada pelo logaritmo natural do saldo contábil do estoque de derivativos; NRA é uma variável dummy que representa a vigência do Novo Relatório de Auditoria, assumindo 1 para os anos a partir de 2016.

Os dados da Tabela 1 revelam pouca dispersão dos dados relativos aos ativos totais (AT) e ao estoque de instrumentos financeiros derivativos (DER). Isso se justifica até pelo critério de seleção da amostra, que se concentrou nas principais (maiores) instituições financeiras, bem como no período amostral restrito. Adicionalmente é destacado que a menção aos instrumentos financeiros derivativos alcança 23,43% dos relatórios de auditoria (RA) e que metade dos relatórios examinados se referem ao período de vigência do denominado Novo Relatório de Auditoria (NRA). É importante salientar de que embora as observações com vigência do NRA representem metade dos dados utilizados, as menções aos instrumentos financeiros derivativos se concentram exatamente nesse período.

Além da relevância dos instrumentos financeiros derivativos, outro fator entendido como importante para o auditor considerar como argumento para utilizar a evidenciação é o nível de hierarquia do valor justo de tais instrumentos. No caso, ao examinar as notas explicativas das demonstrações financeiras dos bancos para os quais não consta a seção de PAA e nem fizeram menção aos instrumentos financeiros nos relatórios de auditoria, foi constatado que o BNDES, o BNP Paribas, o Banco Cooperativo Scredi e o Credit Suisse possuem derivativos de nível 2, que é considerado um nível de hierarquia com grau substancial de subjetividade. Os outros dois bancos, Citibank e JP Morgan Chase, tinham em suas notas explicativas derivativos de nível 3 que, por sua vez, têm como característica o maior grau de subjetividade na mensuração do valor justo.

4.2 Estimação do modelo

Definidas a mensuração das variáveis e as estatísticas descritivas, a etapa seguinte consiste na estimação do modelo (3.1), que permitirá se concluir sobre o propósito do estudo, ou seja, identificar se há relação entre a menção aos instru-

mentos financeiros derivativos e a relevância desses instrumentos na estrutura patrimonial das principais instituições financeiras brasileiras.

Os resultados da estimação, utilizando os dados de 2014 a 2017 das principais instituições financeiras, é estimado o modelo de regressão logit (3.1) com o uso de dados em painel, com efeitos fixos seccionais, que controla a heterogeneidade individual seccional entre as entidades. Os resultados da estimação são sintetizados na Tabela 2. Foi utilizado o método SUR PCSE, que gera parâmetros robustos, mesmo na presença de autocorrelação e heterocedasticidade nos resíduos.

Tabela 2: Estimação do modelo (3.1), com uso de dados em painel e efeitos fixos seccionais

Modelo:	
$RA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 AT_{i,t} + \beta_2 DER_{i,t} + \beta_3 NRA_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$	
	-0.8677
Const	(0.2056)
	-0.0505
AT	(0.2144)
	0.2156
DER	(0.1217)
	0.5238
NRA	(0.0000)

Nº observações:	64
Nº bancos:	16
R2	0.6584
R2 ajustado:	0.5218
F-statistic	4.8187
Prob(F-statistic)	0.0000
Durbin-Watson stat	1.5660

Em que: RA é uma variável *dummy*, assumindo 1 para os casos em que há menção aos instrumentos financeiros derivativos no teor do relatório dos auditores independentes; AT representa tamanho da instituição financeira, mensurada como o logaritmo natural dos ativos totais; DER corresponde à relevância do saldo de derivativos, mensurada pelo logaritmo natural do saldo contábil do estoque de derivativos; NRA é uma variável *dummy* que representa a vigência do Novo Relatório de Auditoria, assumindo 1 para os anos a partir de 2016.

*, ** e *** representam níveis de significância a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

P-valores entre parênteses.

O resultado da estimação revela, inicialmente, que não há relação estatisticamente relevante entre a menção a instrumentos financeiros derivativos nos relatórios dos auditores e a relevância de tais instrumentos nas demonstrações das principais instituições financeiras brasileiras. Não é confirmada, assim, a expectativa principal do estudo, ou seja, não há evidências de que a relevância dos instrumentos financeiros derivativos seja um dos determinantes para que os auditores independentes destaquem esse tipo de instrumento em seus relatórios. Testes adicionais foram realizados, substituindo a forma de mensuração da variável DER, utilizando a proporção dos derivativos em relação aos ativos totais, mas os resultados foram equivalentes, não revelando significância estatística com a variável dependente RA.

Além do pequeno número de observações, que pode ter comprometido a identificação da relação em termos estatísticos, uma potencial razão para esse resultado pode estar associada ao fato de que a métrica contábil não é uma boa *proxy* do risco envolvido nas operações com instrumentos financeiros derivativos. Isso porque a informação contábil em determinada data-base pode não capturar adequadamente os riscos envolvidos, como o valor da exposição (nocial),

as características dos ativos subjacentes envolvidos, o mercado em que as operações são realizadas, o fato de ter ou não ajuste diário, entre outras variáveis que podem impactar a percepção para os usuários e para os auditores, em particular.

Também não foi constatada relação relevante entre o tamanho das instituições financeiras e menção aos instrumentos financeiros derivativos nos relatórios dos auditores, ou seja, não há distinção quanto ao porte das instituições financeiras para a explicação da variável dependente RA. Em síntese, o tamanho dos bancos não aumenta ou diminui a probabilidade de haver a menção aos instrumentos financeiros derivativos no relatório dos auditores.

Por fim, foi constatada relação positiva e estatisticamente relevante entre a variável dependentes (RA) e a vigência no novo relatório de auditoria (NRA). Esses resultados revelam que a menção aos instrumentos financeiros derivativos aumentou com a vigência do novo relatório de auditoria, a partir de 2016. A análise dos casos, conforme destacado na Seção 4.1, revela que isso se deve, especialmente, à incorporação da seção dos Principais Assuntos de Auditoria. Esses resultados são coerentes com os achados de Santana, Silva, Dantas e Botelho (2019) que, ao examinarem a relação entre os assuntos citados em modificação de opinião, ênfase e PAA nos relatórios de auditoria em bancos, constataram que o valor justo de instrumentos financeiros foi um dos temas mais abordados como PAA, embora pouco mencionado para modificação de opinião ou ênfase.

A preponderância da menção aos instrumentos financeiros derivativos no período de vigência do novo relatório de auditoria reforça a percepção de que talvez a métrica contábil não seja suficientemente apropriada para capturar o risco envolvido nessas operações. Isso porque com a instituição dos PAA, em que há a recomendação para se destacar os assuntos que mereceram maior atenção dos auditores – ou seja, que envolvem maior risco de auditoria – esses instrumentos passaram a ser abordados em cerca de 46% dos relatórios, demonstrando que representam, efetivamente, risco para os auditores.

Sobre a relevância do modelo, a estimação revela que as variáveis independentes explicam 65,84% do comportamento da variável dependente – a menção aos instrumentos financeiros derivativos no relatório dos auditores independentes – o que demonstra a relevância do modelo. Corrobora com esse fato a relevância estatística do modelo, revelada pelo p-valor da Estatística F.

5 CONCLUSÕES

Para alcançar o objetivo do estudo de avaliar se a relevância dos instrumentos financeiros derivativos na estrutura patrimonial das principais instituições financeiras brasileiras explica a probabilidade de menção desses instrumentos nos relatórios de auditoria sobre as demonstrações financeiras dessas entidades foram examinadas as demonstrações financeiras em IFRS e os respectivos relatórios dos auditores independentes, no período de 2014 a 2017, das 20 maiores instituições financeiras do Brasil, por valor de ativo total.

Os resultados dos testes, realizados por meio de regressão logit, revelaram não haver relação estatisticamente relevante entre as variáveis de interesse, evidenciando que a relevância dos saldos de instrumentos financeiros derivativos não explica a menção a esses instrumentos nos relatórios de auditoria. Não é confirmada, assim, a principal perspectiva do estudo. Como razões especuladas para esse resultado, destacam-se o pequeno número de observações e a potencial limitação da métrica contábil para capturar o risco envolvido nessas transações, em especial quando ao valor da exposição, às características dos ativos subjacentes envolvidos, o mercado em que as operações são realizadas, o fato de ter ajuste diário ou não, etc.

A estimação da regressão também demonstrou que a menção aos instrumentos derivativos não está associada ao tamanho das instituições financeiras – não foi identificada relação relevante entre a variável dependente (RA) e o total dos ativos das instituições. Por fim, foi constatada associação positiva e estatisticamente relevante entre a menção aos instrumentos derivativos nos relatórios de auditoria e a vigência do novo relatório de auditoria, a partir de 2016.

O conjunto dessas evidências empíricas associadas à estimação do modelo, combinado com o exame do conteúdo dos relatórios de auditoria, revela, portanto, que a instituição da seção dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) é a variável determinante para explicar a probabilidade de menção dos instrumentos financeiros derivativos nos relatórios dos auditores independentes.

Esses resultados evidenciam a relevância da instituição da seção dos PAA, na medida em que possibilitou aos auditores destacarem, para os usuários, os itens que mereceram maior atenção por parte da auditoria, sinalizando o que representa áreas de maior risco de auditoria. No caso em questão, não obstante a relevância dos derivativos para o funcionamento do sistema financeiro, bem como a subjetividade implícita na mensuração a valor desses instrumentos, quando não negociados em bolsas, não apareceram nos relatórios de auditoria das principais instituições financeiras, até o advento dessa seção, no denominado novo relatório de auditoria.

Como limitações do estudo pode-se destacar: (i) as evidências identificadas na pesquisa de que a métrica contábil pode não ser uma *proxy* eficiente para capturar os riscos dos instrumentos financeiros derivativos; (ii) e o tamanho da amostra, incluindo o fato de que nem todas as demonstrações financeiras em IFRS estavam disponíveis. Além disso, o fato de alguns relatórios não terem introduzido a seção dos PAA também pode ser considerado com uma restrição, uma vez que a menção aos derivativos poderia ter sido feita se todos os relatórios examinados tivessem apresentado essa seção. De salientar, porém, que isso apenas reforçaria os achados já identificados no estudo.

Dessa forma, como principal sugestão para futuras pesquisas destaca-se a necessidade de se contemplar outras métricas para tentar capturar o risco dos instrumentos financeiros derivativos, além de ampliar a discussão para uma maior abrangência seccionais e temporal.

REFERÊNCIAS

- Antônio, R. M., Lima, F. G., Santos, R. B., & Rathke, A. A. T. (2019). Use of Derivatives and Analysts' Forecasts: New Evidence from Non-financial Brazilian Companies. *Australian Accounting Review*, 29(1), 220-234.
- Trindade, L. A., Ambrozini, M. A., Magnani, V. M., & Antônio, R. M. (2020). Empresas que usam derivativos para hedge conseguem uma redução do risco?. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(45).
- Autore, D. M., Billingsley, R. S., & Schneller, M. I. (2009). Information Uncertainty and Auditor Reputation. *Journal of Banking and Finance*, 33(1), 183-192.
- Akgun, M., Pehlivanli, D. P., & Gurunlu, M. (2011). A Process Design for Auditing Fair Value. *International Journal of Economics and Finance*, 3(3), 160-166.
- Barros, L. C., & Lopes, C. C. V. M. (2006). Uma Análise da Evidenciação dos Derivativos nas Companhias Energéticas sob a Ótica da Instrução CVM No 235 de 23/03/95. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 11(1), 47-57.
- Bolívar, M. P. R., & Galera, A. N. (2012). The Role of Fair Value Accounting in Promoting Government Accountability. *Abacus*, 48(3), 348-386.
- Carpenter, T., Durtschi, C., & Gaynor, L. M. (2002). The Effect of Experience on Professional Skepticism, Knowledge Acquisition, and Fraud Detection. *SSRN Electronic Journal*. DOI: 10.2139/ssrn.346921.
- Castro, R. L. C., Vasconcelos, J. P. B., & Dantas, J. A. (2017). Impactos das Normas Internacionais de Auditoria nos Relatórios dos Auditores sobre as Demonstrações Financeiras dos Bancos Brasileiros. *Revista Ambiente Contábil*, 9(1), 1-20.
- Chang, H. S., Donohoe, M., & Sougiannis, T. (2016). Do analysts understand the economic and reporting complexities of derivatives?. *Journal of Accounting and Economics*, 61(2-3), 584-604.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2016). Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 200 (R1) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (2019). Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TA 540 (R2). Auditoria de Estimativas Contábeis, Inclusive do Valor Justo, e Divulgações Relacionadas.
- Conselho Federal de Contabilidade (CRC). (2016). Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente.
- Cunha, P. R., Silva, C. T., Peyerl, D. A., & Haveroth, J. (2019). Influência dos Traços de Personalidade no Ceticismo Profissional de Auditores Independentes. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13(1), 1-14.
- Dantas, J. A., & Medeiros O. R. (2015). Determinantes de Qualidade da Auditoria Independente em Bancos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), 43-56.
- Darós, L. L., Borba, J. A., & Macedo Júnior, J. S. (2007). Verificação do Cumprimento das Normas sobre Evidenciação de Instrumentos Financeiros Derivativos nas Demonstrações Contábeis das Empresas Auditadas Pelas Big Four. 7º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 26 e 27 jul. 2007.
- Gelbcke, E. R., Santos, A., Iudicibus, S., & Martins, E. (2018). *Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a Todas as Sociedades*. São Paulo: Atlas.
- Hayes, R., Dassen, R., Schilder, A. & Wallage, P. (2005). *Principles of Auditing: an Introduction to International Standards on Auditing*. 2 Ed. Harlow, England: Prentice Hall.
- Hurt, R. K. (2007). *Professional Skepticism: an Audit Specific Model and Measurement Scale*. Working Paper, Baylor University.
- International Federation of Accountants (Ifac). (2011). *Special Considerations in Auditing Financial Instruments - International Auditing Practice Note 1000 (IAPN 1000)*.
- Jund, S. (2002). *Auditoria*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Kanagaretnam, K., Lim, C. Y., & Lobo, G. J. (2010). Auditor Reputation and Earnings Management: International Evidence from the Banking Industry. *Journal of Banking and Finance*, 34(10), 2318-2327.
- Kawaller, I. G. (2004). What analysts need to know about accounting for derivatives. *Financial Analysts Journal*, 60(2), 24-30.
- Koonce, L., Lipe, M. G., & McAnally, M. L. (2008). Investor reactions to derivative use and outcomes. *Review of Accounting Studies*, 13(4), 571-597.
- Magnani, V. M. (2017). *Análise do impacto da política de hedge na redução do conflito de agentes no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo (USP).
- Martin, R. D., Rich, J. S., & Wilks, T. J. (2006). Auditing Fair Value Measurements: a Synthesis of Relevant Research. *Accounting Horizons*, 20(3), 287-303.
- Mendes, C. J. F., & Freire, F. S. A. (2014). Governança Corporativa e Manipulação de Informação Contábil: Mensuração a Valor Justo nos Bancos Comerciais. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(23), 53-76.
- Mendes, P. C. M. (2014). *Auditoria de Valor Justo em Instituições Financeiras: A Percepção dos Auditores na Mensuração dos Instrumentos Financeiros*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Universidade de Brasília (UnB).

Murcia, F. D., & Santos, A. (2009). Regulação Contábil e a Divulgação de Informações de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos: Análise do Impacto da CVM nº 566/08 e da CVM nº 475/08 no Disclosure das Companhias Abertas No Brasil. XXXIII EnANPAD.

Ojo, Ma. (2008). The Role of the External Auditor in the Regulation and Supervision of the Uk Banking System. *Journal of Corporate Ownership and Control*, 5(4).

Peterson, K. (2012). Accounting complexity, misreporting, and the consequences of misreporting. *Review of Accounting Studies*, 17(1), 72-95.

Santana, L. R., Silva, F. J., Dantas, J. A., & Botelho, D. R. (2019). Auditoria em Bancos: Relação entre os Assuntos Citados em Modificação de Opinião, Ênfase e PAA. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 18(1), 1-18.

Santos, V., Censi, R., Haussman, D. C. S., & Filho, J. R. T. Evidenciação Dos Instrumentos Derivativos Nas Demonstrações Financeiras. In: Semead - Seminários Em Administração, 12, 27 E 28 Ago. 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: Programa De Pós-Graduação Em Administração da FEA-USP, 2009.

Skoda, M., & Bilka, P. (2012). Fair Value Financial Statements – Advantage and Disadvantage. *Studia Universitatis “Vasile Goldiş” Arad. Economics Series*, 22(2).

Stulz, R. M. (2004). Should we fear derivatives?. *Journal of Economic Perspectives*, 18(3), 173-192.

Zyla, M. L. (2009). *Fair Value Measurements: Practical Guidance and Implementation*. New Jersey: John Wiley & Sons.

ASPECTOS TÉCNICOS ADOTADOS POR PERITOS JUDICIAIS EM CONTRATOS DE CRÉDITO BANCÁRIOS

TECHNICAL ASPECTS ADOPTED BY JUDICIAL EXPERTS IN BANK CREDIT AGREEMENTS

RESUMO

Esta pesquisa buscou evidenciar os aspectos técnicos tratados por peritos judiciais legalmente habilitados nas diversas comarcas espalhadas pelo judiciário brasileiro, com o enfoque em processos de ações revisionais, onde o objeto da lide fora cédulas de créditos bancárias. A pesquisa apresenta-se de caráter descritivo, contudo, pode se enquadrar também como exploratória, visto que existem poucos estudos e, ainda, a área se caracteriza como incipiente. Para a solução do problema de pesquisa proposto, foram coletados 12 laudos judiciais, extraídos dos autos de cada processo, concentrados em uma empresa de perícia financeira de âmbito nacional. Foram identificados os principais aspectos técnicos tratados em ações revisionais, entre eles a taxa de juros remuneratórios, a capitalização ilegal de juros, os encargos moratórios, bem como da restituição do indébito, tarifas e indenizações por danos morais. Os resultados da pesquisa apontam uma grande discussão a respeito do anatocismo de juros, a taxa de juros remuneratórios e a cobrança de encargos moratórios, caracterizados como comissão de permanência. Outra conclusão extraída da análise é a de que existe uma certa tendência de decisões judiciais a serem favoráveis à parte autora, exclusivamente em processos que a instituição financeira não junta o contrato, objeto da lide, nos autos. O presente estudo abordou uma área pouco explorada a respeito dos aspectos técnicos a serem discutidos na perícia econômico-financeira, sendo um bom ponto de partida para quem se interessa e almeja ingressar na área, auxiliando inclusive, peritos iniciantes no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Laudo; Perito; Juros remuneratórios; Capitalização de juros.

ABSTRACT

This research sought to highlight the technical aspects dealt with by legal experts legally qualified in the various counties scattered throughout the Brazilian judiciary, with a focus on revision lawsuits, where the object of the dispute was to issue bank credit notes. The research has a descriptive character, however, it can also be classified as exploratory, since there are few studies and, still, the area is characterized as incipient. For the solution of the proposed research problem, 12 judicial reports were collected, extracted from the records of each case, concentrated in a national financial expertise company. The main technical aspects dealt with in revision actions were identified, including the remuneration interest rate, the illegal capitalization of interest, the late payment charges, as well as the undue restitution, fees and indemnities for moral damages. The results of the research point to a great discussion about the interest anatocism, the remuneration interest rate and the payment of late charges, characterized as permanence fee. Other conclusion drawn from the analysis is that there is a certain tendency for judicial decisions to be favorable to the plaintiff, exclusively in cases where the financial institution does not join the contract object of the case in the case. The present study addressed an area little explored regarding the technical aspects to be discussed in the economic-financial expertise, being a good starting point for those interested in and aiming to enter the area, even assisting experts beginning in the labor market job.

Keywords: Report; Expert; Remuneration interest; Capitalization of interest.

Lucas Martins Dias Maragno

Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Mestre em Contabilidade e Bacharel em Ciências Contábeis pela UFSC. Docente do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: lucasmaragno@facc.ufrj.br OrcidID: <https://orcid.org/0000-0001-6561-8985> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7314183127399949>

Matheus Coutinho

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Positivo (UP).
Analista de Perícia Financeira na Agência Nacional de Gestão em Perícias (ANGESP). E-mail: matheus_coutinho100@hotmail.com OrcidID: <https://orcid.org/0000-0002-2646-065X>

1. INTRODUÇÃO

Na esfera do judiciário brasileiro existe uma quantidade significativa de processos à espera de uma solução, dentre eles, os bancos são os mais afetados. De acordo com Souza (2012), o setor público federal junto aos bancos ocupa cerca de 76% dos processos em tramitação. Dados de 2016 demonstram que os bancos foram as principais entidades do setor em processos judiciais, isso representa cerca de 39% de todas as ações pendentes na justiça brasileira (Cipriani, 2017).

Dentre os processos relacionados às instituições financeiras, observa-se que as taxas de juros contratadas são objetos frequentes nas lides, por serem consideradas elevadas – extrapolam a média de mercado apurada pelo Banco Central (BACEN) e o Código de Direito do Consumidor. Cerca de 90% dos contratos de financiamentos possuem taxas de juros elevadas (Caroline, 2018). Apesar da diminuição da taxa Selic nos últimos anos, os juros pagos pela população brasileira ainda continuam em patamares elevados (Federação Brasileira de Bancos [FEBRABAN], 2019).

Nesse contexto, entende-se que diversos consumidores tomam o crédito em um momento inicial, mas devido a cláusulas abusivas (exemplo, taxas de juros elevadas) conduzem a situação para um desequilíbrio significativo entre os direitos e obrigações de uma das partes ao longo do tempo. Nestes casos, a parte em prejuízo ingressará com uma ação na justiça em prol de reaver valores dispendidos em excesso, denominadas ações revisionais. A partir disso, caberá à justiça determinar se as práticas foram fraudulentas, enganosas ou injustas. Ainda, o juiz nomeará perito contador para auxiliar à elucidação e solução dos fatos.

Assim, o trabalho do perito contador em questões de juros abusivos nos contratos de crédito parcelado é de suma importância para a solução do litígio. Pois, segundo Santana (1999) quanto maior a qualidade do profissional contábil no laudo, maior será o valor agregado para resolução da sentença. Contudo, segundo estudo de Munhoz et al. (2017), é preocupante que 22,4% dos laudos estudados e revisados foram insatisfatórios para o magistrado e incapaz de atenderem a legislação em vigor, com a ressalva, de que o tema merece a devida atenção. Além disso, um laudo errôneo sem o conhecimento técnico das partes, poderá acarretar prejuízos financeiros para eventualmente uma delas (Fogaça, 2016).

Na esfera da perícia judicial há diversas discussões a respeito de interpretações estritamente técnicas na apuração de valores por parte dos profissionais contábeis e econômico-financeiros, no tocante à capitalização de juros, taxas de juros e métodos de amortizações. Para Pires e Negra (2005) inexistente a capitalização de juros quando utilizado o método de amortização francês (PRICE) para amortizar a dívida. No entanto, os resultados do estudo de Negra et al. (2005) concluem que há incidência de juros compostos envolvendo a Tabela PRICE. Como agravante, Costa (2017) aponta que há um despreparo grande por parte das instituições financeiras em lidarem com o assunto, inclusive, ao não juntarem aos autos as cópias dos contratos assinadas por seus clientes.

Diante da necessidade de atenção e compreensão quanto à qualidade dos serviços do perito contador e divergências de métodos, em especial, em perícias econômicas-financeiras, surge como problema de pesquisa a seguinte pergunta: Quais são os principais aspectos técnicos e metodológicos utilizados por peritos nomeados na fase de instrução e liquidação em ações revisionais de contratos bancários de financiamentos e/ou empréstimos? Diante do problema, apresenta-se o objetivo da pesquisa: Analisar os principais aspectos técnicos e metodológicos utilizados por peritos nomeados na fase de instrução e liquidação de ações revisionais em contratos bancários de financiamentos e/ou empréstimos.

A pesquisa contribui de diversas maneiras. Primeiro, contribui para o conjunto de evidências empíricas a respeito da perícia econômico-financeira. Apesar do volume e quantidade de transações de empréstimos e/ou financiamentos existe uma escassez de pesquisas aplicadas (Sekunda, 2019). Também, as evidências empíricas deste estudo, a partir das práticas presentes nos laudos, buscam contribuir para a compreensão e base de fundamentação dos pontos controvertidos em perícias econômico-financeiras, em especial para o debate do conceito e aplicação das taxas de juros abusivas. Assim, espera-se que este trabalho auxilie tanto peritos iniciantes quanto experientes – aqueles consolidados no mercado, a contribuir para a qualidade dos laudos de perícia contábil e econômico-financeira.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Perícia Judicial Contábil

O perito judicial contábil desempenha um papel de justo perante a lide proposta e deve, por meio de seu laudo, auxiliar o juiz na verdade dos fatos ocorridos. Para isso, necessita possuir conhecimento técnico científico (Normas Brasileiras de Contabilidade Perito Contábil [NBC PP 01 - R1], 2020). Dessa forma, segundo Gonçalves (2013), é necessário que o perito contábil tenha uma série de habilidades acerca da perícia contábil para evidenciar os fatos e alcançar a verdade mais justa e imparcial para as partes da lide.

A evidenciação dos fatos busca auxiliar o douto magistrado – aquele quem julga a lide – na prolatação de sua sentença, o perito nomeado deverá emitir sua opinião referente aos fatos acarretados do processo. Na perícia contábil, os fatos são elucidados por meio do laudo pericial contábil (NBC PP 01 [R1], 2020). Para Ruffo (2011), a função de perito requer extrema responsabilidade, destreza e juntamente do conhecimento técnico científico de contabilidade, pois é por meio de seu laudo que terá a “força de prova”.

Segundo Mello (2016, p. 26) a perícia “constitui-se por métodos e procedimentos adotados por um profissional com conhecimentos técnicos e científicos, para comprovar determinado fato jurídico envolvido entre as partes de um pro-

cesso”. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Perícia Contábil 01 (R1) (2020, p. 2) a perícia contábil é conceituada como “o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato, mediante laudo pericial contábil”. Dessa maneira, se enquadra na área contábil quando o determinado exame incide sobre aspectos relativos ao patrimônio de qualquer entidade. Por isso, a perícia contábil é de competência exclusiva de contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade (NBC TP 01 [R1], 2020).

A perícia contábil ainda pode ser classificada em judicial e extrajudicial: exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária (Sousa, 2019; NBC TP 01 [R1], 2020). Sendo a primeira constituída por um profissional nomeado pelo magistrado a apresentar seu laudo pericial baseado na análise de uma determinada causa e, na segunda ocasião, serve para avaliar fora do processo judicial a determinada vontade de uma das partes a respeito de cálculos, bens e direitos entre outros (Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará [CRCCE], 2020).

Na diligência processual o perito contábil – profissional habilitado legalmente para ser nomeado, requer uma grande responsabilidade, pois é ele que irá evidenciar os fatos ao juiz. Por meio de sua qualidade técnica e/ou ciência, tem o dever de elucidar os ocorridos para uma conclusão mais honesta para as partes (Caldeira, 2000). Ainda, o objetivo pode ser caracterizado por concluir com clareza os pontos controvertidos existentes em um processo (Lima, 2007).

O contador, profissional habilitado, pode realizar diversos tipos de perícia como, contábil, tributária, econômico-financeira, trabalhista, dentre outras. Em específico, nas perícias econômicas-financeiras, de acordo com Pires e Negra (2005) “o perito deve apresentar o conhecimento matemático aplicado à contábil necessário para inferir quanto da condição de aplicação do juro composto e a existência de capitalização de juros”. A partir disso, a fundamentação a seguir é baseada nas questões de perícias econômico-financeiras.

2.2 Perícia Econômico-financeira e Empréstimos/financiamentos

A área de perícia financeira é caracterizada pelo profissional que atua no âmbito econômico. Segundo Mello (2016), a perícia econômico-financeira aborda os principais procedimentos e diligências da perícia como a elaboração de laudos, quesitos, pareceres e entre outros, que envolvam questões financeiras de ações revisionais em créditos bancários com ênfase no anatocismo e na taxa de juros pactuada.

As ações revisionais têm seu foco, especialmente, em taxas de juros pois o Brasil se encontra na quinta colocação do ranking de juros reais mais elevados, em algumas instituições financeiras há a cobrança de mais que 40% de juros ao ano (Caroline, 2018). Essas elevadas taxas podem caracterizar os empréstimos como predatórios ou abusivos. Por um lado, Hill e Kozup (2007) definem os empréstimos predatórios como empréstimos ao consumidor com qualquer uma ou todas as seguintes características: marketing agressivo e enganoso, falta de preocupação com a capacidade de pagamento do mutuário, altas taxas de juros e taxas excessivas. Por outro lado, empréstimos abusivos são aqueles que unicamente oferecem taxas de juros excessivas – taxas acima da média do mercado (Delgadillo et al., 2008; Jesus & Rey, 2021).

Segundo Kapitan et al. (2019) os empréstimos de pequeno valor normalmente possuem rápido acesso ao dinheiro, contudo, os consumidores que tendem a usar esses produtos de crédito de pequeno valor são mais propensos a enfrentarem elevados encargos financeiros e inadimplência - especialmente quando as taxas de empréstimo são elevadas.

Nesse sentido, Sekunda (2019) aponta que há uma necessidade de atenção do profissional contábil em casos em que se requer o recálculo de um financiamento/empréstimo observando a taxa média de juros praticada pelos bancos. Além disso, os bancos oferecem a modalidade de empréstimos calculado de maneiras distintas a depender do método de amortização. Os métodos ou sistemas de amortização mais utilizados pelas instituições financeiras são: Sistema de Amortização Constante (SAC), Sistema de Amortização Francês ou Price (Tabela Price) e Sistema de Amortização Misto (SAM).

2.2.1 Métodos ou Sistemas de Amortizações

Sistemas de amortizações são encontrados, normalmente, em contratos de crédito bancário como uma forma de adquirir o capital financeiro para um fim específico ou apenas prolongar a saúde financeira. De acordo com Camargo (2007, p. 65) “designa-se por “amortização”, a forma como o capital emprestado será liquidado, mediante pagamentos convencionados em contratos”.

A forma como o capital será devolvido para o financiador deverá seguir as condições do método de amortização pré-definido em contrato. Hoje, no Brasil, os principais métodos de amortizações encontrados em cédulas bancárias são: Sistema de Amortização Constante (SAC), Sistema de Amortização Francês ou Price (Tabela Price) e Sistema de Amortização Misto (SAM) (Mello, 2020).

O método de amortização francês ou Tabela Price é uma boa opção para contratos de financiamentos onde se necessita de uma flexibilização na periodicidade das parcelas. Para que o método de amortização seja pela Tabela Price as parcelas devem ser iguais, podendo ser mensais, trimestrais, semestrais ou anuais (Santos et al., 2012).

É bastante controversa a utilização da Tabela Price em contratos de empréstimos/financiamentos. Para Pires e Negra (2005) o método não apresenta a capitalização de juros por ser o único método capaz de evoluir a dívida por meio da parcela igual e sucessiva. Ainda, Negra et al. (2005, p. 42) afirmam que qual seja o método (SAC, SACRE ou PRICE),

“tanto para se levar ao valor futuro, quanto para se trazer ao valor presente, os montantes das prestações pagas, considerando a afirmativa de que o juro está calculado de forma capitalizada”.

Já o método de Amortização Constante (SAC) requer um planejamento consciente para quem irá utilizá-lo, visto que no início do período as parcelas serão maiores e irão decaindo ao longo da amortização. O valor do principal efetivamente emprestado será dividido pelo número de parcelas contratadas, decorrendo assim, em maiores juros inicialmente, que serão reduzidos conforme a adimplência das prestações por parte do financiado (Matos, 2019).

2.2.2 Tabela PRICE e capitalização de juros

O significado de capitalização de juros pode ser conhecido comumente pela expressão “juros sobre juros”, os quais são extraídos do saldo devedor, mediante a taxa do contrato e incorporados ao mesmo para a apuração da parcela posterior do período (Rezende, 2003). Tal forma de amortização do saldo devedor é bastante controversa no âmbito judicial, as opiniões divergem a respeito do método utilizado, se acarreta ou não em anatocismo.

O método que gera polêmica na perícia financeira é a tabela PRICE, de modo que para Pires e Negra (2005), inexistente a capitalização de juros quando utilizado o método de amortização francês (PRICE) para amortizar a dívida. No entanto, os resultados do estudo de Negra et al. (2005) concluíram que há incidência de juros compostos envolvendo a Tabela PRICE.

2.2.3 Taxas de juros

O financiado ao firmar uma cédula de crédito bancário, irá devolver o capital emprestado, mediante o acréscimo de uma taxa de juros pactuada. De acordo com Assaf Neto (2012, p. 1), “é o coeficiente que determina o valor do juro, isto é, a remuneração do fator capital utilizado durante certo período de tempo.”

Ao longo do tempo, a jurisprudência adotou diversas mudanças referente ao pedido de limitação da taxa de juros em contratos bancários de ações revisionais. Entre elas, a Emenda Constitucional nº 40 anulou a antiga decisão que considerava abusivas as taxas de juros praticadas acima de 12% ao ano (Sekunda, 2019).

Embora o art. 1º, III, da Resolução 3694/2009 do BACEN, tenha definido orientações e autonomia às instituições financeiras a definirem seus próprios critérios a respeito das taxas de juros no âmbito judicial, ainda ocorrem diversas discussões. Para Almeida (2018), diferentes podem ser os motivos do douto magistrado a limitar as taxas de juros, sejam elas a falta de índice no contrato ou sua própria fixação e, ainda, se os juros contratados estiverem em patamar elevado.

A taxa média de mercado consiste na média de diversas taxas de juros praticadas pelas instituições de crédito no país, o BACEN é o órgão responsável pelo seu cálculo e sua divulgação. Para cada tipo de operação, seja ela de financiamento, empréstimo, consignado ou financiamento imobiliário, existe a taxa do período para efeitos de comparação com a taxa efetivamente praticada em contrato (Reis, 2019).

2.3 Comissão de Permanência

Além dos métodos de amortização, outro aspecto técnico que apresenta divergências nas ações revisionais são os encargos moratórios, caracterizados muitas vezes como comissão de permanência. Logo, se faz necessário apresentar inicialmente as diversas súmulas do STJ a respeito do tema.

Quadro 1 - Compilação das Súmulas do STJ, sobre a comissão de permanência

Súmulas do STJ	Descrição
Súmula 30	“A comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis.”
Súmula 294	“Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato.”
Súmula 296	“Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado.”
Súmula 472	“A cobrança de comissão de permanência – cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato – exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual.”

Fonte: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (2019).

2.4 Trabalhos Anteriores

Com relação aos trabalhos anteriores, apresenta-se um quadro contendo os principais artigos que serviram de base para o desenvolvimento do presente estudo. O Quadro 2 inclui o nome do autor e ano da obra, o principal objetivo abordado, a metodologia utilizada e os principais resultados obtidos colacionados e demonstrados a seguir.

Quadro 2 – Estudos anteriores

Autor (ano)	Objetivo da Pesquisa	Metodologia e Procedimentos	Principais achados dos autores
Costa (2017)	Avaliar o impacto causado pelas ações de revisão contratual interpostas contra Instituições financeiras envolvendo a tabela Price.	Analisou 30 casos entre 2012 e 2017, compilou os dados em tabelas por tópicos específicos, a fim de extrair a porcentagem total de cada dado.	Apesar do impacto médio causado pelas ações judiciais de revisão contratual envolvendo a Tabela Price ser alto, há um despreparo para lidar com esse impacto por parte da casa Bancária. Há um número excessivo de casos nos quais o Banco deixa de juntar contratos assinados pelos clientes aos autos.
Fogaça (2016)	Conhecer as consequências pelos erros na elaboração do cálculo de liquidação de sentença.	Apresentou a atuação do perito contador em um processo trabalhista na fase de execução. Analisou quadros de cálculos realizados pelo perito.	Os erros cometidos pelo perito não tiveram consequências relevantes tanto para o mesmo quanto para as partes, porém, vale destacar que as desatenções do perito fizeram com que houvesse a retificação do cálculo mais de uma vez, atrasando o encaminhamento do processo.
Palmero (2014)	Verificar os procedimentos do perito contador aplicados em uma perícia financeira.	Utilizou dados existentes em um processo judicial cível de apuração de haveres da comarca de Santo Ângelo/RS para observar a atuação do trabalho do Perito Contador e a aplicação das normas periciais.	Conclui-se que o perito seguiu todos os procedimentos na legislação vigente. Notou-se no presente trabalho a observância de todos os passos que se figuram na perícia, observou-se também a expoente importância do perito contador na elucidação da discussão da lide. Ressalta-se que após a indicação pelo magistrado, o mesmo requereu documentação complementar para realização da lide, a qual não foi disponibilizada pela Receita Federal do Brasil, o perito realizou o cálculo para apurar o valor devido como determinado pelo magistrado.
Santos et al. (2012)	Realizar cálculos de forma a identificar a opção mais vantajosa em termos de economia financeira.	Utilizou-se dois contratos de financiamentos da empresa J.S Terraplana-gem Ltda.	Identificou que a tabela GAUSS é mais vantajosa em relação a PRICE, em termos de economia financeira. Também foi possível verificar que os contratos analisados no presente estudo, estão em desacordo com o que a lei estipula.
Knackfuss (2010)	Verificar a utilização do laudo pericial contábil no processo trabalhista.	Análise de 37 laudos, entre 2008 e 2009. Utilizou tabelas, gráficos e análises descritivas dos laudos.	Os laudos periciais apresentados no processo do trabalho são efetivamente capazes de atender às necessidades informacionais dos magistrados. Ficou comprovado que na prática, os juízes não costumam seguir a norma de nomeação do Contador devidamente habilitado pelo CRC; foi evidenciado que os magistrados utilizam as informações apresentadas nos laudos, quando estas são suficientemente convincentes com os elementos juntos aos autos.
Negra et al. (2005)	Aferir se os sistemas PRICE e SACRE possuem juros simples ou capitalizados.	Foram utilizadas tabelas e fórmulas para o cálculo das amortizações.	Conclui-se que ambos os métodos estudados, existe a incidência de juros capitalizados para calcular os valores das prestações.
Pires e Negra (2005)	Identificar a existência da capitalização de juros na tabela PRICE.	Utiliza diversas tabelas e as fórmulas para a demonstração da formação da prestação e dos juros.	Conclui-se que com as tabelas apresentadas, há a não constatação da capitalização de juros em contratos com a tabela PRICE. A análise da formação da parcela apurada somente pode ser realizada pelo sistema francês, Price, dado a característica da parcela ser igual e sucessiva. Em outros sistemas de estudo de amortização, as parcelas se apresentam de forma desigual, dado a característica de cada sistema.

Fonte: Elaborado pelos autores.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Enquadramento Metodológico

O presente estudo busca analisar os principais aspectos técnicos e metodológicos utilizados por peritos nomeados na fase de instrução e liquidação de ações revisionais em contratos bancários de financiamentos e/ou empréstimos. A pesquisa possui carácter descritivo, de acordo com Sekunda (2019) a pesquisa descritiva é aquela que tem como o foco

a descrição de um determinado ponto a ser discutido. Ainda, a presente pesquisa também pode ser classificada como exploratória, pois busca investigar uma área específica pouco difundida sobre o tema. Para Gil (2013, p. 41), as pesquisas exploratórias “têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.”

Quanto à abordagem do problema, este dá-se por meio qualitativo, visto que os dados serão extraídos de documentos oficiais de justiça, a serem colacionados e demonstrados, necessitando de uma interpretação estritamente técnica a respeito do conteúdo revisado. De acordo com Nova et al. (2019), a pesquisa qualitativa nas ciências sociais busca compreender os fenômenos considerando a subjetividade do objeto de pesquisa.

Não só exclusivamente a abordagem qualitativa, mas sim a quantitativa foi necessária para a solução do problema, visto tratar-se de análise de perícias financeiras, em que diversos cálculos foram empregados. Segundo Sekunda (2019), para a pesquisa enquadrar-se como quantitativa, é necessário que se utilize de cálculos para alcançar o objetivo. A pesquisa quantitativa é caracterizada quando da utilização de técnicas estatísticas simples, como a média simples, percentuais, desvio-padrão, entre outros.

3.2 Coleta de Dados

A coleta de dados se deu por meio de revisões em laudos periciais acostados nas ações revisionais de contratos de crédito parcelado, sejam eles empréstimos e/ou financiamento de bens, onde houve a nomeação do perito judicial para elucidar os fatos ao duto magistrado ou liquidar o objeto da lide por meio dos critérios adotados nas decisões.

Para a coleta dos laudos periciais, fora necessário solicitar autorização a uma empresa de perícia financeira localizada no centro da cidade de Curitiba. A referida empresa atua de modo nacional na área de perícia econômico-financeira das mais diversas comarcas do judiciário brasileiro. Assim, a amostra da pesquisa é caracterizada por ser não-probabilística devido à escolha deliberada devido à disponibilidade dos relatórios. Ao todo foram coletados e analisados 12 laudos periciais de diferentes comarcas do Brasil.

3.3 Método

O método comparativo, para fins acadêmicos, é atribuído junto ao objetivo de igualar objetos e obter resultados com o que se está comparando. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 38), o método comparativo é “centrado em estudar semelhanças e diferenças, esse método realiza comparações com o objetivo de verificar semelhanças e explicar divergências”.

Para a análise de dados, adotou-se a estratégia similar de Palmero (2015), ou seja, delimitar a quantidade de revisão dos laudos periciais, a extração dos dados nos tópicos referentes aos pedidos listados pela parte autora em sua petição inicial, sejam eles os mais comuns: limitar a taxa de juros à média de mercado, afastar a capitalização de juros, a comissão de permanência, e tarifas bancárias indevidas. Com o intuito de realizar a comparação entre os laudos, os pontos controvertidos investigados pelos mesmos, e extrair ao final a porcentagem e/ou números que ajudarão a compreender os aspectos técnicos que demandam a atenção do perito contábil financeiro.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Identificação dos Dados Coletados

Para a demonstração dos dados coletados apresenta-se um quadro elucidativo com as seguintes informações: comarca de origem e seu estado, bem como da fase processual em que o perito fora nomeado para apresentar seu laudo, seja ela a fase de instrução – onde não houve decisões na lide e o laudo busca comumente a elucidação dos fatos contidos na operação, ou a fase de liquidação – aquela em que houve decisões judiciais e o laudo busca liquidar e quantificar o real valor devido por cada uma das partes.

Tabela 1 - Identificação dos laudos periciais coletados

Laudos	Comarca de origem e seu estado	Ação revisional		Ano do laudo pericial
		Fase instrução	Fase liquidação	
Laudo 1	Comarca de Bangu - RJ	x	-	2015
Laudo 2	Comarca de Salvador - BA	-	x	2015
Laudo 3	Comarca de Marialva - PR	-	x	2016
Laudo 4	Comarca de Passos - MG	-	x	2014

Laudos	Comarca de origem e seu estado	Ação revisional		Ano do laudo pericial
		Fase instrução	Fase liquidação	
Laudos 5	Comarca de Curitiba - PR	-	x	2020
Laudos 6	Comarca de Curitiba - PR	x	-	2014
Laudos 7	Comarca de Salvador - BA	-	x	2012
Laudos 8	Comarca de Salvador - BA	-	x	2018
Laudos 9	Comarca de Campinas - SP	-	x	2020
Laudos 10	Comarca de Fortaleza - CE	-	x	2015
Laudos 11	Comarca de Francisco Beltrão - PR	x	-	2018
Laudos 12	Comarca de Viamão - RS	x	-	2018
Total	12	4	8	

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 1 apresenta inicialmente a quantidade de laudos coletados para a pesquisa realizada, bem como os tipos de fases em que o perito fora acionado para acostar aos autos seu laudo. Observa-se que a maioria dos laudos estão apresentados em fase de liquidação.

Após a identificação da atual fase processual de cada laudo revisado, é importante apresentar o tipo e a quantidade de operações de cada laudo, bem como a mensuração do valor financeiro referente a cada operação acordada entre as partes.

Tabela 2 - Tipo de operação financeira, quantidade e valor total

Laudos	Tipo de operação financeira	Quantidade de operações na lide	Valor total do crédito parcelado ora discutido
Laudos 1	Empréstimo - Capital de Giro	1	R\$ 17.000,00
Laudos 2	Empréstimo Pessoal	10	R\$ 24.000,00
Laudos 3	Empréstimo - Capital de Giro	3	R\$ 106.034,12
Laudos 4	Crédito Parcelado	4	R\$ 12.086,00
Laudos 5	Financiamento com alienação	1	R\$ 25.000,00
Laudos 6	Empréstimo Pessoal	11	R\$ 51.023,39
Laudos 7	Crédito Parcelado	1	R\$ 10.031,73
Laudos 8	Empréstimo - Capital de Giro	1	R\$ 16.191,46
Laudos 9	Financiamento	1	R\$ 109.920,96
Laudos 10	Crédito sob consignação	1	R\$ 2.594,00
Laudos 11	Financiamento com alienação	1	R\$ 2.200,00
Laudos 12	Empréstimo Pessoal	1	R\$ 13.411,23
Total	12	36	R\$ 389.492,89

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme é possível observar, a maioria dos laudos revisados (cerca de 42%), possuem valores entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00 em suas cédulas de créditos bancários ora discutidas. Kapitan et al. (2019) apontam que os empréstimos

de pequeno valor, ao mesmo tempo que podem fornecer alívio temporário em tempos de necessidade econômica, no longo prazo criam condições desfavoráveis ao tomador no longo prazo quando as taxas de juros são elevadas. Enquanto 3 (17%) laudos somam acima de R\$ 50.000,00 nas demandas pendentes. Um destes, o laudo 6, é constituído de 11 operações que o caracteriza também como empréstimo de pequeno valor.

4.2 Taxas de Juros Remuneratórios

A taxa de juros remuneratório utilizada para o cálculo do valor emprestado pelo financiado também está presente nos pedidos realizados nas ações judiciais. É questionada seu percentual de incidência em 100% dos laudos periciais coletados, com o argumento de que a taxa praticada pela instituição financeira ultrapassa os limites legais.

De acordo com a amostra de laudos da pesquisa, foi possível identificar apenas dois critérios atinentes a taxa de juros. Pedidos atinentes em limitar em no máximo 12% ao ano (1% ao mês), ou limitar o percentual remuneratório à média de mercado apurada pelo BACEN.

Tabela 3 - Pedidos referentes à taxas de juros remuneratórios

Laudos	Taxa de juros remuneratórios			
	Média de mercado	1% ao mês	Taxa pactuada no contrato (% ao mês)	Taxa média de mercado na época da contratação (BACEN)
Laudo 1		x	3,50%	2,27% ao mês
Laudo 2		x	4,77%	3,63% ao mês
Laudo 3	x		3,92%, 3,94% e 3,00%.	-
Laudo 4		x	5,60%, 4,60%, 5,22% e 5,22%	-
Laudo 5	x		3,77%	2,53% ao mês
Laudo 6*		x	-	-
Laudo 7	-	-	2,95%	4,26% ao mês
Laudo 8	x		2,15%	1,86% ao mês
Laudo 9	-	-	3,10%	2,97% ao mês
Laudo 10		x	4,66%	2,93% ao mês
Laudo 11	x		3,16%	3,82% ao mês
Laudo 12	x		3,40%	2,06% ao mês
Total	5	5	-	-

Os laudos 3 e 4 possuem a quantidade de 3 e 4 operações, respectivamente. O laudo 6 possui 11 operações (4,80%, 4,75%, 4,75%, 4,75%, 4,75%, 4,75%, 4,75%, 4,75%, 4,75%, 4,75% e 4,73%).

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 evidencia um equilíbrio em relação aos pedidos atinentes a limitação da taxa de juros remuneratórios, 50% para cada critério, seja ele em limitar o percentual remuneratório à média de mercado, ou limitar a taxa em, no máximo, 12% ao ano. As elevadas taxas de juros são aspectos frequentes nos pedidos de revisão, Costa (2017) aponta que, dos processos judiciais requeridos contra os bancos, em 93,33% foram de pedidos quanto à revisão das taxas de juros e em 73,33% foram deferidos.

Para Jesus e Rey (2021) taxas abusivas são aquelas que as taxas de juros estão acima da média praticada no mercado. A partir disso, a Tabela 3 demonstra que, com exceção dos laudos 7 e 11, os outros dez laudos apresentaram taxas de juros acima da média de mercado. Esse resultado indica que 83,33% dos laudos da amostra apresentaram taxas de juros abusivas.

4.3 Capitalização de Juros

Em relação aos aspectos técnicos mais importantes em laudos periciais de ações revisionais, está ao afastamento da suposta capitalização de juros, ou o anatocismo de juros, considerado por cerca de 75% dos processos coletados,

como ilegal a prática adotada pelas instituições financeiras. Em comparação aos achados de Costa (2017) que analisaram 30 ações revisionais, os autores apresentaram que 96,67% pleitearam a capitalização dos juros como irregular e em 63,33% os pedidos foram deferidos pelos magistrados.

Tabela 4 - Pedidos atinentes a capitalização de juros

Laudos	Capitalização de juros (juros sobre juros)	
	Afastar a capitalização	Não houve o pedido
Laudo 1	X	
Laudo 2	X	
Laudo 3	X	
Laudo 4	X	
Laudo 5	X	
Laudo 6	X	
Laudo 7	X	
Laudo 8		X
Laudo 9		X
Laudo 10	X	
Laudo 11	X	
Laudo 12		X
Total	9	3

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para elucidar os fatos atinentes da suposta capitalização de juros no método de amortização pela Tabela PRICE, será apresentado abaixo um trecho extraído dos quesitos respondidos do laudo 4, realizado pelo perito em seu laudo, onde o mesmo exemplifica o método PRICE, alegando a inexistência da capitalização de juros.

Figura 1 - Resposta ao quesito da tabela PRICE

<p>3.9 Face à demonstrações numéricas e matemáticas acima, é possível afirmar que no valor da prestação base existe juro dos juros ou anatocismo?</p> <p>Não, no sistema PRICE o valor da prestação sempre apresenta o montante de juros no limite da taxa nominal, o restante é incorporado ao saldo devedor e diluído nos parcelas remanescentes.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, laudo 4.

4.4 Encargos Moratórios

Apesar da Súmula 472 permitir a cobrança a tal título, não podendo ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos em contrato, o tema ainda diverge opiniões, como é possível observar na Tabela 5.

Tabela 5 - Dos pedidos atinentes aos encargos moratórios

Laudos	Encargos moratórios			
	Afastar a mora	Afastar a comissão de permanência	Cumulação indevida da comissão de permanência	Encargos moratórios elevados
Laudo 1				x
Laudo 2	x			
Laudo 3		x	x	
Laudo 4	x	x	x	
Laudo 5	x		x	
Laudo 6				
Laudo 7				
Laudo 8		x		
Laudo 9				
Laudo 10		x		
Laudo 11				x
Laudo 12				
Total	3	4	3	2

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 5 demonstra uma distribuição dos pedidos atinentes aos encargos moratórios, tendo como destaque os laudos que pleitearam tanto em afastar a mora (laudos 4 e 5), como afastar a comissão de permanência (laudos 3 e 4) e afastar a cumulação indevida da comissão de permanência (laudos 3, 4 e 5). Sendo o pedido de “afastar a comissão de permanência”, o mais frequente entre os critérios analisados (cerca de 33,33%), contudo, em menor proporção quando comparado aos resultados de Costa (2017) em que apontam uma taxa de 83,33% para o quesito comissão de permanência. Ainda, é possível observar que existem quatro variações de pedidos atinentes aos encargos moratórios previstos em contrato.

Em cerca de 33,33% dos pedidos analisados em cada laudo foi solicitado expurgar a comissão de permanência do contrato objeto da lide. Ou seja, nos processos em que a instituição financeira não juntou o contrato em que houve o referido pedido, a parte autora optou por realizar o pleito de forma genérica, com a alegação de que os encargos moratórios caracterizados pelo banco como “comissão de permanência” são abusivos para o período de inadimplência. Nesse quesito, a resolução n° 4.558 do BACEN que substituiu a resolução n° 1.129 revogou a cobrança da comissão de permanência e disciplinou a cobrança de juros remuneratórios, multa e juros de mora. No mais, cabe verificar as súmulas do STJ (Quadro 1) sobre a não cumulatividade e limites das cobranças.

4.5 Restituição do Indébito, cobranças e indenização

Além dos diversos pedidos adotados pela parte autora em sua petição inicial, é de costume também requisitar qual a forma de restituição que o banco deverá adotar para realizar o estorno, estorno este do valor ora considerado abusivo. Os mais comuns foram: a restituição do indébito de forma genérica, simples, ou a restituição em dobro, essa com o maior percentual entre todas.

A restituição em dobro consiste em: se o valor final apurado for no montante de R\$ 1.000,00, a restituição em dobro pelo banco deverá ser de R\$ 2.000,00 (R\$ 1.000,00 x 2). Os autores que solicitam essa forma de restituição alegam a incidência do art. 42 do CDC, “O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso [...]”.

Para efeitos de exemplos práticos, no laudo 1, o perito judicial realizou o recálculo da operação bancária limitando-se tão somente à cobrança excessiva e ilegal de juros e encargos, e a prática do anatocismo, apurando-se um montante de R\$ 12.305,06. Devido ao pleito para a restituição em dobro, realizou o cálculo de (R\$ 12.305,06 x 2), onde o quantum devido seria no valor de R\$ 24.610,12.

Também, é importante ressaltar que nos laudos periciais realizados em fase de liquidação de sentença, não houve em nenhum caso, a determinação judicial no sentido de realizar a restituição do indébito em dobro. Outro ponto que

deve ser analisado pelo perito judicial é a restituição de cobranças de tarifas e/ou taxas, consideradas como indevidas pela parte autora. Dos laudos coletados, cerca de metade sofreu incidência da petição de débitos a serem restituídos. Em todos os casos em que a sentença deferiu o pedido para afastar a cobrança de tarifas e taxas nas operações firmadas entre as partes, foram casos e/ou laudos em que não fora juntado o contrato da operação financeira objeto da lide, alegando o duto magistrado a incapacidade da casa bancária em comprovar a efetivação de tais débitos. Em relação aos pedidos para a restituição de tarifas e taxas ora consideradas indevidas pela parte autora, em 50% nos laudos periciais não houve o pleito para realizar a apuração de tais tarifas e taxas bancárias na operação de crédito bancário.

Por fim, um aspecto em que há menor necessidade de atenção pelo perito judicial é em relação ao pedido da indenização por danos morais causados pelas instituições financeiras, pois nele, cabe exclusivamente ao juiz estipular um valor válido para a demanda em análise, ao observar os acontecimentos narrados nos autos. Na análise dos processos coletados, foi possível observar que em dois casos que pleitearam ao duto a reparação dos abusos em forma causados pela casa bancária, as decisões judiciais foram desfavoráveis para a parte autora no tocante ao referido assunto.

5. CONCLUSÃO

O trabalho realizado teve como o principal objetivo analisar os aspectos técnicos e metodológicos frequentemente considerados para a realização da perícia econômico-financeira, ou seja, pontos em que o perito judicial analisa e estuda a realidade fática registrada na lide. Com o intuito em realizar seu laudo pericial de modo que atenda satisfatoriamente o duto magistrado, assim, contribui a elucidar os fatos contidos nas cédulas de créditos bancários. Contudo, diversas pesquisas apontam a necessidade de evidências empíricas para contribuir tanto para área da perícia contábil quanto para a qualidade dos laudos (Munhoz et al. 2017; Sekunda, 2019).

A coleta dos laudos periciais permitiu atingir ao objetivo da pesquisa. Inicialmente, a análise dos laudos coletados apontou que, os pedidos do afastamento da capitalização de juros, ora anatocismo de juros, ou simplesmente “juros sobre juros” está presente em 75% das ações revisionais movidas contra as instituições financeiras. Junto ao pedido para expurgar a capitalização de juros da operação financeira acordada entre as partes, estão os argumentos que defendem que o método de amortização utilizado pela instituição financeira acarreta o anatocismo de juros, seja ele pela série não periódica, tabela PRICE ou SAC.

Além disso, a pesquisa buscou conceituar as taxas abusivas, conforme Delgado et al. (2008) contratos de empréstimos abusivos foram aqueles que definiram taxas elevadas acima das práticas definidas no Brasil pelo BACEN. A partir disso, a pesquisa identificou as práticas presentes nas operações de crédito de financiamento e/ou empréstimos. Os resultados demonstraram que em todos os casos as taxas pactuadas estavam acima de 1% ao mês. Quando comparados à taxa média de mercado apurada pelo BACEN para calcular o percentual remuneratório do método de amortização, em 10 (83,33%) dos 12 casos estavam acima. Isso indica que as instituições financeiras presentes tanto na amostra deste trabalho quanto de Costa (2017) pactuaram taxas abusivas em suas operações de crédito.

Ainda no tocante aos aspectos técnicos, em relação aos encargos moratórios e/ou comissão de permanência, os resultados sugerem uma grande variação de pleitos atinentes ao referido assunto, embora, as súmulas do STJ tenham sido prolatadas com o intuito em clarear a jurisprudência adotada. Contudo, a grande variação de pedidos pode se dar ao fato exclusivamente dos contratos bancários assinados entre as partes, porque as referidas cédulas não são padronizadas, e conforme mencionado anteriormente, em diversos processos das variadas comarcas do judiciário brasileiro, não são juntados à lide.

Com os resultados obtidos acerca dos laudos periciais coletados para a análise dos aspectos técnicos, foi possível identificar que a determinação judicial tende a julgar procedente os pedidos iniciais pela parte autora, os casos em que a instituição financeira não acostou os contratos aos autos. Em 100% dos casos em que a instituição financeira não juntou a cédula de crédito bancária na lide, houve em sua totalidade, os pedidos atendidos acerca da capitalização de juros, taxa média e realização da manutenção na comissão de permanência.

Em relação à limitação da pesquisa, a mesma se limita aos 12 laudos judiciais, sejam eles quatro em fase de instrução e oito em fase de liquidação, todos extraídos de ações revisionais movidas contra instituições financeiras, em que os objetos das lides foram cédulas de créditos bancários (financiamentos, empréstimos pessoais, capital de giro e etc.). Por fim, a área de perícia econômico-financeira acarreta diversas discussões. Visto isso, sugere-se como recomendações futuras que as pesquisas direcionadas ao tema da capitalização de juros em cédulas de créditos bancários, seja pelo método de amortização constante (SAC), tabela PRICE e série não periódica, expandam a amostra para comarcas específicas ou para métodos específicos de amortização. Ademais, outra sugestão é em relação aos juros remuneratórios pactuados em contratos, com uma análise de comparação às taxas médias de mercado apuradas pelo BACEN.

REFERÊNCIAS

Almeida, E. A. D. O. (2018). Perícia econômica: análise das abusividades dos juros bancários nos contratos de empréstimos. 41 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Recuperado em 04 maio, 2020, de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15646/1/EAOA11092019.pdf>.

Assaf Neto, A. (2012). Matemática Financeira e suas Aplicações. 12. ed. São Paulo: Atlas.

Caldeira, S. (2000). A influência do laudo pericial contábil na decisão dos Juizes em processos nas varas cíveis. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina Centro Sócio-econômico, Florianópolis, 2000. Recuperado em 04 maio, 2020, de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78815>.

Camargo, C. (2007). Análise de investimentos e demonstrativos financeiros. Curitiba: Ibpex, 2, 256.

Caroline, B. (2018). Brasil é considerado campeão mundial em Cobrança de Juros Altíssimos. 2018. Recuperado em 20 maio, 2020, em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/brasil-e-considerado-campeao-mundial-em-cobranca-de-juros-altissimos,a688eb-3f20569c387607de228d8560444o6ozmma.html>.

Cipriani, J. (2017). Bancos são campeões de queixas em ações judiciais no Brasil, diz CNJ. 2017. Recuperado em 21 maio, 2020, de https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/05/08/internas_economia,867546/bancos-sao-campeoes-de-queixas-em-acoes-judiciais-no-brasil-diz-cnj.shtml.

Costa, R. B. D. (2017). Perícia contábil e a Tabela Price: a importância do perito contador na avaliação da possibilidade de perda por uma instituição financeira em ações de revisão contratual, observado o CPC 251. 2017. 25 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2017. Recuperado em 30 maio, 2020, de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/183027>.

Conselho Regional de Contabilidade do Ceará. CRCCE. Perícia contábil. Recuperado em 17 maio, 2020, de <http://www.crc-ce.org.br/fiscalizacao/informacoes-importantes/pericia-contabil/>.

Delgadillo, L. M., Erickson, L. V., & Piercy, K. W. (2008). Disentangling the differences between abusive and predatory lending: professionals' perspectives. *Journal of Consumer Affairs*, 42(3), 313-334. <https://www.jstor.org/stable/23861359>

Federação Brasileira de Bancos. (2019). Entenda por que os juros que você paga ainda são altos. 2019. Recuperado em 04 maio, 2020, de <https://g1.globo.com/especial-publicitario/papo-reto/noticia/2019/10/21/entenda-por-que-os-juros-que-voce-paga-ainda-sao-altos.ghtml>.

Fogaça, A. P. N. (2016). Perícia contábil: erros e consequências. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, Criciúma, 2016. Recuperado em 30 maio, 2020, de <http://repositorio.unesc.net/handle/1/4368>.

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa (Vol. 4, p. 175). São Paulo: Atlas.

Gonçalves, P. C. (2013). Características do perito contador: perspectiva segundo os juizes da justiça federal, advogados da união e peritos contadores no contexto goiano. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Recuperado em 30 maio, 2020, de <https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/bitstream/handle/ri/319/Patricia%20Celestino%20Gon%20alves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Hill, R. P., & Kozup, J. C. (2007). Consumer experiences with predatory lending practices. *Journal of Consumer Affairs*, 41(1), 29-46. <https://www.jstor.org/stable/23860013>

Jesus, T. R., & Rey, B. Á. D. (2021). Perícia Contábil e a Tabela Price: um estudo bibliográfico sobre as vertentes utilizadas pelo perito assistente na defesa de ações revisionais em face das instituições financeiras. *Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia-REIVA*, 4(01), 17-33. <http://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/16>

Junior, C. R. D. C. Perícia econômico-financeira: um estudo de caso sobre a efetividade da aplicação do conhecimento técnico nas decisões judiciais. 111 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Recuperado em 30 maio, 2020, de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46367>.

Kapitan, S., Ross, S. M., & Silvera, D. H. (2019). Small-Dollar Credit Lending: The Effect of Financial Burden on Personal Asset Misvaluation. *Journal of Consumer Affairs*, 53(3), 946-974. <https://doi.org/10.1111/joca.12209>

Knackfuss, E. L. D. (2010). Perícia contábil no contexto do processo trabalhista: um estudo sobre a influência do laudo pericial na decisão judicial. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Recuperado em 30 maio, 2020, de <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/EduardoKnackfussContabeis.pdf>.

Lima, L. M. S., & Pires, M. A. A. (2007). Juros no cartão de crédito sob a óptica da perícia contábil. *Revista Mineira de Contabilidade*, 4(28), 26-36.

Matos, F. G. D. (2019). Análise dos sistemas de amortização de instituições financeiras para financiamento de um imóvel. 95 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Ouro Preto, João Monlevade, 2019. Recuperado em 06 junho, 2020, de https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2242/6/MONOGRRAFIA_AnaliseSistemasAmortizacao.pdf.

Mello, P. C. (2016). Perícia Contábil. 2. ed. São Paulo: Senac.

Mello, P. C. (2020). Perícia Financeira. São Paulo: Senac, Recuperado em 04 maio, 2020, de <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=d6vdDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=%22per%C3%ADcia%22+%2B+%22financeira%22&ots=vbYHh-4j5hj&sig=carD3DqthKxQjAd3BCs8ljsvi9w#v=onepage&q=%22per%C3%ADcia%22%20%2B%20%22financeira%22&f=false>.

Munhoz, O. D., da Silva, R. P., & Anastácio, J. B. (2017). Laudos periciais contábeis e a aplicabilidade das normas técnicas no âmbito judicial civil. *Revista Liceu On-Line*, 7(1), 28-50.

Negra, C. A. S., de Souza, M. S., & Coutinho, W. R. (2005). Juros no sistema financeiro da habitação: A falácia dos sistemas de amortização no âmbito da perícia contábil. *Revista Mineira de Contabilidade*, 4(20), 32-41.

Normas Brasileiras de Contabilidade PP 01. NBC PP 01 (R1). Perito Contábil. Dá nova redação à NBC PP 01, que dispõe sobre perito contábil. Recuperado em 20 abril, 2021, em [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP01\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP01(R1).pdf)

Normas Brasileiras de Contabilidade TP 01. NBC TP 01 (R1). Perícia Contábil. Dá nova redação à NBC TP 01, que dispõe sobre perícia contábil. Recuperado em 20 abril, 2021, em [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01(R1).pdf)

- Nova, S. P. D. C. C., Leal, E. A., Miranda, G. J., & Nogueira, D. R. (2019). Trabalho de conclusão de curso (TCC): uma abordagem leve, divertida e prática. Saraiva Educação SA.
- Palmero, A. L. (2015). Metodologia e normas aplicadas na solução do litígio pelo perito contábil em uma perícia judicial. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014. Recuperado em 30 maio, 2020, de <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/2650>.
- Pires, M. A. A., & Negra, E. M. S. (2005). JUROS TABELA PRICE-DISCUSSÃO NO ÂMBITO DA PERÍCIA CONTÁBIL. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (155), 37-53. <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/638>
- Prodanov, C. C., & de Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale.
- Reis, T. (2019). Taxa média de juros de mercado: entenda como ela funciona. Recuperado em 08 setembro, 2020, de <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/taxa-media-de-juros/>.
- Rezende, T. C. (2003). Os sistemas de amortização nas operações de crédito imobiliário: a falácia da capitalização de juros e da inversão do momento de deduzir a quota de amortização. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão e Estratégia em Negócios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Recuperado em 08 setembro, 2020, de http://periciajudicial.adm.br/pdfs/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Teotonio_Costa_Resende.pdf.
- Ruffo, D. F. (2011). A Atuação do perito contábil na solução de litígios na justiça. 35 f. Monografia (Especialização) - Curso de Auditoria e Controladoria, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2011. Recuperado em 30 maio, 2020, de http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K216422.pdf.
- Santana, C. M. S. (1999). A Perícia Contábil e Sua Contribuição na Sentença Judicial: um estudo exploratório. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 04 maio, 2020, de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-06102004-161123/publico/discreusa.pdf>.
- Santos, J. A., Zarachinsky, S. C., & Hillen, C. (2012). Perícia Contábil/financeira aplicada em contratos de financiamentos de veículos: análise de dois contratos de financiamento da empresa j.s terraplanagem ltda. Encontro de Produção Científica e Tecnológica, Paraná, 15, p. 1-15. Recuperado em 30 maio, 2020, de [http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vii_epct/PDF/CIENCIAS_SOCIAIS_APLICADAS/Contabeis/05_jalmeidasantosartigoCompleto\(1\).pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vii_epct/PDF/CIENCIAS_SOCIAIS_APLICADAS/Contabeis/05_jalmeidasantosartigoCompleto(1).pdf).
- Sekunda, A. (2019). PERÍCIA CONTÁBIL-FINANCEIRA E OS SISTEMAS DE AMORTIZAÇÃO: SISTEMA FRANCÊS VERSUS SISTEMA DE EQUIVALÊNCIA A JUROS SIMPLES. *Revista Gestão Organizacional*, 12(2), 77-101. <https://doi.org/10.22277/rgo.v12i2.4704>
- Sousa, F. J. V. D. (2019). Perícia Contábil: a Atividade Pericial no Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal—Aproximações e Distanciamentos. *Pensar Contábil*. 21(76), 10-14.
- Souza, G. (2012). Órgãos federais e estaduais lideram 100 maiores litigantes da Justiça. Recuperado em 04 maio, 2020, de <https://www.cnj.jus.br/orgaos-federais-e-estaduais-lideram-100-maiores-litigantes-da-justica/>.

MAPAS CONCEITUAIS: PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO NA DISCIPLINA DE PERÍCIA CONTÁBIL

CONCEPTUAL MAPS: KNOWLEDGE CONSOLIDATION PROPOSAL IN THE ACCOUNTING EXPERTISE DISCIPLINE

O artigo foi aprovado e apresentado no XVII Congresso Virtual de Administração - Convibra (2020), realizado de 01/12 a 05/12 de 2020, de forma remota.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar qual a percepção dos discentes quanto aos benefícios e dificuldades encontradas na aplicação dos Mapas Conceituais como uma forma de consolidar o conhecimento adquirido na disciplina de Perícia Contábil. A metodologia teve por base o estudo de caso com análises qualitativas, e como instrumento de coleta, um questionário com perguntas abertas. Após a aplicação do questionário, as respostas foram transcritas para um arquivo digital e submetidas à codificação aberta no *software* ATLAS.ti®. Os resultados demonstraram que os discentes destacaram como benefícios da utilização do Mapa Conceitual, ser uma ferramenta simples e que desperta motivação, sendo possível realizar o nivelamento de conhecimento entre a turma, bem como o esclarecimento de dúvidas, incentivando o trabalho em grupo, permitindo facilitar a memorização do conteúdo e dinamizar a aula. Em relação às dificuldades, destacou-se o manuseio da ferramenta, limitação em encontrar uma sequência lógica dentro dos conteúdos, e alguns, relataram não ter encontrado nenhuma dificuldade. Os discentes também dissertaram sobre a importância e recomendação do método em outras disciplinas. Ainda, com a avaliação realizada com os discentes, foi possível observar que obtiveram notas maiores do que em unidades que não utilizaram o Mapa Conceitual. No geral, percebe-se que as dificuldades identificadas podem ser sanadas a partir da correta orientação e aplicação da ferramenta por parte do docente, *feedback* contínuo, assim, como, a utilização dessa técnica em outras disciplinas, bem como o enfoque sobre os benefícios trazidos pelos Mapas Conceituais no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Mapas Conceituais. Perícia Contábil. Benefícios. Dificuldades.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the students' perception of the benefits and difficulties encountered in the application of Conceptual Maps as a way of consolidating the knowledge acquired in the discipline of Accounting Expertise. The methodology was based on the case study with qualitative analyses, and as a collection instrument, a questionnaire with open questions. After the application of the questionnaire, the answers were transcribed into a digital file and submitted to open coding in the ATLAS.ti® software. The results showed that the students highlighted the benefits of using the Concept Map as being a simple tool that arouses motivation, making it possible to level knowledge among the class, as well as clarifying doubts, encouraging group work, allowing to facilitate memorization of the content and dynamize the class. Regarding the difficulties, the handling of the tool stood out, limitation in finding a logical sequence within the contents, and some reported not having encountered any difficulties. The students also spoke about the importance and recommendation of the method in other disciplines. Still, with the evaluation carried out with the students, it was possible to observe that they obtained higher grades than in units that did not use the Conceptual Map. In general, it can be seen that the difficulties identified can be remedied from the correct orientation and application of the tool by the teacher, continuous feedback, as well as the use of this technique in other disciplines, as well as the focus on the benefits brought by the Conceptual Maps in the teaching-learning process.

Key-words: Concept Maps. Accounting Expertise. Benefits. Difficulties.

Caritsa Scartaty Moreira

Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Contabilidade e Planejamento Tributário pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). E-mail: caritsa_scartaty@hotmail.com. ORCID: 0000-0003-1243-9216. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4261570315572266>

Annandy Raquel Pereira da Silva

Mestranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pós-Graduada em Contabilidade, Perícia e Auditoria pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). E-mail: annandyraquel@hotmail.com. ORCID: 0000-0003-4636-2835. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6891587988698864>

Jocykleber Meireles de Souza

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do Curso de Ciências Contábeis na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: jocykleber@live.com. ORCID: 0000-0001-9726-1183. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3289043568536853>

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando e Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Contabilidade, Perícia e Auditoria pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente do curso de Ciências Contábeis na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN). E-mail: geisoncalyo@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-8520-4605. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0518341788392500>

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando e Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Contabilidade, Perícia e Auditoria pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente do curso de Ciências Contábeis na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN). E-mail: geisoncalyo@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-8520-4605. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0518341788392500>

1. INTRODUÇÃO

Após a adoção das normas internacionais através da Lei 11.638/07, que por sua vez veio a trazer diversas modificações na Lei das Sociedades Anônimas, a profissão contábil passou a exigir novas performances profissionais e sociais do contador, e com isso, foram requeridas mudanças no ensino em Ciências Contábeis (Beck & Rausch, 2012). Nesse cenário, em que novas exigências são requeridas do profissional contábil, a Resolução CNE/CES nº 10/2004, que traça as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Contábeis, vem a exigir do contador a capacidade crítica, visão sistêmica e interdisciplinar do conhecimento contábil.

De acordo com Teixeira et al. (2018), para a construção do conhecimento, é necessário rever práticas conservadoras do ensino, da educação e da docência, onde o professor deve utilizar práticas pedagógicas variadas, de acordo com os níveis de aprendizagem dos alunos, as quais devem ser sempre aperfeiçoadas para serem aplicadas em sala de aula. Uma das maneiras de concretizar o conhecimento é por meio de representações gráficas.

Urge destacar que utilização de representações gráficas como forma de comunicação não é recente, mas sim, crescente o uso dessas representações como ferramentas de ensino, de forma a estruturar o conhecimento (Vasconcelos & Araújo, 2017). Mezirow (2015) enfatiza que essas representações tornam a aprendizagem mais eficiente no alcance dos objetivos pedagógicos do docente, uma vez que símbolos e imagens têm capacidade de refletir o entendimento acerca de algo.

De acordo com Carabetta Júnior (2013) os Mapas Conceituais são representações gráficas, em forma de conceitos, proposições e palavras de ligação, que buscam representar a organização do conteúdo e ampliar as formas de ensino-aprendizagem, de pesquisa, ou simplesmente de aprendizagem, por meio de conceitos, interligados por palavras de ligação, demonstrando a relação entre os dois conceitos (Novak & Cañas, 2010), a ordenação desses conceitos é feita seguindo uma hierarquia, onde os conceitos gerais ficam na parte superior do Mapa Conceitual e os específicos na parte inferior (Novak & Gowin, 1984).

Vale ressaltar que há diferença entre Mapa Conceitual e Mapa Mental. De acordo com Alcantara (2020) o primeiro organiza ideias, conceitos e informações esquematizadas, os conceitos ficam dentro de figuras geométricas e são desenhadas linhas para conectá-los, e nessas linhas contêm expressões de ligação para dar sentido às conexões, e o segundo parte de uma ideia central, a partir disso se articulam as ideias conectadas, em formato de árvore, organizando as informações por associação, e diferentemente do Mapa Conceitual, se utilizam imagens, símbolos e links (Alcantara, 2020). Porém, ambos os métodos buscam promover a aprendizagem significativa, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem. Para fins dessa pesquisa e de acordo com os conceitos citados, será utilizada a denominação de Mapas Conceituais ao tratar sobre a ferramenta.

De acordo com Machado e Carvalho (2019) os estudantes do ensino superior têm sido beneficiados pelo uso de algumas ferramentas de ensino-aprendizagem, como os Mapas Conceituais, que promovem a aprendizagem, desenvolvendo o pensamento crítico, a capacidade de resolução de conflitos e compreensão de conceitos (Machado & Carvalho, 2019). Greenberg e Wilner (2015) ainda enfatizam que o docente pode utilizar Mapas Conceituais como ferramenta de organização curricular, de forma a repassar o conhecimento para seus alunos, ou como forma de avaliar os conhecimentos.

Os Mapas Conceituais são instrumentos de aprendizagem, e alguns autores já se debruçaram sobre a aplicação destes no ensino superior, como Hill (2004), Cogo et al. (2009), Ritchhart et al. (2009), Burgos e Guatame (2011), Crescitelli e Figueiredo (2011), Ferreira et al. (2012), Dolci et al. (2013), Greenberg e Wilner (2015), Kizilgol et al. (2016), Vasconcelos e Araújo (2017), Machado e Carvalho (2019), e Morais et al. (2020), comprovando sua eficácia para aprender, ensinar e avaliar.

Assim, a presente pesquisa propõe-se a responder o seguinte problema de pesquisa: **qual a percepção dos discentes quanto aos benefícios e dificuldades encontradas na aplicação dos Mapas Conceituais como uma forma de consolidar o conhecimento adquirido na disciplina de Perícia Contábil?** Para tanto, a fim de responder ao problema de pesquisa, adotou-se como objetivo o de analisar a percepção dos discentes quanto aos benefícios e dificuldades encontradas na aplicação dos Mapas Conceituais como um forma de consolidar o conhecimento adquirido na disciplina de Perícia Contábil.

Machado e Carvalho (2019) concluíram diante das evidências empíricas de seu estudo bibliográfico que houve um crescimento expressivo de construção de Mapas Conceituais em determinadas áreas, dentre elas, em Ciências Contábeis, no período de 2010 a 2017. No entanto, concluíram que estudos sobre a utilização dessa ferramenta para apoiar a aprendizagem dos estudantes universitários ao longo do curso ainda são escassos, e sugeriram investigar os efeitos dos Mapas Conceituais no longo prazo, bem como as percepções dos estudantes acerca da ferramenta tida como importante para auxiliar na aprendizagem de estudantes universitários em várias áreas de conhecimento.

Diante disso, a relevância do estudo está em analisar uma ferramenta como forma de consolidar o conhecimento ministrado em uma disciplina, sob a percepção dos discentes, uma vez que se identifica a escassez de estudos na área de Ciências Contábeis, e também com foco na disciplina de Perícia Contábil. Esta pesquisa deve nortear as discussões sobre como ensinar e aprender no ensino superior, aprimorar as técnicas de ensino-aprendizagem utilizadas no ensino superior e acrescentar conhecimento acerca da literatura.

Em um aspecto prático, a pesquisa traz contribuições, pois os conhecimentos adquiridos no ensino superior são refletidos na qualidade do profissional contábil que irá atuar no mercado, pois facilita o entendimento sobre todo o processo da Perícia Contábil, sendo uma ferramenta que pode ser utilizada pelo próprio profissional, seja na esquematização de ideias ou mesmo para ministrar palestras, expor todo o processo para seus clientes, entre outros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Processo de Ensino-Aprendizagem no Ensino Superior e os Mapas Conceituais

A relação entre professor e aluno é definida conforme a ênfase dada ao ensino e/ou aprendizagem, e são considerados componentes essenciais dessa relação (Vasconcelos & Araújo, 2017). O papel do professor, de acordo com Ruiz (2006) é de disponibilizar meios que facilitem a aprendizagem, de forma que incentive o desenvolvimento de competências comunicativas. Esse autor ainda retrata que a formação universitária é conveniente de movimentos de construção e desconstrução de conceitos, movidos pela busca das competências de pensar, complicar, arguir e sistematizar a realidade. Ou seja, o professor é o mediador, oferecendo suporte aos alunos, para contribuir com o desenvolvimento destes (Teixeira et al., 2018).

De acordo com Machado e Carvalho (2019) os estudantes do ensino superior têm sido beneficiados pelo uso de algumas ferramentas de ensino-aprendizagem, a exemplo, dos Mapas Conceituais, que estimula o pensamento crítico, ajuda na resolução de problemas e na tomada de decisões, habilidades requeridas para a prática profissional. O docente pode utilizar Mapas Conceituais como ferramenta de organização curricular, como meio de transposição didática, como metodologia de ensino e/ou aprendizagem, ou como forma de avaliar os conhecimentos (Greenberg & Wilner, 2015).

Com base na epistemologia construtivista e na Teoria De Aprendizagem Significativa, os Mapas Conceituais foram desenvolvidos em 1972 por Joseph D. Novak como forma de organizar e representar o conhecimento adquirido (Machado & Carvalho, 2019). Seu objetivo é facilitar a aprendizagem, por meio de diagramas, elaborados de acordo com conceitos-chave (Silva, 2015). Esse autor ainda menciona que os Mapas Conceituais podem ser elaborados por estudantes como forma de planejar, organizar ou estudar, assim como pode ser útil para professores, de forma a contribuir para o ensino de assuntos da disciplina, ajudar na compreensão, e ainda como meio de avaliar a construção do conhecimento/aprendizagem, quando é requerido pelo professor aos seus alunos que expliquem em forma de Mapas Conceituais os conceitos aprendidos em sala de aula.

Os Mapas Conceituais são imagens que ligam conceitos, proposições e palavras, para organizar determinado conteúdo e ampliam as estratégias de ensino-aprendizagem, de pesquisa, ou simplesmente de aprendizagem (Carabetta Júnior, 2013). A ordenação das ligações segue uma hierarquia, onde os conceitos gerais ficam na parte superior e os específicos, na parte inferior (Novak & Gowin, 1984).

Ao tornar o conhecimento mais claro, os Mapas Conceituais são considerados como uma ferramenta adequada para estruturar o conhecimento, de forma a tornar mais fácil a compreensão do conteúdo, e representem a forma como o aluno percebe e compreende sua realidade, assim como demonstra suas dificuldades de aprendizagem (Machado & Carvalho, 2019). Dessa maneira, auxiliando os alunos a desenvolverem ligações dos conhecimentos teóricos na solução de problemas, refletindo, inclusive, no aspecto profissional (Akinsanya & Williams, 2004).

Além de ferramenta de aprendizagem, os Mapas Conceituais também podem ser utilizados como ferramenta de avaliação do conhecimento (Novak & Gowin, 1984; Novak (1990); Greenberg & Wilner, 2015). Para Roman (2005) é uma ferramenta de verificação do desempenho acadêmico, pois representam um meio de significação, sendo influenciados pelas necessidades do aluno, seus desejos e ambições.

Os Mapas Conceituais podem ser utilizados como uma forma de resumir o conhecimento adquirido pelos alunos após estudarem uma unidade ou capítulo (Novak & Cañas, 2010), e podem ser desenvolvidos por meio de *softwares*, que facilitam sua construção (Novak, 2003). Cogo et al. (2009) consideram os Mapas Conceituais um instrumento útil para o ensino presencial, educação a distância e em ambientes virtuais de aprendizagem.

Há ainda diferença entre Mapa Conceitual e Mapa Mental, o primeiro é uma representação gráfica de conteúdo que organiza ideias, conceitos e informações, com expressões de ligação para dar sentido às conexões, enquanto que o segundo parte de uma ideia central, a partir da qual se articulam as ideias conectadas, como se fosse uma árvore, e organiza as informações por associação, e não por ligação (Alcantara, 2020).

2.2 Perícia Contábil

De acordo com Sá (2009) a Perícia Contábil é a verificação de fatos ligados ao patrimônio particular, visando oferecer uma opinião, por meio de exames, vistorias, avaliações, arbitramentos, entre outros procedimentos necessários à opinião. Perícia Contábil, para Singleton et al. (2006), é utilizada como um instrumento de detecção de fraudes.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, a Perícia Contábil é tratada por meio de duas normas. A NBC TP 01 - Norma Técnica de Perícia Contábil, aprovada pela Resolução CFC nº 1.243 de 2015, que estabelece as regras a serem observadas pelo perito, e a NBC PP 01 - Norma Profissional do Perito, aprovada pela Resolução CFC nº 1.244 de 2015, que estabelece os procedimentos de atuação do contador como perito.

De acordo com a NBC TP 01, a perícia pode ser de dois tipos: Judicial e Extrajudicial. A perícia judicial é a que é realizada de acordo com o Poder Judiciário, por meio de determinação, requerimento ou necessidade de seus agentes, enquanto a perícia extrajudicial é realizada, por necessidade de interesses particulares, sem necessidade de um juiz para tomar a decisão dessa causa, nesse caso, o resultado é elaborado por um perito, sem intervenção do estado (Alberto, 2009). A NBC PP 01 define os tipos de perito contador. O Perito Contador, é nomeado pelo juiz, árbitro, au-

toridade pública ou privada para realizar a Perícia Contábil; e o Perito Assistente, contratado pelas partes para exercer a Perícia Contábil.

A alocação da disciplina de Perícia no curso de Ciências Contábeis deve-se inicialmente ao Decreto nº 1.339 de 09 de janeiro de 1905, que reconheceu os diplomas conferidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro, autorizando seus portadores a exercerem a função de guarda-livros e de peritos judiciais (Brasil, 1905). Em 1926, por meio do Decreto nº 17.329, o governo federal regulamentou o estabelecimento de ensino técnico comercial que poderiam manter de especialização para algumas profissões, como a de Perito Contador (Brasil, 1926).

A mudança mais representativa para a perícia no contexto educacional foi com o Decreto nº 7.988 de 22 de setembro de 1945 que instituiu o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de quatro anos e dentre as suas disciplinas, foi oferecida a disciplina “Revisão e Perícia Contábil” (Brasil, 1951).

Há de se destacar que a Resolução CNE/CES n. 10/2004 não discorre sobre como deve ser o ensino da disciplina de Perícia nos cursos de Ciências Contábeis, de forma que cada instituição de ensino superior possui autonomia para estabelecer os critérios de seu funcionamento.

Soares et al. (2012) investigaram as características do ensino de perícia nos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras. De acordo com seus achados, os principais tópicos abordados na disciplina são: o laudo pericial, a legislação que regulamenta a perícia e o perito, os procedimentos da realização da perícia, conceitos e áreas de abrangência da perícia, e ainda identificaram que a disciplina é ministrada entre o quinto e o décimo semestre em quase todas as universidades analisadas e a disciplina é obrigatória.

2.3 Estudos Anteriores Correlatos ao Tema

Com relação às pesquisas relacionadas à utilização de Mapas Conceituais no processo de ensino-aprendizagem, observa-se que grande parte busca investigar sua eficácia no ensino superior, nas mais variadas disciplinas, de diversos cursos. Diante disso, neste tópico são evidenciados esses estudos.

Burgos e Guatame (2011) investigaram como a estratégia de Mapas Mentais e Conceituais estimula o desenvolvimento da inteligência visual-espacial em estudantes universitários. Como resultados, evidenciaram que o uso dessa estratégia é uma ferramenta que aprimora a inteligência visual-espacial, estimulando a criação de imagens para explicar uma ideia, o desenvolvimento da memória visual para reelaborar percepções anteriores, a prática da arte visual, entre outras habilidades centrais que constituem esse tipo de inteligência. Vale ressaltar ainda que os alunos listaram alguns benefícios dos Mapas Mentais e Conceituais, dentre eles: facilidade de aprender o conteúdo, memorização, melhor organização das ideias, interação entre os alunos, maior eficácia no processo de aprendizagem e capacidade de compreensão, análise e reflexão.

Crescitelli e Figueiredo (2011) buscaram apresentar uma proposta de utilização de Mapas Conceituais para aplicação no ensino de Comunicação de Marketing, com uma amostra de 100 graduandos em Administração. O estudo foi desenvolvido por meio de um modelo de Mapa Conceitual, com o uso do *software CmapTools*. Os resultados demonstram que o uso dessa ferramenta pode trazer resultados positivos no ensino do tema, evidenciado, inclusive, por melhores notas na turma que utilizou os Mapas Conceituais em detrimento da turma que não fez a utilização da ferramenta.

Ferreira et al. (2012) objetivaram descrever os desafios e as contribuições do *software CmapTools* para a construção de Mapas Conceituais para resolução de caso clínico, com estudantes da 3ª série de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo. De acordo com os achados, puderam concluir que o *software* facilita e garante a organização, visualização e relação dos dados, porém com dificuldades iniciais relacionadas ao manejo das ferramentas que dispõe.

Dolci et al. (2013) buscaram evidenciar as principais teorias e metodologias ligadas à estruturação do Pensamento Sistêmico e seus relacionamentos, a partir de um levantamento retrospectivo de 1960 a 2010, a organização e relação dos diferentes conceitos e autores foram analisadas por meio da ferramenta Mapas Conceituais. De acordo com os resultados, a elaboração de um Mapa Conceitual com os conhecimentos acumulados sobre o Pensamento Sistêmico, propiciou uma visão mais ampla sobre o tema.

Kizilgol et al. (2016) objetivaram comparar os efeitos do uso do mapeamento conceitual e do método tradicional no desempenho acadêmico de estudantes com relação à temas fundamentais da disciplina de Contabilidade de Custos, o estudo é baseado em um padrão quase experimental com um pré-teste e pós-teste, com 28 alunos para o grupo de observação e 28 alunos para o grupo de controle. Com base nos resultados da pesquisa, pode-se concluir que o mapeamento conceitual é mais eficaz nos níveis de desempenho acadêmico dos alunos participantes.

Vasconcelos e Araújo (2017) objetivaram discutir os benefícios proporcionados pela elaboração de Mapas Conceituais na prática de ensino-aprendizagem. Por meio de uma pesquisa qualitativa e exploratória, através de uma pesquisa-ação, analisada segundo uma revisão de literatura, concluíram que a ferramenta é útil e traz benefícios para ações pedagógicas socializantes e individualizantes, ajudando no desenvolvimento de habilidades sociais, de comunicação, negociação e liderança, mostrando-se interessantes na integração de saberes intra e interdisciplinares. Destacou-se como fatores restritivos da eficácia da técnica: resistência à técnica, desinteresse, descompromisso, falta de valor atribuído à disciplina, aversão a atividades em grupo, desmotivação, pouca concentração e foco e situações emocionais de desequilíbrio.

Machado e Carvalho (2019) buscaram descrever os efeitos dos Mapas Conceituais nas atividades acadêmicas dos estudantes universitários, além de identificar suas finalidades e relevância para a promoção da aprendizagem no ensino superior. Por meio de uma revisão bibliográfica, foram selecionadas e analisadas as publicações de 1992 a 2017 que utilizaram os Mapas Conceituais no ensino superior. Dessa forma, concluíram que mesmo com algumas limitações, os Mapas Conceituais são em geral bem aceitos pelos alunos no processo de aprendizagem, e são tidos como ferramentas importantes para auxiliar na aprendizagem de estudantes universitários em várias áreas de conhecimento.

Como observado, há incipiência de estudos voltados para a aplicação dos Mapas Conceituais em Ciências Contábeis, não sendo encontradas pesquisas que investiguem a utilização dos Mapas Conceituais para a consolidação do conhecimento da disciplina de Perícia Contábil, revelando uma lacuna, a qual este estudo objetiva investigar.

3. METODOLOGIA

3.1 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a percepção dos discentes quanto aos benefícios e dificuldades encontradas na aplicação dos Mapas Conceituais sob a ótica dos discentes na disciplina de Perícia Contábil de uma Instituição de Ensino Superior Pública, a mesma possui abordagem qualitativa quanto ao problema proposto, exploratória quanto ao objetivo, e ainda, trata-se de um estudo de caso quanto aos procedimentos utilizados.

O estudo exploratório, de acordo com Trivinos (1987), permite ao investigador aumentar a experiência em torno de um determinado tema. Assim, nesta pesquisa está se propondo aumentar o campo de estudos sobre a ferramenta Mapas Conceituais, que neste caso pode funcionar como uma eficiente ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem.

Já a caracterização como estudo de caso, Yin (2010) define como um método que se destaca pela análise em profundidade de um fenômeno em estudo, o que permite uma análise minuciosa sobre os benefícios, dificuldades, recomendação da reaplicação do método e até a utilização em outras disciplinas por parte dos discentes.

Assim, nesta pesquisa, optou-se por realizar um estudo na disciplina de Perícia Contábil no curso de graduação em Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior Pública, cuja turma foi composta por 18 discentes. Ressalta-se que a metodologia utilizada, não só nessa disciplina, mas no curso como um todo, é do tipo tradicional, em que a figura ativa do processo de ensino-aprendizagem é a do professor, e o método de avaliação e fixação do conteúdo é realizado por meio de exercícios e provas, e quem foi responsável pela aplicação e organização dos Mapas Conceituais foi a própria professora da disciplina.

Além disso, a pesquisa foi realizada na terceira unidade do último semestre de 2019, uma vez que todo o conteúdo previsto na ementa da disciplina foi ministrado, tendo em vista que o intuito em utilizar a ferramenta de Mapa Conceitual foi consolidar todo o conteúdo ministrado.

Considerando que o objetivo foi identificar a eficácia dos Mapas Conceituais para consolidar o conhecimento dos discentes, a ferramenta utilizada para coletar tais informações foi um questionário composto por questões abertas a ser respondido pela turma de graduação ao final da aplicação da ferramenta, em que os discentes deveriam dissertar sobre os benefícios, dificuldades e a importância de cursar a disciplina de Perícia Contábil e até outras disciplinas com a utilização dos Mapas Conceituais.

Assim, os dados primários obtidos das respostas dos discentes foram transcritas para um arquivo digital, e em seguida realizou-se a técnica de análise de conteúdo. Quanto a essa técnica, Bardin (2011) afirma que pode ser utilizada para analisar cada expressão de indivíduo ou um grupo. E assim, foi feito, tendo em vista que se buscou analisar a opinião dos discentes sobre a utilização da ferramenta em geral.

Para o processo de identificação das conexões, dos códigos e categorias existentes em cada resposta às perguntas abertas, realizou-se o processo de codificação aberta que, conforme Flick (2009) é uma técnica em que os dados são segmentados em unidades de significado.

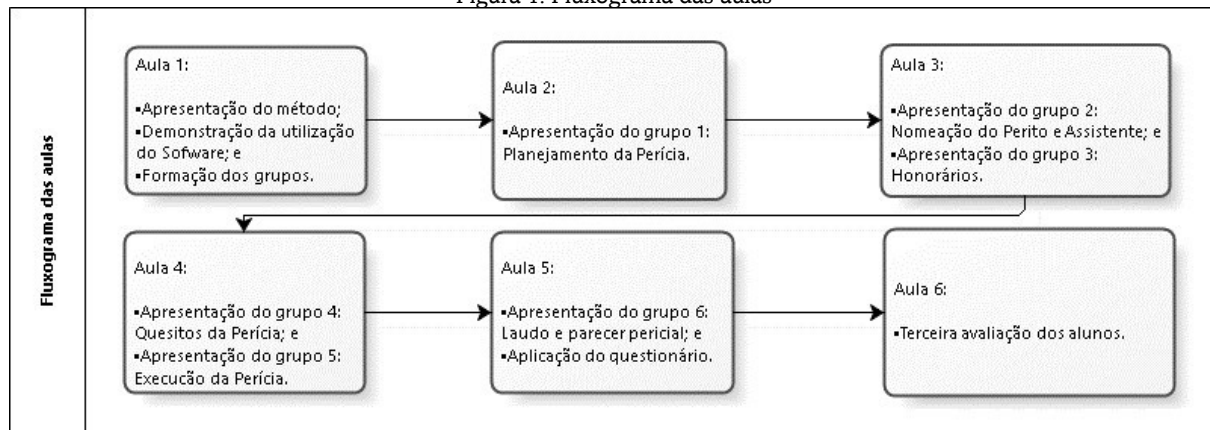
Para a presente pesquisa realizou-se o processo de codificação aberta por meio do *software* ATLAS.ti®, uma vez que esse procedimento permitiu segmentar as unidades de significado em códigos, em que a categorização teve por base as palavras/expressões encontradas nas respostas dos discentes, o que ficou evidente os benefícios, as dificuldades percebidas, a importância ou não de cursar a disciplina utilizando os Mapas Conceituais e mesmo quanto a recomendação da utilização da ferramenta em outras disciplinas do curso.

3.2 Processo de Operacionalização dos Mapas Conceituais

Após todos os conteúdos serem ministrados de forma expositiva, e depois da professora ter realizado avaliações tradicionais sobre tais conteúdos, ou seja, provas, e levando em consideração a ementa da disciplina de Perícia Contábil, em que o todo o conteúdo estava disposto, a professora da disciplina organizou todo o processo de aplicação dos Mapas Conceituais para as próximas aulas.

Assim, definiu a quantidade de aulas que seriam necessárias, nesse caso, foram reservadas até seis aulas, incluindo a aula que os discentes seriam submetidos à avaliação tradicional após a utilização dos Mapas Conceituais, bem como os tópicos dos conteúdos que seriam abordados, que no caso, totalizaram seis. Então, deu-se início em sala de aula a aplicação dos Mapas Conceituais, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1: Fluxograma das aulas



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A primeira aula foi utilizada para apresentar o método, detalhando assim sua utilidade e seu objetivo como um modelo para consolidar o conhecimento da disciplina. Como *softwares*, foram apresentados o *CmapTools* (versão gratuita, é disponibilizada para baixar) e o *Goconqr* (a versão gratuita é online). Quanto aos programas apresentados em sala, todos os discentes optaram pelo segundo, pois segundo eles, é um programa que possui uma *interface* mais intuitiva para um primeiro contato.

Além disso, foram expostos os critérios de avaliação que os discentes deveriam seguir, pois os Mapas Conceituais deveriam ser apresentados em aula, assim, a desenvoltura de apresentação individual e do grupo, clareza, detalhamento dos itens que formam o Mapa Conceitual e organização das ideias na ferramenta, foram critérios definidos. Além disso, os grupos foram formados sem definição de nenhum critério específico, ou seja, os discentes ficaram livres para escolherem entre eles e, em seguida, foi realizado o sorteio dos conteúdos, que totalizaram seis, como a turma era composta por 18 discentes, seis grupos foram formados com três discentes em cada. E para finalizar a primeira aula, junto com a turma, a professora e a turma, juntos, elaboraram um Mapa Conceitual como exemplo sobre os tipos de Perícia Contábil, neste caso, a judicial, extrajudicial e a arbitral.

Ressalta-se que, na elaboração do cronograma, na ideia inicial seriam dois grupos por aula, e a aula de início e a última para aplicação da avaliação, porém, foi planejado que o primeiro grupo poderia consumir uma aula inteira devido os ajustes que poderiam ser recomendados para os próximos grupos, e assim aconteceu.

Então, na segunda aula houve a apresentação do primeiro grupo que tratou sobre o Planejamento da Perícia Contábil, e como previsto, foi o único que apresentou, tendo em vista as sugestões de ajustes pela professora e pela própria turma, como por exemplo, elaborar o próprio mapa em sala e ir apresentando à medida que ia sendo editado, porém, chegou-se ao consenso de que era melhor trazer o Mapa Conceitual pronto e ir apresentando cada tópico dele, além de sugestões em sala de como ajustar algum tópico dentro do Mapa Conceitual, cores e tamanho do texto.

Na aula seguinte, (a terceira), o segundo grupo apresentou, seguindo a ordem dos conteúdos que estavam na ementa, tratando assim sobre a Nomeação do Perito Contador e do Perito contador Assistente. Nesta apresentação, o Mapa Conceitual já estava elaborado e os discentes iam explicando cada tópico em forma de slides. E o mesmo ocorreu com o terceiro grupo que tratou em seguida sobre os Honorários do Perito Contador e do Perito Contador Assistente. Ao final das duas apresentações, os discentes ficavam curiosos para receberem as avaliações do professor, tanto quanto a apresentação quanto em relação à elaboração do Mapa Conceitual, pois era nítido que eles depositavam muito esforço para seguir as sugestões feitas pela professora e pelos discentes.

Na quarta aula, o grupo quatro apresentou sobre os Quesitos da Perícia Contábil e o quinto grupo sobre a Execução da Perícia Contábil. Assim como ocorreu com os dois grupos anteriores, estes já trouxeram o Mapa Conceitual elaborado para a sala e foram apresentando e detalhando cada tópico do Mapa Conceitual, como se fosse uma apresentação em slides, porém, apenas com tópicos sugestivos e ideias interligadas, que é justamente o objetivo que se deve ter em mente no momento da elaboração de um Mapa Conceitual.

A quinta e penúltima aula ficou reservada apenas para um grupo, tendo em vista que na segunda aula apenas um apresentou e este fato já estava previsto. Assim, o quinto grupo ficou responsável pelo Laudo e Parecer Pericial Contábil. Dessa forma, assim como para todos os grupos, este recebeu as considerações da professora e a mesma fez observações gerais sobre a aplicação da ferramenta e sobre todos os grupos em geral. E por último, aplicou-se um questionário com perguntas abertas aos discentes, em que na primeira questão eles deveriam dissertar sobre os benefícios percebidos na elaboração dos Mapas Conceituais para o processo de ensino-aprendizagem, na segunda questão, dissertaram sobre as dificuldades percebidas diante da aplicação do método em sala de aula; na terceira questão, eles relataram se consideravam importante cursar a disciplina com a utilização dos Mapas Conceituais como meio de consolidar o conteúdo ministrado e a na quarta questão eles deveriam responder se tinha alguma sugestão sobre melhorar o processo de aplicação e se recomendavam a utilização do método em outras disciplinas do curso.

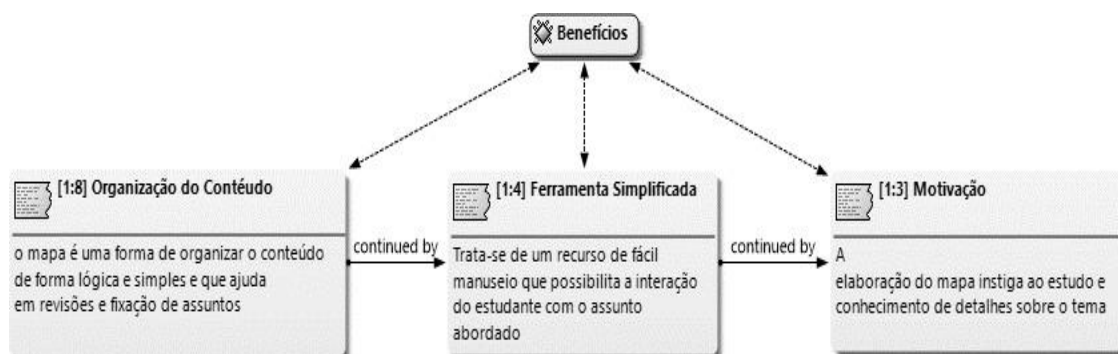
Na sexta aula, houve a aplicação da avaliação final sobre todo o conteúdo da ementa, assim como foi abordado pelos grupos na elaboração dos Mapas Conceituais. Dessa forma, a avaliação consistiu em uma prova com 10 questões objetivas abordando os conteúdos dos Mapas Conceituais, cujo objetivo foi avaliar se na terceira unidade a média dos discentes foi maior do que em relação as demais unidades, em que o método de exposição do conteúdo foi o tradicional com aplicações de exercícios.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Benefícios Percebidos

Partindo-se do pressuposto de que o Mapa Conceitual é uma ferramenta adequada para consolidar o conhecimento, os discentes dissertaram sobre os benefícios da aplicação do método, como ser uma ferramenta simplificada e que desperta motivação, a possibilidade de realizar o nivelamento de conhecimento entre a turma, bem como permitir o esclarecimento de dúvidas, instigar a interação tanto entre o grupo quanto entre a turma como um todo, facilitar a memorização do conteúdo e, ainda, dinamizar a aula. Os benefícios citados estão descritos na Figura 2.

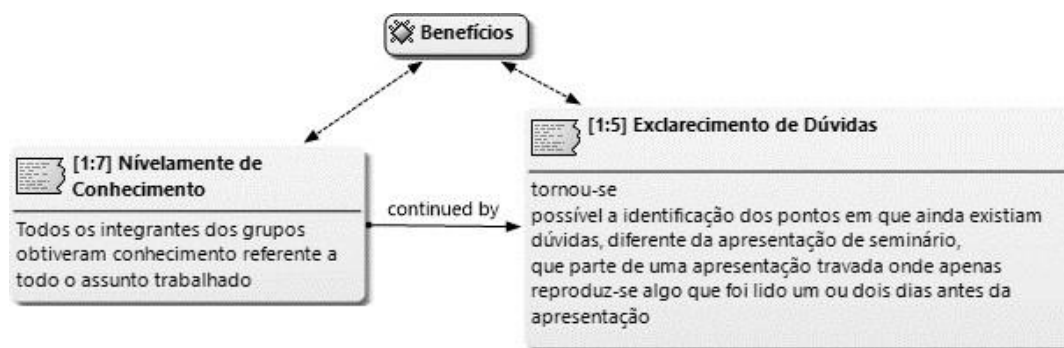
Figura 2: Benefícios da utilização dos Mapas



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Corroborando com este ponto, Dolci et al. (2013) encontraram em seu estudo que os discentes apresentaram dificuldades, como por exemplo encontrar a relação entre os conceitos, que pode ser devido à complexidade do tema, o que pode ter contribuído para a construção do primeiro Mapa Conceitual, no entanto, posteriormente a isso, a compreensão acerca dos diversos conceitos, a organização do conteúdo tornou-se mais simples e clara, ressaltando a utilidade dessa ferramenta.

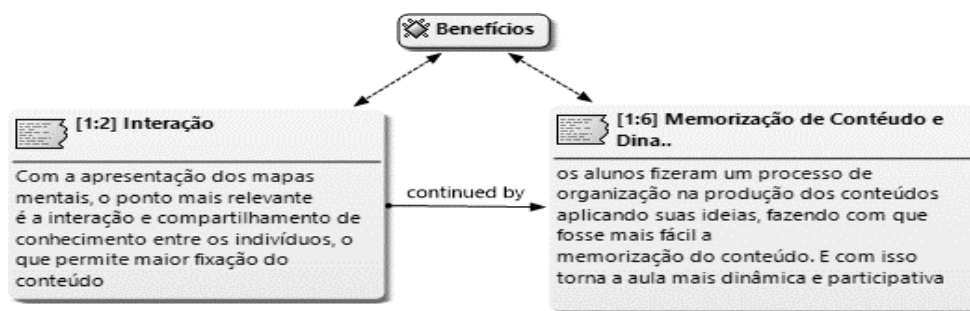
Figura 3: Benefícios da utilização dos Mapas



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A interação foi um dos benefícios citados pelos discentes da turma da disciplina de Perícia Contábil, conforme a Figura 4. Hill (2004) enfatiza que a produção de Mapas Conceituais no ambiente de sala de aula, auxilia os alunos a entender a importância do trabalho em equipe. De acordo com os achados de Vasconcelos e Araújo (2017) os Mapas Conceituais são eficazes e úteis em práticas colaborativas, essa experiência realizada por equipes ajuda a desenvolver habilidades como liderança, comunicação e diálogo. Já nos achados de Morais et al. (2020) ao indagarem os discentes sobre o grupo e espírito em equipe obtiveram tanto respostas positivas, quanto negativas.

Figura 4: Benefícios da utilização dos Mapas



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Vale ressaltar ainda, os achados de Burgos e Guatame (2011), em que os alunos ressaltaram alguns benefícios dos Mapas Conceituais também encontrados neste estudo como: facilidade de aprender o conteúdo, memorização, melhor organização das ideias, interação entre os alunos, tornando o trabalho de classe mais agradável. Também citaram: maior eficácia no processo de aprendizagem e capacidade de compreensão, análise e reflexão.

4.2 Dificuldades Encontradas

Acredita-se que a aplicação de uma nova metodologia em uma disciplina que utiliza metodologias diferentes das tradicionais traz certo impacto para a turma ou para alguns discentes, e conseqüentemente, estes podem perceber algumas dificuldades durante sua aplicação. Então, pediu-se que os discentes dissertassem sobre as dificuldades que perceberam durante a utilização dos Mapas Conceituais, e assim, eles listaram a dificuldade com o manuseio da ferramenta, bem como a limitação em encontrar uma sequência lógica dentro dos conteúdos que ficaram responsáveis, tendo em vista que os pontos precisam ficar bem alinhados entre si. E ainda, houve aqueles que disseram não terem encontrado nenhuma dificuldade durante o manuseio e utilização da ferramenta. Essas dificuldades estão elencadas na Figura 5.

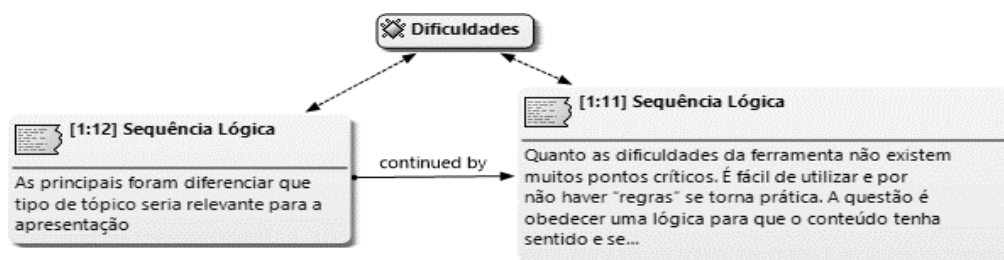
Figura 5: Dificuldades da utilização dos Mapas



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ferreira et al. (2012) relataram dificuldade no manuseio do *software*. De acordo com os discentes a pouca orientação em relação ao manuseio do *software Cmap Tools®* dificultou, no início, a construção do Mapa Conceitual e também pelo pouco domínio que tinham com a ferramenta. O estudo acima revela dificuldades também relatadas na presente pesquisa.

Figura 6: Dificuldades da utilização dos Mapas



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com o exposto, foi possível observar as dificuldades encontradas por discentes em outros âmbitos. Para Dolci et al. (2013) as dificuldades para encontrar a relação lógica entre os conceitos, que pode ser fruto da complexidade do tema, no entanto, após a construção do primeiro Mapa Conceitual.

Figura 7: Dificuldades da utilização dos Mapas



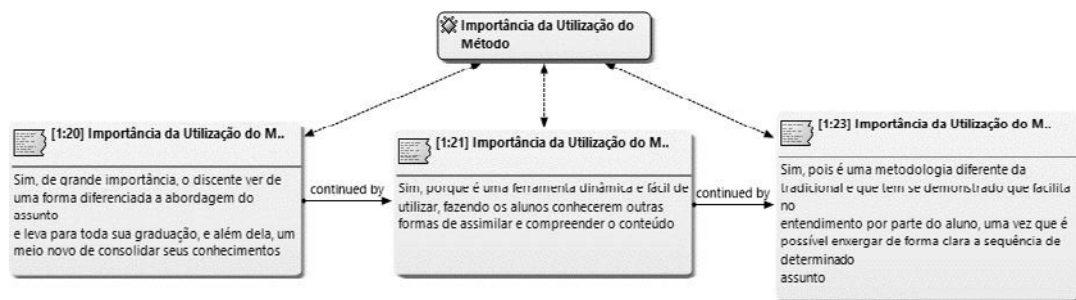
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Como observado na Figura 7, alguns discentes relataram, por exemplo, que não houve grandes dificuldades, apenas em aspectos das apresentações, outros relataram não que não houve dificuldades na elaboração dos mapas, que a ferramenta fluiu muito bem, corroborando os achados de Moraes et al. (2020), no qual os discentes relataram não terem nenhuma dificuldade com o desenvolvimento dos Mapas Conceituais.

4.3 Importância da Utilização do Método

Além de listarem os benefícios e as dificuldades encontradas com a aplicação e utilização dos Mapas Conceituais, achou-se interessante questionar aos discentes se eles acreditam que a ferramenta é importante para cursar a disciplina. Tendo em vista que os discentes podem achar interessante, porém, para a disciplina podem considerar que não é adequado ou importante para o processo de ensino-aprendizagem em relação ao método tradicional utilizado.

Figura 8: Importância da utilização do método



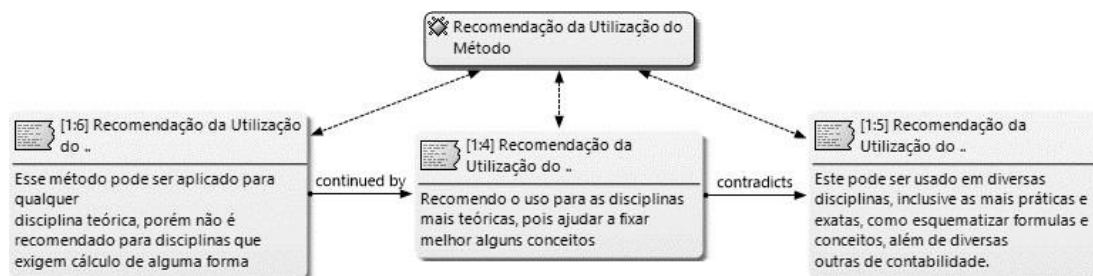
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os discentes reconheceram a importância da utilização dos Mapas Conceituais, por ser considerada uma forma diferente de abordar o conteúdo, dinâmica e clara de compreender e consolidar seus conhecimentos e de fixar o assunto por mais tempo. Nos achados de Vasconcelos e Araújo (2017) e Morais et al. (2020) os alunos reconheceram a importância da técnica, e citaram que podem ser utilizados em abordagens mais complexas, contribuindo em outras disciplinas.

4.4 Recomendação da Utilização do Método

Ainda optou-se por questionar aos discentes se eles recomendariam a utilização dos Mapas Conceituais em outras disciplinas que não apenas a adequação com a de Perícia Contábil, tendo em vista que são discentes do oitavo período e que depois de identificarem a importância da ferramenta, eles poderiam citar quais disciplinas são mais apropriadas para fazerem uso da ferramenta. Dessa forma, essas recomendações estão na Figura 9.

Figura 9: Recomendação do método



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Alguns discentes relataram que recomendariam a utilização do método apenas para disciplinas teóricas, outros, recomendaram inclusive para as disciplinas mais práticas e exatas. Diante das evidências positivas da utilização dos Mapas Conceituais no processo de ensino-aprendizagem, Vasconcelos e Araújo (2017) e Morais et al. (2020) recomendam a sua utilização em outras oportunidades e disciplinas.

4.5 Verificação da Eficácia dos Mapas Conceituais Através da Comparação das Notas dos Discentes

Dentre as diversas vantagens do uso de Mapas Conceituais, Greenberg e Wilner (2015), afirmam que a ferramenta é tida como forma de avaliação do conhecimento. Roman (2005) destaca que é uma ferramenta de verificação do desempenho acadêmico, pois representa um meio de significação, sendo influenciada pelas necessidades do aluno, seus desejos e ambições. Dessa forma, foi realizada a comparação das notas médias, máximas e mínimas dos discentes ao longo das três unidades, dispostas na Tabela 1. Uma vez que a primeira e a segunda unidade não contaram com a utili-

zação da ferramenta dos Mapas Conceituais como uma forma de consolidar o conteúdo da disciplina, apenas a nota da terceira unidade.

Tabela 1: Notas dos discentes

Unidade	Notas		
	Mínima	Máxima	Média
1º	5,7	9,4	7,9
2º	5,4	10	8
3º	4,5	10	8,4

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observa-se que a terceira unidade, em que se utilizaram os Mapas Conceituais, foi a que obteve a maior média de nota, dentre as três unidades, o que pode indicar que ao facilitar a aprendizagem, os Mapas Conceituais podem ter contribuído para um melhor desempenho pelos discentes em provas, indo ao encontro dos resultados de Crescitelli e Figueiredo (2011), ao concluírem que a Turma 1 (que utilizaram o Mapa Conceitual) obtiveram percentuais de acerto superiores na prova, em relação Turma 2 (que não utilizaram o Mapa Conceitual), indicando que o uso do Mapa Conceitual pode ter contribuído de forma mais efetiva no processo de aprendizado do tema. Kizilgol et al. (2016) também concluíram que alunos que utilizaram o Mapa Conceitual obtiveram melhor desempenho do que os alunos que continuaram com a metodologia tradicional de ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a percepção dos discentes quanto aos benefícios e as dificuldades encontradas na aplicação dos Mapas Conceituais sob a ótica dos discentes na disciplina de Perícia Contábil de uma Instituição de Ensino Superior Pública, buscando contribuir com as investigações acerca da implementação de ferramentas para o ensino-aprendizagem em Ciências Contábeis.

A fim de alcançar o objetivo proposto, foi utilizada a ferramenta de Mapa Conceitual na disciplina de Perícia Contábil no curso de graduação de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior Pública, sendo a turma composta por 18 discentes. A ferramenta foi aplicada na terceira unidade do segundo semestre de 2019, totalizando seis aulas. E, por meio de um questionário com perguntas abertas, foi possível verificar a opinião dos discentes quanto aos benefícios, dificuldades, importância e recomendação da ferramenta.

Quanto aos benefícios, os discentes relataram que é uma ferramenta simplificada e que desperta motivação, sendo possível realizar o nivelamento de conhecimento entre a turma, bem como o esclarecimento de dúvidas, incentivando a interação do trabalho em grupo, permitindo ainda facilitar a memorização do conteúdo e dinamizar a aula. Com relação às dificuldades, relataram dificuldade com o manuseio da ferramenta, limitações em encontrar uma sequência lógica dentro dos conteúdos, e alguns, relataram não terem encontrado alguma dificuldade.

Os discentes ainda dissertaram sobre a importância da utilização da ferramenta e recomendaram para outras oportunidades e disciplinas. Ainda, com a avaliação realizada com os discentes, foi possível observar que obtiveram notas maiores na unidade que utilizaram a ferramenta, quando comparado às unidades que não utilizaram.

Dessa forma, conclui-se que a ferramenta Mapas Conceituais é eficaz na consolidação do conhecimento repassado na disciplina de Perícia Contábil, facilitando o processo de ensino aprendizagem. Logo, observa-se muitos pontos positivos ao implementar Mapas Conceituais como ferramenta de aprendizagem no ensino superior, as dificuldades podem ter sido decorrentes da inexperience com a ferramenta. A pesquisa apresentou algumas limitações como ter sido realizada apenas com uma turma, disciplina e unidade. Assim, sugere-se para pesquisas futuras, a utilização do método com discentes de outras disciplinas, outras universidades e em outros cursos, se possível cursos de áreas sociais, visto a escassez de estudos nesse âmbito.

REFERÊNCIAS

- Alberto, V. L. P. (2009). *Perícia Contábil*. São Paulo: Editora Atlas.
- Alcantara, E. F. S. (2020). Mapa Conceitual e Mapa Mental. Anais do VIII Simpósio de Pesquisa e de Práticas Pedagógicas.
- Akinsanya, C., & Williams, M. (2004). Concept mapping for meaningful learning. *Nurse Education Today*, 24(1), 41-46.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Beck, F., & Rausch, R. B. (2012). Fatores que influenciam o processo Ensino-Aprendizagem na percepção de discentes do curso de ciências contábeis. *Contabilidade Vista & Revista*, 25(2), 38-58.

Brasil. Congresso Nacional. *Decreto Nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905*. Declara instituições de utilidade pública a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ela conferidos, como de caráter oficial; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ.

Brasil. Congresso Nacional. *Decreto Nº 17.329, de 28 de maio de 1926*. Aprova, o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ.

Brasil. Congresso Nacional. *Lei Nº 1.401, de 31 de julho de 1951*. Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. *Resolução CNE/CES 10/2004*. Brasília, DF.

Burgos, B. M. V., & Guatame, A. X. L. (2011). ¿Cómo la estrategia de mapas mentales y conceptuales estimulan el desarrollo de la inteligencia espacial en estudiantes universitarios? *Tabula Rasa*, 15, 221-254.

Carabetta Júnior, V. (2013). Using concept maps as a teaching resource for building and interrelating concepts. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 37(3), 441-447.

Crescitelli, E., & Figueiredo, J. C. B. (2011). O uso de Mapas Conceituais para ensino de comunicação integrada de marketing. *Revista Administração em Diálogo*, 13(3), 01-24.

Cogo, A. L. P., Pedro, E. N. R., Silva, A. P. S. S., & Specht, A. M. (2009). Avaliação de Mapas Conceituais elaborados por estudantes de enfermagem com o apoio de software. *Texto & Contexto Enfermagem*, 18(3), 482-488.

Conselho federal de Contabilidade. *Resolução CFC Nº. 1.244/15 – NBC PP 01 - Perito Contábil*.

Conselho federal de Contabilidade. *Resolução CFC Nº. 1.243/15 – NBC TP 01 - Perícia Contábil*.

Dolci, P. C., Bergamaschi, E., & Vargas, L. (2013). Visão sistêmica do Pensamento Sistêmico: uso de Mapas Conceituais. *Revista de Administração FACES Journal*, 12(1), 33-50.

Ferreira, P. B., Cohrs, C. R., & Domenico, E. B. L. (2012). Software cmap tools® para a construção de Mapas Conceituais: a avaliação dos estudantes de enfermagem. *Rev. esc. enferm. USP*, 46(4).

Flick, U. (2009). *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Artmed Editora.

Greenberg, R. K., & Wilner, N. A. (2015). Using concept maps to provide an integrative framework for teaching the cost or managerial accounting course. *Journal of Accounting Education*, 33(1), 16-35.

Hill, L. (2004). Concept mapping in a pharmacy communications course to encourage meaningful student learning. *American Journal of Pharmaceutical Education*, 68(5), 1-9.

Kizilgol, O., Kilic, B. I., & Abdioglu, H. (2016). The effects of using the concept mapping and the traditional method on the academic achievement of students in learning the fundamental topics of cost accounting. *Journal of Business, Economics and Finance*, 5(2), 171-190.

Machado, C. T., & Carvalho, A. A. (2019). Os efeitos dos Mapas Conceituais na aprendizagem dos estudantes universitários. *Educação Temática Digital*, 21(1), 59-277.

Mezirow, J. (2015). Visão geral sobre a aprendizagem transformadora. In: ILLERIS, K. *Teorias contemporâneas da aprendizagem*, São Paulo: Penso Editora.

Morais, R., Sousa, J. L., Vargas, L. J., Freitas, R. C., & Brito, V. G. P. (2020). Entendeu

ou Quer Que Desenhe? Utilizando Mapas Mentais na Disciplina Teoria Geral da Administração. *Rev. FSA*, 17(1), 30-50.

Novak, J. D., & Gowin, D. B. (1984). *Learning how to learn*, New York, NY: Cambridge University Press.

Novak, J. D. (1990). Concept maps and vee diagrams: two metacognitive tools for science and mathematics education. *Instructional Science*, 19, 29-52.

Novak, J. (2003). The promise of new ideas and new technology for improving teaching and learning. *Cell Biology Education*, 2(2), 122-132.

Novak, J. D., & Cañas, A. J. (2010). A teoria subjacente aos Mapas Conceituais e como elaborá-los e usá-los. *Práxis Educativa*, 5(1), 9-29.

Ritchhart, R., Turner, T., & Hadar, L. (2009). Uncovering students' thinking about thinking using concept maps. *Metacognition and Learning*, 4(2), 145-159.

Roman, J. D. (2005). *El puente de papel*. Buenos Aires: LibrosEnRed.

Ruiz, H. Ó. D. (2006). *Competencias comunicativas: proponer y argumentar*. Colombia: Universidad Cooperativa de Colombia.

Sá, A. L. (2009). *Perícia Contábil*. 9. ed. São Paulo: ATLAS.

Silva, E. C. (2015). Mapas Conceituais: Propostas de Aprendizagem e Avaliação. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 16(4), 785-785.

Soares, S. V., Farias, S., Nunes, G. D. F., & Limongi, B. (2012). O ensino de Perícia Contábil em Universidades Federais: Aspectos curriculares. *RRCF*, 3(2).

Singleton, T. W., Bolona, G. J., Lindquist, R. J., & Singleton, A. J. (2006). *Fraud*

auditing and forensic accounting. 3rd. ed. New York: Wiley.

- Teixeira, A. M., Behrens, M. A., Torres, P. L., & Motin, S. D. (2018). Análise de Mapas Conceituais: reflexões sobre formação docente, transdisciplinaridade e paradigma da complexidade. *Revista NUPEM*, 10(20), 38-50.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Vasconcelos, Y. L., & Araújo, R. H. M. (2017). Emprego da técnica de Mapas Conceituais em disciplinas de contabilidade com abordagem gerencial. *Revista Ambiente Contábil*, 9(1), 117-143.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman.

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PELA INICIAÇÃO CIENTÍFICA (IC): CAPACIDADES DE AGIR NA VIDA ESTUDANTIL E NA VIDA PROFISSIONAL EM CONTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

DEVELOPMENT OF COMPETENCIES THROUGH SCIENTIFIC INITIATION (SCI-I): CAPACITIES TO ACT IN STUDENT LIFE AND PROFESSIONAL LIFE IN ACCOUNTING

O artigo foi aprovado e apresentado no XXI USP International Conference in Accounting, realizado online entre os dias 28 e 30.07.2021

RESUMO

O objetivo deste estudo foi compreender as contribuições da realização de Iniciação Científica (IC) para a construção de competências de estudantes de Ciências Contábeis. Foram investigados 20 estudantes de uma universidade pública estadual que participaram do programa de IC. Os dados foram coletados por questionários semiestruturados. A análise tomou como base a abordagem da Análise Textual Discursiva em uma perspectiva interpretativista. Os resultados apontaram que as motivações dos estudantes são intrínsecas e orientadas por interesses pessoais (envolvimento ativo do estudante) implicando no desenvolvimento de abordagem profunda à aprendizagem. A realização da IC contribuiu na aprendizagem dos conteúdos disciplinares tornando-os mais autônomos e críticos e contribuiu com ganhos de desempenho no aprendizado. A IC proporcionou o desenvolvimento de competências para a vida acadêmica e profissional. A principal conclusão do estudo é a de que a realização de IC durante a graduação em Ciências Contábeis potencializa e contribui positivamente com formação dos estudantes, amplia seu envolvimento no curso, promove aprendizados consistentes e fomenta a construção de competências úteis tanto para a vida acadêmica quanto para o exercício profissional contábil.

Palavras-chave: Pesquisa, Iniciação Científica, Ciências Contábeis, Competências profissionais.

ABSTRACT

The purpose of this study was to understand the contributions of Scientific Initiation (SI) to the construction of skills of accounting students. Twenty accounting students from a state public university who participated in the SI program were investigated. Data were collected through semi-structured questionnaires. The analysis was based on the Discursive Textual Analysis approach in an interpretivist perspective. The results showed that the students' motivations are intrinsic and guided by personal interests (student's active involvement) implying the development of a deep approach to learning. Carrying out the SI contributed to the learning of disciplinary contents, making them more autonomous and critical and contributed to gains in learning performance. SI provided the development of skills for academic and professional life. The main conclusion of the study is that the realization of Scientific Initiation during the undergraduate course in accounting enhances and contributes positively to the education of students, expands their involvement in the course, promotes consistent learning and encourages the construction of useful skills for both academic life and for the professional accounting exercise.

Keywords: Research, Scientific Initiation, Accounting Sciences, Professional Skills.

Marcelo Marchine Ferreira

Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor no curso de Ciências Contábeis na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: mmarchine@unespar.edu.br Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-0102-7622> Endereço Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8568761570800104>

Andreza Paterno da Silva

Mestre em Contabilidade pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PCO) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Contabilidade, Perícia e Auditoria pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e em Administração pelo Centro Universitário Cidade Verde (UniFCV). Contadora na Martins & Ferri Contabilidade. Professora do Centro Educacional Integrado (INTEGRADO). E-mail: andreza_2815@hotmail.com Orcid id: <https://orcid.org/0000-0003-4878-9899> Endereço Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8664432813309878>

Rafael Henrique de Oliveira Silva

Mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Docente do curso de Ciências Contábeis na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: rafael.silva@unespar.edu.br Orcid id: <https://orcid.org/0000-0003-3350-7855> Endereço Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8953559322862012>

Romildo de Oliveira Moraes

Doutor e Mestre em Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor no curso de Ciências Contábeis e no Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PCO) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: romoraes@uem.br Orcid id: <https://orcid.org/0000-0003-0498-9437> Endereço Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1870511765545487>

1 INTRODUÇÃO

Educação recorrentemente tem sido objeto de debates, tensões, disputas e reformas. Nela estão inseridos múltiplos interesses (Pinho, 2017). Numa perspectiva macro pode ser tomada como estratégia indutora do desenvolvimento a partir, por exemplo, do estímulo à geração de uma economia intensiva em conhecimento científico e tecnológico. Ou pode ser configurada como estratégia de manutenção de *status quo* social, aprofundando desigualdades e contribuindo para o estímulo ao consumo de conhecimentos produzidos externamente (Demo, 2005; Demo, 2006; Goodson, 2014).

Entretanto, educação de qualidade é tida como fundamental para a elevação da produtividade, do nível de inovação tecnológica, da competitividade e da lucratividade (Demo, 2005). Para o estudante e o trabalhador qualificado, o mundo do trabalho espera que a educação que lhes seja oferecida os capacite para que saibam pensar criticamente na produção do fazer laboral cotidiano. Ou seja, é esperado que o ensino oferecido os capacite com habilidades para a ocupação profissional (Al Mallak, Tan & Lasward, 2020), proporcionando qualidades formais úteis ao mundo do trabalho.

A universidade, há tempos, tem sido criticada quanto ao *gap* entre o ensino ofertado e a aprendizagem requerida para que o estudante se desenvolva profissionalmente, com habilidades como pensamento crítico e autonomia (Al Mallak et al., 2020). Como se sua competência fosse preparar estudantes exclusivamente para o mundo do trabalho. Entretanto, críticas nesse sentido tem pertinência. O ensino superior, no seu interior, apresenta problemas estruturais que contribuem para que isso aconteça. De fato, a qualificação requerida pelas diversas áreas profissionais do mundo do trabalho tem se centrado em aspectos cognitivos e imateriais, marcada mais pela exigência de competências intelectuais do que de habilidades e capacidades técnicas e/ou físico-motoras (Demo, 2005, Demo, 2015). E talvez o *gap* mencionado se localize justamente nesse ponto: oferta de formação que contemple de forma eficaz a aprendizagem de tais competências. Como Demo (2015) afirma, a universidade tem que gerar conhecimentos e criar ambientes que promovam habilidades de aprendizagem ao longo da vida (Laal & Salamati, 2012).

O que está em questão, portanto, é o processo de ensino e aprendizagem na universidade, muito questionado quanto ao modelo instrucionista (Demo, 2015). O descompasso entre o ensino realizado e o perfil profissional requerido pelo mundo do trabalho pede a superação do instrucionismo (Demo, 1998). Compreender como as universidades preparam profissionais para o trabalho, frente a necessidade de mudança de um ensino baseado em reprodução, é um debate perene (Howieson, Hancock, Segal, Kavanagh, Tempone, & Kent, J., 2014).

O ensino da contabilidade não se mostra diferente. A formação ofertada pelos cursos é afetada pelas mudanças ocorridas no mundo de trabalho, que necessita dar respostas que preencham as demandas de formação de profissionais munidos de conhecimentos, habilidades e competências (Mandilas, Kourtidis & Petasakis, 2014; Foong & Khoo, 2015; Rebele & Pierre, 2019). Nessa perspectiva, uma das ações para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem é a maior interação do aluno com a pesquisa científica – o aprendizado com e pela pesquisa (Demo, 2015).

Neste estudo, investigamos a contribuição da Iniciação Científica - IC na construção de competências de estudantes de Ciências Contábeis, que se originou da seguinte questão norteadora: **quais foram as contribuições advindas da realização de IC para a construção de competências de alunos de Ciências Contábeis?** O desenvolvimento da IC via programa institucional se constitui em mecanismo formal de formação em situação de prática, onde o estudante faz imersão em atividades próprias do fazer científico dentro de um determinado campo de investigação. O aprendizado que o estudante constrói a partir dela se estende para além do campo acadêmico, alcançando o mundo do trabalho, pois faz com que desenvolva conhecimentos, habilidades, competências e atitudes valorizados em campos profissionais não acadêmicos (Maldonado, 1998; Breglia, 2001; Pires, 2002; Bridi, 2004; Cabrero, 2007; Massi & Queiroz, 2015; Pinto, Fernandes & Silva, 2016, Pinho, 2017).

Estudos sobre IC, de modo geral, são escassos. Ainda que a IC tenha surgido no Brasil praticamente junto com as primeiras universidades e que tenha sido organizada e intensificada a partir de 1951 com o surgimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, ainda não assumiu relevância nas discussões sobre o ensino superior, conforme afirmam Massi e Queiroz (2015). Nessa direção, estudos sobre a IC em contextos específicos relacionados a cursos de graduação são menos comuns, o que coloca o presente estudo em um nicho investigativo menos explorado ainda pela literatura sobre o assunto. Assim, este estudo buscou contribuir com conhecimentos para o campo de estudos sobre a temática por meio da investigação das contribuições que a IC proporcionou para a construção de competências de estudantes de Ciências Contábeis de uma universidade pública estadual do Paraná.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aprendizagem e Competências

Biggs (2006) apresenta um modelo de abordagens à aprendizagem de alunos enquanto processo que surge a partir das percepções dos estudantes em confronto com a realização das suas tarefas acadêmicas que, por sua vez, são influenciadas pelas características pessoais. A Tabela 1 sintetiza as abordagens à aprendizagem conforme modelo de Biggs (2006).

Tabela 1 - Abordagens à aprendizagem segundo modelo de Biggs (2006)

ABORDAGEM	MOTIVAÇÃO	ESTRATÉGIA
Abordagem superficial	Extrínseca. Instrumental. Orientada para cumprimento de requisitos mínimos de tarefas. Utilização do menor esforço possível. Acumulação de conhecimentos, sem preocupação com sua compreensão ou atribuição de significado.	Reprodutiva. Baseada na memorização mecânica de conteúdo. Processamento passivo de informações.
Abordagem profunda	Intrínseca. Orientada para satisfação de interesses pessoais e curiosidade. Resolução de problemas em contextos que lhes são pessoalmente significativos.	Atribuição de significado ao conhecimento. Leitura, reflexão, relacionamento do que lê com conhecimentos que já possui. Envolvimento pessoal no ato de aprender. O objetivo é atingir o objetivo final proposto.
Abordagem de alto rendimento	Motivo baseado na competição e na Autovalorização. Obtenção dos melhores resultados escolares possíveis, independentemente do que o que seja preciso aprender ter ou não algum significado especial.	À estratégia está subjacente a organização do tempo e do local de estudo.

Fonte: Elaborada com base em Biggs (2006).

O que interessa para o presente estudo é a relação que o aprendizado da pesquisa pela IC tem para o aprendizado profundo e significativo de estudantes que a realizam. Isso porque é por essa abordagem que são desenvolvidas e interiorizadas as competências mais duradouras. Autonomia, capacidade crítica e analítica e tomada de decisões são capacidades frequentemente mencionadas como sendo desenvolvidas por estudantes que realizam IC. E são capacidades que se desenvolvem nos e pelos estudantes em atividades que demandam motivação e estratégias pessoais de estudos em contexto de aprendizagem. E que ultrapassa as barreiras do instrumentalismo e reprodutivismo, ou seja, requer implicação pessoal e atribuição de significado a elas de modo que assumem um caráter mais permanente para o estudante. Nesse sentido, Abhayawansa, Bowden e Pillay (2017) afirmam que alunos se envolvem em aprendizagem profunda quando são expostos a atividades formais de pesquisa ou em contextos avaliativos baseados na prática.

O conceito de competência surgiu no campo intelectual a partir de autores que praticamente não tinham relação com o campo educacional (Bernstein, 2003). Ainda assim, o conceito assumiu papel central na teoria e prática educativas. A definição constitutiva de competência assumida para o presente estudo está na imbricação daquelas apresentadas por Perrenoud (1999) e por Bernstein (2003). Isto é, competência é a capacidade de um sujeito agir eficazmente em determinados tipos de situação, com apoio de conhecimentos e utilização de procedimentos comuns – habilidades – aprendidos e compartilhados pela integração desse sujeito em um contexto de referência. Capacidade, por sua vez, diz respeito ao domínio de habilidades que, no presente estudo se referem a habilidades mentais conforme define o dicionário Michaelis (2019): “poder de receber impressões, assimilar ideias, analisar, raciocinar, julgar, arrostar problemas (...)”.

Assim, competência está relacionada com capacidades postas no enfrentamento de situações práticas. Capacidades estas que são construídas pelo sujeito – aprendidas – também em situações práticas. Nesse sentido, Perrenoud (1999, p. 35) afirma que competência tem relação com práticas sociais de certa complexidade e “[...] não remete, necessariamente, a uma prática profissional”. Admite, entretanto, uma forma profissional. Nesse sentido, Perrenoud (1999) explica que competências mobilizam capacidades específicas em contextos também específicos. Capacidades estas ligadas às características gerais da ação humana – competências transversais.

2.2 A Iniciação Científica, Capacidades e Competências

Preocupações sobre o estado da educação contábil, em todo o mundo, são constantemente evidenciadas na literatura contábil, tanto de âmbito profissional quanto acadêmico (Murphy & O’connell, 2017). Educar para formar postura crítica e autônoma no contexto profissional mostra-se como um dos principais anseios da educação contábil (Butler, Chuch & Spencer, 2019). As constantes mudanças e o crescimento da complexidade do ambiente em que as organizações estão inseridas, resultam na necessidade de profissionais contábeis proativos e capazes de agir de forma eficiente no processo de gestão (Pires, Ott & Damacena, 2009; Foong & Khoo, 2015).

Todavia, a educação contábil e os níveis de habilidade dos contadores parecem que ainda não se mostram satisfatoriamente alinhados com o que é solicitado nos ambientes organizacionais (Mohamed & Lashine, 2003). As exigências em termos de competências profissionais seguem a mesma trajetória (Barac, 2009; Towers-Clark, 2015). Estudantes de contabilidade precisam ter contato com o aprendizado de habilidades e competências que os capacite atuarem com sucesso em contextos profissionais, por meio da aprendizagem autodirigida, autonomia e resolução de problemas (Foong & Khoo, 2015; Asonitou & Hassall, 2019).

Diversos estudos apontam a importância da prática da pesquisa como elemento na construção de capacidades e competências para os estudantes que a realizam por meio da IC. E que tais capacidades e competências os auxiliam

tanto durante a graduação quanto posteriormente, em ambientes profissionais (Pinto et al., 2016; Pinho, 2017). Massi e Queiroz (2015) realizaram mapeamento da produção científica sobre a temática entre os anos de 1983 e 2010 que apontou a recorrência de três temas: (1) a avaliação da atividade de IC para a formação e desenvolvimento dos estudantes, (2) a avaliação dos programas institucionais de IC para o fortalecimento da pesquisa nas universidades e para o encaminhamento para a pós-graduação e para o mundo profissional, e (3) a caracterização de particularidades do desenvolvimento da IC no interior das universidades (natureza das atividades desenvolvidas pelos estudantes, suas decepções, expectativas e dificuldades, por exemplo).

Em relação à avaliação da atividade de IC para a formação e desenvolvimento dos estudantes (foco do presente estudo), estudos destacaram aspectos como: melhoria no desempenho na graduação, desenvolvimento pessoal e socialização profissional (Massi & Queiroz, 2015; Colares & Ferreira, 2016; Pinto et al., 2016). Os alunos se beneficiam não apenas pelo desenvolvimento da atividade de pesquisa durante a graduação, mas pela interação em programas que propiciam contato com um orientador qualificado e experiência em investigações científicas (Bridi, 2004). A vivência com a pesquisa fornece maior autonomia sobre sua aprendizagem, propiciando o desenvolvimento da criticidade e, simultaneamente, mais facilidade diante das constantes mudanças de conhecimento descobertos por meio da pesquisa científica (Erdmann, Nascimento & Lanzoni, 2010).

Em relação à avaliação da atividade de IC para a formação dos alunos, o estudo de Massi e Queiroz (2015) mapeou estudos nacionais conforme apresentados na Tabela 2 que, conjugado com os achados de estudos internacionais, compõem um mosaico relevante das contribuições da IC para a formação e desenvolvimento dos estudantes. Os resultados apresentados na Tabela 2 indicam a aquisição de múltiplos tipos de capacidades pelos estudantes que realizaram IC. Algumas são mais genéricas, mas assim mesmo possibilitam entender que o estudante tenha adquirido um conjunto de capacidades próprias da formação de competências.

Tabela 2 - Contribuições da IC para a formação e desenvolvimento dos estudantes

Autor (es)	Contribuições	
Maldonado (1998)	Organização Argumentação Abstração Problematização Raciocínio crítico	Diferencial no mercado de trabalho Encaminhamento para pós-graduação <i>stricto sensu</i>
Pires (2002)	Status Autovalorização Autoestima	Socialização profissional Encaminhamento para pós-graduação <i>stricto sensu</i>
Breglia (2001)	Melhora no desempenho acadêmico Socialização profissional	Diferencial no mercado de trabalho
Mohamed e Lashime (2003)	Comunicação Tecnologia da Informação Capacidade analítica Multi e interdisciplinaridade	Conhecimentos gerais Pensamento analítico Pensamento crítico
Burnett (2003)	Pensamento analítico Pensamento crítico Comunicação escrita	Comunicação oral Aprendizado contínuo
Howieson (2003)	Capacidade analítica Pensamento sistêmico Solução de problemas	Comunicação Capacidade colaborativa
Bridi (2004)	Melhora no desempenho acadêmico Aprimoramento profissional	Encaminhamento para pós-graduação <i>stricto sensu</i> Valorização do currículo profissional
Hassall et al. (2005)	Comunicação oral Comunicação escrita Trabalho em equipe	Resolução de problemas Gestão do tempo e de pressão profissional Visão organizacional
Cabrero (2007)	Melhora do desempenho acadêmico Pensamento crítico Autonomia Criatividade Maturidade	Responsabilidade Socialização profissional Encaminhamento para pós-graduação <i>stricto sensu</i>

Autor (es)	Contribuições	
Salleh e Aziz (2014)	Ética Capacidade analítica Autonomia	Capacidade investigativa Pensamento crítico
Reis et al. (2015)	Raciocínio lógico Conhecimentos gerais Liderança Proatividade	Motivação Comunicação Ética
Canaan e Nogueira (2015)	Expressão oral e escrita Capacidade de organização	Planejamento Tomada de decisão
Pinto et al. (2016)	Autonomia Proatividade Motivação	Melhora no desempenho acadêmico Diferencial no mercado de trabalho
Pinho (2017)	Maturidade Responsabilidade Autonomia	Comunicação Pensamento crítico Espírito investigativo

Fonte: elaboração dos autores

Outros estudos sobre a temática e relacionados a alunos de Ciências Contábeis apontam que o contato com a pesquisa permite o desenvolvimento da autonomia intelectual e postura crítica. Capacidades consideradas importantes no processo de construção de competências transversais e para trajetórias acadêmica e profissional (Souza, 2005; Silveira et al., 2012; Krüger, Valmorbidia, Ensslin, Ensslin & Vicente, 2013; Nascimento, Aragão & Gomes, 2013; Santos & Leal, 2014; Colares & Ferreira, 2016). Em geral, os estudos que buscaram compreender a IC vinculada a cursos de Ciências Contábeis apresentaram resultados convergentes com os descritos na Tabela 2. Essa breve revisão auxilia na compreensão do panorama da pesquisa pela IC na área contábil, bem como as contribuições e seu papel nas trajetórias acadêmica e profissional dos alunos de Contabilidade. Os estudos permitiram constatar que a IC possui relevância na formação do aluno e, conseqüentemente, do futuro profissional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo investigou alunos e ex-alunos de Ciências Contábeis de uma universidade pública localizada no Estado do Paraná que realizaram IC no período compreendido entre os anos de 2012 e 2017. A universidade onde o curso é ofertado possui larga tradição em pesquisa. Tem reconhecimento consolidado no meio científico e sempre figura em posições de destaque nos rankings universitários. O curso de Ciências Contábeis tem obtido, recorrentemente, resultados muito satisfatórios sobre a qualidade geral do ensino que oferece nas avaliações externas pelas quais passa. Entretanto, nele, a pesquisa pode ser tomada como atividade ainda em ritmo de consolidação, principalmente a partir do processo de capacitação de seus docentes, ocorrido com maior ênfase a partir do ano de 2010. Em 2014 a universidade passa a ofertar curso de mestrado acadêmico em contabilidade, o que contribuiu para ampliação e desenvolvimento da atividade de pesquisa, com implicações diretas no âmbito do ensino de graduação.

3.1 Coleta dos dados

Em levantamento junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da universidade identificamos 39 estudantes do curso que realizaram IC no período (sujeitos da pesquisa), dos quais 20 participaram efetivamente como investigados. O levantamento do quantitativo dos sujeitos da pesquisa ocorreu documentalente, em análise de editais públicos de inscrição e aprovação do programa de IC da universidade, obtidos junto à Divisão de Pesquisa Científica, vinculada à Diretoria de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade. Nos editais foram encontrados registros de dados de alunos, orientadores e trabalhos produzidos.

Os dados para contato foram obtidos de duas formas: em contatos que fizemos com orientadores e em buscas online. Também levantamos as contas dos investigados em redes sociais (*Facebook* e *Instagram*). Realizamos tentativa de contato por *e-mail*. Na ausência de retorno aos *e-mails* enviados (foram três reenvios) tentamos contato via redes sociais. Dos 39 investigados, obtivemos respostas de 20 deles (51%). Coletamos os dados no ano de 2018, aplicando questionário semiestruturado composto de 23 questões: 17 fechadas e 6 abertas. A aplicação foi online com uso da ferramenta “formulários” do *Google Drive*.

3.2 Análise dos dados

O conteúdo do questionário considerou: (1) elementos sobre o processo de desenvolvimento da IC, (2) a contribuição nas trajetórias acadêmica e profissional, bem como (3) a contribuição para a construção de competências. As questões foram organizadas em cinco dimensões temáticas: (1) Fatores que motivam a participação em IC; (2) Desempenho Acadêmico; (3) Atuação Profissional; (4) Participação em programas de Pós-Graduação; e (5) Relação com o orientador. O questionário teve como base os estudos de Bridi (2004, 2010), Cabrero (2007) e Canaan e Nogueira (2015) e foi testado com dois sujeitos. Um deles na condição de egresso e outro, na de estudante. Ambos, participantes da IC. A partir do pré-teste foram realizados ajustes cujo foco se deu principalmente nas questões abertas. Os ajustes realizados buscaram dar mais clareza e precisão as questões, minimizando vieses de interpretação.

Os dados foram organizados e analisados em duas dimensões: descritiva (questões fechadas) e interpretativa (questões abertas). Na dimensão descritiva, buscou-se obter dados do perfil dos investigados, de suas percepções sobre o processo de orientação, do orientador e das capacidades desenvolvidas com a realização da IC. Na dimensão interpretativa, buscamos explorar elementos constitutivos das percepções e compreensões dos investigados, indo ao encontro do sentido e significado atribuídos por eles em relação ao aprendizado da pesquisa pela IC e com foco nas capacidades que contribuíram para a construção de competências. Para a interpretação e análise, utilizamos aporte da Análise Textual Discursiva, nas etapas sugeridas por Moraes (1999): 1) preparação das informações; 2) unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3) categorização ou classificação das unidades em categorias; 4) descrição; 5) interpretação.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Perfil dos Investigados

Os investigados são jovens (até 30 anos), predominantemente do sexo feminino (14), trabalhadores e com renda pessoal de até R\$ 2.000,00. A maioria declarou que à época da realização da IC não exerciam atividade profissional. Dentre eles, 11 não avançaram academicamente para além da graduação e 6 se encaminharam para a pós-graduação *stricto sensu*: 4 cursavam mestrado e 2 o doutorado. Em relação à docência, tida como uma área profissional incentivada pela realização da IC, 18 afirmaram não a terem experienciado e 2 declararam que a exercem enquanto atividade profissional. Metade dos investigados declarou ter intenção de ainda exercer à docência em contabilidade.

Dentre os investigados, 14 iniciaram a participação na IC quando estavam nas séries iniciais do curso, incentivados por professores. O tempo médio em que permaneceram na IC foi de 24 meses. A maioria (17) declarou ter realizado a IC com bolsa auxílio. O tempo médio de dedicação semanal para a IC ficou em 20 horas. Alguns, declararam dedicação superior a 20 horas.

Em síntese, o perfil geral dos investigados indica que eram jovens, não trabalhadores, que começaram sua participação logo nos anos iniciais do curso, recebiam remuneração (bolsa-auxílio) e dedicavam em torno de 20 horas semanais para a atividade. Após a realização da IC e de se graduarem, 6 avançaram em seus estudos buscando qualificação no campo acadêmico (mestrado e doutorado) e 2 declararam exercer à docência. Em relação ao perfil descrito sinteticamente, destaamos que os investigados, à época de suas participações na IC, dedicavam-se exclusivamente à realização das atividades acadêmicas.

4.2 Sobre as Motivações para Participação na IC

Os motivos dos investigados realizarem IC puderam ser agrupados em quatro categorias, que emergiram dos dados no processo de análise, conforme demonstrado na Tabela 3. As categorias se mostram convergentes com resultados de outros estudos (Bridi, 2004, 2010; Massi & Queiroz, 2010; Santos & Leal, 2014; Pinto et al., 2016) e apontam para intenções que foram além do que é convencionalmente percebido nos perfis de estudantes de graduação como, por exemplo: busca de conhecimentos (não apenas sua reprodução) e construção de novas experiências em área (pesquisa) usualmente desconsiderada como possibilidade de exercício profissional na formação em contabilidade.

Tabela 3 - Motivos para realização da Iniciação Científica

CATEGORIAS	EXCERTOS REPRESENTATIVOS DA CATEGORIA
Aprendizado de novos conhecimentos	[...] aprofundar meus conhecimentos e aprender além do que é ensinado em sala de aula. (investigado 3) [...] Buscar por novos conhecimentos. (investigado 15) [...] complementar a aprendizagem em sala de aula. (investigado 17).
Aprendizado e experiência sobre o fazer científico	[...] oportunidade de ter um maior contato com o meio científico. (investigado 3) [...] ter em currículo a experiência com Iniciação Científica. (investigado 7) [...] adquirir experiência profissional como pesquisador. (investigado 7) [...] Ampliar os conhecimentos sobre pesquisa acadêmica. (investigado 10)
Preparação para a vida acadêmica	[...] fazer IC (...) para tentar ingressar no mestrado e para ter uma boa base para fazer o TCC. (investigado 4) [...] para o ingresso no Mestrado e Doutorado (investigado 7) [...] aprimorar técnicas de pesquisa e escrita científicas, desenvolver técnicas que auxiliariam no desenvolvimento do relatório de estágio e do trabalho de conclusão de curso. (investigado 7) [...] principal objetivo foi (...) desenvolvimento adicional na graduação. (investigado 9)
Formação de rede de contato	[...] criar networking entre os professores. (investigado 7) [...] interagir com professores, obtendo mais conhecimentos e novas experiências. (investigado 15)

Fonte: dados da pesquisa.

Alunos que desenvolvem IC apresentam características diferenciadas em relação àqueles que não a vivenciam (Bariani, 1998; Pitta, Santos, Escher & Bariani, 2000; Santos & Leal, 2014; Canaan & Nogueira, 2015; Pinto et al., 2016). No caso dos investigados, as motivações declaradas permitem compreender que seus interesses os distinguem em termos de característica de perfil. Característica essa que pode ser tomada como elemento que favorece e potencializa positivamente suas percepções na realização das tarefas acadêmicas (Biggs, 2006). Nesse sentido, os resultados apontam que as motivações dos estudantes com a IC se caracterizam como intrínsecas e orientadas por interesses pessoais. O que promove atribuição de significado e maior nível de envolvimento pessoal com o ato de aprender, implicando no desenvolvimento de abordagem profunda à aprendizagem (Biggs, 2006).

Em relação a intenção de carreira acadêmica após a experiência da IC, os dados indicaram que a participação despertou (para mais da metade deles) e reforçou (para 6 deles) o interesse pela carreira acadêmica. Dentre os investigados 4 eram Mestrandos/Mestres e 2 Doutorandos. Cabe destacar que para esses 6 a carreira acadêmica já estava vislumbrada como efetiva possibilidade em seus projetos de carreira, mesmo antes da experiência da IC. Isso porque indicaram que a realização da IC se constituía em etapa e experiência necessárias para o ingresso em programas de pós-graduação *stricto sensu*, como pode ser percebido nos seguintes excertos:

[...] oportunidade de ter um maior contato com o meio científico, pois já tinha a intenção de ingressar no mestrado futuramente [...] (investigado 3, grifo nosso).

O principal motivo que me levou a fazer IC foi para tentar ingressar no mestrado [...] (investigado 4, grifo nosso).

[...] oportunidade de ter em currículo a experiência com Iniciação Científica necessária para o ingresso no Mestrado e Doutorado [...] (investigado 7, grifo nosso).

[...] fazer a iniciação era etapa que eu tinha que cumprir para meu ingresso em futuro programa de mestrado (investigado 16, grifo nosso).

Tal perspectiva também é encontrada em estudos correlatos (Maldonado, 1998; Pires, 2002; Bridi, 2004, 2010; Cabrero, 2007; Teixeira et al., 2008; Santos & Leal, 2012; Silveira, Ensslin & Valmorbidia, 2012) que apontaram a vivência dos alunos com a pesquisa científica durante a graduação, como potencializadora dos estudos em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Santos e Leal (2014) indicam que a experiência vivenciada por meio da IC é fundamental e determinante por seguirem para programas de mestrados/doutorados, além de motivá-los a seguir a carreira acadêmica e de pesquisa na área, o que, conseqüentemente, contribui para o ensino e a consolidação da pesquisa contábil.

4.3 Sobre a Realização da IC

Buscamos conhecer com a pesquisa as percepções dos investigados sobre a de realização da IC. Levantamos dados sobre o processo de orientação e sobre o orientador (Tabela 4) e os resultados apontaram que o processo de orientação foi muito bem avaliado pelos investigados. Três aspectos se destacaram: contribuição das orientações para o crescimento e desenvolvimento acadêmico, as orientações terem ocorrido em um processo harmônico (boa relação orientando-orientador) e a relação estabelecida com o orientador ter sido produtiva e profissional. Do mesmo modo a avaliação do

orientador foi elevada, cujos aspectos de destaque foram: exigência quanto à qualidade dos materiais produzidos e do trabalho final e abordagem e acompanhamento no desenvolvimento de aprendizagem de conteúdos relevantes ao processo de realização de IC (produção de relatórios, de artigo, elaboração e apresentação em evento científico, estrutura e conteúdo de projetos, revisão de literatura, metodologia, coleta e análise de dados, discussão dos dados, por exemplo).

Tabela 4 - Avaliação sobre o processo de orientação e sobre o orientador

AVALIAÇÃO	Processo de Orientação		Orientador	
	fi*	Fn* (%)	fi	Fn (%)
Satisfatória	11	10	7	9
Boa	29	24	22	28
Ótima	80	66	51	64
Prefiro não avaliar	-	-	-	-

* fi: frequência absoluta; Fn: frequência relativa

Fonte: dados da pesquisa.

O processo de orientação e o papel do orientador são cruciais para o desenvolvimento do aluno por proporcionar não somente condições de aprendizagem do fazer científico, mas também a participação e integração em ambientes e grupos dedicados ao fazer científico. O que promove ambientação e coloca em ação procedimentos próprios desse ambiente/contexto (Bridi, 2010; Santos & Leal, 2014). Em síntese, os investigados apontaram que a atuação do orientador foi primordial na condução do processo de orientação e nas aprendizagens, direcionando, incentivando e oferecendo todo o auxílio necessário em seus desenvolvimentos na IC. Para Erdmann et al. (2010), a relação orientador-orientando não se define apenas pelo trabalho científico em desenvolvimento, mas abrange troca de informações e experiências pessoais, se constituindo numa maneira de desenvolver atitudes construtivas e a autoconfiança nos alunos, privilegiados por aproveitarem esse contexto durante a graduação.

4.4 Capacidades de Agir na Vida Estudantil e no Exercício Profissional Contábil

Uma das questões postas aos investigados estava relacionada à percepção sobre contribuições objetivas que a realização da IC teve no desenvolvimento enquanto estudantes. Todos expressaram implicações positivas para a vida estudantil. A realização da IC foi descrita como tendo proporcionado o desenvolvimento de competências (capacidades e habilidades) que promoveram ganhos na realização das tarefas e atividades enfrentadas ao longo do curso de graduação. Breglia (2013), em seu estudo, discute essa perspectiva ao afirmar que a IC “[...] também se reveste de um caráter pedagógico na medida em que suas ações subvertem o ritmo usualmente adotado no ensino de graduação, conferem uma dinâmica às ações pedagógicas além de ampliar o conceito de formação (...)” (p. 10).

As contribuições da IC para o desenvolvimento da vida estudantil dos investigados foram categorizadas conforme demonstrado na Tabela 5. O conjunto apresentado aponta para as competências adquiridas/desenvolvidas pelos investigados no contexto dos aprendizados decorrentes da atividade de pesquisa que também foram mobilizadas e postas em ação em outro contexto: o do ensino.

Tabela 5 - Competências apontadas pelos investigados sobre como a IC contribuiu na vida estudantil

COMPETÊNCIAS	fi*	Fi*
Investigativa (Prática de pesquisa)	13	13
Instrumental (Estruturação e Formatação de Trabalhos, TCC e Artigo Científico)	13	26
Construção de Conhecimentos	8	34
Comunicação (oral e escrita)	8	42
Autonomia	7	49
Pensamento Crítico	7	56
Organização	5	61
Proatividade	2	63
Foco	2	65

* fi: frequência absoluta; Fi: frequência absoluta acumulada

Fonte: dados da pesquisa.

No âmbito universitário, o desenvolvimento da IC e dos estudos de graduação ocorrem concomitantes, mas distintos em suas finalidades, processos e atividades. Ao descreverem como as competências desenvolvidas na IC contribuíram também para o desenvolvimento das atividades realizadas no âmbito do ensino, os investigados apontam para a potencialidade que o aprendizado da pesquisa tem em promover melhorias no ensino. O excerto das respostas de dois dos investigados demonstra e expressa essa perspectiva:

[...] minha independência como estudante melhorou, pois não me ative somente ao que era exposto e explicado pelo professor. Se tinha alguma dúvida persistente ou queria ver algo mais profundamente, pesquisava por conta própria. E isso me ajudou muito nas aulas, nas matérias do curso. (investigado 6)

Obtive [...] benefícios em meu desenvolvimento enquanto estudante ao participar da Iniciação Científica, porque adquiri experiência e conhecimento. Passei a raciocinar diferente, a compreender melhor processos, diretrizes, etapas. Entendi que a construção de um projeto (...) somente poderá ser concretizada se as suas fases (pequenas partes que formam o todo) forem cumpridas. Desenvolvi a habilidade da escrita, da compreensão de texto, da expressão em público, da organização de estudos e de apresentações; e, também, do planejamento das etapas de uma pesquisa (ou de um trabalho, seu cronograma). No dia a dia das disciplinas, com tudo o que tinha que dar conta, muitas coisas ao mesmo tempo inclusive, isso tudo que desenvolvi na iniciação foi muito importante, ajudou bastante. (investigado 7)

Dentre as contribuições agrupadas nas categorias apresentadas na Tabela 5, três se apresentam em uma perspectiva utilitarista: prática de pesquisa, elaboração de TCC e elaboração de Artigo Científico. Compreendem capacidades relacionadas com um fazer pragmático necessário para dar cabo de determinadas tarefas. Contudo, para além da aparência utilitarista (que não se exclui), o domínio de tais capacidades pelo aluno implica na sua ação eficaz em situações específicas de aprendizagem. O que implica também, por sua vez, acionar e desenvolver sua cognição em situações-problema. Por exemplo: desenvolver capacidades relacionadas à prática de pesquisa e colocá-las em ação, aciona uma série de habilidades tais como: planejamento, organização, problematização, estabelecimento de objetivos, contextualização, justificativa, pesquisa, argumentação, execução, julgamento, tomada de decisão, análise, síntese, comunicação oral e textual. São habilidades que, uma vez dominadas, podem ser transpostas a outros contextos de aprendizagem ou mesmo em contextos profissionais, ainda que requeiram novos conhecimentos contextuais e procedimentais conforme apontou Perrenoud (1999).

As competências levantadas pelo estudo como contributivas para a vida estudantil convergem com os resultados apontados em estudos correlatos, muitos deles realizados em contextos educativos mais amplos e/ou diversos do contábil (Breglia, 2001, 2013; Bridi, 2004, 2010; Cabrero, 2007; Teixeira, Vitcel & Lampert, 2008; Silveira et al., 2012). Ao conferir dinâmica diferenciada para os estudantes, a experiência da IC amplia também o conceito de formação para além dos limites da vida acadêmica, envolvendo a formação para o exercício profissional. Isso na medida em que promove maior autonomia e criticidade aos estudantes – futuros profissionais, os capacitando a responder com iniciativa e de forma autônoma aos desafios que encontrarão no contexto social em que se integrarão (Breglia, 2013).

Nesse sentido, os dados do presente estudo também descrevem as percepções dos investigados em relação às contribuições potencialmente úteis ao exercício profissional em contabilidade advindas do aprendizado da IC. A Tabela 6 sintetiza em categorias as competências que foram estruturadas a partir das menções feitas pelos investigados a diversas capacidades e habilidades que, depois de analisadas e agrupadas, compuseram as categorias apresentadas. Nesse sentido, na categoria Pensamento Crítico, por exemplo, foram agrupadas habilidades como análise, síntese, reflexão, julgamento, observação, percepção, que representam elementos que o constituem. E em diversas categorias, certas habilidades se repetiram, pois compõem capacidades distintas. Análise e síntese, por exemplo, compuseram também as categorias de Pesquisa e Construção de Conhecimentos e de Domínio de Conhecimentos Especializados.

Tabela 6 - Competências apontadas pelos investigados sobre como a IC contribui potencialmente para o exercício profissional não acadêmico

COMPETÊNCIAS	fi*	Fi*
Pensamento Crítico	26	26
Investigativa e de Construção de Conhecimentos	21	47
Planejamento e Tomada de Decisão	15	62
Autonomia e Iniciativa	12	74
Comunicação (oral e escrita)	11	85
Domínio de Conhecimentos Especializados	10	95
Trabalho Colaborativo	8	103
Criatividade	4	107

* fi: frequência absoluta; Fi: frequência absoluta acumulada

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto às contribuições da IC no desenvolvimento de capacidades acionáveis em contextos profissionais não acadêmicos, os achados se alinham às capacidades valorizadas também pelo mundo do trabalho e que estão além daquelas mais técnicas (Teixeira et al., 2008; Breglia, 2013; Santos & Leal, 2014). Assim, as contribuições potencialmente úteis ao exercício profissional em contabilidade advindas do aprendizado da IC e percebidas pelos investigados estão mais relacionadas com habilidades e atitudes profissionais em detrimento às competências técnicas. No presente estudo, a categoria Domínio de Conhecimentos Especializados, por exemplo, figura na sexta posição entre as oito representadas na Tabela 6.

5 CONCLUSÃO

Nosso objetivo com este estudo foi compreender as contribuições da realização de Iniciação Científica (IC) para a construção de competências de estudantes de Ciências Contábeis. Ainda que tenha limitações quanto à generalização (devido ao contexto único e localizado que foi investigado), os resultados alcançados permitem compreender de forma clara as motivações que fazem com que estudantes de contabilidade se encaminhem para a realização da Iniciação Científica. Revelaram também o que esses estudantes compreendem como contribuições proporcionadas a partir do aprendizado da IC para o transcorrer da vida acadêmica, bem como as competências desenvolvidas e consideradas potencialmente úteis ao exercício profissional em contabilidade.

Os principais achados do estudo podem ser sintetizados em:

- a) A motivação para que os estudantes realizassem IC durante o curso se deu pela aprendizagem de construção de conhecimentos e por novas experiências em pesquisa, elementos poucos considerados no decorrer da formação em nível de graduação em contabilidade, dado que o foco é voltado mais para a preparação para o exercício profissional contábil. Adicionalmente, foram motivados também pela preparação para a vida acadêmica, que inclui tanto o enfrentamento do dia a dia das atividades requeridas ao longo do curso quanto a aquisição de *background* para a busca de continuidade, em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.
- b) As motivações dos estudantes se caracterizaram como intrínsecas e orientadas por interesses pessoais (envolvimento ativo do estudante) implicando no desenvolvimento de abordagem profunda à aprendizagem (Biggs, 2006). E a aprendizagem profunda constitui elemento fundamental potencializador de construção e retenção de habilidades e competências capazes de contribuir para além da vida acadêmica.
- c) No processo de realização da IC, a relação com o orientador teve papel importante para o envolvimento e integração do estudante no ambiente científico da área, promovendo sua imersão e socialização no fazer científico. O que contribuiu efetivamente para construção de redes de colaboração e de contato profissionais, úteis tanto para a continuidade na vida acadêmica quanto para os ambientes de desenvolvimento profissional não acadêmicos.
- d) A realização da IC contribuiu positivamente para a aprendizagem dos conteúdos disciplinares do curso na medida que, motivados intrinsecamente, a realização da IC os fez adotar posturas ativas (autonomia e criticidade) frente às tarefas da vida estudantil, contribuindo com ganhos de desempenho no aprendizado ao longo das disciplinas do curso.
- e) A realização da IC proporcionou o desenvolvimento de competência tanto para a vida acadêmica quanto para a vida profissional ligada à contabilidade, na percepção dos investigados. Para a vida estudantil, a percepção dos investigados aponta para a construção das seguintes e principais competências: Investigativa (Prática de pesquisa); Instrumental (Estruturação e Formatação de Trabalhos, TCC e Artigo Científico), Construção de Conhecimentos, Comunicação (oral e escrita), Autonomia e Pensamento Crítico.
- f) Para o exercício profissional não acadêmico, a percepção dos investigados aponta para a construção das seguintes e principais competências: Pensamento Crítico, Investigativa e de Construção de Conhecimentos, Planejamento e Tomada de Decisão, Autonomia e Iniciativa, Comunicação (oral e escrita), Domínio de Conhecimentos Especializados e Trabalho Colaborativo.

Assim, a principal conclusão do estudo é a de que a realização de Iniciação Científica durante a graduação em Ciências Contábeis, no contexto investigado, potencializa e contribui positivamente com formação sólida dos estudantes na medida que amplia seu envolvimento no curso, promove novos e consistentes aprendizados e fomenta a construção de competências úteis tanto para a vida acadêmica quanto para o exercício profissional contábil.

Cabe refletir, entretanto, que a realização de IC requer mais do que disposição do estudante. É necessária uma estrutura institucional preparada e que induza e apoie a tanto: possibilidade de bolsas de estudo, existência de grupos de pesquisa consolidados, professores-pesquisadores com experiência, ambientes e cultura de pesquisa. Em maior ou menor grau, a estrutura institucional precisa fomentar a Iniciação Científica formalmente, como parte de seu fazer universitário.

Nesse sentido, programas institucionais de IC se constituem em importantes instrumentos que também contribuem e enriquecem o processo de ensino-aprendizagem. Propiciam o desenvolvimento de competências nos alunos requeridas de um bom profissional, quanto características pessoais, por meio da troca de experiências com profissionais

experientes e a exposição de ideias em eventos – seminários, congressos, etc., contribuições que ultrapassam o âmbito da graduação. A IC se torna um diferencial no contexto acadêmico e profissional de seus participantes.

Esperamos que os resultados decorrentes desse estudo possibilitem compreender de maneira mais consistente como a participação em programas de IC contribui para a formação do aluno e, conseqüentemente, do profissional. Espera-se, ainda, que o conhecimento gerado possa integrar o quadro mais amplo de conhecimentos sobre a IC, em especial a que se relaciona ao curso de Ciências Contábeis, auxiliando análises e compreensões acerca do papel da pesquisa no processo de formação dos alunos da graduação.

Para futuros estudos, sugerimos a aplicação deste estudo a um número maior de alunos e ex-alunos que participaram da IC em cursos de Ciências Contábeis, para se ter um entendimento ao mesmo tempo mais amplo e profundo das contribuições da IC nas trajetórias acadêmica e profissional dos alunos que a desenvolvem. Sugerimos ainda estudos que deem atenção a outros aspectos intervenientes no desenvolvimento de IC que poderão trazer compreensões distintas das encontradas aqui e, ao mesmo tempo, complementares, agregativas para a compreensão do fenômeno. Dois deles, por exemplo, são: (1) orientadores e processos (olhar mais especificamente para a relação orientador/orientando; para o processo de orientação; para o processo de realização da IC) e (2) ambiente/contexto de pesquisa e estrutura institucional (olhar para as integrações investigativas entre graduação/pós-graduação, grupos de pesquisa, se houver; para aspectos culturais do curso em termos de pesquisa; para a organização da IC na IES e no curso; para o financiamento da IC).

REFERÊNCIAS

- Abhayawansa, S., Bowden, M., & Pillay, S. (2017). Students' conceptions of learning in the context of an accounting degree. *Accounting Education*, 26(3), 213-241. <https://doi.org/10.1080/09639284.2017.1284003>
- Akkeren, J. V., Buckby, S., & Mackenzie, K. (2013). A metamorphosis of the traditional accountant. *Pacific Accounting Review*, 25(2), 188-216. <https://doi.org/10.1108/PAR-06-2012-0023>
- Al Mallak, M. A., Tan, L. M., & Laswad, F. (2020). Generic skills in accounting education in Saudi Arabia: students' perceptions. *Asian Review of Accounting*, 28(3), 395-421. <https://doi.org/10.1108/ARA-02-2019-0044>
- Albrecht, W. S., & Sack, R. J. (2000). Accounting education: changing the course through a perilous future. *Accounting Education Series*, 16.
- Asonitou, S., & Hassall, T. (2019). Which skills and competences to develop in accountants in a country in crisis? *The International Journal of Management Education*, 17(3), 1-19. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2019.100308>
- Barac, K. (2009). South African training officers' perceptions of the knowledge and skills requirements of entry-level trainee accountants. *Meditari Accountancy Research*, 17(2), 19-46. <https://doi.org/10.1108/10222529200900010>
- Bariani, I. C. D. (1998). *Estilos cognitivos de universitários e iniciação científica*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação].
- Bernstein, B. (2003). A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. *Cadernos de Pesquisa*, 120, 75-110. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000300005>
- Biggs, J. (2006). *Calidad del aprendizaje universitario*. (2. ed.). Narcea.
- Breglia, V. L. A. (2001). *A formação na graduação: contribuições, impactos e repercussões do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)*. [Tese de Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro].
- Breglia, V. L. A. (2013). Graduação, formação e pesquisa: entre o discurso e as práticas. *Trivium*, 5(1), 1-4. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912013000100002&lng=pt&tlng=pt
- Bridi, J. C. A. (2004). *A Iniciação Científica na formação do universitário*. [Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas].
- Bridi, J. C. A. (2010). Atividade de Pesquisa: contribuições da Iniciação Científica na formação geral do estudante universitário. *Olhar de Professor*, 13(2), 349-360. Doi: 10.5212/OlharProf.v.13i2.0010
- Burnett, S. (2003). The future of accounting education: A regional perspective. *Journal of Education for Business*, 78(3), 129-134. <https://doi.org/10.1080/08832320309599709>
- Butler, M. G., Chuch, K. S., & Spencer, A. W. (2019). Do, reflect, think, apply: Experiential education in accounting. *Journal of Accounting Education*, 48, 12-21. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2019.05.001>
- Cabrero, R. C. (2007). *Formação de pesquisadores na UFSCar e na área de educação especial: impactos do programa de iniciação científica do CNPq*. [Tese de Doutorado em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos].
- Canaan, M. G., & Nogueira, M. A. (2015). Bens em disputa no campo universitário: o efeito de fatores socioeconômicos e culturais no acesso à bolsa de iniciação científica. In: L. Massi., & S. L. Queiroz (Org). *Iniciação científica: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro* (pp. 65-85). Editora Unesp Digital.
- Chaleta, M. E. (2018). Concepções de aprendizagem em estudantes do ensino superior: Reanálise do COLI (inventário de concepções de aprendizagem). *Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação*, 26(100), 684-705. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362018002601302>
- Colares, A. C. V., & Ferreira, C. O. F. (2016). Percepção dos estudantes de graduação em Ciências Contábeis quanto à realização da

iniciação científica. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade - RAGC*, 4(15), 96-108. <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/855>

Demo, P. (2005). *A educação do futuro e o futuro da educação*. Autores Associados.

Demo, P. (2006). *Pesquisa: princípio científico e educativo*. Cortez.

Demo, P. (2008) *Metodologia para quem quer aprender*. Atlas. Demo, P. (2015). *Aprender como autor*. Atlas.

Ensslin, S., & Silva, B. (2008). Investigação do perfil dos artigos publicados nos congressos de contabilidade da USP e da UFSC com ênfase na iniciação científica. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(3), 113-131. <https://doi.org/10.11606/rco.v2i3.34716>

Entwistle, N., & Peterson, E. R. (2004). Conceptions of learning and knowledge in higher education: Relationships with study behavior and influences of learning environments. *International Journal of Educational Research*, 41(6), 407-428. <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2005.08.009>

Erdmann, A. L., Leite, J. L., Nascimento, K. C., & Lanzoni, G. M. M. (2010). Vislumbrando o significado da iniciação científica a partir do graduando de enfermagem. *Escola Anna Nery*, 14(1), 26-32. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452010000100005>

Foong, S. Y., & Khoo, C. H. (2015). Attitude, learning environment and current knowledge enhancement of accounting students in Malaysia. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 5(2), 202-221. <https://doi.org/10.1108/JAEE-07-2012-0030>

Goodson, I. F. (2014) Context, curriculum and professional knowledge, *History of Education*, 43:6, 768-776. doi: 10.1080/0046760X.2014.943813

Graneheim, U. H., & Lundman, B. (2004). Qualitative content analysis in nursing research: concepts, procedures and measures to achieve trustworthiness. *Nurse education today*, 24(2), 105-112. doi: 10.1016/j.nedt.2003.10.001.

Hassall, T., Joyce, J., Montañó, J. L. A., & Anes, J. A. D. (2005). Priorities for the development of vocational skills in management accountants: A European perspective. *Accounting Forum*, 29(4), 379-394. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2005.03.002>

Howieson, B. (2003). Accounting practice in the new millennium: is accounting education ready to meet the challenge? *The British Accounting Review*, 35(2), 69-103. [https://doi.org/10.1016/S0890-8389\(03\)00004-0](https://doi.org/10.1016/S0890-8389(03)00004-0)

Howieson, B., Hancock, P., Segal, N., Kavanagh, M., Tempone, I., & Kent, J. (2014). Who should teach what? Australian perceptions of the roles of universities and practice in the education of professional accountants. *Journal of Accounting Education*, 32(3), 259-275. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2014.05.001>

Krüger, L. M., Valmorbidia, S. M. I., Ensslin, L., Ensslin, S. R., & Vicente, E. F. R. (2013). Inserção dos alunos de Ciências Contábeis na pesquisa científica: uma análise nas universidades federais do sul do Brasil. *Revista Contexto*, 13(24), 51-63. <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/31747>

Kun, W., Tong, L., & Xiaodan, X. (2019). Application of big data technology in scientific research data management of military enterprises. *Procedia Computer Science*, 147, 556-561. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2019.01.221>

Laal, M., & Salamati, P. (2012). Lifelong learning: why do we need it? *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 31, 399-403. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2011.12.073>

Maldonado, L. A. (1998). *Iniciação científica na graduação em nutrição: autonomia do pensar e do fazer na visão dos pesquisadores/orientadores*. [Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].

Mandilas, A., Kourtidis, D., & Petasakis, Y. (2014). Accounting curriculum and market needs. *Education + Training*, 56(8/9), 776-794. <https://doi.org/10.1108/ET-12-2013-0138>

Massi, L., & Queiroz, S. L. (2015). A perspectiva brasileira da iniciação científica: desenvolvimento e abrangência dos programas nacionais e pesquisas acadêmicas sobre a temática. In: L. Massi., & S. L. Queiroz (Org). *Iniciação científica: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro* (pp. 37-64). Editora Unesp Digital.

Mohamed, E. K. A., & Lashine, S. F. (2003). Accounting knowledge and skills and challenges of a global business environment. *Managerial Finance*, 29(72), 3-16. <https://doi.org/10.1108/03074350310768319>

Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(3), 7-32.

Murphy, T., & O'connell, V. (2017). Challenging the dominance of formalism in accounting education: An analysis of the potential of stewardship in light of the evolution of legal education. *Critical Perspectives on Accounting*, 44, 1-29. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.06.001>

Nascimento, A. S., Aragão, I. R. B. N., Gomes, C. A. S., & Nova, S. P. C. C. (2013). Pesquisa científica e a construção do conhecimento: possibilidade e prática ou utopia? *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 1(2), 106-122. DOI: 10.18405/recfin20130207

Paguio, R., & Jackling, B. (2016). Teamwork from accounting graduates: what do employers really expect? *Accounting Research Journal*, 29(3), 348-366. <https://doi.org/10.1108/ARJ-05-2014-0049>

Pereira, L. O., Inocenti, A., & Silva, G. B. (1999). A iniciação científica na graduação em enfermagem da Universidade de São Paulo (1993 a 1996): análise crítica. *Revista latino-americana de enfermagem*, 7(3), 77-86. <https://doi.org/10.1590/S0104-11691999000300011>

Perrenoud, P. (1999). *Construir as competências desde a escola*. Artmed.

Pietrzaka, Z., & Wnuk-Pelb, T. (2015). The roles and qualities of management accountants in organizations - evidence from the field. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 213, 281-285. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.11.538>

Pinho, M. J. (2017). Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. *Avaliação (Campinas)*, 22(3), 658-675. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772017000300005>

Pinto, N. L. S., Fernandes, L. M. A., & Silva, F. F. (2016). Para além da formação acadêmica: as contribuições da iniciação científica para o desenvolvimento pessoal e profissional de estudantes da área de administração. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 17(2), 301-325. <https://doi.org/10.13058/raep.2016.v17n2.352>

Pires, C. B., Ott, E., & Damacena, C. (2009). “Guarda-Livros” ou “Parceiros de Negócios”? uma análise do perfil profissional requerido pelo mercado de trabalho para contadores na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). *Contabilidade Vista & Revista*, 20(3), 157-187. <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/655>

Pires, R. C. M. (2002). *A contribuição da iniciação científica na formação do aluno de graduação numa estadual*. [Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia].

Pitta, K. B., Santos, L. A. D., Escher, C. A., & Bariani, I. C. D. (2000). Estilos cognitivos de estudantes de psicologia: impacto da experiência em iniciação científica. *Psicologia Escolar e Educacional*, 4(2), 41-49. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572000000200005>

Rebele, J. E., & Pierre, E. K. S. (2019). A commentary on learning objectives for accounting education programs: The importance of soft skills and technical knowledge. *Journal of Accounting Education*, 48, 71-79. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2019.07.002>

Reis, A. O., Sediya, G. A. S., Moreira, V. S., & Moreira, C. C. (2015). Perfil do profissional contábil: habilidades, competências e imagem simbólica. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 95-116. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p95>

Salleh, K., & Aziz, R. A. (2014). Traits, skills and ethical values of public sector forensic accountants: an empirical investigation. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 145, 361-370. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.06.045>

Santos, C. K. S., & Leal, E. A. (2014). A iniciação científica na formação dos graduandos em ciências contábeis: um estudo em uma instituição pública do triângulo mineiro. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(22), 25-48. <http://dx.doi.org.br/10.5007/2175-8069.2014v11n22p25>

Scorsolini-Comin, F. (2014). *Guia de orientação para iniciação científica*. Atlas.

Silveira, T. P., Ensslin, S. R., & Valmorbidia, S. M. I. (2012). Desmistificando o ensino da pesquisa científica na graduação em Ciências Contábeis: Um estudo na Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 6(1), 48-65. <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/5803>

Souza, M. B. (2005). *A influência dos conteúdos e atividades de iniciação científica para o estímulo ao desenvolvimento do pensamento crítico em Ciências Contábeis: pesquisa com coordenadores de curso na cidade de São Paulo*. [Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Centro Universitário Álvares Penteado].

Teixeira, E. B., Vitcel, M. S., & Lampert, A. L. (2008). Iniciação científica: desenvolvendo competências e habilidades na formação do administrador. *Revista de Estudos de Administração*, 16, 115-144. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/1924/iniciacao-cientifica--desenvolvendo-competencias-e-habilidades-na-formacao-do-administrador/i/pt-br>

Towers-Clark, J. (2015). Undergraduate accounting students: prepared for the workplace? *Journal of International Education in Business*, 8(1), 37-48. <https://doi.org/10.1108/JIEB-11-2013-0043>

POTENCIALIDADES GERENCIAIS DO MÉTODO UEP (UNIDADE DE ESFORÇO DE PRODUÇÃO)

MANAGEMENT POTENTIALS OF THE UEP METHOD (PRODUCTION EFFORT UNIT)

O artigo foi apresentado no XVI Congresso Internacional de Custos, 2019, Mendoza - Argentina. XVI Congresso Internacional de Custos, 2019

RESUMO

O método UEP (Unidade de Esforço de Produção) tem como premissa a unificação da produção, utilizando medidas de equivalência entre os produtos para compará-los. Portanto, além de ser utilizado para custear os produtos, serve como ferramenta adicional na geração de informações que subsidiam a gestão de custos. O objetivo da pesquisa é identificar as potencialidades gerenciais obtidas com uso do método UEP. Trata-se de uma pesquisa descritiva com análise qualitativa e quantitativa. A coleta dos dados ocorreu por meio do método Delphi, junto a pesquisadores, consultores e contadores que dominam os conceitos e a aplicação prática dos Métodos de Equivalência, totalizando 15 respondentes. As respostas obtidas na primeira rodada do método Delphi foram utilizadas para cálculo de diversas medidas de tendência central, particularmente, a amplitude interquartil para apurar o nível de consenso das respostas. Na segunda rodada, consideraram-se apenas as questões em que as respostas não apresentaram consenso, além do incremento de novas questões sugeridas pelos respondentes, na primeira rodada. Os resultados apontam que o método UEP é de fácil implementação e não depende exclusivamente de grandes investimentos em *software* e *hardware*. Além disso, sugere-se que o método não é exclusivo para uso no custeio dos produtos, sendo uma ferramenta bastante útil nas decisões gerenciais e estratégicas.

Palavras-chave: Métodos de Equivalência de Produção; Unidade de Esforço de Produção; Método custeio; Potencialidades gerenciais.

ABSTRACT

The UEP method (Production Effort Unit) is based on the unification of production, using measures of equivalence between products to compare them. Therefore, in addition to being used to fund products, it serves as an additional tool in generating information that supports cost management. The objective of the research is to identify the managerial potential obtained with the use of the UEP method. It is a descriptive research with qualitative and quantitative analysis. Data collection took place through the Delphi method, with researchers, consultants and accountants who dominate the concepts and the practical application of the Equivalence Methods, totaling 15 respondents. The responses obtained in the first round of the Delphi method were used to calculate several measures of central tendency, particularly the interquartile range to determine the level of consensus of the responses. In the second round, only the questions in which the answers did not show consensus were considered, in addition to the increment of new questions suggested by the respondents, in the first round. The results show that the UEP method is easy to implement and does not depend exclusively on large investments in software and hardware. In addition, it is suggested that the method is not exclusive for use in costing products, being a very useful tool in managerial and strategic decisions.

Keywords: Production Equivalence Methods; Production Effort Unit; Costing method; Managerial potential.

Antonio Zanin

Pós-Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade do Minho (PT). Doutor em Engenharia de Produção (UFRGS). Mestre em Contabilidade (PUC/SP). Bacharel em Ciências Contábeis (UNOESC). Professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (Graduação CPNA e no Mestrado em Ciências Contábeis ESAN). zanin.antonio@ufms.br. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5826160717318135> <https://orcid.org/0000-0001-7837-7375>

Cristian Baú Dal Magro

Doutor em Ciências Contábeis e Administração (FURB). Mestre em Ciências Contábeis (FURB). Bacharel em Ciências Contábeis (UNOCHAPECÓ). Professor no Mestrado em Ciências Contábeis e Administração UNOCHAPECÓ. crisbau@unochapeco.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/7249286925737061> <https://orcid.org/0000-0002-7609-5806>

Yves Levant

Doutor em Sciences de Gestion Professor na Universidade de Pau e na SKEMA Business School - França. E-mail: yves.levant@orange.fr <https://orcid.org/0000-0003-1847-4645>

Paulo Afonso

Doutorado em Accounting and Finance pela Manchester Business School da Universidade de Manchester (Reino Unido). Mestre em Engenharia Industrial (Especialização em Avaliação e Gestão de Projetos e da Inovação) pela Universidade do Minho. Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa. Docente do Departamento de Produção e Sistemas da Universidade do Minho (Portugal). E-mail: psafonso@dps.uminho.pt. <https://orcid.org/0000-0003-3882-2491>

1. INTRODUÇÃO

A diversidade de produtos, de produção em massa e a complexidade nos processos são fatores que auxiliaram no desenvolvimento das técnicas de custeio. Do mesmo modo, os modelos de equivalência da produção, ao longo do tempo, apresentam variados propósitos, dentre eles: buscar por um padrão para representar, de forma acurada, a realidade organizacional; e proporcionar produtividade e eficiência aos processos (Ferrari, 2018).

O final do século XIX foi marcado pela preocupação com a alocação dos custos aos produtos, principalmente, em empresas com multiprodutos, trazendo a necessidade de se escolher uma unidade para representação no método custeio (Levant & De La Villarmois, 2001). Para adaptar as técnicas de custeio já existentes às mudanças no modelo fabril, foi implementado o conceito de produto padrão, simplificando o raciocínio econômico (Lemarchand, 2002), que, segundo Afonso, Wernke e Zanin (2018), facilita a comparabilidade entre os produtos, tendo em vista que, geralmente, os produtos possuem esforços diferentes em sua fabricação, o que dificulta a definição da capacidade instalada/ociosa.

Para Levant e Zimnovitch (2013), a equivalência em custos nas fábricas com produção diversificada é implementada com a escolha de um produto padrão, indicativo para o estabelecimento de pesos e índices. Estes são utilizados para estabelecer relações que são mantidas constantes ao longo do tempo, o que facilita comparar a produção de um período, além de projetar a capacidade de produção (Afonso *et al.*, 2018).

Dentro desse contexto, o pesquisador francês Georges Perrin desenvolveu uma unidade de medida da produção denominada de “GP”, iniciais de seu nome. No entanto, na França o método caiu em esquecimento após o falecimento de Perrin (Bornia, 2009). Um discípulo de Perrin, Franz Allora, continuou estudando os métodos de equivalência e modificou o GP, adaptando-o para Unidades de Produção (UP), também denominado de método das Unidades de Esforço de Produção – UEP (Allora & Allora, 1995).

No início da década de 1960, Franz Allora trouxe o método ao Brasil. Em 1978, constituiu uma empresa de consultoria e passou a implantar o método de custeio em empresas da região Sul e, posteriormente, expandiu sua atuação a outras regiões do País (Allora & Allora, 1995; Bornia, 2009). Em meados de 1980, o método UEP passou a ser estudado em grupos de pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, destacando-se Francisco Kliemann Neto e Antonio Cezar Bornia, os quais passaram a divulgar resultados em artigos científicos da área de custos (Wernke, Cardoso, & Moraes, 2004).

Ao longo dos anos, os modelos de custeio com base em equivalência de produção foram desenvolvidos com o propósito de uma medida comum, fator que se torna fundamental para unificar a produção e auxiliar na gestão dos custos nos mais variados segmentos, sobretudo para empresas multiprodutoras (Gervais & Levant, 2007; Allora & Oliveira, 2010; Levant & Zimnovitch, 2013). A evolução dos métodos de equivalência, mesmo que de forma lenta, contribui para geração de informações gerenciais destinadas à tomada de decisões (Souza & Diehl, 2009; Bornia, 2009).

No entanto, a literatura tem abordado estudos de casos demonstrando a aplicação do método UEP em empresas, focando principalmente o uso como método de custeio. Neste sentido, encontra-se uma lacuna de pesquisa, a qual pretende identificar potencialidades gerenciais do método UEP, ouvindo pesquisadores da área, consultores de implantação do método e contadores de empresas que utilizam o referido método.

No sentido de tornar o método UEP mais conhecido enquanto ferramenta de suporte à tomada de decisão, a problemática de pesquisa emerge: quais as potencialidades gerenciais oferecidas pelo uso do método UEP nas empresas? Para tanto, o objetivo do estudo é identificar as potencialidades gerenciais obtidas com uso do método UEP.

Por meio de um painel de especialistas formado por pesquisadores, consultores e contadores que dominam o método UEP, utilizou-se a metodologia Delphi para compreender as possibilidades gerenciais do referido método.

A justificativa do estudo está atrelada a pouca difusão do método, principalmente como uma ferramenta de suporte gerencial. De La Villarmois e Levant (2011) enfatizam que as pesquisas com propósito de explorar os fatores que condicionam a utilização de um modelo baseado em equivalência de produção apresentam-se incompletas e divergentes em seu escopo. Os resultados encontrados das pesquisas anteriores não eliminaram as incertezas do modelo quanto à estabilidade que lhe foi conferida, quanto às relações constantes e à sua equivalência, bem como concluem que foi pouco utilizada para a gestão, indicando que ainda existem inquietações diante do conhecimento sobre as potencialidades gerenciais do método UEP.

A partir dos achados do presente estudo, pretende-se contribuir com a literatura no que tange à evidenciação do potencial que o método UEP poderá contribuir para a área gerencial, seja na divulgação, seja na implantação em empresas, de modo especial, na tomada de decisões.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Métodos de Equivalência da Produção

A expressão equivalência, do latim *Aequivalens*, significa “de mesmo poder, com a mesma capacidade” e é formada por *Aequus*, “igual”, mais *Valens*, participio presente de *Valere*, “ser forte” (Da Cunha, 1982, p. 309). A equivalência é utilizada como uma alternativa para diminuir a arbitrariedade no processo de proporção/divisão dos custos aos produtos por meio de medida única (Levant & Zimnovitch, 2013). Parte-se da premissa que, nos modelos de custeio com base em

equivalência, as informações são tecnicamente mais úteis nas empresas com produção diversificada (Levant & Zimnovitch, 2013).

Dentre os métodos de equivalências, têm-se o método UEP, utilizado principalmente no Sul do Brasil, e o *Unité de Valeur Ajoutée* (UVA) como é conhecido na França, os quais foram precedidos pela unidade GP, na década de 1940 (De La Villarmois & Levant, 2011). A ideia central de Georges Perrin foi mensurar, por meio de uma única unidade de medida, os custos de toda a produção de uma fábrica, por mais diversificada que fosse (Allora & Allora, 1995).

De La Villarmois e Levant (2011) e Levant e Zimnovitch (2013) afirmaram que o modelo GP deu origem aos modelos de equivalência que evoluíram para: *Unité de Production* (Unidade de Produção – UP), *Unité de Valeur Ajoutée* e, no Brasil, a Unidade de Esforço de Produção (UEP).

Os modelos GP *méthode*, UVA e UEP estabelecem a relação entre um potencial produtivo e os esforços de produção (representado pela quantidade de trabalho) com base nos custos (Bornia, 2009). Esses são representados por meio de pesos, taxas ou índices (indexação) com a finalidade de unificar toda produção diversificada transformando uma empresa multiprodutora em monoprodutora (Coral, 1996). Porém, existem critérios que devem ser atendidos para que se mantenham tais relações, como: estabilidade nos postos operativos (PO) e nos esforços de produção (Levant & Zimnovitch, 2013). Por fim, Levant e De La Villarmois (2001) comentam que os métodos de equivalência possuem simplicidade e baixo custo de utilização, tornando-os atraentes. Contudo, a grande dificuldade é responsabilizada pela falta de fundamentos teóricos confiáveis.

2.2. O método UEP

As fábricas com produção de diversos produtos apresentam dificuldade para estabelecer sua capacidade produtiva, bem como a comparabilidade entre os custos dos produtos, por possuírem esforços diferentes, o que dificulta a precisão na apuração. Kliemann Neto (1994) afirma que é preciso discutir o problema de unificação da medida de produção para obtenção de um parâmetro de mensuração da unidade de produção unificada, sendo perfeitamente aplicável o conceito de esforço de produção.

A construção do método UEP ocorreu mediante sedimentação de ideias básicas que lhes dão sustentação, isto é, dois princípios fundamentais estabelecidos por Perrin em 1971: a) o princípio das relações constantes; e b) o princípio das estratificações. Em decorrência do estudo destes dois princípios, Kliemann Neto (1994) desenvolveu o princípio do valor agregado, hoje o mais reconhecido no método UEP. O princípio do valor agregado considera que o produto de uma fábrica resulta do trabalho que ela realiza sobre as matérias-primas, e repercute no valor que ela agrega a essas matérias-primas durante o processo de fabricação (Kliemann Neto, 1994).

Nesse sentido, o método UEP, em sua concepção, consiste na determinação de uma unidade de medida comum (a UEP) para o cálculo dos custos de todos os produtos fabricados pela empresa, simplificando o processo de controle de gestão e possibilitando a identificação dos custos por produto (Bornia, 2009; Wernke, Junges, & Zanin, 2019). Esse procedimento poderá auxiliar no controle e cálculo dos custos de produção em indústrias com um *mix* grande de produtos, simplificando os seus cálculos pela utilização de uma única unidade de medida (Bornia, 2009), podendo estabelecer comparativos entre os produtos, bem como evidenciar a capacidade instalada e utilizada.

De acordo com Guimarães Filho, Vilson, Marques, Feil e Colombo (2016), Pereira (2015) e Souza e Diehl (2009), a implementação do método UEP precisa seguir algumas fases, como: 1) dividir a fábrica em PO; 2) determinar o custo/hora por posto operativo (índices dos PO – FIPO); 3) selecionar o produto-base; 4) calcular o valor da UEP/hora de cada posto operativo; 5) definir os equivalentes dos produtos e UEP; e 6) calcular a produção total da fábrica no período pelas UEP. A partir destes processos, a empresa poderá apurar o custo de transformação da matéria-prima em produto acabado.

Diante do exposto, os PO são equivalentes aos centros de custos, os quais desenvolvem atividades homogêneas, geralmente formados por máquinas e horas de mão de obra. A escolha do produto-base pode ser determinada pelos próprios produtos fabricados na empresa ou por um produto fictício. Porém, alguns autores recomendam que deve ser escolhido o produto com fabricação mais complexa ou com maior representatividade na linha de produção da empresa (Wernke, 2005; Souza & Diehl, 2009; Allora & Oliveira, 2010). Recomenda-se que o produto-base seja um item que transite no maior número de PO (Wernke, 2005; Malaquias, Giachero, da Costa, & Lemes, 2007; Bornia, 2009; Souza & Diehl, 2009; Allora & Oliveira, 2010).

No entanto, ressalta-se que todos os métodos de custeio possuem pontos fortes e fracos. Segundo Levant e De La Villarmois (2001), em relação aos modelos de equivalência, consideram importante estudar as vantagens e desvantagens percebidas pelas empresas ou estabelecimentos que implementaram. Desta forma, na sequência do estudo serão abordadas potencialidades do uso da UEP, bem como as limitações do referido método.

2.2.1. Potencialidades do método UEP

O uso da UEP para tomada de decisões é alargado. Wernke *et al.* (2004) e Bornia (2009) destacam que a UEP possibilita acompanhar a produção com o uso de medidas físicas, sendo três os tipos de indicadores que podem ser utilizados para essa finalidade: eficiência, eficácia e produtividade horária. A eficiência representa o nível de produção alcançado

(em UEP), em comparação com a produção (em UEP) que seria normalmente conseguida no turno de trabalho normal, aqui denominada de capacidade normal (Wernke *et al.*, 2004). A eficácia vincula a produção obtida com a produção que teoricamente se deveria obter no turno trabalhado efetivamente, e a produtividade horária é apurada pela divisão da produção do período pelo tempo de trabalho (Bornia, 2009).

Dentre as potencialidades oferecidas pelo uso da UEP, destacam-se: a) calcular os custos de transformação (unitário e total) dos produtos; b) mensurar a lucratividade dos integrantes do *mix* comercializado; c) medir e comparar os volumes de produção entre períodos; d) apoiar a análise de valor; e) definir as capacidades de produção; f) comparar a produtividade de processos ou linhas de produção; g) analisar a viabilidade de aquisição de novos equipamentos; h) definir necessidades de máquinas e pessoal; e i) definição de prêmios de produtividade e programação da produção; e j) definição mais adequada do preço dos produtos (Kliemann Neto, 1994; Souza & Diehl, 2009; Wernke & Lembeck, 2009; Allora & Oliveira, 2010; Wernke, Junges, Lembeck, & Zanin, 2015).

No que tange aos benefícios proporcionados, o método UEP apresenta diversas funcionalidades que permitem mensurar o esforço de produção de cada etapa de fabricação dos produtos (Allora & Oliveira, 2010). Na mesma direção, mas referindo-se ao UVA (que é muito semelhante ao UEP), Gervais e Levant (2007) afirmam que este diferencia-se dos demais devido à possibilidade de apuração dos custos individuais dos produtos, o que pode auxiliar a gestão em decisões de, por exemplo, interromper a produção de itens que não agregam valor.

Ainda ao nível das potencialidades das informações geradas pela UEP, Wernke e Lembeck (2009) sugerem possibilidades de mensuração de indicadores não-financeiros, como: o método UEP proporciona comparar o grau de dificuldade para elaborar cada produto; conhecer o potencial produtivo por hora dos PO; determinar a capacidade de produção mensal da empresa e dos PO; identificar gargalos produtivos; conhecer a ociosidade da capacidade instalada de produção; mensurar o consumo de horas pela produção do mês; medir a ociosidade em horas dos PO e avaliar o percentual de ociosidade do expediente mensal em cada posto.

Portanto, pode-se perceber que as potencialidades geradas a partir da utilização da UEP são muitas, podendo gerar informações gerenciais fundamentais para tomada de decisões. No entanto, assim como os demais métodos, possui limitações que serão apresentadas na sequência.

2.2.2. Limitações do método UEP

Como afirmado anteriormente, todos os métodos de custeio possuem pontos fortes e limitações. Para Bornia (2009) e Martins e Rocha (2010), o método UEP prioriza os custos de transformação não absorvendo as despesas de estrutura e custo de *overhead* (logística de suprimento, controle de qualidade etc.).

Malaquias *et al.* (2007) e Pereira (2015) atribuem um alto nível de subjetividade na etapa de escolha do produto-base para o processo de implantação do método UEP. Alegam que a falta de uma regra faz com que a escolha do produto-base ocorra com a parcialidade do consultor ou do gestor que está efetuando a implantação do método. Contudo, o estudo de Moterle, Wernke e Zanin (2020) aponta que a definição do produto base não altera o custo unitário, o que pode não ser uma limitação do método.

Bornia (1988) analisou as situações regulamentadas por Perrin, Perrin e Peugeot (1971), para que o princípio fosse válido ou não. Enfatizou que a forma encontrada pelo UEP, originária do GP *méthode*, para minimizar as variações que podem ocorrer, foi pela definição de um produto-base. Todavia, esclarece que esse procedimento não consegue evitar os desvios que ocorreram nos pesos, e o princípio só seria totalmente válido se os PO fossem semelhantes e a empresa tivesse a característica de produtos homogêneos, e não de diversificação. Bornia (1988) enfatiza que as situações práticas e o estudo de campo podem ser úteis para a identificação dos desvios anteriormente mencionados.

Meyssonnier (2002) é um crítico do conceito das constantes ocultas, característica principal do modelo que parte do pressuposto de que as relações dos PO se mantenham constantes ao longo do tempo. Além disso, não se podem associar os métodos GP ou UVA à margem de contribuição ou à configuração de uma margem sobre os custos específicos, o que pode caracterizar uma grande deficiência do método, do ponto de vista gerencial. Isso ocorre porque os custos baseados em produção equivalente estão longe da simplicidade e robustez vendidas pelos seus promotores (Meyssonnier, 2002).

Pereira (2015) destaca outras limitações ao método UEP: não identifica a parcela de custos associados a perdas do processo; necessita revisão constante dos cálculos e da estrutura de produção; desconsidera as despesas de estrutura; tende a ser aplicável apenas ao ambiente industrial; não permite gerenciar os gastos não fabris; apresenta dificuldades de aplicação em empresas onde os produtos variam regularmente; tem elevada complexidade e custo de implementação; necessita de operações relativamente padronizadas; apresenta subjetividade na escolha do produto-base; não abrange gastos de *overhead* (como logística de suprimento, controle de qualidade).

Beuren e Oliveira (1996) mencionam que o método UEP divide a empresa em duas partes distintas: processo produtivo e demais áreas da empresa. Isso restringe o método ao uso único no processo produtivo, deixando outras áreas descobertas e que podem estar atreladas ao processo produtivo e o custeamento da matéria-prima. Os mesmos autores sugerem que, para suprir tal deficiência, o método UEP poderia ser utilizado em conjunto com o ABC (*Activity-based Costing*).

Para Bornia (2009), o método UEP possui como limitação a dificuldade no tratamento dos desperdícios, tendo em vista que o método não fornece a parcela dos gastos devida a esses. Argumenta que o principal empecilho para a

separação dos desperdícios é a definição de posto operativo, em que somente atividades produtivas são consideradas. Ainda destaca limitações na análise dos gastos de estrutura, pois o método trabalha somente com a transformação dos produtos, os gastos de estrutura não são abordados. No entanto, os gastos de estrutura estão cada vez maiores, sendo fundamental, para mais bem gerir uma organização, uma análise detalhada para compreender e racionalizar o processo de combate às perdas e trabalho adicional (Bornia, 2009; Martins & Rocha, 2010).

Por fim, Coral (1996) salienta que o método UEP tem sido implementado principalmente no setor produtivo, em que sua utilização no setor de serviços não tem sido expressiva. Sendo assim, este método é mais adequado à fabricação de produtos, onde existe maior constância na produção, do que em organizações fornecedoras de serviços, em que as atividades variam constantemente.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. Método Delphi

No método Delphi, um grupo de especialistas é questionado em sucessivas rodadas com o objetivo de alcançar-se consenso nas respostas obtidas (Landetta, 1999; Linstone & Turoff, 1975; Godet, 1993). Atualmente, este gênero de pesquisa faz-se geralmente recorrendo à internet (Vergara, 2015; Giovinazzo & Fischmann, 2002), o que torna o processo mais ágil e eficiente. Porém, trata-se ainda de um processo longo por considerar a fase prévia de preparação do questionário, seleção, convite e confirmação dos membros do painel de especialistas, envio do questionário e, subsequente, análise dos resultados em pelo menos duas ou três rodadas e, por fim, a análise global final que inclui o envio dos principais resultados e conclusões aos participantes. Embora o método preveja várias etapas sucessivas de questionários, geralmente limita-se a duas rodadas, sem afetar a qualidade dos resultados (Vergara, 2015). Entretanto, os resultados dependem fortemente da qualidade do questionário e da seleção dos especialistas (Godet, 1993).

Os questionários sucessivos são utilizados para reduzir a amplitude ou intervalo interquartil, que representa a distância entre as respostas ordenadas manifestadas por 75% (quartil 3) dos respondentes face às respostas dos 25% (quartil 1) iniciais. Ou seja, mostra a dispersão ou concentração de 50% das respostas em torno da mediana. O objetivo é atribuir importância às respostas convergentes com a mediana, em detrimento das respostas mais extremadas. Pretende-se obter a opinião de especialistas para conseguir consenso nos resultados e geração de conhecimento sobre o tema em questão. Caso sejam desenvolvidas mais consultas, espera-se um maior consenso no tema (Godet, 1993; Landetta, 1999).

3.2. Questionário

O questionário teve a intenção de obter informação sobre as potencialidades gerenciais pelo uso do método UEP. Na primeira rodada foi desenvolvida uma versão digital utilizando *Google Form*, o que facilitou o trabalho dos respondentes e tornou automático o processo de recolha e registo dos dados. O questionário digital permitiu colocar algumas condições de validação das respostas dadas (e.g., não permitir respostas múltiplas ou incompletas). As diversas questões foram agrupadas em 6 blocos principais, que eram visualizados em janelas sucessivas.

A Tabela 1 apresenta sucintamente a estrutura do questionário.

Tabela 1 – Estrutura do questionário

Blocos		Descrição resumida das questões	1ª Rodada	2ª Rodada
A	Perfil do respondente	Atividade profissional, formação, conhecimento acerca dos métodos de equivalência	7 questões	7 questões
B	Métodos de equivalência de produção	Objetivos da sua aplicação, vantagens e limitações	5 questões de escala e 2 questões abertas	14 questões de escala, sendo 2 sem consenso e 12 adicionais
C	Sobre o método UEP	Caraterísticas, pontos fortes, pontos fracos/aspectos a melhorar	5 questões de escala e 2 questões abertas	2 questões de escala, sendo as 2 sem consenso
D	UEP no contexto da era digital	Desafios e oportunidades	5 questões de escala e 1 questão aberta	4 questões de escala, sendo 2 sem consenso e 2 adicionais
E	Adoção e utilização do método UEP	Fatores facilitadores e catalisadores	6 questões de grade múltipla escolha e 1 questão aberta	6 questões de escala, sendo 3 sem consenso e 3 adicionais

Blocos		Descrição resumida das questões	1ª Rodada	2ª Rodada
F	Aplicação do método UEP	Áreas de aplicação e oportunidades	15 questões de grade múltipla escolha e 1 pergunta aberta	10 questões de escala, sendo todas sem consenso

Nota: nas questões constantes nos blocos B, C e D, utilizou-se escala Likert de 1 para discordo totalmente e 5 para concordo totalmente; nas questões dos blocos E e F, utilizou-se a grade múltipla escolha em que os respondentes indicavam as opções de mais relevante para menos relevante.

Fonte: Elaborada pelos autores.

3.3. Painel de especialistas

Os especialistas selecionados dominam os conceitos e a aplicação dos métodos de equivalência de produção. Para tanto, a seleção dos especialistas acadêmicos ocorreu de forma intencional, priorizando a experiência comprovada pela publicação de pesquisas científicas sobre o método UEP, sendo que foram contatados 5 professores e todos responderam o questionário. Os consultores foram selecionados com base na experiência de implementação do método em alguma empresa, em que foram contatados 5 consultores que responderam ao questionário. Por fim, a seleção dos contadores foi estabelecida com base nas empresas que utilizam o método UEP, em que foram encaminhados questionário para 11 indivíduos e obtido 5 retornos.

No total foram consultados 15 especialistas. Justifica-se que o método UEP tem sido pouco utilizado pelas empresas e incipiente em pesquisas acadêmicas, fazendo reduzir a probabilidade de respondentes. Além disso, a qualidade dos resultados na aplicação da metodologia Delphi depende fortemente dos especialistas selecionados (Godet, 1993), fator que foi atendido de forma cuidadosa pelos pesquisadores.

A Tabela 2 mostra o painel dos especialistas que participaram da pesquisa.

Tabela 2 – Painel dos especialistas

Respondente	Atividade	Graduação	Maior titulação	Área
1	Contador/Controller	Ciências Contábeis	Mestre	Administração
2	Consultor/Professor	Ciências Contábeis	Doutor	Eng. Produção
3	Consultor/Professor	Ciências Contábeis	Doutor	Eng. Produção
4	Professor	Engenharias	Doutor	Eng. Produção
5	Professor	Engenharias	Doutor	Administração
6	Consultor	Ciências Contábeis	Especialização	Controladoria
7	Consultor	Engenharias	Especialista	Gestão Industrial
8	Consultor/Professor	Contábeis/Adm./Eng.	Doutor	Eng. Produção
9	Contador/Controller	Ciências Contábeis	Mestre	Ciências Contábeis
10	Consultor/Professor	Engenharias	Doutor	Eng. Produção
11	Analista de Custos	Adm./Engenharias	Graduado	Adm./Eng. Produção
12	Administrador	Administração	Especialização	Gestão de Custos
13	Contador/Controller	Ciências Contábeis	Doutora	Ciências Contábeis
14	Analista de Custos	Ciências Contábeis	Graduado	Ciências Contábeis
15	Contador/Controller	Ciências Contábeis	Especialização	Gestão de Custos

Fonte: Elaborada pelos autores.

A pesquisa foi enviada para cada especialista por correio eletrônico, assim uma carta do coordenador do projeto explicando resumidamente os objetivos e solicitando a colaboração. Nessa mensagem indicou-se o *link* de acesso ao questionário. No próprio corpo do questionário foram fornecidas instruções de preenchimento.

A primeira rodada iniciou em 10/01/2019 e finalizou em 25/02/2019. Após a obtenção das respostas na primeira rodada, procedeu-se ao cálculo das várias medidas de tendência central, atribuindo particular importância à amplitude interquartil (IQ). Os resultados foram analisados tomando em consideração, sobretudo, a mediana sempre que se verificava consenso na resposta (IQ menor ou igual a 1). As questões nas quais não se obteve consenso foram colocadas novamente

na segunda rodada. Contudo, foi produzida uma nova versão do questionário no qual também foram inseridas questões adicionais que emergiram dos comentários e sugestões dos respondentes nas perguntas abertas da rodada inicial.

A segunda rodada iniciou em 01/05/2019 e finalizou em 22/05/2019. Na reformulação do questionário, indicou-se a mediana e a resposta dada por cada respondente nas questões que já haviam sido perguntadas na primeira rodada. Portanto, o questionário da segunda rodada teve que ser personalizado para cada elemento do painel. No final, apuraram-se novamente os resultados considerando a mediana para saber o posicionamento face à questão e o IQ para aferir se havia consenso nas respostas dadas.

3.4. Procedimentos de análise e tratamento dos dados

Os resultados obtidos com a aplicação dos questionários foram tabulados em planilhas eletrônicas e, posteriormente, analisados através dos cálculos das principais medidas de tendência central e dispersão: média, moda, mediana, máximo, mínimo, desvio padrão e IQ. A média e a mediana indicam a tendência central da distribuição e a moda das respostas apresentadas mais vezes pelos especialistas. As respostas máximas e mínimas indicam o grau de dispersão nas respostas em torno dos valores médios. Os Quartis evidenciam igualmente o grau de dispersão das respostas. O 1º quartil (Q1) é igual ao percentil 25 e significa que 25% das respostas encontram-se abaixo dele e 75% acima desse valor. O 3º quartil (Q3) é igual ao percentil 75 e indica que 75% das respostas estão abaixo desse valor e 25% acima. Ou seja, entre o Q1 e o Q3, encontram-se metade das respostas excluindo a metade mais afastada da mediana – ou seja, tratam-se dos 50% dos valores mais centrais. A diferença entre estes quartis permite apurar a amplitude ou intervalo interquartil (IQ) que é uma medida de concentração em torno da mediana e deste modo é utilizada para validar o grau de consenso dessa resposta.

Portanto, o consenso é indicado pela distância entre o primeiro e o terceiro quartil e o valor da mediana, unidades de medida mais robustas sendo menos sensíveis aos casos isolados e aplicáveis em variáveis ordinais. A mediana indica o grau de suporte do grupo para cada questão e se for elevada, conclui-se que existe concordância do grupo. Quanto maior a amplitude, maior a dispersão nos dados e no caso de amplitude interquartil reduzida há uma pequena variação nas respostas dos membros do painel, o que demonstra haver consenso. Um intervalo IQ de 0 indica consenso perfeito entre os membros do painel. Neste caso, considera-se consenso se o IQ for igual ou inferior a 1.

Para visualizar os principais resultados apontados na pesquisa, utilizou-se de gráficos em *box plot* elaborados com uso do *software* SPSS. Esta é uma ferramenta gráfica utilizada para representar a variação de dados observados de uma variável numérica por meio de quartis (onde o eixo horizontal representa a variável e o eixo vertical as escalas de respostas).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

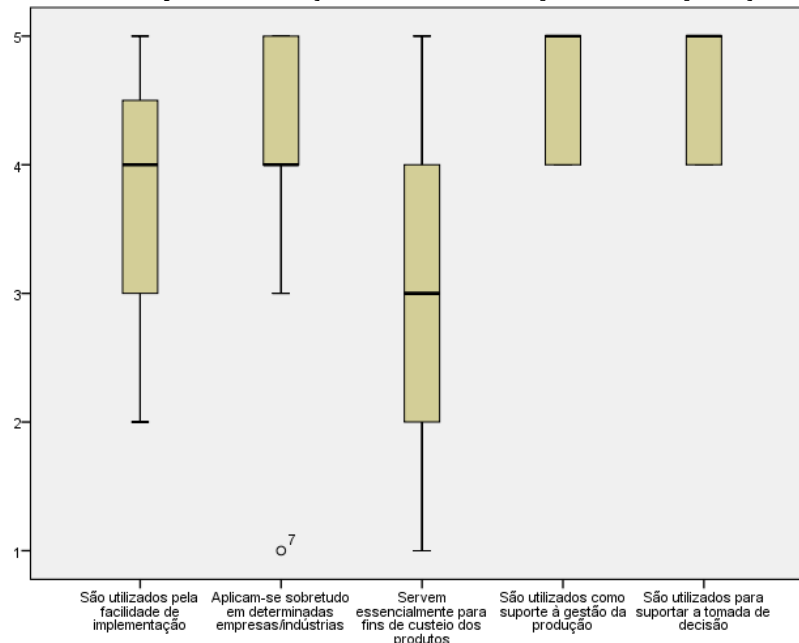
4.1. Perfil dos respondentes

O primeiro bloco de perguntas teve por objetivo identificar o perfil dos respondentes. Por meio da Tabela 2, observa-se que aproximadamente metade têm formação em Ciências Contábeis e o restante nas áreas de Engenharia da Produção e Administração. As áreas de especialização são essencialmente duas e igualmente repartidas pelos membros do painel: engenharia de produção e controladoria. Em relação à pós-graduação, verifica-se que metade dos elementos do painel são doutores e 10% tem mestrado, enquanto 2 respondentes possuem apenas graduação, mas com experiência prática sobre o tema. Segue-se adequado às perspectivas desta pesquisa o painel de especialistas em UEP, ao ponto que se podem obter indícios de inferências acadêmicas e de vivência prática.

Todos os elementos do painel conhecem o método UEP e aproximadamente metade também conhecem o método GP e 1/3 o método UVA – 2 pesquisadores e 2 profissionais; portanto, não se trata apenas de um conceito absorvido nos meios acadêmicos. Um fator de destaque é que todos os respondentes já aplicaram o método UEP, reforçando o amplo conhecimento do painel de especialistas. Contudo, a maior parte dos especialistas não conhecem outros métodos de equivalência, tendo sido apontados por um pesquisador e um “prático” as seguintes referências: Äquivalenzziffern, Chrono (Haymann), Stanardr Hour (Carroll), Unitá-Base (Perrella).

4.2. Métodos de equivalência de produção

O segundo bloco de perguntas buscou identificar as finalidades dos métodos de equivalência de produção. A Ilustração 1 mostra a variação de dados em quartis para cada variável que determina a finalidade de utilização dos métodos de equivalência de produção.

Ilustração 1 – Utilização dos métodos de equivalência de produção

Legenda: 1 discordo totalmente a 5 concordo totalmente.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados indicam que os especialistas concordam (há consenso) de que os métodos de equivalência são utilizados como suporte à gestão da produção e na tomada de decisão. Diante do exposto, as principais vantagens deste método na gestão da produção e tomada de decisão (aspectos acrescentados após a 1ª rodada e validados na 2ª rodada) são, por exemplo: a) melhoria na precificação dos produtos e facilitação no *benchmarking* de processos; b) base para determinação de modificações nas linhas e *mix* de produção; gerenciamento da capacidade de produção; c) avaliação dos produtos pela complexidade de produção/processo; d) avaliar a eficácia da capacidade de produção; e) comparação da produção em empresas com elevado número de processos; f) permite revisão da UEP na atualização dos processos.

Por outro lado, observou-se divergência de opinião com relação à utilização dos métodos de equivalência no custeio dos produtos e também na facilidade de implementação. A simplicidade de aplicação também já havia sido mencionada por Bornia (2009) e Wernke *et al.* (2019). Esta evidência é corroborada também por Levant e De La Villarmois (2001), os quais argumentam sobre a simplicidade e baixo custo na utilização dos métodos de equivalência.

Buscando o consenso nestes quesitos, foi aplicada uma nova rodada do questionário. Sendo assim, os especialistas apresentaram consenso na discordância de que os métodos de equivalência servem, essencialmente, para fins de custeio dos produtos, o que reforça a tese de que a UEP tem potencialidades para gerar informações além de custear produtos.

No mesmo sentido, o respondente 1 (Contador) argumentou que o método serve “para comparar processos e produtos entre setores da mesma empresa ou grupo de empresas... servem para verificar o esforço na utilização de recursos para produzir os diferentes produtos”. Já o respondente 6 (Consultor) discordou da afirmativa do quesito por “observar que os métodos de equivalência de produção podem ser aplicados para finalidades que superaram apenas o custeio, indicando dimensionamento de quadro de mão de obra e ociosidades/eficiências produtivas”.

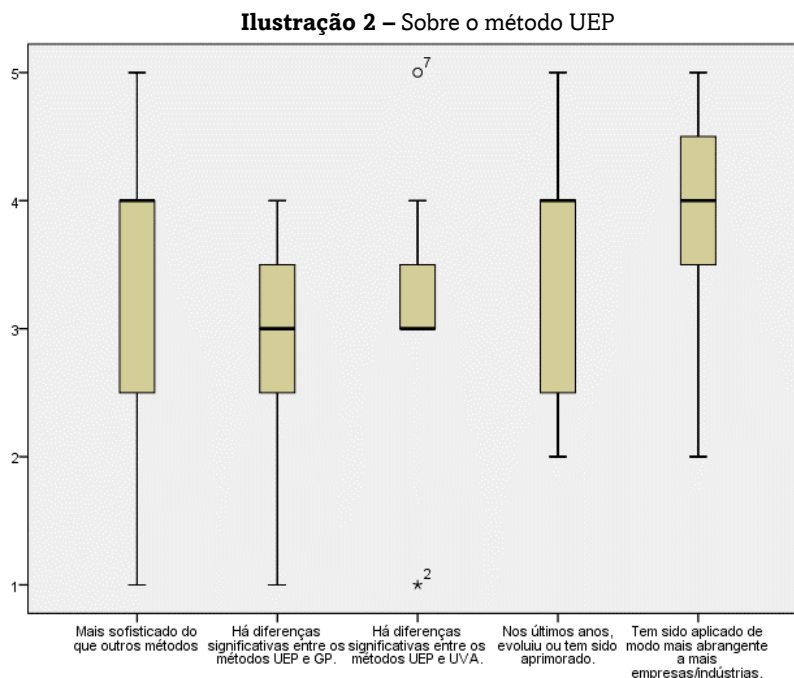
Com relação à simplificação na aplicação do UEP, o respondente 10 (Acadêmico) indicou que “os métodos de equivalência são utilizados fundamentalmente em função de sua simplicidade e facilidade de implementação, dado que estabelecem uma referência facilmente comparável. Destaco que a facilidade de implementação se refere à utilização do índice de equivalência definido, e não à sua correta definição. Essa observação é particularmente válida para métodos como o da UEP, pois o estabelecimento do ‘equivalente’ UEP é bem difícil e complexo, mas sua utilização é simples. A principal utilização dos métodos de equivalência deveria ocorrer para avaliar e melhorar os processos, sendo seu emprego na determinação dos custos apenas uma utilização secundária”.

Contudo, Pereira (2015) menciona que a desvantagem do método UEP é a subjetividade na escolha do produto-base. Contudo, em nenhum momento os especialistas apontaram este fator como prioritário nas desvantagens de implementação do método, evidenciado o estudo de Moterle *et al.* (2020) que o produto base não interfere no custo do produto.

Sendo assim, o respondente 6 (Consultor) argumenta que “na verdade estes métodos não são de simples aplicação e exigem a preparação de um banco de dados, apontamentos de produção e ferramentas de processamento de dados (sistemas de informação)” e o respondente 9 (Contador) entende “que a facilidade de implementação não é um dos principais motivos para sua utilização, porque não é simples de ser implementado (o que é diferente de usar no dia a dia), e a sua utilização tem sido intensificada pelo benefício oferecido às empresas”.

4.3. Método UEP

Na sequência, os especialistas foram questionados sobre o conhecimento da UEP e UVA, bem como se há semelhanças entre ambos. Em seguida, a Ilustração 2 mostra a variação de dados em quartis com relação aos apontamentos relacionados ao método UEP.



Legenda: 1 discordo totalmente a 5 concordo totalmente.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Sugere-se que há consenso entre os especialistas em relação à aplicação mais abrangente do método UEP em um maior número de empresas/indústrias. Em um segundo momento (na segunda rodada), os achados indicaram que existem diferenças significativas entre os métodos UEP e GP e os métodos UEP e UVA. Contudo, um dos respondentes foi restritivo e manteve sua resposta divergindo dos seus pares, ao indicar que “o método da UEP obriga que sejam estabelecidas métricas sistematizadas de mensuração dos gastos operacionais, o que talvez seja uma dificuldade inicial para as empresas que não as têm. A partir disso, sua sofisticação equivale a de outros métodos de equivalência” (respondente 10, Acadêmico), fazendo com que não seja tão diferente daqueles já mencionados.

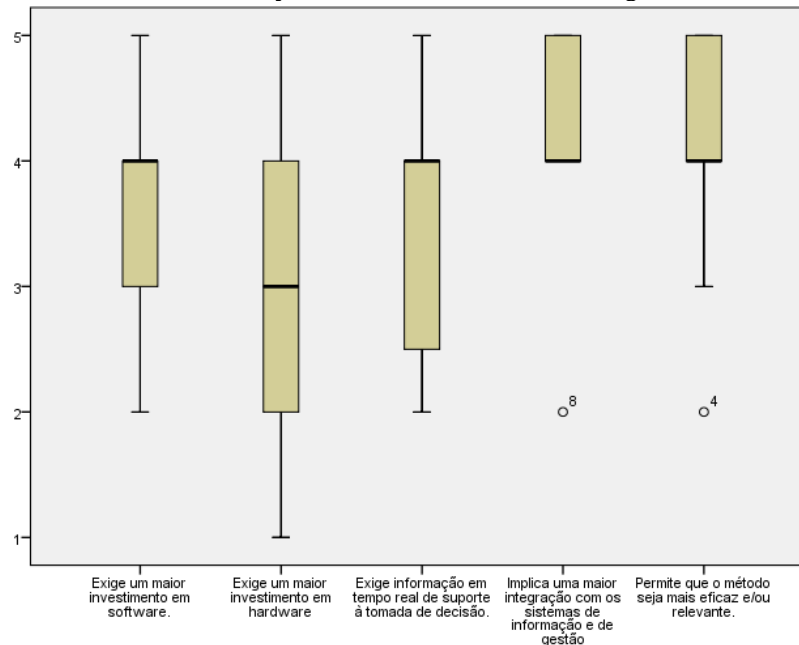
Mesmo após a segunda rodada, não foi possível obter consenso entre os especialistas sobre a evolução do método UEP. Este pode ter sido o potencial problema que dificulta a aceitação e aplicabilidade ampla do método em um número irrestrito de empresas.

4.4. O método UEP na era digital

As indústrias estão passando por transformações digitais que afetam os seus fatores de produção. A transformação digital tem sido conceituada pelos processos de negócios com o objetivo de tornar as organizações competitivas num mundo cada vez mais digital caracterizado pela importância de: social media, mobilidade, internet das coisas, *big data*/ grande volume de dados, serviços na *cloud*/nuvem.

Desta forma, este bloco de perguntas tem como objetivo verificar a visão do painel de especialistas sobre o UEP, no contexto da era digital. A Ilustração 3 mostra a variação de dados em quartis para cada variável de mensuração sobre o UEP no contexto da era digital.

Ilustração 3 – UEP no contexto da era digital



Legenda: 1 discordo totalmente a 5 concordo totalmente.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados indicam que o UEP no contexto da era digital exige maior investimento em *software* e na integração com os sistemas de informação e de gestão, mas, apesar disso, se torna mais eficaz e relente para o processo decisório. Os especialistas aduzem que a dificuldade do UEP tem sido relacionada a pouca interação com *software* ERP já existentes e largamente utilizados no mercado. O respondente 10 (acadêmico) disse que “os investimentos em *software* para coleta (‘recolha’) de informações são equivalentes a de outros métodos, estando a dificuldade mais ligada à inexistência de uma prévia estruturação dos dados necessários (o que é comum aos demais métodos de equivalência utilizáveis)”.

Na segunda rodada, a maior exigência de investimento em *hardware* passou a ser consensual entre os especialistas, com mediana de 4. O respondente 6 (Consultor) infere que, “com a transformação digital e a velocidade da informação, em qualquer aplicação é necessária agilidade nas respostas aos gestores dos processos e tomadores de decisão, fator que demanda investimento contínuo”.

Por outro lado, o respondente 3 (Consultor) indicou que “a necessidade de investimento em *hardware* depende do porte da empresa e/ou tipo de atividade. Apliquei UEP em várias empresas e nenhuma precisou gastar em *hardware* ou em *software*, pois planilhas em Excel suportam essa aplicação”. O respondente 9 (Contador) corrobora ao inferir que “os investimentos em *hardware* são inferiores aos demais métodos de custeio”.

Do mesmo modo, a exigência de informação em tempo real também passou a ser consenso somente na segunda rodada, contudo, com uma mediana de 3 na escala. Nesse sentido, o respondente 6 (Consultor) informa que “quanto mais rápida for a informação, mais rápida será a tomada de decisão assertiva ou corretiva”. O respondente 3 (Consultor) indica que “os dados atualizados melhoram a tomada de decisão, mas a exigência de informação em tempo real é apenas uma frase bonita para constar em publicações”. O respondente 9 (Contador) não percebe que exista uma exigência de informação em tempo real no método UEP. Conclui-se que os investimentos em tecnologias de informação têm sido mais relevantes que a exigência da informação em tempo real para o método UEP.

A explicação para os achados é que o método UEP é uma referência eficiente de custos e, os demais parâmetros estão definidos antes do processo operacional acontecer. Sendo assim, “a operação gera resultados reais que, comparados aos padrões eficientes predefinidos, permitem que se avalie (aí sim em tempo real) a eficiência das operações realizadas” (respondente 10 – Acadêmico).

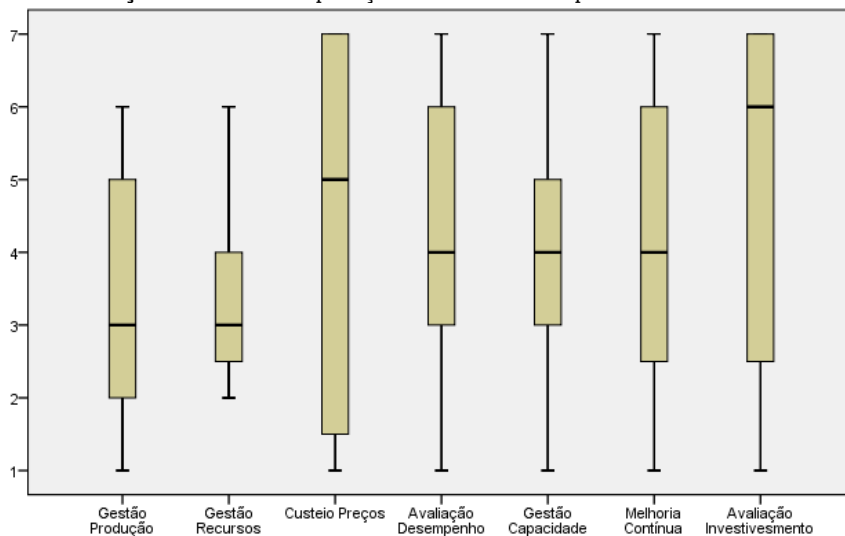
A proposição seguinte abordou sobre a adoção e utilização do método UEP nas empresas. Os resultados apontaram o que de fato pode impulsionar a adoção do método em um maior número de empresas, sendo um deles a imposição ou exigência das partes relacionadas às empresas (por exemplo, clientes importantes, empresas-chave na cadeia de suprimento ou entidades públicas).

As razões restantes apontaram para respostas menos relevante. Dos aspectos acrescentados na segunda rodada, só houve consenso e concordância elevada (mediana 5) na forte utilização da UEP em empresas cuja alta direção reconhece sua função/aplicação e a usa para definição de metas de produtividade e custeio.

4.5. Áreas de aplicação do método UEP

Este bloco teve por objetivo buscar a opinião dos pesquisados sobre o uso gerencial da UEP. A Ilustração 4 demonstra a variação de dados em quartis da importância das várias áreas de aplicação do método UEP enquanto ferramenta de suporte à tomada de decisão.

Ilustração 4 – Áreas de aplicação do método UEP para tomada de decisão



Legenda: 1 menos relevante a 7 mais relevante.

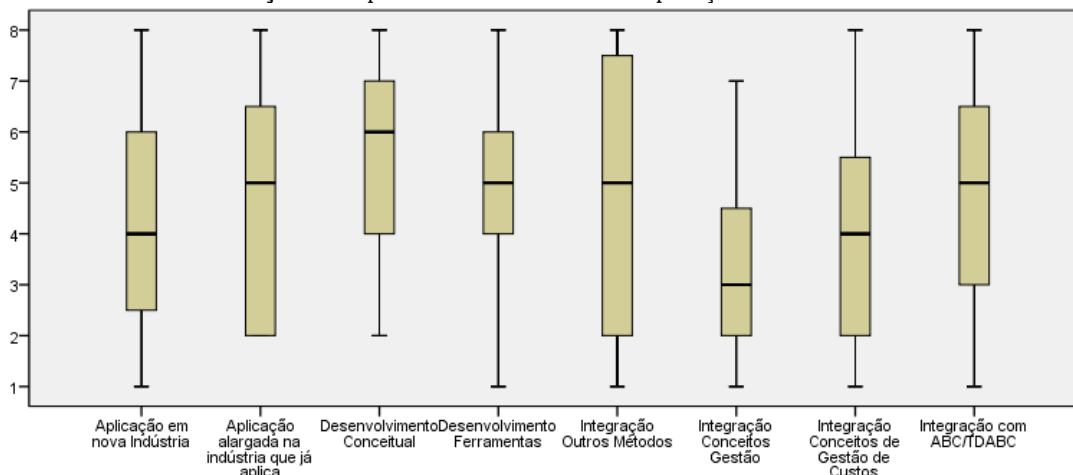
Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados indicam consenso entre os especialistas sobre as vantagens de aplicação do método UEP para a gestão, otimização de recursos e planejamento da produção. Também houve consenso sobre vantagem do método na gestão da capacidade (utilizada e ociosa), na melhoria contínua/lean/kaizen e avaliação de desempenho. Por outro lado, os resultados confirmam que a aplicação do método UEP é menos relevante na avaliação de investimentos.

4.6. Oportunidades e desafios de aplicação método UEP

Por fim, a Ilustração 5 demonstra a variação de dados em quartis nas escolhas das oportunidades e desafios na aplicação do método UEP.

Ilustração 5 – Oportunidades e desafios na aplicação do método UEP



Legenda: 1 menos relevante a 8 mais relevante.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os achados indicam consenso entre os especialistas acerca de algumas oportunidades mais relevante na adoção do método UEP, com destaque para: integração com outros métodos/conceitos de gestão (por exemplo, gestão da produção, gestão estratégica); aplicação mais efetiva em empresas/indústrias com implementação reduzida; integração com outros métodos/conceitos de gestão de custos; aplicação mais extensiva/alargada nas empresas onde o método já é utilizado; e desenvolvimento das ferramentas/sistemas de suporte à aplicação e utilização do método. O painel de especialistas não considerou relevante os desenvolvimentos conceituais, portanto, as oportunidades estarão na aplicação prática do método. Também Levant e De La Villarmois (2001) responsabilizam a falta de fundamentos teóricos confiáveis para que haja uma grande disseminação dos modelos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as principais vantagens do método UEP incluem a flexibilidade para alteração no *mix* de produção, particularmente relevantes quando existe um elevado número de multiprodutos. Isso ocorre porque o método UEP é uma ferramenta de custos que trabalha com índices e pesos que consideram um produto referência. As revisões da UEP contribuem para uma melhor precificação dos produtos e no *benchmarking* de processos.

Apesar da literatura apontar como prioridade do método UEP o custeio dos produtos, os resultados sugerem uma amplitude maior de benefícios gerenciais na comparação de processos e produtos de setores diversificados, e serve de referência comparativa da utilização de recursos pelo esforço na produção de diferentes produtos, coadunando com os achados de Wernke *et al.* (2004) e Bornia (2009).

Sugere-se que a disseminação do modelo em um amplo número de empresas/indústrias tem sido afetada pela falha de comunicação entre os teóricos do modelo de UEP e as empresas, tendo em vista que os achados oferecem indícios da simplicidade e facilidade da sua implementação, bem como a reduzida exigência de *software* e *hardware* complexos, considerando que especialistas indicaram a possibilidade de aplicação recorrendo apenas a planilhas eletrônicas (e.g., Microsoft Excel).

Diante desta inferência, tem-se ainda indícios de que a alta direção pode ser fator preponderante para disseminar a implementação do método UEP. Além disso, as diferentes áreas da empresa podem ser utilizadas como disseminadores deste método. Contudo, isso só poderá ser almejado se seus benefícios e facilidades de implementação forem reconhecidos pelos pares da área de custos.

Por outro lado, a reduzida disseminação poderá ter resultado de o método ter sido difundido sobretudo por meio de um serviço de consultoria, e não pelo amplo ensino do método para os executivos e profissionais ligados às empresas.

Por fim, corroborando Beuren e Oliveira (1996), é preciso ter cuidado e devem ser feitas adaptações específicas para a aplicação do modelo UEP em empresas que exercem atividades de prestação de serviços, deixando claro que esse não pode ser utilizado como solução válida para todos os tipos de empresas. Beuren e Oliveira (1996) apontaram que a pouca expressividade do uso do método UEP no setor de serviços pode ser explicada por este ser mais adequado à fabricação de produtos e também, porque o setor de serviços tem variação constante no formato e na execução dos trabalhos. Sendo assim, a limitação deste estudo se refere ao método ter uma aplicação reduzida em empresas de serviços, e nesta pesquisa, participaram especialistas que focaram a aplicação em empresas industriais, não tendo aplicações gerenciais neste segmento.

Para estudos futuros, sugere-se a aplicação de um *survey* junto às empresas que utilizam o método (industrial/serviços), no sentido de mapear os indicadores gerenciais utilizados na gestão, tendo em vista que o maior número de publicações está relacionado à aplicação do método, principalmente no que tange ao custeio dos produtos.

REFERÊNCIAS

- Afonso, P. S. L. P., Wernke, R., & Zanin, A. (2018). Managing the cost of unused capacity: An integrative and comparative analysis of the ABC, TABC and UEP Methods. *Revista Del Instituto Internacional de Costos*, 13, 150-163.
- Allora, F., & Allora, V. (1995). *UP: Unidade de Medida da Produção*. São Paulo: Pioneira.
- Allora, V., & Oliveira, S. E. (2010). *Gestão de custos: metodologia para a melhoria da performance empresarial*. Curitiba: Juruá.
- Beuren, I. M., & Oliveira, R. A. (1996). Mensuração das atividades empresariais: custeio baseado em atividades x método da unidade de esforço de produção. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, 25(84), 31-39.
- Bornia, A. C. (1988). *Análise dos Princípios do Método das Unidades de Esforço de Produção*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Bornia, A. C. (2009). *Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas* (2a ed.). São Paulo: Atlas.
- Coral, E. (1996). *Avaliação e gerenciamento dos custos da não qualidade*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Da Cunha, A. G. (1982). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- De La Villarmois, O., & Levant, Y. (2011). From adoption to use of a management control tool: case study evidence of a costing method. *Journal of Applied Accounting Research*, 12(3), 234-259.

- Ferrari, M. J. (2018). *Mix de produção como fator interveniente na relação de equivalência em modelos de custeio*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Gervais, M., & Levant, Y. (2007). Comment garantir l'homogénéité globale dans la méthode UVA? Deux études de cas. *Revue Finance Contrôle Stratégie*, 10(3), 43-73.
- Giovinazzo, R., & Fischmann, A. (2002). Delphi eletrônico: uma experiência de utilização da metodologia de pesquisa e seu potencial de abrangência regional. In B. K. Costa, & M. I. R. de Almeida (Coord.). *Estratégia: perspectivas e aplicações* (pp. 231-246). São Paulo: Atlas.
- Godet, M. (1993). *Manual de prospectiva estratégica: da antecipação a ação*. Lisboa: Dom Quixote.
- Guimarães Filho, L. P., Vilson, B. M., Marques, L. D. R., Feil, N. F., & Colombo, T. C. (2016). Aplicação do método UEP na determinação dos custos de uma empresa de revestimentos cerâmicos. *ABCustos*, 11(3), 26-61.
- Kliemann Neto, F. J. (1994). Gerenciamento e controle da produção pelo método de esforço de produção. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, São Leopoldo, RS, Brasil, 1.
- Landetta, J. (1999). *El método Delphi*. Barcelona: Ariel.
- Lemarchand, Y. (2002). The military origins of the French management accounting model: a return to the mechanisms of accounting change. *Accounting History*, 7(1), 23-57.
- Levant, Y., & De La Villarmois, O. (2001). Origine et développement d'une méthode de calcul des coûts: la méthode des unités de valeur ajoutée (UVA). *Comptabilité Contrôle Audit*, 7(2), 45-66.
- Levant, Y., & Zimnovitch, H. (2013). Contemporary evolutions in costing methods: understanding these trends through the use of equivalence methods in France. *Accounting History*, 18(1), 51-75.
- Linstone, H. A., & Turoff, M. (Ed.). (1975). *The Delphi method: techniques and applications*. Boston: Adison Wesley.
- Malaquias, R. F., Giachero, O. S., da Costa, B. E., & Lemes, S. (2007). Método da unidade de esforço de produção versus métodos de custeio tradicionais: um contraponto. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, João Pessoa, PE, Brasil, 14.
- Martins, E., & Rocha, W. (2010). *Métodos de custeio comparados: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas*. São Paulo: Atlas.
- Meyssonnier, F. (2002). L'approche des coûts complets par les équivalents de production, voie d'avenir ou impasse? (une analyse de la méthode GP-UVA). *Technologie et management de l'information: enjeux et impacts dans la comptabilité, le contrôle et l'audit*, France. (CD-Rom).
- Moterle, S., Wernke, R., & Zanin, A. (2020). Influência da escolha do produto base do método Unidades de Esforço de Produção (UEP) no custo unitário de transformação. *Exacta*, 18(4), 758-777.
- Pereira, S. I. M. (2015). *Custeio por atividades (ABC) e unidade de esforço de produção (UEP): similaridades, diferenças e complementaridades*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Perrin, G., Perrin, S., & Peugeot, F. (1971). *Prix de revient et contrôle de gestion par la méthode GP*. Paris: Dunod.
- Souza, M. A., & Diehl, C. A. (2009). *Gestão de custos: uma abordagem integrada entre contabilidade, engenharia e administração*. São Paulo: Atlas.
- Vergara, S. C. (2015). *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Wernke, R. (2005). Custeio baseado em atividades (ABC) aplicado aos processos de compra e venda de distribuidora de mercadorias. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16(38), 74-89.
- Wernke, R., Cardoso, T. B., & Moraes, L. C. (2004). Cálculo do custo de fabricação em empresa do segmento de costura industrial terceirizada (facção): Estudo de caso aplicando o método UEP. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, Porto Seguro, BA, Brasil, 11.
- Wernke, R., Junges, I., Lembeck, M., & Zanin, A. (2015). Determinação do custo fabril pelo método UEP: estudo de caso no setor de salsicharia de frigorífico. *Revista GEPROS*, 10(1), 139-156.
- Wernke, R., Junges, I., & Zanin, A. (2019). Mensuração da ociosidade fabril pelos métodos ABC, TDABC e UEP. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(38), 185-206.
- Wernke, R., & Lembeck, M. (2009). Indicadores não-financeiros do método UEP aplicados na gestão fabril. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, Fortaleza, CE, Brasil, 16.